

ALESSANDRA RENATA GEREMIAS

**“Onde tem trabalho, eu tô vivendo”: Saúde Mental e Trabalho de Auxiliares
Gerais de Unidades de Saúde da Família no Nordeste sob as Dimensões de
Raça, Classe, Gênero e Sexualidade**

**JOÃO PESSOA
2025**



ALESSANDRA RENATA GEREMIAS

**“Onde tem trabalho, eu tô vivendo”: Saúde Mental e Trabalho de Auxiliares
Gerais de Unidades de Saúde da Família no Nordeste sob as Dimensões de
Raça, Classe, Gênero e Sexualidade**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social
da Universidade Federal da Paraíba, por Alessandra Renata
Geremias, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora
em Psicologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Zambroni de Souza

**João Pessoa
2025**

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

G367o Geremias, Alessandra Renata.

"Onde tem trabalho, eu tô vivendo" : saúde mental e trabalho de auxiliares gerais de unidades de saúde da família no Nordeste sob as dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade / Alessandra Renata Geremias. - João Pessoa, 2025.

303 f. : il.

Orientação: Paulo César Zambroni de Souza.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Saúde mental - Trabalho. 2. Trabalho - Mulheres - Reprodução social. 3. Unidades de Saúde da Família - USF. I. Souza, Paulo César Zambroni de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 613.86:331(043)



ATA DE DEFESA DE TESE

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, de modo presencial no Auditório CCHLA 411, reuniram-se em solenidade pública os membros da comissão designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (CCHLA/UFPB), para a defesa de Tese da aluna **ALESSANDRA RENATA GEREMIAS-** mat. 20211012651 (orientando(a), UFPB, CPF: 374.109.968-62). Foram componentes da banca examinadora: Prof. Dr. PAULO CESAR ZAMBRONI DE SOUZA (UFPB, Orientador, CPF: 011.836.117-14), Prof.^(a) Dr.^(a) MARIA DE FATIMA PEREIRA ALBERTO (UFPB, Membro Interno ao Programa, CPF: 325.180.214-

34), Prof.^(a) Dr.^(a) MANUELLA CASTELO BRANCO PESSOA (UFPB, Membro Externo ao Programa, CPF: 072.502.624-32), Prof.^(a) Dr.^(a) RAYANE NORONHA OLIVEIRA (UFPB, Membro Externo ao Programa, CPF: 035.093.071-60), Prof.^(a) Dr.^(a) MÁRCIA CAMPOS EURICO (PUC – SP, Membro Externo à Instituição, CPF: 013.452.930-89) e Prof.^(a) Dr.^(a) RACHEL GOUVEIA PASSOS (UFRJ, Membro Externo à Instituição, CPF: 098.665.807-33). Na cerimônia compareceram, além do(a) examinado(a), alunos de pós-graduação, representantes dos corpos docente e discente da Universidade Federal da Paraíba e interessados em geral. Dando início aos trabalhos, o(a) presidente da banca, Prof. Dr. PAULO CESAR ZAMBRONI DE SOUZA, após declarar o objetivo da reunião, apresentou o(a) examinado(a) ALESSANDRA RENATA GEREMIAS e, em seguida, concedeu-lhe a palavra para que discorresse sobre seu trabalho, intitulado "ONDE TEM TRABALHO, EU TÔ VIVENDO": SAÚDE MENTAL E TRABALHO DE AUXILIARES GERAIS DE UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO NORDESTE SOB AS DIMENSÕES DE RAÇA, CLASSE, GÊNERO E SEXUALIDADE". Passando então ao aludido tema, a aluna foi, em seguida, arguida pelos examinadores na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão, em secreto, a proceder a avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito de "APROVADO", o qual foi proclamado pela presidente da banca, logo que retornou ao recinto da solenidade pública. Nada mais havendo a tratar, eu, Júlio Rique Neto, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos assino juntamente com os membros da banca. João Pessoa, 18 de março de 2025.

PROF. DR. PAULO CESAR ZAMBRONI DE SOUZA

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCIA CAMPOS EURICO
Data: 25/03/2025 13:28:40-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

PROF. DR. MARIA DE FÁTIMA PEREIRA ALBERTO

Documento assinado digitalmente
gov.br RAYANE NORONHA OLIVEIRA
Data: 24/03/2025 13:16:22-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

PROF. DR. RAYANE NORONHA OLIVEIRA

PROF. DR. MANUELLA CASTELO BRANCO PESSOA

PROF. DR. MÁRCIA CAMPOS EURICO

Documento assinado digitalmente
gov.br RACHEL GOUVEIA PASSOS
Data: 24/03/2025 14:08:31-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

PROF. DR. RACHEL GOUVEIA PASSOS

PROF. DR. JÚLIO RIQUE NETO
COORDENADOR DO PPGPS

Agradecimentos

Emicida cantou: "Quem costuma vir de onde eu sou, às vezes não tem motivos pra seguir. Mas, eu sei que vai, que o sonho te traz coisas que te faz prosseguir". Sim, de onde vim, as coisas são assim. Mas, eu vim e não vim só. Eu tinha um sonho, mas nunca o sonhei sozinha. Graças a muitas pessoas, pude esperançar e continuar. Quando a falta de calma pesou demais, elas me ofereceram afago. Quando eu duvidei, elas me ofereceram aconchego, palavras e, principalmente, sempre acreditaram junto comigo que este lugar também é o meu. Quero muito agradecê-las:

Inicialmente agradeço às trabalhadoras que construíram comigo este estudo. Obrigada Violeta, Margarida, Gó, Conceição Evaristo, Flor do Campo, Flor, Maria, Brenda, Celinha, Carolina, Veia, Cheyla, Lucia e Girassol. Sem vocês este estudo não seria possível. Vocês estiveram comigo, compartilharam suas histórias, me abraçaram e abraçaram as minhas ideias. Espero honrar cada uma de vocês nas páginas que se seguem.

À minha mãe, Romilda, que está presente em todas as páginas deste trabalho, sua vida foi a maior inspiração para que eu estudasse esta temática. Ela que trabalhou duramente e chorou muito para que eu pudesse chegar aqui. Ela que nunca me deixou desistir e mesmo diante da imensa saudade, sempre me disse que valeria a pena.

Ao meu pai, Eduardo, não houve um só dia da minha vida com o qual não pude contar com ele e hoje adulta sei o quanto isso exige. Ele que sempre acreditou em mim, que escolheu junto comigo ao pagar minha inscrição no vestibular ao invés da conta, olha onde nós chegamos!

Às minhas irmãs Dé, Gaby e ao meu irmão João. À Dé, por todo amor e apoio ao longo destes anos todos. Poder dividir todos os dias com você foi e é fundamental para que possa vivê-los. Se um dia eu for 1% da mulher que você é, estarei feliz. À Gaby, nosso amor, partilha e cuidado é lindo. Somos irmãs, somos amigas, somos confidentes. Tudo que sou

devo a ela. Ao João, que me ensinou um jeito incondicional de amar e também a estudar e lutar contra o preconceito e as desigualdades. Amo vocês, amo ser irmã de vocês!

Ao meu companheiro e amor, Roberto. Rob que compartilha a vida comigo, apoia cada decisão, ouve incansavelmente minhas incertezas e preocupações. Nesses anos todos leu repetidas vezes este trabalho, tenta o impossível para me acalmar, me acolhe, me oferece amor, cuidado, comidas, energéticos e serviços gráficos e informáticos (rs). Eu te amo muito.

Ao meu avô, Zequinha, por possibilitar nossa sobrevivência, por cuidar tanto de nós e por permitir que eu tenha tantas belas lembranças ao seu lado.

À minha irmã Cá e ao meu irmão Rick. Cá e Rick, sinto que encontrei a parte da família que faltava em vocês. Cá, que é meu exemplo, de mulher, de pesquisadora, de mãe. Àquela que nunca me deixou só, dividiu a vida, casa e sua família comigo, me ensina, me acompanha, me faz ser incapaz de lembrar da vida antes da sua chegada. Rick, o irmão mais velho mais generoso, alegre e disposto que poderia existir. Que presente poder ser sua irmã.

Às minhas sobrinhas Valentina, Helena e aos meus sobrinhos José, Francisco, Benício e Paolo. Elas e eles que são minhas preciosidades, que fazem de mim ancestral e despertam em mim o desejo de lutar. À Valentina, que é o meu amor, que tão pequena tem uma forma de expressar amor que faz a gente se sentir a melhor pessoa do mundo. Nestes seis anos de vida, ela me ensinou tanto, como ser amável, gentil, humilde e curiosa. Ao José, Helena, Francisco e Benício, a urgência com que essas crianças chegaram ao mundo e a coragem com que encararam a realidade desde o primeiro suspiro fora da barriga me ensinam a resistir, a ter gosto de viver e a lutar por isso. Espero poder cuidar e acompanhar cada um deles. Paolo que ensina com a sua criatividade, cuidado, humor e sensibilidade, uma alegria ter o encontrado e poder ser sua tia.

Às minhas cunhadas Érica, Carol, Rosaria e Mariaelena e aos meus cunhados Gustavo, Marco e Giovanni. Elas eles acrescentaram amor, alegrias, dedicação e boa companhia a minha vida, e fazem parte dessa história.

Ao meu sogro, Nonno Pino, que proporciona amor, pratos preparados com tanto carinho, risadas e histórias ao redor da mesa, tudo isso foi fundamental, principalmente nesta reta final. À minha sogra, Ada, o seu carinho e amor estarão sempre em meu coração.

Às minhas tão queridas amigas. À Priscila, Gabriela Estefano, Amanda e Gabriela Chiarotto. Dividimos as nossas vidas há tantos anos e neles a preocupação, a troca e o carinho manifesto por cada uma delas aqueceu meu coração e foram essenciais para encarar cada dia. À Flavinha e Paulinha. Amigas maravilhosas, que amo e admiro tanto. A nossa partilha e amizade são muito especiais. À Aila, que me ensina a ter coragem de ser e me afirmar como pesquisadora, assumindo o compromisso e a crítica que isso implica. Sou grata por todo o apoio e afeto que me dedicou ao longo desse caminho. À Val, Marjourie, Beth e Rose. Como é lindo ver como em meio as agruras do PS conseguimos conectar nossos corações e nossas vidas. Que alegria as ter como amigas para toda a vida. À Cida e Balbina. Não imaginei chegar até aqui sem poder compartilhar este momento com elas. Elas que sempre acreditaram em mim e não mediram esforços para que esse meu sonho se concretizasse. Trocaram plantões, fizeram doces, companhia, me ouviram e me aconselharam. Lembro todos os dias de cada uma e sinto tanta saudades. Esta conquista é delas também.

Aos presentes que a UFPB e a vida paraibana me proporcionaram. À Manu por abrir todas as portas e janelas para que eu pudesse entrar e caber na Psicologia, e especialmente por abrir espaço no seu coração e na sua vida para mim. Manu me ensina como ser professora e como ser uma pessoa melhor. À Thais, por ser tão generosa permitindo que eu tivesse lugar em tantos espaços importantes e por me receber juntos dos seus, por me permitir estar em família ao seu lado. À Tati, por acreditar em mim, confiar suas aulas, seus sorrisos e me dedicar tanto carinho e acolhimento. À Mel, minha filha de coração, que foi fundamental para que eu pudesse sentir que eu pertenço, por todas as nossas conversas e por me compreender sem eu ter que me explicar tanto. Ela também sente o que sinto. Ainda bem que a gente tem a gente. Ao Matheus, por nossas conversas, companhia nas idas e

vindas. Dividimos o trajeto, a playlist, as reflexões. Que bom ter o encontrado. À Lígia, por caminhar ao meu lado, compartilhar a universidade e o que tem fora dela comigo. Que alegria!

À todas as pessoas que compõem o GPST. Aprendi tanto com cada uma/um, são exemplos de professores/as, pesquisadoras/es e futuras psicólogas/os. Às minhas queridas companheiras de doutorado Valéria, Cláudia e Dinara, o apoio e carinho de vocês animou minha jornada. À Bella, Manuzinha, Malu, Lucas, Petra, Teresa, Igor e Alexia, por quem tenho profunda admiração e carinho. Tão jovens, tão sabidas/os e críticas/os, tão carinhosas/os e generosas/os. Elas/es me ajudam a ter esperança no futuro.

Às/aos amigos Lorena, Gabriel, Vitor e Diego que pude fazer nesta terra que me receberam em suas casas e juntos pudemos sentir que a Paraíba também é nossa casa.

Às trabalhadoras e aos trabalhadores técnico-administrativos, com destaque para Denise e Naara, às/aos trabalhadoras/es terceirizadas/os e das lanchonetes da UF, especialmente Kátia, Isa e Ivone. Cada uma/um delas/es oferece alimentação, atendimento, ambientes limpos e muito carinho, sem tudo isso, não seria possível a vida acadêmica. Ao responsável pelo setor de transportes, João, e aos motoristas Ítalo, Fábio e Edvaldo que nos levaram e buscaram, sempre com muita presteza e dedicação, tornando possível nossos encontros.

Às trabalhadoras e trabalhadores da Secretaria de Saúde da Prefeitura de João Pessoa, especialmente à Joana, Karllyane e Kleber que contribuíram enormemente para que tudo fosse sempre possível.

À Alessandra, que cuidadosa e gentilmente, nos ofereceu lanches para nosso encontro.

À Gestão do CRESSS Paraíba “Sem medo de lutar, cabe a nós resistir: Luciana, presente”. Pessoas que são companheiras/os de luta e que me ensinam como o afeto é revolucionário.

À Rayane, por me ensinar tanto teoricamente, mas também sobre como é possível compartilhar conhecimento com tanto afeto. É uma inspiração para mim.

À Fatinha, grande mestra que orgulhosamente chamo de minha professora. Que honra poder assistir suas aulas e ter sua participação ao longo da construção desta tese.

À Rachel, por suas contribuições teóricas que estão impressas nestas páginas e pelo caminho que trilhou e continua a trilhar que me permitiram estar aqui.

À Márcia, por quem cultivo admiração, respeito e que é minha referência. Olho para ela e sinto que aqui é um espaço para mim.

Aos meus companheiros de pesquisa Matheus Farias e Lou, e minha companheira Gabi Bayma. Por todas as horas dedicadas e todas as contribuições que permitiram com que esta pesquisa se concretizasse. Eles e ela são partes de toda esta construção.

Ao meu orientador, Paulo. Desde o dia 0 acreditou, trilhou todo esse caminho e hoje compartilhamos este estudo, mas não só, compartilhamos a vida e aprendemos juntos. Serei sempre grata por me abrir as portas, por todo acolhimento e confiança.

À CAPES pelo apoio financeiro que permitiu que eu me dedicasse a esta pesquisa.

Lista de Quadros

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 - Procedimentos Analíticos a partir dos Núcleos de Significação..... | 66 |
| Quadro 2 - Características das participantes da pesquisa..... | 85 |
| Quadro 3 - Pré-indicadores do primeiro encontro do grupo <i>Flores Belas</i>..... | 89 |
| Quadro 4 - Pré-indicadores do primeiro encontro do grupo <i>As Coleguinhas</i>..... | 90 |
| Quadro 5 - Pré-indicadores do segundo encontro do grupo <i>Flores Belas</i>..... | 94 |
| Quadro 6 - Pré-indicadores do segundo encontro do grupo <i>As Coleguinhas</i>..... | 95 |
| Quadro 7 - Síntese do conteúdo audiovisual do terceiro encontro das <i>Flores Belas</i> e <i>As coleguinhas</i>..... | 110 |
| Quadro 8 - Caracterização dos estudos incluídos na revisão por nome da/o primeira/o autora/or, título, ano de publicação, área de conhecimento e objetivo..... | 169 |

Figuras

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Convite entregue individualmente às trabalhadoras nas unidades de saúde para participação nas primeiras rodas de conversa..... | 86 |
| Figura 2 – Convite entregue individualmente às trabalhadoras nas unidades de saúde para participação nas segundas rodas de conversa..... | 91 |
| Figura 3 – Convite entregue individualmente às trabalhadoras nas unidades de saúde para participação na terceira roda de conversa..... | 96 |
| Figura 4 – Conteúdo visual do vídeo de síntese dos elementos das rodas de conversa anteriores, transmitido na terceira roda de conversa..... | 97 |
| Figura 5 – Fluxograma de identificação através de bases de dados e registros..... | 164 |

Lista de Siglas

| | |
|------------|--|
| DST | Divisão Sexual do Trabalho |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| LGBTQIAPN+ | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, assexuais, Pansexuais e Pessoas não binárias |
| MPPB | Ministério Público do Estado da Paraíba |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios |
| PST | Psicodinâmica do Trabalho |
| TMD | Teoria Marxista da Dependência |
| TRS | Teoria da Reprodução Social |
| USF | Unidade de Saúde da Família |

Resumo

Este estudo investiga a relação entre trabalho e saúde mental com a participação de 14 trabalhadoras — oito delas negras — que atuam como auxiliares de serviços gerais em Unidades de Saúde da Família, em João Pessoa (PB). A pesquisa se orienta por uma perspectiva que analisa essa relação a partir das dimensões de classe, gênero, raça e sexualidade. O referencial teórico ancora-se no marxismo, com destaque para a Teoria da Reprodução Social e para autoras/es brasileiras/os como Lélia Gonzalez e Clóvis Moura, que discutem a formação social brasileira e o papel da racialização. A metodologia, de caráter qualitativo, envolveu visitas de campo e rodas de conversa com dois grupos autodenominados "Flores Belas" e "As Coleguinhas". Foram realizados quatro encontros e uma sessão final de devolutiva e validação coletiva. A análise, baseada na técnica de Núcleos de Significação, organiza-se em quatro capítulos cujos títulos partem de falas das participantes. Esses núcleos discutem as relações entre produção e reprodução, a naturalização do trabalho reprodutivo e seus efeitos na saúde mental. Demonstra-se como a inserção histórica dessas mulheres no trabalho de limpeza, marcado pela desvalorização e por condições degradantes, repercute negativamente em sua saúde mental. Essa inserção explicita o vínculo entre o trabalho reprodutivo realizado no âmbito das políticas públicas de saúde e aquele executado no interior das famílias, tornando nítido como classe, racialização e generificação são imprescindíveis para compreender a exploração e a opressão a que estão expostas. Na análise da relação entre saúde mental e trabalho, dois eixos foram destacados: o reconhecimento e a invisibilidade. Em diálogo crítico com a Psicodinâmica do Trabalho, argumenta-se que, enquanto trabalhadoras da reprodução social, na sociedade capitalista racializada e generificada, têm o reconhecimento de sua humanidade e de seu trabalho frequentemente negado, ao passo que a invisibilidade de sua atuação e de sua contribuição social é ampliada, o que está no cerne do sofrimento psíquico vivenciado. Conclui-se que a reprodução social constitui uma chave analítica fundamental para compreender esse sofrimento, apontando como essas mulheres enfrentam as restrições impostas à reprodução

da força de trabalho tanto nas famílias quanto nos serviços públicos em que atuam. A pesquisa também revela as formas de luta e resistência coletiva gestadas no âmbito da reprodução social e a necessidade de pensá-las como sinalizadoras da luta da classe trabalhadora.

Palavras-chave: trabalho, raça, classe, gênero, saúde mental.

Abstract

This study investigates the relationship between work and mental health through the experiences of 14 women — eight of whom are Black — employed as general service assistants in Family Health Units in João Pessoa (PB), Brazil. The research adopts a perspective that analyzes this relationship through the lenses of class, gender, race, and sexuality. The theoretical framework is grounded in Marxism, with emphasis on Social Reproduction Theory and the contributions of Brazilian scholars such as Lélia Gonzalez and Clóvis Moura, who explore Brazil's social formation and the role of racialization. The qualitative methodology involved field visits and dialogue circles with two self-named groups: *Flores Belas* and *As Coleguinhas*. Four meetings were held, followed by a final session for collective validation and feedback. The analysis, based on the technique of Meaning Cores (*Núcleos de Significação*), is structured into four chapters titled after the participants' own words. These chapters discuss the relations between production and reproduction, the naturalization of reproductive labor, and its impact on mental health. The study demonstrates how the historical insertion of these women into cleaning work, characterized by devaluation and degrading conditions, negatively affects their mental health. This insertion reveals the connection between reproductive labor carried out in the public health system and that performed within their households, highlighting how class, racialization, and gendering are essential to understanding the exploitation and oppression they face. In analyzing the relationship between mental health and work, two key axes emerge: recognition and invisibility. Drawing on a critical dialogue with the Psychodynamics of Work, the research argues that, as workers in the realm of social reproduction within a racialized and gendered capitalist society, these women are frequently denied recognition of both their humanity and their labor. Their social contributions remain invisible, a condition at the core of the psychic suffering they endure. The study concludes that social reproduction offers a crucial analytical key to understanding this suffering. It exposes how these women confront the constraints placed on the reproduction of the labor force, both within their families and in the precarious public services where they work. The research also sheds light on the forms of collective struggle and resistance that emerge

within the sphere of social reproduction, underlining their significance as expressions of the broader struggle of the working class.

Keywords: labor, race, class, gender, mental health

Resumen

Este estudio investiga la relación entre trabajo y salud mental a partir de la experiencia de 14 mujeres —ocho de ellas negras— que se desempeñan como auxiliares de servicios generales en Unidades de Salud de la Familia en João Pessoa (PB), Brasil. La investigación se orienta desde una perspectiva que analiza esta relación a partir de las dimensiones de clase, género, raza y sexualidad. El marco teórico se fundamenta en el marxismo, con énfasis en la Teoría de la Reproducción Social y en autoras/es brasileñas/os como Lélia Gonzalez y Clóvis Moura, quienes reflexionan sobre la formación social brasileña y el papel de la racialización. La metodología, de carácter cualitativo, incluyó visitas de campo y círculos de conversación con dos grupos autodenominados: *Flores Belas* y *As Coleguinhas*. Se realizaron cuatro encuentros y una sesión final de devolución y validación colectiva. El análisis, basado en la técnica de Núcleos de Significación, se organiza en cuatro capítulos cuyos títulos se inspiran en las propias palabras de las participantes. Estos núcleos abordan las relaciones entre producción y reproducción, la naturalización del trabajo reproductivo y sus efectos en la salud mental. Se demuestra cómo la inserción histórica de estas mujeres en el trabajo de limpieza, marcado por la desvalorización y condiciones degradantes, repercute negativamente en su salud mental. Esta inserción explicita el vínculo entre el trabajo reproductivo realizado en el ámbito de las políticas públicas de salud y aquel desempeñado en el interior de sus hogares, evidenciando cómo la clase, la racialización y la generificación son elementos clave para comprender la explotación y opresión a las que están expuestas. En el análisis de la relación entre salud mental y trabajo, se destacan dos ejes principales: el reconocimiento y la invisibilidad. En diálogo crítico con la Psicodinámica del Trabajo, se argumenta que, como trabajadoras de la reproducción social en una sociedad capitalista racializada y generificada, estas mujeres tienen su humanidad y su trabajo sistemáticamente negados, al tiempo que su contribución social se mantiene invisibilizada, lo cual constituye el núcleo de su sufrimiento psíquico. Se concluye que la reproducción social constituye una clave analítica fundamental para comprender este sufrimiento, al mostrar cómo estas mujeres enfrentan las restricciones

impuestas a la reproducción de la fuerza de trabajo, tanto en sus familias como en los servicios públicos donde laboran. La investigación también revela formas de lucha y resistencia colectiva gestadas en el ámbito de la reproducción social, y subraya la necesidad de comprenderlas como expresiones de la lucha de la clase trabajadora.

Palabras clave: trabajo, raza, clase, género, salud mental

Sumário

| | |
|---|------------|
| Apresentação..... | 21 |
| 1 Introdução..... | 24 |
| 1.2 Pressupostos teóricos..... | 32 |
| 1.3 Percurso Metodológico..... | 57 |
| 2 “Eu não sei onde vocês querem chegar”: as participantes e os encontros..... | 68 |
| 2.1 As visitas..... | 68 |
| 2.2 As participantes..... | 70 |
| 2.3 As rodas de conversa..... | 86 |
| 3 Capítulo “Desde que nasci eu trabalho”: a relação indissociável entre a produção e reprodução..... | 111 |
| 3.1 “Era pra ser pai, trabalhou um pouco, cabou-se” | 115 |
| 3.2 “É serviço de casa né?! Não faz quem não quiser fazer, porque a gente sabe” | 131 |
| 3.3 “Quem ama cuida né | 138 |
| 3.4 “Porque se eu vivesse bem, se minha filha vivesse bem, pelo menos ganhar o suficiente pra manter a família, precisaria sair daqui pra viver em outro país? | 146 |
| 4 Capítulo “Dá mais lucro, eu acho que mulher dá mais duro, até doente a gente vai”: porque somos nós, mulheres, que realizamos o trabalho de limpeza..... | 156 |
| 4.1 A produção de conhecimento sobre o trabalho de limpeza e a articulação com as dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade | 123 |
| 4.2 O que identifica participantes de um estudo? | 165 |
| 4.3 A constatação das dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade com a ausência de aprofundamento da fundamentação teórica | 166 |
| 4.4 Como a raça, classe, gênero e sexualidade apoiaram as análises do trabalho de limpeza em estudos produzidos entre os anos de 2003 e 2022..... | 168 |
| 4.5 Os conceitos e as perspectivas teóricas e metodológicas de gênero e classe presentes nas análises da situação das trabalhadoras de limpeza..... | 171 |
| 4.6 A fragilidade na incorporação da perspectiva da racialização do trabalho de limpeza nos estudos..... | 174 |
| 4.7 “A gente teve nossos direitos, né?” - As particularidades do processo de terceirização vivido pelas participantes..... | 176 |
| 5 Capítulo- “Acho que na outra encarnação eu era pra nascer homem”: Interseccionalidade, Consustancialidade e Teoria da Reprodução Social: encontros e desencontros de perspectivas..... | 196 |
| 5.1 “O que? Af, Maria, se eu fosse um homem eu não deixava não” – Interseccionalidade, Consustancialidade e Teoria da Reprodução Social como possibilidades de articulação entre raça, classe, gênero e sexualidade | 199 |
| 5.2 “Eu acho que não, nós todos somos iguais, a única diferença é que eu sou doutora da pá e da vassoura e você tem um cargo mais elevado” – Oportunidades e Desvantagens a partir da perspectiva da Interseccionalidade..... | 202 |

| | |
|--|------------|
| 5.3 “Porque as mulheres estão evoluindo mais, dependiam do marido, hoje não, a gente tá indo pra rua” – Questões colocadas pela Consustancialidade/ Coextensividade | 207 |
| 5.4 “Meu pensamento, não sei, que é responsabilidade do macho é maior porque tem que por dentro de casa a comida” – Reflexões sobre a unidade entre produção e reprodução na Teoria da Reprodução Social | 213 |
| 5.5 “Casada com meu esposo, ele nunca deixou eu trabalhar, ‘um dia eu vou trabalhar’ - Desencontros demarcados entre Interseccionalidade, Consustancialidade e Teoria da Reprodução Social..... | 218 |
| 6 Capítulo “Porque se você for levar para o lado emocional, você adoece”: saúde mental e trabalho..... | 225 |
| 6.1 “Aí, alguém percebeu? Lógico, por que é da limpeza?” – A reprodução e o reconhecimento..... | 233 |
| 6.2 “Eu amo minha profissão que eu tenho. Se bem que eu gostaria de estar num outro, no consultório, mas eu não cheguei nesse ponto, nesse patamar” – O trabalho e as invisibilidades..... | 252 |
| 6.3 “Quem vai cuidar dela? Eu digo, ‘não, tenho que ser mais forte do que ela’” – Reprodução e Violências | 256 |
| 7 Considerações Finais..... | 266 |
| 8 Referências..... | 275 |
| 9 Apêndices..... | 292 |

Apresentação

O presente material apresenta a pesquisa intitulada “Onde tem trabalho, eu tô vivendo”: Saúde Mental e Trabalho de Auxiliares Gerais de Unidades de Saúde da Família no Nordeste sob as Dimensões de Raça, Classe, Gênero e Sexualidade”, como requisito parcial para o doutoramento em Psicologia Social. Esta apresentação busca demarcar as intenções, compromisso e implicações que sustentam a defesa da tese aqui apresentada.

Dentro do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, minha pesquisa está vinculada à área de concentração em Psicologia Social da Saúde e do Trabalho, especificamente ao Grupo Subjetividade e Trabalho. Nesse âmbito, este estudo integra a linha de pesquisa “Trabalho e Saúde de Auxiliares de Serviços Gerais”, coordenada pelo Professor Paulo César Zambroni de Souza e desse modo, é parte de um esforço teórico coletivo desenvolvido por diferentes pesquisadoras e pesquisadores de fases distintas acadêmicas, incluindo estudantes de iniciação científica da graduação em Psicologia, pós-graduandas/os de mestrado e doutorado em Psicologia Social, e docentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e FIOCRUZ. O principal objetivo desta linha de pesquisa é compreender as dinâmicas entre o trabalho e a saúde de Auxiliares de Serviços Gerais, profissão central para esta pesquisa.

Para mim, esta investigação tem um significado muito especial, pois está profundamente ligada à minha própria história. Falar sobre as mulheres contratadas para realizar tarefas de limpeza, cuidados e organização de espaços é, de certo modo, falar sobre minha mãe, que desde muito jovem trabalhou em diferentes casas realizando essas funções. Acompanhando sua trajetória, eu e minhas irmãs fomos testemunhas de como, por gerações, as mulheres da minha família são responsáveis por esse trabalho árduo e, frequentemente, invisível. Crescemos em meio a este trabalho, testemunhando choros por situações de intenso cansaço e por vezes humilhações, além de lidar com o que era possível ser feito com o baixo salário. Chegou a nossa vez. Passei os anos da adolescência assim: terminava o horário da escola e iniciava o trabalho de cuidar de crianças. Era enquanto uma delas dormia

que eu estudava matemática. Eu queria continuar a estudar, eu sempre quis estar aqui, por mais difícil que tenha sido e por tantas vezes que me pareceu impossível permanecer.

Este material reflete essa história e os compromissos que firmei ao longo dela, incluindo o acúmulo teórico que construí durante os anos de doutorado e as influências que recebi na minha trajetória acadêmica. Durante o mestrado em Saúde Coletiva, investiguei a relação entre Saúde Mental e Trabalho com pessoas atendidas em ambulatórios de Psiquiatria de um hospital universitário, especialmente o modo como o estigma afetou negativamente as possibilidades dessas/es trabalhadoras/es de permanecer no mundo do trabalho após o diagnóstico de Transtorno Mental. Anteriormente, na graduação em Serviço Social, realizei um estudo de iniciação científica em que discuti preconceitos e como eles são socialmente construídos.

Minhas experiências de atuação como assistente social também são parte integrante desta investigação, especialmente no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS II e na Unidade de Emergência do Hospital das Clínicas da Unicamp. Esses locais tiveram um papel crucial na formação do meu olhar sobre os processos de saúde mental no contexto do trabalho.

Este estudo está estruturado da seguinte maneira: inicialmente, apresento a introdução ao tema e os pressupostos teóricos que fundamentam a investigação. A seguir, descrevo o percurso metodológico adotado para realizar o estudo, destacando os métodos que permitiram reunir elementos junto com as participantes e análise das categorias que emergiram. O material analisado está organizado nos seguintes capítulos:

1. "Desde que nasci eu trabalho" – A relação indissociável entre a produção do trabalho e o sofrimento das trabalhadoras.
2. "Dá mais lucro, eu acho que mulher dá mais duro, até doente a gente vai" – Porque somos nós, mulheres, que realizamos o trabalho de limpeza e como esse contexto reflete as desigualdades de gênero e classe.

3. “Acho que na outra encarnação eu era pra nascer homem” – A interseccionalidade, a consubstancialidade e a Teoria da Reprodução Social: encontros e desencontros de perspectivas.

4. “Porque se você for levar para o lado emocional, você adoece” – Reflexões sobre saúde mental e o impacto do trabalho na vida das auxiliares gerais.

Ao final, apresento as considerações finais do estudo, refletindo sobre as implicações das descobertas e suas possíveis contribuições para a Psicologia do Trabalho. Como apêndices, serão apresentados os materiais produzidos durante a pesquisa.

Essa estrutura reflete um processo de investigação e exposição construído com base no materialismo histórico-dialético, ancorado na obra marxiana e marxista, com um olhar atento às realidades vividas pelas trabalhadoras, buscando identificar como elas são parte da dinâmica do sociometabolismo capitalista. Em cada capítulo, busco deixar nítido como as questões de saúde mental se entrelaçam com as condições de trabalho dessas mulheres, utilizando uma abordagem crítica que considera as múltiplas dimensões de opressão nelas presentes.

1 Introdução

“Nossos passos vêm de longe”, afirmou Jurema Werneck em 2009 ao destacar os movimentos de mulheres negras e as estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. Essa reflexão parece ser uma chave importante para abordar o tema desta tese: o trabalho de limpeza. A proposta aqui é situá-lo como parte das incontáveis demandas cotidianas que viabilizam a reprodução social — mais do que atividades relacionadas à limpeza — e, ao mesmo tempo, oferecer pistas para compreender sua relação com a saúde mental das trabalhadoras de limpeza. A afirmação de Werneck (2009) se revela ilustrativa, pois tanto a inserção de mulheres nesse tipo de trabalho quanto a investigação dessa inserção possuem uma história que busco dar continuidade.

Nesse contexto, cabe destacar uma consideração importante: o trabalho de limpeza e conservação de ambientes domésticos e institucionais no Brasil é, predominantemente, realizado por mulheres, sendo a maioria delas mulheres negras. Essa é uma realidade histórica no contexto brasileiro. Em 2022, 72% das pessoas ocupantes das vagas de faxineira/o eram mulheres, dentre elas 54% mulheres negras (Ministério do Trabalho, 2022). Esse dado revela uma continuidade da predominância feminina no setor. Já em 1950, o censo apontava que 90% das mulheres negras realizavam prestação de serviços pessoais (Gonzalez, 2020), e no início do século XX, as estatísticas da época indicavam que 54% do total de mulheres classificadas como economicamente ativas estavam no trabalho doméstico remunerado (Saffioti, 1976).

Esses dados históricos e atuais revelam não apenas a prevalência do trabalho de limpeza entre mulheres, especialmente as negras, mas também os desafios enfrentados por essas trabalhadoras em relação ao reconhecimento e valorização de suas funções. Estudos realizados no campo da Psicologia abordam essas questões, indagando as implicações do trabalho de limpeza para a saúde mental das trabalhadoras. No estudo realizado por Sznelwar et al. (2004), em contexto hospitalar, havia no setor de limpeza 84 pessoas, sendo 83 delas mulheres. As trabalhadoras apontaram diversos desafios, como a falta de cuidado

de colegas e pessoas usuárias em relação ao trabalho que realizam, o não-reconhecimento dessas atividades, a simplificação das dinâmicas de trabalho por parte das chefias e a desvalorização social da função. Como exemplo desse último aspecto, as participantes desse estudo mencionaram a busca por identificação em outras equipes diante do desprestígio relacionado ao trabalho de limpeza, a surpresa de colegas ao vê-las estudando ou lendo jornal, por acreditarem que elas são ignorantes, e relatos de ocultação da profissão para colegas e familiares. Três anos depois, Diogo e Maheirie (2007) identificaram insatisfação e sofrimento psíquico entre as trabalhadoras da mesma categoria, a partir de relatos de participantes da pesquisa realizada em uma universidade. Já no início da segunda década dos anos 2000, Molinier (2013b) acompanhou um estudo com trabalhadoras da limpeza hospitalar, no qual observou-se que o absentismo das participantes estava mais relacionado ao esgotamento da solidariedade entre os pares, ao isolamento e à falta de consideração de outros profissionais e familiares, do que à fadiga física.

Assim sendo, esses estudos revelam que, apesar da indispensabilidade das atividades realizadas, o trabalho de limpeza segue sendo desvalorizado e precarizado. Diogo e Maheirie (2007) e Molinier (2013b) destacaram a importância de considerar as dimensões de classe e gênero para compreender as consequências na saúde mental dessas trabalhadoras. Contudo, além dessas dimensões, argumentarei ao longo desta tese que a racialização também precisa ser incorporada à análise. Isso porque, a desvalorização, a ausência de reconhecimento e a invisibilidade relatada pelas trabalhadoras nesse setor só podem ser compreendidas em uma perspectiva de totalidade se considerarmos, além das dimensões de classe, gênero e sexualidade, também a dimensão racial. Em especial, é fundamental entender como essas dimensões operam nas relações de trabalho de mulheres, especialmente para mulheres negras, afetando a alocação de vagas, a pouca valorização do trabalho e a repercussão no reconhecimento do trabalho realizado.

Novamente, a necessidade de pensar a racialização e suas reverberações no mundo do trabalho, dentro dos estudos da Psicologia, vem de longe. Uma notável contribuição foi

dada por Bento (2002), ao questionar as desigualdades raciais que se expressam no mercado de trabalho, assim como os mecanismos que possibilitam sua continuidade e as práticas discriminatórias no ambiente laboral. Para Bento (2002), pessoas socializadas em uma sociedade em que a racialização molda as relações têm sua visão de mundo intensamente marcada por ela. Como exemplo, Bento, ao analisar as relações entre as trabalhadoras/es responsáveis pela execução das atividades e aquelas/es a quem foi atribuída a gestão em um órgão público municipal, destacou como a racialização — que constrói o branco como referência, estabelecendo um lugar hierárquico concreto e simbólico, com a intenção de manter os privilégios daqueles/as identificados como brancos, o que Bento denomina de “branquitude” (Bento, 2002, p. 146) — atua como um elemento subjetivo. Esse elemento subjetivo interfere nas ações dos gestores nos processos de avaliação da força de trabalho, como seleção, promoção, treinamento, demissão e resolução de conflitos institucionais. A autora também alerta para a resistência da organização do trabalho em enfrentar a discriminação, localizando essa dificuldade na crença de que as disparidades raciais no Brasil não são estruturais, enquanto a racialização continua a atuar nas atribuições dos cargos e funções de pessoas negras, especialmente mulheres negras.

À medida que Bento (2002) já alertava para as implicações da racialização na subjetividade e nas práticas organizacionais, Damasceno e Zanello (2018), em uma revisão sistemática da literatura da Psicologia entre 1999 e 2014, identificaram um desafio importante: os estudos psicológicos que analisam o sofrimento incorporar o racismo como dimensão indispensável, além de pensar na dimensão coletiva e adotar novas práticas metodológicas que permitam discutir a racialização no sofrimento psíquico. Neste contexto, Faustino (2019), também no âmbito da Psicologia, reitera a relevância do estudo do racismo na abordagem da subjetividade no Brasil. Assim como Bento (2002) e Damasceno e Zanello (2018), Faustino destaca que o racismo é um determinante social do sofrimento psíquico e aponta suas implicações para a subjetividade da totalidade das pessoas na sociabilidade contemporânea. Nesse sentido, a ausência do branco nas reflexões sobre os efeitos subjetivos do racismo

contribui para um entendimento limitado, que sugere que os resultados das relações raciais na subjetividade afetam exclusivamente as populações não-brancas (Bento, 2002; Faustino, 2018). Em decorrência dessa concepção restrita, que aborda o tema como se fosse um problema da população negra, Faustino (2019), assim como já havia sido demarcado por Bento (2002), afirma que ao invés disso, temos uma questão das relações sociais e não um problema negro. Somado a isso, Faustino argumenta que o racismo não se resume a uma opressão política ou à difusão de estereótipos inferiorizadores, mas, sobretudo, à interdição da reciprocidade necessária para o reconhecimento do outro como humano, o que prejudica a capacidade da sociedade de se solidarizar com a dor de pessoas racializadas como não brancas, o que traz profundas consequências para a compreensão e o cuidado em saúde mental.

Por isso, esses aspectos são essenciais para a análise e para a construção de uma abordagem antirracista e antissexista da saúde mental, que tem sua história impregnada pela classe, racialização, sexualidade e generificação. Isso porque a noção de saúde mental que orienta esta pesquisa está alinhada ao entendimento de que ela diz respeito ao estado mental de indivíduos e coletividades, expressando a complexidade das possibilidades da existência humana e social. Assim, como aponta Amarante (2007), quando falamos em saúde mental, estão em cena a história, as pessoas e a dinâmica da sociedade. Diante disso, refletir sobre a saúde mental implica também colocar em evidência os processos que impedem as pessoas de viver plenamente e de expressar suas próprias necessidades (Basaglia, 2015), sobretudo diante das condições impostas pelo sociometabolismo do capital. O sofrimento psíquico, nesse contexto, é compreendido como produto de um conjunto de fatores, marcado por uma multiplicidade de elementos — como a miséria, a violência e a marginalização — que se desenrolam em uma sociedade orientada por uma racionalidade que visa proteger a ordem produtiva, excluindo ou silenciando aquilo que a “atrapalha” (Basaglia, 2015, p. 26).

Nesse sentido, o entendimento da saúde mental das mulheres, foi profundamente influenciado pelas ciências, especialmente pela medicina ocidental do século XX, que desempenharam um papel central na patologização de seus os corpos e suas subjetividades. Com grande ênfase nos anos iniciais de 1900, por exemplo, as mulheres passaram a ser categorizadas dentro de parâmetros normativos que reforçavam ideias de desordem e anormalidade, estabelecendo um padrão moral que as limitava a papéis passivos e submissos (Pereira & Amarante, 2017). Características como passividade, fragilidade moral, e a obsessão pela maternidade tornaram-se pontos centrais na construção do que deveria ser considerado normal para as mulheres (Pereira & Amarante, 2017), aliada à assimilação de que as mulheres seriam mais propensas ao enlouquecimento. Esses parâmetros não apenas restringiram sua autonomia das mulheres, mas também serviram para patologizá-las quando desafiaram esses padrões.

Além disso, o processo de patologização não se limitava apenas a elencar o que seria aceitável nessa construção de feminilidade, mas também a identificar formas de sexualidade e identidade de gênero, como a homossexualidade e a transexualidade, como desvios e, portanto, passíveis a designação de doença (Pereira & Amarante, 2017).

As mulheres que se distanciaram desses padrões, seja pela escolha de seguir carreiras profissionais, pelo desejo de não se casar ou de não se tornar mães, foram frequentemente descritas em prontuários médicos com sintomas que justificavam internamentos. A independência nas escolhas pessoais, a hiperexcitação intelectual ou o desejo de autonomia foram encarados como sinais de desajuste, enquanto o simples ato de resistir às normas tradicionais de feminilidade era, em muitos casos, tratado como patológico (Pereira & Amarante, 2017). O corpo das mulheres e a recusa ao papel tradicional de esposa e mãe se tornavam, assim, elementos centrais dessa identificação de "não conformismo" e passavam a ser diagnosticados como transtornos ou desordens.

Esse movimento de diagnósticos e medicalização das subjetividades teve uma conotação profundamente sexista, mas também racista. No caso das mulheres negras e

indígenas, elas foram historicamente associadas a uma perversão moral ou desordem mental, em razão das construções raciais da época. A racialização dessas mulheres as tornava anômalas em relação à norma socialmente imposta (Pereira & Amarante, 2017). Somado ao fato de serem trabalhadoras, a identificação de uma anormalidade dessas mulheres estavam assentadas em uma suposta hipersexualização e promiscuidade. Afastando a condição de pessoas escravizadas e vítimas de violência sexual dessas elaborações, o racismo científico apoiou essa série de critérios que identificavam mulheres negras como predisposta a loucura.

Esse movimento de patologização também afetou outras mulheres da classe trabalhadora, com medidas drásticas como a remoção do útero e a ovariotomia, utilizadas como soluções terapêuticas para as supostas desordens mentais (Pereira & Amarante, 2017). Essas práticas exemplificam de forma brutal como o racismo, a classe e o gênero estiveram presentes nas justificações da violência e a subordinação dessas mulheres.

A despeito de todo empenho em relacionar as mulheres trabalhadoras à loucura — especialmente na situação das mulheres desde o período escravista —, na assistência à saúde mental, fundamentalmente restrita à psiquiatria, cabia a elas o trabalho de cuidado e higienização, e não o direito de serem assistidas. Um exemplo disso são as mulheres negras que atuavam nos hospícios brasileiros já em 1862 (Passos, 2017), esse trabalho, invisível e subalterno, foi historicamente desempenhado por mulheres negras, tanto as escravizadas quanto as livres. Passos (2017) argumenta que esse trabalho foi, por muito tempo, convocado e aprofundado para manter e reforçar as hierarquias do saber e do poder dentro da sociedade. A subordinação das mulheres negras, especialmente as da classe trabalhadora, não só se intensificava por meio de sua invisibilidade, mas também por ser fundamental para a persistência das desigualdades, que continuam a permear as relações sociais e o trabalho no Brasil.

Diante desse cenário, torna-se necessário repensar o sofrimento psíquico vivenciado por essas mulheres, compreendendo-o para além do diagnóstico clínico e das abordagens

medicalizantes. Em vez de focar apenas no adoecimento, este estudo propõe investigar os processos que antecedem esse estado, dando ênfase ao sofrimento – ora visível, ora invisível – que pode comprometer patologicamente as trabalhadoras participantes. Nesse contexto, entre as abordagens que analisam a relação entre saúde mental e trabalho no campo da Psicologia do Trabalho, a Psicodinâmica do Trabalho se destaca por oferecer pressupostos e conceitos notáveis para essa reflexão. Suas contribuições, especialmente aquelas que enfatizam a importância do reconhecimento e da invisibilidade na preservação da saúde mental, serão retomadas ao longo desta análise. Contudo, para uma compreensão mais ampla e crítica da classe trabalhadora, torna-se imprescindível incorporar as dimensões de racialização e generificação, ressaltando os desafios que atravessam as existências dessas mulheres no ambiente de trabalho.

Considerando esse contexto, esta pesquisa busca somar-se às contribuições existentes e destacar como as dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade se manifestam na relação entre o trabalho das auxiliares de serviços gerais e a saúde mental. O foco está em como essas trabalhadoras experimentam essas dimensões na região Nordeste do Brasil, adotando uma perspectiva marxista. Nesse sentido, as considerações de Bannerji (2022) são fundamentais para a construção deste estudo.

Para Bannerji, as diferentes formas de inserção no social, como é o caso da análise proposta aqui com base na situação das trabalhadoras de limpeza, exigem uma reflexão política. Ela enfatiza que os elementos particulares ou locais só podem ser compreendidos dentro de um contexto mais amplo de relações socioeconômicas e culturais. Assim, quando questões específicas são levantadas, é essencial analisá-las em relação a uma conjuntura mais geral de relações sociais, estruturais e institucionais (Bannerji, 2022). Bannerji, portanto, demarca que, ao falar do social, estamos tratando de uma formação socioeconômica e cultural complexa, composta por um conjunto de relações, organizações e instituições sociais e históricas específicas e finitas, que envolvem seres humanos com toda a sua vivacidade e consciência.

A partir dessa perspectiva, as questões orientadoras desta pesquisa foram:

1. De que modo as desigualdades de raça, classe, gênero e sexualidade presentes na realidade repercutem na relação entre saúde mental e trabalho das participantes?
2. Essas repercussões podem contribuir para prejuízos na dinâmica do reconhecimento e para a ampliação da invisibilidade, influenciando negativamente a saúde mental dessas trabalhadoras?

A tese que será defendida aqui é de que o trabalho das auxiliares gerais sofre com a desvalorização social e invisibilidade, por se constituir como um tipo de trabalho reprodutivo realizado por mulheres, principalmente por ser executado, de forma predominante, por mulheres negras. Nesse contexto, na sociedade em que vivemos, as dimensões de classe, racialização e generificação afetam negativamente a dinâmica do reconhecimento e podem prejudicar a saúde mental dessas trabalhadoras. Diante disso, a Psicodinâmica do Trabalho (PDT) oferece uma base importante para a análise da invisibilidade e do reconhecimento, mas carece de uma abordagem que leve em conta essas dimensões, que são elementos fundamentais para entender a realidade dessas trabalhadoras no Brasil. Para responder as questões de pesquisa e sustentar a tese defendida, tem-se então como objetivos:

Objetivo Primário (Geral):

- Analisar como a raça, classe, gênero e sexualidade estão presentes na relação entre trabalho e saúde mental de mulheres que exercem o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais em Unidades de Saúde da Família da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB.

Objetivos Específicos:

- Discutir, a partir do diálogo com as trabalhadoras, como as relações de classe, raça, gênero e sexualidade estão relacionadas à inserção e manutenção dessas trabalhadoras nessa categoria profissional.
- Refletir junto com as trabalhadoras sobre o trabalho realizado por elas, bem como os aspectos de visibilidade e invisibilidade presentes nele.

- Compreender como as dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade reverberam na saúde mental dessas trabalhadoras.

1.2 Pressupostos teóricos

Para realizar a discussão proposta neste trabalho, apresento quatro pressupostos teóricos intrinsecamente relacionados, compreendidos no sentido indicado por Marx e Engels (2007, p.95):

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação.

O primeiro pressuposto é que o trabalho é central na constituição do ser social ultrapassando sua conformação na sociedade capitalista. O segundo sustenta a indissociabilidade entre produção e reprodução nas dinâmicas do capital. O terceiro reconhece o papel estruturante do sistema escravista na formação sócio-histórica brasileira e destaca como os processos dele derivados são fundamentais para compreender a composição da classe trabalhadora assalariada, especialmente suas dimensões racial, de gênero e de sexualidade. O quarto pressuposto afirma que, particularmente nos países de capitalismo dependente da América Latina, o trabalho ocorre sob condições de superexploração da força de trabalho generificada e racializada. A seguir, analisaremos mais detidamente esses aspectos.

1.2.1 Noção de Trabalho e da dinâmica da sociedade capitalista a partir do referencial teórico marxiano e marxista

A perspectiva de trabalho adotada neste estudo está fundamentada na compreensão marxiana, que considera o trabalho como um elemento central e constitutivo da humanidade. Segundo esse entendimento, é por meio do trabalho enquanto ato produtivo que o ser humano se humaniza, distinguindo-se de outros seres biológicos. Ao trabalhar, o ser humano põe em movimento tanto a reflexão quanto a prática, sendo esta atividade prático-reflexiva a

base sobre a qual a socialidade, outro atributo essencial à humanidade, se edifica. Como afirma Marx (1867/2013, p. 149), “o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”.

Aprofundando essas considerações sobre o papel central do trabalho no processo de humanização, Lukács (2013) amplia a perspectiva marxiana ao destacar que a humanidade, enquanto parte específica da natureza, se distingue pela complexidade de suas relações sociais. Nesse contexto, o ser humano não apenas se transforma em um ser social, mas dá um “salto ontológico” — uma mudança qualitativa que o define não mais apenas como ser biológico, mas como ser social. Essa transição histórica, irreversível, é fundamentalmente marcada pela socialidade, e o trabalho assume um papel essencial nesse processo, pois ele surge como uma resposta ao confronto pela existência. A cada momento histórico, o trabalho reflete a autoatividade humana, uma inter-relação entre o ser humano, enquanto ente social, e a natureza, seja ela inorgânica (ferramentas, matéria-prima, objetos de trabalho) ou orgânica. Nesse sentido, o trabalho marca a autonomia humana, que se expressa pela capacidade de planejar, refletir e agir com fins específicos. Lukács descreve esse processo como teleológico, conferindo ao trabalho uma dimensão consciente e finalística, essencial para a configuração da humanidade.

Nesse contexto, o conceito de teleologia — entendido como objetivo ou finalidade consciente — é central para a análise de Lukács, pois permite compreender como o trabalho humano se configura como uma prática social voltada para a busca de sentido, a compreensão do mundo e a construção de alternativas. Segundo Lukács (2013, p. 73), “o desenvolvimento do trabalho contribui para que o caráter de alternativa da práxis humana, do comportamento do homem para com o próprio ambiente e para consigo mesmo, se baseie sempre mais em decisões alternativas”. Essa ideia se reflete na capacidade do trabalho, ao longo da história, de não apenas impulsionar o desenvolvimento da linguagem, da cooperação e da divisão do trabalho, mas também ampliar as possibilidades de escolha

humana. Ao possibilitar a criação de itens essenciais para a reprodução da vida, o trabalho transforma-se em uma alternativa social fundamental, permitindo à humanidade superar as limitações impostas pelas barreiras naturais à sua continuidade.

Essa capacidade de transformar o mundo e a si mesma é, por sua vez, uma característica central da socialidade humana. Ao contrário das sociedades animais, cuja divisão do trabalho é determinada pela biologia e responde a necessidades de adaptação ao ambiente, a sociedade humana se distingue pela criação de suas próprias condições de reprodução social. Nesse contexto, a organização social humana não segue uma lógica biológica, mas é estruturada em torno de condições sociais que transcendem as determinações naturais, configurando uma divisão do trabalho que é exclusivamente humana.

Com base nessa compreensão histórica da organização social e do trabalho, podemos entender como, ao longo do tempo, as sociedades humanas passaram a desenvolver formas específicas de produção. Na sociedade moderna, essa produção se torna determinada socialmente, refletindo mudanças fundamentais nas relações entre o indivíduo e a coletividade. Marx (2013) descreve uma transformação crucial nesse ponto: na sociedade capitalista, o ser humano, anteriormente imerso em relações coletivas, passa a ser visto de forma isolada, desvinculado das estruturas sociais mais amplas. Essa mudança histórica, no entanto, não é unilateral. À medida que retrocedemos no tempo, o indivíduo e sua capacidade de produzir tornam-se cada vez mais dependentes da estrutura coletiva. Com o surgimento da sociedade burguesa no século XVIII, essa relação se inverte, e a conexão entre a pessoa e a sociedade passa a ser entendida como um meio para fins privados, refletindo a emergência da perspectiva do indivíduo isolado. Esse movimento coincide com o auge das relações sociais mais desenvolvidas até então, onde o ser humano, embora seja um ser social, passa a perceber-se como aquele que só pode se isolar dentro de uma sociedade. Dentro desse cenário histórico de transformação social, é essencial compreender que, apesar da aparência de individualização característica da sociedade capitalista, a produção não é

um ato isolado, mas um processo socialmente determinado que reflete a estrutura e a organização da sociedade. Assim, quando falamos de produção, estamos nos referindo à produção de indivíduos sociais, em um estágio específico de desenvolvimento histórico.

A produção humana, embora inicialmente voltada para suprir as necessidades essenciais à sobrevivência, não se limita à criação de objetos para atender a essas necessidades; ela também é o motor de novas necessidades. Sem a necessidade, a produção não teria razão de ser. Porém, ao criar, a produção gera um ciclo contínuo de consumo, não apenas criando os materiais necessários, mas também determinando os modos de consumo e gerando, nas pessoas consumidoras, a necessidade dos produtos que elas mesmas criam. Dessa forma, a produção não só define os produtos consumidos, mas também como esses produtos serão consumidos e qual é o impulso por trás desse consumo (Marx, 2013).

Entretanto, como Marx (2013) adverte, nas diferentes sociedades humanas, a relação entre a pessoa produtora e o produto, uma vez que este esteja concluído, é sempre uma relação externa. A imediata apropriação do produto não é o objetivo de quem produz, especialmente em uma sociedade. Entre a pessoa produtora e o produto, intervém a distribuição, que, por meio de leis sociais, define a cota de cada pessoa no mundo dos produtos. A distribuição, portanto, é um reflexo da distribuição dos instrumentos de produção e da organização das pessoas nas diferentes formas de produção. Assim, a produção, o consumo e a distribuição não operam de forma isolada, mas estão intimamente entrelaçados, refletindo a organização social de uma época.

Nesse sentido, a troca assume um papel crucial, pois está atrelada à divisão do trabalho, que pode ser espontânea ou resultado de um processo histórico. A troca privada pressupõe a produção privada, e a intensidade, a extensão e a forma dessa troca são determinadas pelo desenvolvimento e pela estrutura da produção. Embora produção, distribuição, troca e consumo não sejam idênticos, todos fazem parte de uma totalidade que, embora diferenciada, coexistem de maneira interdependente.

Na sociedade capitalista, esses processos de produção, consumo e troca adquirem características específicas, evidenciando as categorias de mercadoria e valor. Marx, em *O Capital*, dedica o capítulo I à análise da mercadoria, começando por distinguir os valores de uso e de troca como seus aspectos constituintes. O valor de uso, para ele, é determinado pela utilidade, ou seja, pela dimensão qualitativa do objeto, sendo realizado por meio do uso ou do consumo (Marx, 2013).

Marx também alerta que um objeto pode ter utilidade e ser produto do trabalho humano, mas não se constituir enquanto mercadoria. O que é produto do trabalho humano, em qualquer condição social, é um objeto de uso. Contudo, para ser caracterizado como mercadoria, esse produto deve ser transferido a outra pessoa, que irá utilizá-lo por meio do processo de troca. O valor de troca, então, é a expressão desse valor. Assim, a mercadoria, além de ser um valor de uso, adquire uma nova dimensão, sendo determinada pela troca no mercado.

É a força de trabalho, na mediação com a natureza, que põe em movimento o valor de uso. Embora o trabalho não seja exclusivo do capitalismo — já que é uma qualidade humana — o que é novo no desenvolvimento capitalista é a generalização da produção de mercadorias, na qual a força de trabalho se transforma em uma mercadoria, disponível para venda no mercado, tornando-se a forma dominante de exploração (Bhattacharya, 2023b).

Aqui, é importante destacar que, segundo Marx (2013), o que está à venda no mercado como mercadoria não é o produto, mas a capacidade de produzir, ou seja, a força de trabalho. Para que essa força de trabalho possa ser vendida, quem a possui deve ter o poder sobre ela. A pessoa que vende sua força de trabalho, por não possuir outra mercadoria que possa ser vendida para possibilitar sua reprodução, a vende por um tempo determinado, o que cria a ilusão de liberdade, pois a pessoa não está fisicamente presa a um senhor, mas se torna uma pessoa “livre” na relação de troca, ao contrário da pessoa escravizada, que é vendida como mercadoria integralmente.

O valor dessa mercadoria, a força de trabalho, é determinado pelo tempo necessário para sua produção. Contudo, como se trata de uma mercadoria especial, cuja produção implica a reprodução do ser humano que a possui, sua produção e renovação ocorrem por meio dos processos de reprodução social (Marx, 2013). Assim, a jornada de trabalho de uma pessoa trabalhadora corresponde ao número de horas necessárias para a produção de seus meios de subsistência, o que permite que ela produza sua própria força de trabalho. Se forem necessárias quatro horas de trabalho para produzir essa subsistência, a parte da jornada de trabalho correspondente a essa necessidade será de quatro horas.

No entanto, na dinâmica capitalista, a jornada de trabalho não se limita ao trabalho necessário para a reprodução da pessoa trabalhadora. Ela é ampliada por um tempo excedente, o qual não é pago à pessoa trabalhadora, permitindo que aquele ou aquela que compra a força de trabalho se aproprie do mais-valor. Marx (2013) argumenta que o trabalho excedente não foi criado pelo capitalismo, mas que sua intensificação e sistematização são características do modo de produção capitalista. A produção de mais valor, ao invés de simplesmente gerar produtos úteis, visa aumentar continuamente a quantidade de mais-valor, seja por meio da ampliação da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) ou pela introdução de inovações tecnológicas no processo produtivo (mais-valia relativa).

Para entender como esse processo se articula com a reprodução da força de trabalho, é importante estabelecer uma distinção entre dois conceitos fundamentais para a teoria marxista: a reprodução societal e a reprodução social (Brenner & Laslett, 1991). Embora esses dois conceitos estejam intimamente relacionados, eles têm especificidades que precisam ser destacadas. A "reprodução societal", conforme ilustrado por Marx (2013, p. 640), refere-se à renovação e continuidade do sistema capitalista como um todo. Marx explica que:

Seja qual for a forma social do processo de produção, ele tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, os mesmos estágios. Assim como uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir. Portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo

de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução. As condições da produção são, ao mesmo tempo, as condições da reprodução.

Dentro desse contexto mais amplo da reprodução societal, encontra-se a reprodução social, que se refere especificamente à manutenção e renovação da força de trabalho. A reprodução social, como será detalhado a seguir, está diretamente relacionada à garantia dos meios de subsistência necessários para a pessoa trabalhadora manter sua força de trabalho, assegurar sua autoconservação e, no caso das próximas gerações, garantir a reposição dessa força de trabalho.

1.2.2 Produção e Reprodução são indissociáveis

Essa compreensão da reprodução social e societal abre caminho para a discussão da Teoria da Reprodução Social (TRS), uma abordagem crítica que, dentro do feminismo marxista, busca explicitar a centralidade do trabalho humano na constituição e reprodução de todas as esferas da sociedade capitalista. A TRS destaca a interdependência entre a produção de bens e serviços e a produção da vida, enfatizando que a manutenção da força de trabalho — essencial para o sistema capitalista — depende da reprodução da vida social, que ocorre majoritariamente no espaço privado das famílias e outras instituições de cuidado, como escolas, unidades de saúde e hospitais. Dentro desse contexto, emerge uma protagonista: a mulher, especialmente a mulher negra, que assume um papel central na reprodução social, tanto no espaço privado das famílias quanto nos espaços públicos e privatizados.

Dentro da classe trabalhadora, a reprodução social é profundamente marcada pela racialização e pela generificação, que moldam as condições de trabalho e de vida das mulheres negras, responsáveis pela manutenção da vida e do trabalho reprodutivo. Nesse sentido, a TRS afirma que é o trabalho humano, e não a mercadoria, que impulsiona o capitalismo, refutando a ideia de que os processos econômicos podem ser entendidos apenas de maneira superficial. Ela coloca os seres humanos no centro da discussão sobre o trabalho

na sociedade capitalista, destacando suas complexidades, especialmente no que se refere às dimensões de gênero e raça, e colocando no centro das análises “componentes confusos, sensoriais, de gênero, raciais e indisciplinados: seres humanos vivos, capazes de seguir ordens ou desprezá-las” que compõem a classe trabalhadora (Bhattacharya, 2023a, p. 41).

Tithi Bhattacharya, uma das principais expoentes do desenvolvimento da TRS, argumenta que o capitalismo reconhece apenas o trabalho produtivo para o mercado como a forma legítima de trabalho, naturalizando, assim, a invisibilidade de vastas quantidades de trabalho familiar e comunitário que sustentam e produzem a força de trabalho. A partir dessa reflexão, a TRS coloca as trabalhadoras e trabalhadores no centro da análise do trabalho, trazendo à tona dimensões de diversidade frequentemente ignoradas. Ela busca desnaturalizar a ideia homogênea da classe trabalhadora, comumente representada como um homem branco e trabalhador fabril. Nesse contexto, as dimensões de sexualidade, gênero e raça são incorporadas à análise, permitindo uma compreensão mais complexa e inclusiva das condições de trabalho e das experiências vividas dentro da classe trabalhadora.

1.2.3 Reconhecimento do peso do sistema escravista na nossa formação sócio-histórica e na compreensão da composição da classe trabalhadora assalariada e das dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade que nela se expressam

Esse enfoque nas dimensões da classe trabalhadora de gênero, raça e sexualidade, nos remete a uma compreensão mais aprofundada das particularidades da classe trabalhadora no Brasil. A análise de Bhattacharya sobre a invisibilidade de formas de trabalho fundamentais para a reprodução da vida, mas não reconhecidas como "trabalho" no sentido capitalista, nos ajuda a refletir sobre como, no contexto brasileiro, as contribuições históricas e sociais das populações negras e marginalizadas foram, e continuam sendo, invisibilizadas nas dinâmicas do trabalho.

Dessa forma, para entender de forma mais aprofundada a configuração dessa conjuntura no Brasil e a expressão dessas dimensões na composição da classe trabalhadora, é imprescindível resgatar elementos da nossa formação sócio-histórica, especialmente no

que se refere ao impacto do sistema escravista. Neste sentido, o sociólogo e jornalista piauiense Clóvis Moura oferece um acervo teórico indispensável para a compreensão dessa formação, analisando a contribuição fundamental da população negra para a acumulação de riqueza durante o período escravista e como esse processo histórico estabeleceu as bases para a consolidação do capitalismo no Brasil.

Moura (1992) reflete minuciosamente sobre como a população negra, por meio da imigração forçada de pessoas africanas e de seus descendentes nascidos no Brasil, desempenhou um papel crucial na dinamização do trabalho e das relações sociais, em termos demográficos e culturais, durante os quatro séculos do regime escravista. Assim, no processo de escravização que se confunde com o próprio processo de colonização do território brasileiro, dado a precocidade com o que ocorreu desde a quarta década de 1500, os seus deslocamentos pelas diferentes regiões do país, por razões de exploração econômica, foram acompanhados do povoamento, da introdução de técnicas de trabalho e de tecitura de aspectos culturais. Segundo Moura, estimativas contestáveis, devido à perda, muitas vezes intencional, desses registros numéricos, apontam que entre 4 e 10 milhões de pessoas africanas foram traficadas e tiveram como destino a colônia brasileira, o que correspondeu a aproximadamente 40% do total de africanos/as retirados de seu continente durante a existência do tráfico em âmbito mundial (Moura, 1992).

De acordo com Moura (1992), os brancos que se estabeleceram na colônia, e digo no masculino porque eram predominantemente deles que se tratava, ocupavam-se de atividades comerciais ou buscavam obter cartas de sesmaria como modo de distribuição de terras, para então iniciar atividades agrícolas. Importante notar que, para que fosse deferida a concessão de sesmarias, exigia-se a posse de pessoas escravizadas, o que garantiria a exploração econômica daquela área.

Esse período histórico, em meados dos anos de 1580, foi marcado pela localização do eixo econômico no Nordeste, por conta da cana-de-açúcar, concentrando o maior fluxo demográfico de pessoas negras vindas de diferentes regiões africanas (Moura, 1992). Além

de conduzir, enquanto força de trabalho, os engenhos e plantações no conjunto dos estados nordestinos, na Paraíba pessoas escravizadas foram responsáveis pela pecuária.

Com as variações das atividades econômicas, pessoas escravizadas estiveram presentes em todo o território, trabalharam na extração na região amazônica, na mineração em Goiás e Minas Gerais, nas charqueadas no Rio Grande do Sul e depois no desenvolvimento cafeeiro na região sudeste (Moura, 1992). A produção aqui empreendida por meio da escravização abasteceu a demanda mundial por meio da exportação e seus lucros foram escoados grandemente para o exterior, em parte concentrados pelos escravistas. Isto é importante para demarcar que o desenvolvimento capitalista mundial se valeu do sistema escravista na medida em que, em adição a todo capital mobilizado pelo empreendimento do tráfico de pessoas, a agroexportação brasileira tocada pelas pessoas escravizadas foi indispensável para abastecer as populações que viviam sob o sistema capitalista.

Econômica, social e culturalmente, a população negra, junto com a população indígena escravizada, protagonizou as bases dessas esferas. Mas em quais condições toda essa contribuição ocorreu? Moura (1992) lembra que no sistema escravista, a animalização de mulheres e homens negros era a regra, social e legalmente aceita. Com uma jornada de trabalho que durava entre 14 e 16 horas diárias, sob fiscalização rigorosa para impedir pausas e distrações, a maioria da população escravizada, incluindo mulheres e homens negros, desempenhava atividades nos engenhos, nas plantações e nas minas. Mulheres e homens também se ocuparam de tarefas domésticas. Para as mulheres, as atividades concentravam-se na reprodução. Sob a denominação de mucamas, elas trabalhavam nas casas dos senhores realizando tarefas variadas para a manutenção das residências, desde cozinhar, limpar, costurar até realizar partos e amamentar os filhos das famílias brancas. Os homens inseridos no âmbito doméstico realizavam tarefas como cocheiros, transportadores, limpadores de estrebaria, carregadores de lenha e transportadores de recados, entre outras necessidades para o funcionamento da casa grande.

A disciplina no trabalho valia-se da violência, de forma privada como no caso dos açoites recebidos no tronco, como também pública, como no caso do pelourinho¹. A reprodução dessa força de trabalho ocorria em condições de alojamentos precários, com nutrição insuficiente, o que refletia diretamente na precariedade da vida das pessoas escravizadas. Dentro dessa dinâmica, essas pessoas eram vendidas, trocadas, castigadas, mutiladas e até mesmo mortas, conforme o desejo de seu "proprietário". A vida "útil" para a exploração colonial dessas pessoas era estimada entre 8 e 10 anos. Esse breve ciclo de exploração exigia uma reposição constante da força de trabalho, o que se tornou mais difícil após a proibição do tráfico escravagista em 1850 (Moura, 1992).

É preciso compreender o processo de luta e resistência que contribuiu para o desgaste do sistema escravista, para resgatar o protagonismo das populações negras, indígenas e das pessoas brancas pobres, e para ultrapassar a noção de que as proibições legais, influências externas e iniciativas intelectuais foram as únicas responsáveis pelo fim do regime escravista. Nesse contexto, é crucial considerar o contingente escravizado e as diversas estratégias de resistência adotadas, que resultaram na formação de comunidades rurais autossustentáveis, como os quilombos, que surgiram em diferentes regiões do país (Moura, 1992).

Esses quilombos, fundados por pessoas que conseguiram escapar das propriedades escravocratas, foram uma força constante de desgaste do sistema escravista, segundo Moura. Eles se tornaram espaços de resistência, marcados por manifestações amplas de protesto, que reuniam não só pessoas negras, mas também indígenas, mulheres e homens brancos pobres. A importância do processo de aquilombamento, portanto, vai além de sua atuação direta contra o sistema: além de retirar força de trabalho das propriedades, causando perdas financeiras para os escravistas, os quilombos representaram para seus membros a recuperação da humanidade. Nesse sentido, a vida no quilombo significava viver de maneira

¹ Pelourinho era uma coluna de pedra construída em praça pública nos séculos XV e XVI, utilizada para a execução de punições e sentenças judiciais

plena, como seres humanos, em contraste com a desumanização imposta pela escravidão (Moura, 1992).

Nos quilombos havia cultivo de plantações, construções de casas e uma organização para a resistência e confronto com o poderio colonial constituído. Desse modo, foi gestado nos quilombos um movimento de contestação forte aos ditames do sistema escravista e a proposta de uma outra forma de organização social e econômica. Revoltas e lutas foram protagonizadas pela população quilombola que era àquela perseguida pelo sistema colonial pela não aceitação de suas bases (Moura, 1992). Em seu levantamento, Moura (1992) reuniu informações que localizaram pelo menos 136 quilombos de Norte a Sul do país. Na Paraíba, especificamente, Moura apontou quatro deles: Cumbe, Serra de Capuaba, Gramame e Livramento.

A obra de Moura (1992) também dialoga com a atuação do Estado, cujo papel foi central para a consolidação e manutenção do regime escravista. Exemplos disso são a “Lei do Ventre Livre”, promulgada em 1871 e vista como uma ação abolicionista, mas que obrigava as pessoas negras nascidas a trabalharem para os escravocratas por 20 anos, e a “Lei do Sexagenário”, que deixava à própria sorte as pessoas escravizadas que não eram mais produtivas². Moura também destaca um importante evento histórico que ocorreu durante a

² Além dessas leis mencionadas por Moura, duas outras normas promulgadas em 1850 — ano da proibição do tráfico de pessoas escravizadas — explicitam a atuação estatal: a Lei Eusébio de Queirós (Lei n.º 581/1850) e a Lei de Terras (Lei n.º 601/1850). A primeira delas, que trata da repressão ao tráfico de pessoas africanas, determina em seu artigo 6º: “Todos os escravos que forem apprehendidos serão reexportados por conta para os portos donde tiverem vindo, ou para qualquer outro ponto fóra do Imperio, que mais conveniente parecer ao Governo; e em quanto essa reexportação se não verificar, serão empregados em trabalho debaixo da tutela do Governo, não sendo em caso algum concedidos os seus serviços a particulares” (Lei n.º 581, de 4 de setembro de 1850). Assim, até que fossem reunidas as condições para o retorno — que poderia jamais ocorrer —, pessoas sequestradas do território africano, ainda que reconhecida a ilegalidade do ato de tráfico, deveriam trabalhar para o Estado. Já a Lei de Terras, em seus artigos 18 e 19, autoriza: “Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que tales colonos achem emprego logo que desembarcarem. Aos colonos assim importados são applicaveis as disposições do artigo antecedente. Art. 19. O producto dos direitos de Chancellaria e da venda das terras, de que tratam os arts. 11 e 14 será exclusivamente applicado: 1º, á ulterior medição das terras devolutas e 2º, a importação de colonos livres, conforme o artigo precedente” (Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850). Desse modo,

Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, onde a maioria dos homens negros foram forçados a lutar, enquanto se iniciavam esforços para a imigração europeia para substituir a força de trabalho.

Apesar dos discursos oficiais, como entoado no Hino da República institucionalizado pelo Decreto nº 171 de 20 de janeiro de 1890: “Nós nem cremos que escravos outrora, tenha havido em tão nobre país. Hoje o rubro lampejo da aurora, acha irmão, não tiranos hostis. Somos todos iguais, ao futuro” (Decreto nº 171, 1890), o regime escravista e seu período consecutivo foram estruturados com a participação ativa do Reino e, posteriormente, da jovem República, com políticas que, ao mesmo tempo, garantiram a acumulação de riqueza por meio do trabalho escravizado e tentaram deslegitimar toda a história dessa acumulação. O Brasil, como república ingressante no sistema capitalista, buscou fomentar o mito da democracia racial, deslegitimando todos os conflitos, lutas e resistências que explicitam e ainda explicitam as relações de classe e raciais da realidade brasileira. Simultaneamente, apoiou-se em um processo de descredibilização da população negra e indígena para inviabilizar suas vidas na nova república e no trabalho assalariado.

Esse contexto ideológico e social foi analisado por Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, que, em seu livro *Lugar de Negro* (1982), examinaram as teses predominantes no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX. A autora e o autor investigaram as ideias da época sobre o potencial de assimilação das populações negra e indígena e como essas concepções foram usadas para reconstituir a formação sócio-histórica brasileira. Entre as principais teses, Gonzalez e Hasenbalg (1982) dedicam-se à crítica da obra de Gilberto Freyre, especialmente de seu grande clássico “Casa-Grande & Senzala”, publicado pela

enquanto garantiu salvaguardas e financiamento público à chegada e inserção de colonos livres, essa legislação impôs importantes obstáculos à população negra, ao exigir, para reconhecimento da posse de terra ocupada, um “título legítimo”, ou destinação por sesmarias ou outros tipos de concessões (art. 3). Sem a posse desses documentos a terra era considerada devoluta, podendo ser comercializada, e sua aquisição favorecia, conforme esse instrumento legal, aqueles que já possuíam título. As exceções para a destinação dessas terras devolutas eram reservadas à ocupação indígena (ainda que sem critérios bem definidos para a proteção dessas terras), à abertura de estradas, a estabelecimentos públicos ou à construção naval (art. 12).

primeira vez em 1933. Para a autora e o autor, ao buscar se contrapor às teses do racismo científico do final do século XIX e início do século XX, Freyre, como uma das figuras mais proeminentes dessa vertente assimilaçãoista, contribuiu para a construção de uma ferramenta ideológica contra as populações negra e indígena. Sua defesa do sistema patriarcal e a ideia de uma permeabilidade cultural entre os colonizadores e as populações negra e indígena, assim como a fusão dessas populações em termos raciais, tornaram-se centrais na noção de democracia racial. Esse conceito, ao deslocar a questão para o âmbito individual, desresponsabilizou a sociedade pelos prejuízos históricos e estruturais causados às populações negra e indígena.

A construção dessa noção de democracia racial foi fundamental para a consolidação da sociedade brasileira na égide do capitalismo dependente, foi fortemente influenciada pela obra de Freyre (1933/2003). Em sua análise sobre a formação da sociedade brasileira, Freyre propõe um ensaio de sociologia genética e história social, destacando aspectos significativos da construção da família brasileira. Ele busca realizar uma distinção entre raça e cultura, entre a hereditariedade racial e os traços familiares, compreendendo como a interação entre os fatores genéticos e os contextos sociais, culturais, econômicos e históricos influenciaram o desenvolvimento humano no Brasil. Segundo Freyre (2003), a miscigenação, praticada de forma significativa no país, foi um processo de integração social que contribuiu para uma democratização da sociedade brasileira.

Em sua obra, Freyre (2003) afirma que, embora os europeus tenham sido os vencedores no sentido militar e técnico, dominando os povos indígenas e africanos, as relações entre as diferentes raças e grupos sociais nem sempre foram de total subordinação. A escassez de mulheres brancas levou à formação de relações entre senhores e mulheres escravizadas, entre brancos e mulheres negras que, apesar de refletirem a desigualdade de poder entre os dois e suscetíveis a “senhores desabusados e sádicos” (p.33), nessas relações a mulheres escravizadas e colonizadores “adoçaram-se” (p.33) e foram relações geradoras de uma aproximação entre as classes. Assim, segundo Freyre (2003), a miscigenação foi,

assim, uma ferramenta de correção da distância social que separava a casa-grande da senzala, contribuindo para um processo de integração social, onde mulheres negras, indígenas e mestiças se tornaram parte essencial da estrutura familiar e social dos senhores brancos.

Nas palavras de Freyre (2003, p.33):

A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil. Entre os filhos mestiços, legítimos e mesmo ilegítimos, havidos delas pelos senhores brancos, subdividiu-se parte considerável das grandes propriedades, quebrando-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho de reinos.

Além disso, Freyre defende que a vida nos trópicos e a atividade agrária, características centrais da sociedade colonial, influenciaram profundamente a formação cultural e genética do Brasil. A construção das casas-grandes e a vida no campo proporcionaram uma experiência cultural peculiar, com valores de hospitalidade, acolhimento e até mesmo simplicidade por parte dos colonizadores, destacando que entre os séculos XVI e o século XVIII houve uma desmilitarização, dando lugar a essa característica abrigadora por parte da casa grande e seus senhores. Esse contexto, segundo Freyre, formou uma civilização com uma estabilidade própria, onde as casas-grandes, influenciadas por construções conventuais, eram expressão das necessidades e do ritmo da vida patriarcal, sustentada pelo trabalho da população negra escravizada e pelos lucros do cultivo de açúcar.

Freyre também aponta para o declínio do sistema patriarcal após a abolição da escravatura, em 1888, e como isso afetou as condições de vida das pessoas escravizadas. Para ele, a estrutura patriarcal escravista, que de certa forma garantia a alimentação, o cuidado na velhice e até mesmo a ascensão social de alguns filhos de escravizados, desapareceu. Assim, a ordem patriarcal, para Freyre (2003), é central para a construção do “otimismo” sobre a formação social brasileira, pois ele acredita que esse sistema

proporcionou uma estrutura estável, ainda que desigual. No entanto, sua análise não leva em consideração, de maneira crítica, como essa estrutura patriarcal se sustentava por meio da violência, da opressão e da exploração. Em vez disso, Freyre concentra sua crítica no latifúndio, apontando-o como responsável por condições de vida ainda mais precárias para os trabalhadores assalariados, que, segundo ele, viviam em situações piores do que as enfrentadas pelas pessoas escravizadas durante o período colonial. Dessa forma, a crítica de Freyre deixa de abordar as dinâmicas de exploração que estavam presentes tanto no sistema escravista quanto no modelo posterior de trabalho assalariado.

Com tudo isso, em sua análise, Freyre (2003) não apenas traça um panorama da formação da sociedade brasileira, mas também questiona as transformações e permanências que marcaram a história social do país. Ele sustenta que a construção de uma sociedade racialmente democrática foi profundamente influenciada pelos processos de miscigenação, e afirma que as desigualdades persistentes não estão ligadas ao racismo, mas à concentração de terra e à monocultura controladas pelos latifundiários — um legado negativo herdado do período escravista. Dessa forma, a elaboração de Freyre (2003) suaviza a violência — especialmente o estupro de mulheres negras e indígenas — e os prejuízos coloniais, afastando-os da questão racial e enfatizando, de forma positiva, a centralidade da mulher e a dimensão da reprodução como fundamentos de uma suposta identidade harmoniosa e coesa da sociedade brasileira. Esse entendimento se reflete na negação das características de exploração, subordinação e opressão do sistema escravista que o Hino da República expressa, encontrando respaldo na ideia de um Brasil sem racismo, ainda que as páginas de Freyre estejam impregnadas por ele, especialmente quando o autor descreve o que considera o espírito amistoso e acolhedor da nação:

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de

contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone (Freyre, 2003, p. 160).

Esse quadro de "harmonia racial" proposto por Freyre é problematizado por Gonzalez e Hasenbalg (1982), que afirmam que as tentativas de dissociar a posição social da cor das pessoas no Brasil contribuíram para o fomento de certas hierarquias. Segundo a autora e o autor, essa dissociação alimentou a ideia de que as desigualdades sociais não são essencialmente ligadas à cor, mas a fatores como classe, ocupação e educação. Dessa forma, o preconceito de classe prevaleceria sobre o racismo, com a diferença racial e a consciência dessa diferença não necessariamente resultando em discriminação. Além disso, afirmam que os estereótipos negativos persistem mais no plano verbal do que no comportamento, e a crença na eliminação gradual das consequências do período escravista coloca um foco excessivo nos esforços individuais, negligenciando a persistência das dificuldades estruturais, que recaem, de forma singular, sobre as pessoas negras e indígenas.

Esse raciocínio leva Gonzalez e Hasenbalg a identificarem outra vertente importante nos estudos da formação brasileira, particularmente entre as décadas de 1950 e 1960. Nessa vertente, o racismo é seriamente considerado, mas é problemático o modo como se atribuiu à população negra um despreparo para assumir a condição de cidadania e de trabalhadora ou trabalhador assalariado. Nesse interim, a dificuldade da população negra frente ao trabalho assalariado seria, em parte, tributado à recusa do trabalho assalariado como uma forma de reivindicação da posição de pessoa livre, e essa resistência em aceitar as condições desfavoráveis do trabalho assalariado capitalista resultou em marginalização e desclassificação social da população negra de forma intergeracional. Gonzalez e Hasenbalg, identificam em autores como Florestan Fernandes essa compreensão, dirigindo a sua obra questionamentos e contestação de alguns de seus argumentos. Para compreender essa

crítica de Gonzalez e Hasenbalg (1982) a Florestan Fernandes (1964/2008), é válido recorrer a um longo excerto que sintetiza algumas das afirmações desse último a respeito da população negra na sociedade de classes capitalista:

Dante do negro e do mulato se abrem duas escolhas irremediáveis, sem alternativas. Vedado o caminho da classificação econômica e social pela proletarização, restavam-lhes aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou se abater penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de “homem livre”. Na análise retrospectiva dessa situação, é patente a irracionalidade do comportamento do negro e do mulato, como indivíduos ou coletivamente, no período final de desagregação da sociedade de castas e no período inicial da formação da sociedade de classes. A revolta diante da degradação e da suprema humilhação decorrentes da escravidão inspirou avaliações e aspirações sociais que lhes foram funestas (...) entende-se que a irrationalidade do comportamento do negro e do mulato procedia de uma situação humana altamente complexa e, sobretudo, que as circunstâncias exteriores converteram essa mesma irrationalidade em fator dinâmico de ajustamento (...) Enquanto o estrangeiro via no trabalho assalariado um simples meio para iniciar “vida nova na pátria nova”, calculando se libertar dessa condição o mais depressa possível, o negro e o mulato convertiam-no em um fim em si e para si mesmo, como se nele e por ele provassem a dignidade e a liberdade da pessoa humana. Introduziam, portanto, elementos morais no contrato de trabalho, altamente desfavoráveis em uma ordem social que timbrava por despojar a relação patrão-assalariado de obrigações e de direitos extraeconômicos (Fernandes, 2008, pp.37-38)

As críticas de Gonzalez e Hasenbalg (1982) identificam três pontos problemáticos na análise de Florestan Fernandes (2008), que merecem destaque. O primeiro se refere à ênfase que Fernandes coloca nas limitações culturais da população ex-escravizada, como normas

comportamentais e desorganização social e familiar. Para ele, esses fatores ajudariam a explicar a discriminação e o prejuízo da população negra em relação à população branca imigrante na sociedade de classes e no mercado de trabalho formal assalariado. O segundo ponto crítico está na superestimação de Fernandes da dimensão democrática e da igualdade formal na sociedade de classes. Para Gonzalez e Hasenbalg, Fernandes sugere que o racismo e a discriminação, enquanto legados do passado escravista, tenderiam a desaparecer com a consolidação do capitalismo, já que os preconceitos e discriminações baseados na cor seriam incompatíveis com os aspectos jurídicos, econômicos e sociais do novo sistema. No entanto, para a autora e o autor, essa perspectiva implica, de forma implícita, uma integração das pessoas negras à sociedade capitalista, o que se manifesta nas abordagens assimilaçãoistas. Gonzalez e Hasenbalg, entretanto, destacam a limitação dessas abordagens, pois não consideram adequadamente a possibilidade de coexistência entre racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista. O terceiro ponto de crítica se refere ao foco de Fernandes na região Sudeste, que, segundo a autora e o autor, o levou a negligenciar aspectos importantes sobre a transição de um sistema a outro, especialmente nas regiões de Minas Gerais e nos estados nordestinos. Nessas áreas, antes mesmo da abolição formal, já havia pessoas ex-escravizadas vivendo de forma "livre", mas ainda sujeitas a uma posição social imutável, com relações de trabalho semi-servis.

Adiciono que, embora Fernandes, ao realizar sua análise, tendo como referência a emergência da sociedade paulistana e seu processo de efervescência econômica e social, comprometa-se verdadeiramente com uma crítica ao sistema que impôs barreiras e não ofereceu reparação às pessoas escravizadas, ele incorre em afirmações preocupantes ao indicar a irracionalidade e a deliberada recusa de trabalhadores/as negros/as às possíveis ofertas de trabalho, ainda que reconhecendo sua precariedade e como eram aviltantes. Ao assumir que trabalhadores imigrantes tinham condições de assimilar as regras do trabalho assalariado e que eles aceitaram o que a população negra recusou por princípio moral, não se exime da falácia de que essas pessoas não eram aptas à dinâmica capitalista e que

deixaram passar ofertas de trabalho, ainda que degradantes, sendo a parcela imigrante da classe trabalhadora a que tocou o projeto capitalista. Dito de outro modo, Fernandes aprofunda sua análise da sociedade de classes e oferece elementos indispensáveis para a formação sócio-histórica no Brasil, contudo, ainda que ele recuse a ideia de que a inserção de pessoas negras no mundo do trabalho assalariado se devesse a mera vagabundagem ou inferioridade cognitiva ou social, ele oferece elementos que ainda assim apontam para uma irracionalidade e desabilitação, o que é reducionista e pode depor contra o entendimento desse segmento tão importante na composição da classe trabalhadora.

A análise de Gonzalez e Hasenbalg (1982), por outro lado, aponta que o preconceito e a discriminação raciais não permanecem irretocados após o final do regime escravista, mas assumiram novas formas dentro da sociedade capitalista que se consolidava. Para essa autora e autor, as práticas racistas não são meras sobrevivências do passado, mas estão relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que se obtém por meio da desqualificação competitiva da população negra em relação à população branca. Nesse sentido, Gonzalez e Haselbalg argumentam que o desenvolvimento capitalista e industrialização não só coexistem com o racismo, mas que a racialização social historicamente construída é um dos principais mecanismos para a reprodução das classes sociais.

Por isso, para Gonzalez e Hasenbalg, a ênfase da análise deve recair sobre as relações estruturais e sobre o intercâmbio desigual que caracteriza a sociedade capitalista. Nesse contexto, Gonzalez e Hasenbalg apontam para a desigualdade geográfica e racial, observando que, nas regiões com maior concentração de população negra, a acumulação de riqueza é distintamente mais baixa do que na região Sudeste, onde a população negra é numericamente menor. Essa distribuição desigual de riqueza, que remonta ao sistema escravista, foi reforçada pelo estímulo à imigração europeia, direcionada principalmente para o Sudeste do país. Assim, a segregação regional do mercado de trabalho, que se consolidou após o fim do escravismo, persistiu até a década de 1930 período com o significativo impulso a industrialização brasileira.

1.2.4 A força de trabalho brasileira é superexplorada

Nesse contexto de desigualdade estrutural, em que a população negra é sistematicamente alocada em posições subalternas na sociedade, Gonzalez e Hasenbalg (1982) destacam como essas desigualdades se materializam em segregação espacial e ocupacional, perpetuando um ciclo de marginalização econômica e social. Esse cenário de segregação, com a concentração de pessoas negras em regiões empobrecidas e em ocupações de baixo valor agregado, reflete uma das dimensões centrais da superexploração do trabalho no Brasil. Nesse processo, a classe trabalhadora negra, já sobrecarregada pela divisão desigual dos recursos e do poder, é ainda mais pressionada a produzir além do seu limite, tendo sua força de trabalho extraída de maneira extenuante e sem a devida reposição.

A superexploração, como conceito, se articula diretamente com esse quadro de desigualdade, pois envolve um modo específico de extração de valor, no qual a pessoa trabalhadora, imersa em condições de extrema precariedade, é forçada a trabalhar mais, com menos recursos e em jornadas mais longas, resultando em um esgotamento ainda maior de sua força de trabalho. Nesse sentido, a análise marxista da dependência, conforme articulada por teóricas e teóricos como Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, nos permite compreender que a superexploração do trabalho no Brasil é uma dinâmica intrínseca à conformação capitalista possível aos países latino-americanos, que tem suas bases conectadas diretamente à história de exploração colonial e escravista do país. Marini, Bambirra e Santos em suas contribuições apresentam argumentos contrários às teses desenvolvimentistas, especialmente disseminadas entre as décadas de 1930 e 1980, de que o Brasil estaria em um grau de desenvolvimento inferior ao dos países centrais, mas que essa poderia ser uma condição transitória passível de ser equalizada a partir do desenvolvimento nacional. Para essas autoras e autores, ao contrário, essa é a característica do capitalismo nos países latino-americanos: é de modo dependente e com uma participação específica, especialmente como exportador de matérias-primas que o Brasil participará da dinâmica global do capital.

Nesse sentido, Bambirra (1973/2013), trata da agudização das contradições entre a concentração do poder econômico e político das classes dominantes e do conjunto da população dominada, apresentando a dependência como situação condicionante. Situação na qual um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra submetida. Essa condicionalidade determina os limites e possibilidades de ação e comportamento de mulheres e homens.

A autora realiza a crítica a uma concepção gradualista na qual o “atraso” dos países dependentes não é visto como uma consequência do desenvolvimento do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, a condição desse desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais. Os países capitalistas desenvolvidos e os países periféricos formam uma mesma unidade histórica, que tornou possível o desenvolvimento de alguns e o inevitável “atraso” de outros.

Por sua vez, Santos (1978/2011), ao discutir o imperialismo e a dependência, adiciona outros dois aspectos fundamentais para a compreensão da dependência dos países latino-americanos, com especial destaque para as repercussões de crises econômicas às economias dependentes, como a brasileira. Em primeiro lugar, os países dependentes não devem ser vistos como economias pré-capitalistas que poderiam ser desconsideradas durante períodos de crise econômica. Ao contrário, esses países, especialmente na América Latina, fazem parte integrante da economia mundial capitalista, com grande parte de sua produção voltada para o mercado global. Dessa forma, as crises no mercado mundial afetam diretamente suas economias. Em segundo lugar, Santos aponta que é crucial considerar que, ao se integrarem à economia mundial como exportadores de matérias-primas e produtos agrícolas, esses países desenvolvem uma economia de mercado. No entanto, eles não conseguem adotar todas as características do modo de produção capitalista devido a diversos fatores: as barreiras para a qualificação da força de trabalho, o mercado interno desenvolvido de maneira diferente das economias centrais e saturado por produtos manufaturados estrangeiros, com limitações de desenvolvimento tecnológico, restrito a setores

especializados, e a ausência de uma indústria bem integrada, que permitiria um crescimento autônomo, entre outros elementos.

Como consequência, Santos (2011) argumenta que esses países carecem de mecanismos internos capazes de gerar e compensar as crises econômicas, ficando, assim, quase completamente dependentes do mercado mundial. A redução no consumo de certos produtos, tanto durante o período colonial quanto no século XIX, resultou no colapso de economias inteiras nesses países dependentes, bem como na destruição de poderosos centros econômicos, que foram deslocados para outras regiões ou retrocederam para uma economia natural. Embora também ocorra esse fenômeno na Europa ou nos Estados Unidos, o que é percebido nesses contextos como um retrocesso regional e localizado, nos países dependentes, frequentemente assume a forma de uma crise global e de uma estagnação econômica generalizada.

Após a segunda metade do século XIX, tais retrocessos não serão mais tão definitivos para as economias dependentes. Foi, sobretudo, o surgimento de um setor industrial, em alguns países, a partir do final do século XIX, que permitiu a inversão do sentido das crises e a busca por novos focos de desenvolvimento. Somente nesse contexto, pode-se começar a falar de mecanismos internos relativamente autônomos, capazes de gerar crises autóctones ou de compensar as crises mundiais.

Para Marini (2000), diante dessa dependência que marca o modo como o Brasil e os outros países da América Latina estabelecem-se enquanto países capitalistas e se situam na economia mundial, existe um intercâmbio desigual que interfere na apropriação de mais valor. Como não é capaz de impedir a perda de mais valor no âmbito do mercado, a economia dependente busca compensá-la no processo produtivo o que, como já pontuamos, consequentemente envolve o processo reprodutivo.

Para essa compensação, de acordo com Marini (2000), a exploração da força de trabalho se dá por meio de uma superexploração. Essa superexploração se manifesta através de três mecanismos: pelo incremento de intensidade do trabalho e não da capacidade

produtiva, o que demanda da/o trabalhadora/or um dispêndio maior de sua força de trabalho, uma maior exploração da sua força de trabalho; pela continuidade da jornada de trabalho, o que aumenta o trabalho excedente; e pela redução do consumo das/os trabalhadoras/es excedendo o limite considerado normal - processo em que a parte da jornada que é dedicada ao trabalho necessário é convertida em certa medida em fundo de acumulação, caracterizando um modo específico de acréscimo ao tempo de sobre trabalho. Esses mecanismos podem estar — e comumente estão — nas economias dependentes associados à remuneração abaixo do valor da força de trabalho.

Esses mecanismos tiram da classe trabalhadora os meios necessários para que o desgaste da sua força de trabalho seja recomposto, pois se consome mais força de trabalho do que o comum, o que acarreta um precoce esgotamento dela e, por fim, impede que a/o trabalhadora/or consuma aquilo que é indispensável para a manutenção da sua força de trabalho.

Nessa discussão da dialética da dependência, Souza (2023) propõe ampliar essa análise ao incorporar a relação essencial entre racismo, sexism e superexploração. Para a autora, o racismo configura-se como um elemento simultaneamente determinante e determinado na dinâmica da superexploração da força de trabalho, intimamente ligado à dependência e ao imperialismo. Em suas contribuições, ela destaca que:

A racialização das relações sociais, forjada ao longo do processo colonial escravista e de suas contradições fundamentais, torna-se um pilar da dialética da dependência. É um elemento estruturante das relações de produção de mais-valia, na medida em que a divisão social do trabalho, no capitalismo dependente, é amplamente organizada também pela hierarquização racial e étnica (Souza, 2023, p. 21).

A autora também observa que as populações negras e indígenas formam uma ampla margem de expropriados, que, em virtude da condição dependente da economia latino-americana, apresentam taxas de marginalização em constante crescimento, decorrentes do contínuo processo de expulsão da força de trabalho do sistema produtivo.

Neste ponto, é relevante acrescentar uma dimensão importante às considerações de Souza (2023): as desigualdades regionais no Brasil perpetuam uma disparidade significativa entre o desenvolvimento econômico e social das diferentes regiões do país. Como destacado por Gonzalez e Hasenbalg (1982), essas desigualdades se manifestam de maneira especialmente pronunciada no Nordeste, onde as expressões mais evidentes da marginalização econômica e social continuam a refletir a persistente assimetria no acesso a recursos e oportunidades. Esse contexto adiciona uma camada à análise de Souza (2023), ao evidenciar que a desigualdade e o desemprego formam a espinha dorsal da reprodução capitalista na economia dependente, com uma radicalidade peculiar, uma vez que o sistema se sustenta nas bases legadas pelo escravismo, em um momento histórico marcado pelo estágio monopolista das economias centrais e pelas características do imperialismo moderno. Nesse cenário, a abundante oferta de força de trabalho se torna um fator essencial para o desenvolvimento dependente, criando as condições para a superexploração. Dentro dessa vasta população trabalhadora, a população negra se encontra em uma situação de marginalização exacerbada, que a exclui da centralidade da atividade produtiva, antes ocupada, por imposição do regime escravocrata. Consequentemente, essa população é relegada às margens da produção e, por extensão, da participação plena na sociedade em que a mercadoria predomina. A marginalização racializada, como já identificado por Moura (1992) e por Gonzalez e Hasenbalg (1982), constitui um mecanismo fundamental para a extração de mais-valia.

Diante desse quadro, a regra na realidade brasileira é a desproteção da maioria da população, caracterizada pelo altíssimo grau de informalidade do trabalho e pela ausência de garantias básicas, como acesso a benefícios previdenciários, escolarização, assistência à saúde, moradia, segurança pública e cultura. Nesse contexto, mantém-se os níveis de reprodução da força de trabalho, sendo que as mulheres, especialmente as mulheres negras, assumem uma responsabilidade desproporcional nesse processo. O atendimento reprodutivo realizado fora das residências, embora essencial, enfrenta enormes desafios, como a

dificuldade de acesso a serviços públicos acessíveis e de qualidade, incluindo creches, restaurantes populares e serviços de atendimento à velhice. Além disso, esses serviços, que representam dificuldades de acesso para a classe trabalhadora, também se tornam espaços de exploração da força de trabalho barata, onde critérios de racialização e generificação permeiam as condições de trabalho (Souza, 2023), o que sugere ser o caso das auxiliares de serviços gerais.

1.3 Percurso Metodológico

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender diferentes dimensões da realidade social, a partir da perspectiva materialista histórica dialética. Nesse sentido, o estudo busca ir além da superfície da questão investigada, visando apreender sua historicidade, dinamicidade e os múltiplos aspectos que a constituem.

De acordo com a perspectiva dialética, a realidade não se revela imediatamente em sua totalidade, o que exige um processo de intuição, análise e compreensão teórica. Ao defender a busca por superar a aparência, enquanto manifestação imediata e mais evidente, não se afirma que essa aparência seja falsa, mas sim que a "coisa em si" não pode ser completamente compreendida sem ultrapassar essa forma fenomênica. A dialética, enquanto pensamento crítico, busca entender a "coisa em si" e, de maneira rigorosa, questiona as possibilidades de apreensão da realidade, recusando sua naturalização e reconhecendo seu movimento e unidade (Kosic, 1963/2002).

1.3.1 Lócus de Pesquisa

A atenção primária à saúde no município de João Pessoa, Paraíba, é organizada pela Secretaria Municipal de Saúde dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) e está subdividida em cinco Distritos Sanitários. O lócus da pesquisa está situado em um desses distritos, que abrange a sede e 17 Unidades de Saúde da Família (USF)³, sendo 12 delas denominadas

³ As Unidades de Saúde da Família (USF) são uma das nomenclaturas adotadas na Paraíba para os serviços da Estratégia Saúde da Família, considerada a principal estratégia para a expansão e

integradas, por contarem com mais de uma equipe de saúde da família em atuação. A escolha desse distrito como campo de estudo foi motivada pela sua capilaridade territorial e pelo número significativo de unidades de saúde presentes na região.

Este distrito se caracteriza por alta densidade demográfica e é predominantemente habitado pela classe trabalhadora. As unidades atendem tanto os bairros legalmente constituídos quanto as comunidades formadas por movimentos de luta por moradia. Nesse contexto, os serviços enfrentam desafios específicos, como o atendimento às chamadas "áreas descobertas" — localidades que, por não serem oficialmente reconhecidas como parte regular dos bairros, não contam com agentes de saúde da família para acompanhamento.

Quanto à distribuição das trabalhadoras de serviços gerais nas unidades de saúde, observa-se uma variabilidade. Em algumas unidades, há duas trabalhadoras alocadas, enquanto em outras, uma única profissional é responsável por toda a limpeza e manutenção. Importante destacar que essa variabilidade não está relacionada ao tamanho físico das unidades, e a caracterização integrada das unidades também não garante que duas trabalhadoras sejam designadas para o local.

Para a organização da pesquisa de campo, foram realizadas etapas preliminares administrativas e logísticas. Inicialmente, foi necessário obter a autorização do município, seguida de uma aproximação ao setor responsável pela pesquisa no distrito, a fim de garantir

consolidação da Atenção Primária à Saúde no SUS, conforme a Portaria nº 2.436/2017. Essa portaria aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e revisa as diretrizes para a organização da Atenção Básica — termo considerado equivalente a Atenção Primária, segundo o próprio documento. As USF do município de João Pessoa seguem o modelo da Estratégia Saúde da Família e, dependendo do tamanho e das características do território em que estão inseridas, podem contar com uma ou mais equipes. Cada equipe, do tipo Equipe de Saúde da Família (eSF), deve ser composta, no mínimo, por médica/o, auxiliar e/ou técnica/o de enfermagem e agente comunitário de saúde. Segundo Giovanella et al. (2020), o redirecionamento promovido por essa portaria em relação à PNAB anterior introduz alterações que ameaçam a multiprofissionalidade das equipes de saúde, conferem centralidade ao cuidado individual e enfraquecem o enfoque territorial e comunitário, além de comprometer a cobertura da atenção. Um exemplo citado pelas autoras é a possibilidade de composição das equipes eSF com apenas um/uma agente comunitário de saúde, bem como a existência de equipes sem esse/a profissional — denominadas Equipes de Atenção Básica (eAB) —, o que fragiliza o componente comunitário e as ações de promoção da saúde. Ver em Giovanella et al. (2020).

o apoio necessário para o desenvolvimento das atividades. O projeto de pesquisa foi submetido ao sistema online da prefeitura e, por meio da Gerência de Educação na Saúde (GES), passou pela aprovação dos setores envolvidos, incluindo o Distrito Sanitário, que autorizou a liberação da pesquisa. Ao final desse processo, foi emitido o Termo de Anuênciam para Pesquisa.

Na sequência, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob o registro CAAE 68668923.6.0000.5188, foi realizada uma reunião na sede do distrito, no mês de agosto de 2023, com a participação da diretora e da responsável pelo setor de pesquisas, para discutir detalhes sobre o estudo, seus objetivos e o método proposto. Durante essa reunião, foram definidas três decisões importantes: 1) os encontros aconteceriam fora das instalações das unidades de saúde ou da sede do distrito, 2) as atividades seriam realizadas durante o horário de trabalho, com a liberação das participantes, e 3) as trabalhadoras seriam divididas em dois grupos.

A escolha de realizar os encontros fora das unidades de saúde e da sede do distrito teve como objetivo criar um ambiente mais acolhedor para as participantes, já que a sede é, para muitas delas, associada a situações de preocupação. Além disso, o espaço das unidades não se mostrava adequado para a realização dos encontros. A liberação durante o expediente de trabalho foi uma estratégia para garantir a participação, considerando que a disponibilidade após o horário de trabalho poderia ser afetada por responsabilidades reprodutivas. A divisão das trabalhadoras em dois grupos foi sugerida pelas responsáveis pelo distrito, com base na distribuição das equipes nas unidades, visando minimizar as interferências nas rotinas dessas unidades.

Antes de cada encontro, a data foi compartilhada com o setor responsável pela pesquisa, que contribuiu para a divulgação entre as trabalhadoras e as gerências das unidades. O transporte de ida e volta foi fornecido pela UFPB, com o objetivo de garantir o acesso das participantes sem custos financeiros. O ponto de encontro foi estabelecido na

sede do distrito, embora algumas participantes, devido à extensão do território, precisassem utilizar transporte público por até uma hora para chegar ao local de partida. Além disso, em todos os encontros, a alimentação foi fornecida pela pesquisadora.

As rodas de conversa ocorreram na Sede Social da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba (ADUFPB), onde uma sala de reuniões foi reservada para garantir o sigilo e receptividade das participantes.

1.3.2 Participantes

Foram convidadas a participar da pesquisa as 25 mulheres contratadas por meio de uma empresa terceirizada para a prestação de serviços à Secretaria de Saúde Municipal, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, e que exerciam suas atividades na sede e nas Unidades de Saúde da Família do distrito de referência.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa emprega como prestadoras de serviços no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais aquelas/es que realizam atividades de manutenção de pisos, limpeza, lavagem, varrição, coleta de lixo, entre outras tarefas (Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2015). Entretanto, na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho (Ministério do Trabalho, 2022), a ocupação de auxiliar de serviços gerais corresponde somente as atividades de confecção de roupas, ao passo que as ocupações relacionadas à limpeza e conservação interna de ambientes são classificadas como Auxiliar de limpeza, Chefe de limpeza, Servente de limpeza, Faxineiro/a.

O convite para participar da pesquisa foi realizado às trabalhadoras pela pesquisadora doutoranda, com o apoio de graduandos/as bolsistas de iniciação científica, durante visitas às unidades de saúde. Todas as trabalhadoras foram localizadas e, em uma conversa individual ou em dupla, quando havia duas trabalhadoras na unidade, o objetivo da pesquisa e os procedimentos para a sua realização foram apresentados. Durante essas visitas, também foi possível acessar as gerências das unidades para confirmar as informações já

encaminhadas pelo distrito, como as especificidades da pesquisa, a data e o horário dos encontros, além de garantir a liberação das trabalhadoras.

1.3.3 Critério de Inclusão

Foram consideradas elegíveis como participantes desta pesquisa:

- Mulheres maiores de 18 anos que trabalhem como Auxiliar de Serviços Gerais na sede ou em uma das Unidades de Saúde do Distrito Sanitário, independentemente do tipo de vínculo empregatício e tempo de trabalho;
- Trabalhadoras com disponibilidade para comparecer aos encontros da pesquisa previamente agendados; e
- Trabalhadoras que concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Pesquisa.

1.3.4 Critério de Exclusão

Não foram elegíveis como participantes desta pesquisa:

- Pessoas menores de 18 anos;
- Trabalhadoras em função diversa de Auxiliar de Serviços Gerais ou que não trabalhem em Unidades de Saúde pertencentes ao Distrito Sanitário lócus da pesquisa;
- Homens que exerciam atividades de Auxiliar de Serviços Gerais nas Unidades de Saúde do Distrito Sanitário;
- Trabalhadoras com indisponibilidade para participar dos encontros.

1.3.5 Propostas metodológicas

A pesquisa de campo foi realizada por meio das seguintes propostas metodológicas: visitas à sede e às unidades de saúde e rodas de conversa com as trabalhadoras participantes.

1.3.5.1 Visitas a sede e as unidades de saúde do Distrito. A sede e as 17 unidades de saúde da família pertencentes ao distrito foram visitadas nos meses de dezembro de 2023, março de 2024, agosto de 2024 e janeiro de 2025, em períodos que antecederam as rodas de conversa e a finalização da escrita da pesquisa. Ao todo, foram realizadas 56 visitas, que serviram como um espaço de contato e diálogo. Mesmo aquelas trabalhadoras que não participaram das rodas de conversa atenderam à pesquisadora e compartilharam elementos importantes para a análise da temática, como a apresentação do espaço físico, considerações sobre a dinâmica laboral, em especial a sobrecarga de trabalho, e os processos de invisibilidade e ausência de reconhecimento. A primeira visita a cada trabalhadora foi realizada pela pesquisadora doutoranda, acompanhada pelos discentes de graduação em Psicologia bolsista de iniciação científica Lorraine Clara dos Santos e Matheus Vinicius Daniel de Farias e uma bacharela em Psicologia Gabriela Bayma Remos Fernandes vinculados/a ao Projeto de Pesquisa “A relação entre saúde mental e trabalho de auxiliares de serviços gerais das Unidades de Saúde da Família: análise articulada à raça, classe e gênero” coordenado pelo professor Paulo César Zambroni de Souza. As visitas subsequentes foram realizadas exclusivamente pela pesquisadora doutoranda.

No contexto das visitas, o diário de campo foi uma ferramenta auxiliar utilizada para registrar as impressões e os elementos suscitados durante a realização delas.

1.3.5.2 Rodas de conversas com as trabalhadoras. A proposta metodológica de rodas de conversa foi escolhida como instrumento de produção de elementos para a pesquisa pela possibilidade que ela comporta de se constituir como um ambiente formativo, de compartilhamento de experiências e de confraternização potente para alterar percursos e forjar posicionamentos. É um espaço de fala e escuta que inicia como um momento singular, mas que ressoa coletivamente (Moura & Lima, 2014). Para a realização desses encontros, as participantes foram divididas em dois grupos, e cada roda seguiu um roteiro com questões

disparadoras e material de apoio para fomentar as discussões. Com o consentimento de todas as participantes, os dois primeiros encontros foram gravados em áudio.

Primeiras rodas de conversa: As primeiras rodas ocorreram em dezembro de 2023.

No primeiro encontro, foram convidadas 13 trabalhadoras, das quais 7 compareceram; no segundo, das 12 convidadas, 4 participaram. Cada encontro teve duração de duas horas e iniciou com a apresentação da proposta da pesquisa, a leitura do termo de consentimento livre e esclarecido, seguida da assinatura, após a confirmação de compreensão por parte das participantes. O roteiro incluiu a apresentação das participantes a partir da questão: “O que você quer que a gente saiba sobre você?”. Seguiu-se com a escolha de um nome fictício para cada uma e a escolha coletiva de um nome para o grupo. As discussões abordaram o que faz parte do trabalho de auxiliares de serviços gerais, as tarefas cotidianas realizadas, o que é visibilizado e o que não é visto no trabalho.

Segundas rodas de conversa: As segundas rodas ocorreram em março de 2024. A

distribuição das trabalhadoras nos grupos foi mantida. No primeiro encontro, participaram 6 trabalhadoras, e no segundo, outras 6 estiveram presentes. Com duração de duas horas, o foco deste encontro foi discutir as dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade e a relação delas com o trabalho. A questão disparadora foi: “Existem pesquisas que mostram que o trabalho de limpeza é exercido majoritariamente por mulheres e que muitas delas são negras. Vocês já ouviram falar sobre isso? Por que acham que é assim?”. Após a primeira rodada de diálogos, foram compartilhados os materiais de apoio, incluindo o conto *Olhos d’água*, de Conceição Evaristo, e falas da pesquisa com auxiliares de limpeza *É casa, é luta, é o dia de amanhã*, de Lara Campoli e Graziela Serroni Perosa, e o diálogo prosseguiu.

Terceira roda de conversa: A terceira roda reuniu as trabalhadoras dos dois grupos, conforme solicitado pelas participantes e viabilizado após negociação com as responsáveis pelo distrito. O objetivo desse encontro foi apresentar a devolutiva dos pontos discutidos nas duas rodas anteriores. Para apresentar os destaques da análise dos materiais, foi elaborado

um vídeo (Apêndice 8). Após a exibição, o espaço foi aberto para discussões sobre o conteúdo apresentado.

1.3.6 Riscos

Os riscos que envolveram a participação na pesquisa estiveram relacionados a possíveis desconfortos e/ou constrangimentos diante de conteúdos suscitados, bem como dos meios de registros dos encontros e entrevistas; dificuldades ocasionadas por recordação de memórias; preocupações com a formulação de respostas e com o sigilo; cansaço ou vergonha; interferência na vida e na rotina das participantes.

1.3.7 Benefícios

Como protagonistas da pesquisa, as trabalhadoras participantes tiveram espaços de escuta e diálogo sobre o seu trabalho e as implicações relacionadas a essa inserção profissional. A discussão coletiva pôde contribuir para ampliação do olhar sobre o trabalho e para o fortalecimento da perspectiva coletiva destas trabalhadoras. Ainda, ao participar deste estudo contribuíram para dar visibilidade às particularidades de sua categoria profissional.

1.3.8 Análise do material produzido

Os materiais gravados durante os encontros grupais e as entrevistas foram transcritos em documentos de texto e armazenados de maneira sigilosa, com atenção à proteção dos dados das participantes. As transcrições foram analisadas com base no método proposto por Aguiar e Ozella (2006), no âmbito da Psicologia, denominado Núcleos de Significação.

Essa abordagem constitui uma proposta histórico-dialética para a apreensão das significações (Aguiar et al., 2015), buscando compreender os sentidos e significados atribuídos pelas participantes à realidade. Os significados são entendidos como produções históricas e sociais, que possibilitam a interlocução e a socialização de experiências. São apropriados e configurados a partir das subjetividades das pessoas. Nessa perspectiva, para compreender alguém, os significados funcionam como ponto de partida. O sentido é visto

para além da aparência, como um ato humano mediado socialmente e uma singularidade historicamente construída (Aguiar & Ozella, 2006).

O método de análise é composto por três etapas: pré-indicadores, indicadores e núcleos de significação, conforme quadro 1.

Quadro 1- Procedimentos Analíticos a partir dos Núcleos de Significação

1. PRÉ-INDICADORES

A análise parte da palavra inserida no contexto que lhe dá significado. Após a transcrição do material gravado, iniciam-se diversas leituras flutuantes – geralmente em grande número – com o objetivo de identificar os pré-indicadores, considerando sua relevância para a compreensão do tema investigado.

2. INDICADORES

A segunda leitura possibilitará o processo de aglutinação dos pré-indicadores, com base em critérios de similaridade, complementaridade ou contraposição.

3. CHUVA DE IDEIAS

Processo de articulação dos dados, com a organização dos núcleos de significação em um número reduzido, de modo que expressem os pontos centrais das falas, deixem nítida implicações para as participantes e revelem suas determinações constitutivas. A nomeação dos núcleos será feita com base nas próprias falas das participantes.

Fonte: Adaptação de Aguiar, Soares & Machado, 2015; Aguiar & Ozella, 2006 realizada pela autora

Na primeira etapa, a construção dos pré-indicadores é realizada por meio da palavra da participante, no contexto que lhe confere significado, destacando aquelas que apontam para a materialidade histórica (Aguiar et al., 2015). A partir da transcrição do material gravado, inicia-se uma leitura flutuante, na qual são identificados os pré-indicadores mais relevantes para a compreensão do tema da pesquisa.

A segunda etapa consiste na formulação dos indicadores, que envolve o processo de agrupar os pré-indicadores por meio de similaridade, complementaridade ou contraposição. Na terceira etapa, a construção e análise dos núcleos de significação são realizadas por meio da articulação dos indicadores, com o objetivo de organizá-los em núcleos que expressem os elementos centrais e fundamentais que envolvem as participantes, analisando as determinações constitutivas.

Aguiar et al. (2015) sugerem que os núcleos recebam nomes extraídos das falas das/os participantes e/ou de suas expressões. Por isso, os títulos e subtítulos deste material iniciam com as palavras das participantes, pois essas expressões refletem os núcleos sistematizados por meio dessa abordagem. Esse processo é seguido por uma articulação intranúcleo, sempre levando em conta o contexto sócio-histórico.

1.3.9 Exposição do material produzido

A exposição da análise dos elementos levantados durante a pesquisa está estruturada em capítulos, com as falas das participantes denominando os subtítulos de cada seção. Suas intervenções estão presentes em todo o texto, entrelaçadas com a análise, buscando destacar o movimento da realidade, em sua historicidade e contradição, com constantes transições entre o particular e o geral (Silva & Hermida, 2021). Para Silva e Hermida (2021), a exposição, do ponto de vista do materialismo histórico dialético, precisa seguir um percurso lógico e coerente, de modo a deixar nítidos os resultados do processo de investigação, permitindo que o todo seja reconstituído em sua organicidade e não de forma somatória ou mecânica. Desse modo, o esforço da exposição foi explicitar a realidade das trabalhadoras e do trabalho que realizam na sociedade capitalista, partindo das suas próprias narrativas, realizando uma reconstrução crítica das categorias que a compõem e que estão para além da aparência, apoiada em um cuidadoso exame teórico, e então fazer o trajeto de retorno às participantes.

Outro destaque é para a forma de apresentação dessas trabalhadoras. A construção das apresentações das trabalhadoras foi inspirada pela Escrevivência⁴, de Conceição Evaristo, o que levou à criação de narrativas em formato de conto. Esse formato visa ressaltar a subjetividade e elementos da vida das participantes, considerando suas trajetórias pessoais e coletivas. Os contos foram desenvolvidos a partir das histórias compartilhadas pelas próprias trabalhadoras, incluindo frases e músicas escolhidas por elas. Observações feitas durante os encontros também permeiam o contexto dessas narrativas.

Além dos contos, foi incluído um quadro que sintetiza as principais características das participantes. Esse recurso informativo complementa as narrativas, oferecendo à/o leitora/or uma síntese objetiva sobre o conjunto das trabalhadoras.

⁴ A escrevivência, conforme Conceição Evaristo (2020), em sua concepção inicial, constitui-se como um ato de escrita das mulheres negras que, a partir da singularidade das histórias de pessoas negras, denuncia aspectos da formação social brasileira e reflete sobre a condição de vida da população brasileira descendente de africanos, propondo também uma reflexão sobre a universalidade humana. A figura da mãe-preta, para Evaristo, é central: aquela que, submetida à escravidão, foi responsável por criar as crianças da família escravocrata — amamentando-as, preparando suas refeições, conversando com elas, ensinando-lhes a falar e contando histórias para niná-las. Ao recuperar essa figura, busca-se uma reapropriação do ato de contar e escrever histórias, práticas antes submetidas à obediência das tarefas impostas pela casa-grande. Nas palavras de Evaristo (2020, p. 30): “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-las de seus sonos injustos”.

2 “Eu não sei onde vocês querem chegar”: as participantes e os encontros

2.1 As visitas

Durante as visitas iniciais, a reação das trabalhadoras foi bastante semelhante: surpresa. Esse sentimento não foi restrito a elas, mas também se estendeu a alguns colegas de trabalho. Em muitas unidades, as trabalhadoras, ao serem convidadas para participar da pesquisa, chamavam outros colegas para compartilhar o convite, como se o fato de serem abordadas fosse algo inesperado. Todas as trabalhadoras mencionaram que nunca haviam participado de uma pesquisa, o que despertou uma curiosidade genuína sobre o motivo pelo qual haviam sido escolhidas para participar. A pergunta "Por que nós?" parecia implícita, refletindo o interesse e a surpresa em relação à proposta do estudo. Em duas situações, houve inicialmente uma hesitação da trabalhadora em admitir que ela era a pessoa que estávamos procurando.

A oportunidade de realizar o trabalho de campo também proporcionou uma rica experiência de deslocamento pelo imenso território que compõe o distrito. As visitas permitiram levantamento de elementos, que perpassaram por esse um contato mais direto com as condições de trabalho e as realidades vividas pelas trabalhadoras, muitas das quais estão dispersas em locais bastante distantes umas das outras.

A recepção que se seguiu foi afetuosa e interessada, mas isso não significou, necessariamente, que todas as trabalhadoras se comprometeriam com a presença nas rodas de conversa. Algumas delas, desde o início, explicitaram suas dificuldades em participar. Mesmo com a liberação para comparecer aos encontros, algumas trabalhadoras que atuam sozinhas nas unidades destacaram a sobrecarga de trabalho que enfrentariam no dia seguinte caso se ausentassem. O trabalho, que já é impossível de ser realizado, ficaria ainda mais pesado. Pelo mesmo motivo, outras afirmaram prontamente que iriam, pois aquele seria

o seu momento, a possibilidade de se ausentar da dinâmica das inúmeras tarefas cotidianas da unidade em que trabalham e ter espaço para “aprender”.

Para essas trabalhadoras, o peso das responsabilidades diárias parecia ser um obstáculo difícil de superar. Além disso, havia aquelas que estavam alocadas em unidades muito distantes do centro do distrito, o que tornava a logística de deslocamento um fator limitante. Outras ainda manifestaram preocupação com os possíveis atrasos nos encontros, temendo que isso interferisse nas demandas reprodutivas que teriam de cumprir logo após saírem das unidades de saúde. Elas falaram sobre o cuidado com os filhos, netos, familiares doentes, e a necessidade de preparar o jantar, arrumar a casa. Mesmo com o nosso compromisso de realizar a roda de conversa durante a jornada de trabalho, elas expressaram preocupação: E se se atrasassem para retornar para casa? E se não chegassem a tempo de atender às demandas que as aguardavam em suas famílias?

Foi interessante observar, desde o início, os aspectos contrastantes presentes nas falas das trabalhadoras. Por um lado, muitas expressaram um profundo amor pelo trabalho que realizam, destacando a importância e dedicação que sentem em relação às suas funções nas unidades de saúde. Por outro lado, surgiram também relatos sobre o excesso de trabalho, o isolamento ao qual estavam expostas e a falta de reconhecimento pelas suas atividades. Esses descompassos emergiram como temas centrais nas conversas, ilustrando as complexidades e os desafios que essas profissionais enfrentam no dia a dia, lidando com condições de trabalho desgastantes e pouco valorizadas, apesar da dedicação com que executam suas atribuições. Algumas compartilharam ainda suas expectativas em relação à aposentadoria e o desejo de descansar. Além disso, uma delas, ao saber que éramos do curso de Psicologia, pediu ajuda para viabilizar cuidados de saúde mental para um familiar que necessitava de assistência. Esses momentos nos permitiram compreender alguns dos desafios cotidianos que essas trabalhadoras enfrentam e, principalmente, refletir sobre as nuances da dimensão reprodutiva, que se manifestaram desde o primeiro momento.

2.2 As participantes

Girassol

Girassol se deu conta que já olhara no espelho, há alguns minutos, os cabelos que com tanto cuidado tratara nos últimos anos. Eram escuros ainda, combinavam com o escuro de sua pele. Percebeu também que nem sempre pôde parar para se olhar. Precisava retornar ao trabalho. Houve tempo que a pausa entre ele e o curso que estava quase terminando naquela época mal permitia que ela comesse sentada, quem diria olhar-se no espelho por tanto tempo. Ela queria se formar para cuidar de gente. De gente, ela sempre cuidou. No corre-corre daqueles dias, quase que ela passara pela rua sem parar na dona Madalena, mas não tinha como esquecer. Ela ia, aferia a pressão, tomava café com a velha vizinha. Girassol sempre foi muito querida ali no bairro e também quer muito bem a gente de lá. A gente ali se cuida. Lá está ficando grande demais, ela quase nem reconhece aquele lugar que cresceu tanto. Tem tanta gente, tem tanta fome, tem tanta casa que deveria ser outra casa para assim ser chamada.

Volta a encarar a própria expressão, é serena, com marcas do tempo e da vida que levara. Estudou, trabalhou, cuidou do neto que perdera a mãe tão jovem. Ele ainda está lá, junto com seu marido, sempre a esperam para jantar.

Volta a trabalhar cantarolando mentalmente “Eu pus os meus pés no riacho e acho que nunca os tirei, o sol ainda brilha na estrada e eu nunca passei”⁵. A música da saudade, do que foi, da gente que ficou para trás. Sua vida tem sido um constante girar-se em busca de dias ensolarados, do alimento, do sossego. Nem sempre foi assim. Teve que se acostumar com o trabalho que antes a revoltara, teve que se acostumar a conviver com a dor da criança que deixou a família tão cedo. Segue girando.

⁵ Música “Força estranha” de Gal Costa (1979)

Margarida

"Em uma estrada deserta e escura, vento frio nos meus cabelos, cheiro quente de colitas subindo pelo ar"⁶. O que parecia um sonho com a canção que tanto gostava, era o despertador de Margarida. Abriu os olhos ainda com dificuldade, olhou para a janela, nem o primeiro sol das Américas tinha aparecido. Levantou, começou a se preparar e a chamar as crianças para irem para a escola. Chama um, escova a outra, prepara o café do terceiro. Todo dia é assim. O sol está nascendo, mas o movimento da casa parece dia que já raiou.

Hoje é dia de matrícula das crianças, vai buscar os últimos documentos que faltam e encontra os seus. Olha com orgulho e com um certo pesar os dois comprovantes de matrículas da universidade. Primeiro quis entender como é que a gente sente e já tinha começado pelos livros, depois quis aprender sobre os próprios livros e o jeito de catalogá-los. O certo lamento foi atravessado pelos gritos das crianças animadas que não sabe se brigavam ou brincavam e já chamavam pela avó. O tempo voou, primeiro por aquela sala eram as suas duas meninas que corriam. Teve que crescê-las sozinha.

Sua pele branca já esteve corada de tanto rir, mas também de tanto as lágrimas rolarem. Já esteve corada do sol do mar, mas também do sol no trajeto do trabalho a pé porque o ônibus não chega lá. Já trabalhou de sol a sol, de domingo a domingo. Margarida quer poder viver como aquela com quem divide o nome, em clima mais amenos. Mas ainda não dá, as crianças precisam crescer, os lanches ela ainda precisa comprar. Tinha aquele biscoito de chocolate, ela nunca se lembrava o nome, mas os meninos sim. Não vinha na cesta, a carne também não. Quando a Dra. Marina chamou para a faxina no sábado ela respirou aliviada, estava cansada, mas o mês ainda não acabara nem a lista do supermercado. Ela continua depois de uma pausa para recuperar o fôlego da subida. Ela quer comer o feijão da colega que lhe dá energia, ela ainda quer voltar para a sala de aula

⁶ Tradução livre da Música "Hotel Califórnia" de Eagles (1976)

que deixou quando aquela primeira bebê que carregava ainda era feito um grão de feijão dentro de si. Quem sabe o dia, quem sabe um dia.

Violeta

Violeta saiu correndo com as sacolas. Justo hoje saiu atrasada do trabalho. Não pôde perder o ônibus. Já trouxe as suas coisas para ir direto para o outro trabalho que conseguiu naquele dia. Ia preparar saladas para uma festa refinada. Chegando lá, desceu do ônibus, cansada, mas aliviada por ter dado tempo. Foi procurar a cozinha. Ela gosta de ir às festas e ver como as pessoas comemoram. Ela também prepara as suas com a feijoada que sabe fazer como ninguém. Da última vez quase que não deu, quase teve que escolher entre a carne seca e o paio. Com a filha e o filho ela faz os jogos, quem perde deixa algo para trás no supermercado. Tem o mais velho que vai passar lá para pegar o arroz, o feijão e o macarrão da cesta que separou para ele.

A festa estava bem decorada, tinha as cores verde, amarela e vermelha que a lembraram da bandeira do Senegal. Ela conhecia a bandeira, porque conhecia Chico César e, quando ele cantava "Deve ser legal ser negão lá no Senegal"⁷ ela sentiu curiosidade para saber de que lugar ele falava. Mas a parte que mais gostava era quando falava da mãe. A ajudava a lembrar da sua e se esforçava para não esquecer aqueles poucos anos em que estiveram juntas. Sentia saudades e um pouco de dor. Por que não pôde ficar com ela? Entrou na cozinha uma mulher de pele clara, mas não muito, que parecia com a dela.

A mulher apressou-se pela salada. Violeta se apressa e entrega o prato. Pensa não estar cansada, mas não quis arriscar sentar e o sono chegar. Tem um longo caminho até sua casa, precisa estar bem acordada para o sobe e desce até chegar lá. Espera que tenha alguém pela rua, tanta gente vive ali, quem sabe alguém para ajudar com as sacolas.

⁷ Música "Mama África" de Chico César (1995)

Lúcia

Ao levantar a cabeça da água depois de um mergulho profundo, sente a brisa bater no seu rosto pardo um pouco ardente do sol. Lúcia já há muito não mergulhava nas águas do mar. Seus mergulhos há anos tem sido outros. Quatro vezes se viu mergulhada em fraldas, mamadeiras e massagens para acalmar a cólica daqueles serezinhos que ela carregou dentro de si. Pareciam com ela e era só com ela que poderiam contar. Já ela buscava a proteção todas às vezes que olhava para frase que escreveu para carregar consigo “Deus te abençoe”. Já entardecia, o vento já batia mais forte em seus cabelos. Era domingo e ela já começava a repassar em voz baixa o que tinha que fazer quando chegasse no trabalho no dia seguinte. Seria o último dia da Dra. Liz, a doutora, e ela amava o seu café. Lúcia sabia que seu café aquecia o corpo e ajudava a enfrentar o dia. Dia com muita gente, gente que vinha de casas distantes, gente que doía. Doía no corpo, na cabeça, na alma, no estômago vazio. Dores que a lembravam daquela de suas costas quando cuidava de Seu João, depois da Dona Joana e da Dona Maria. Outras dores nela também doíam, mas com aquele mergulho ela sentia, mas também se refazia e assim seguia.

Gó

Gó termina de colocar o vestido que ganhou no último Natal para ir à Igreja e dá um sorriso tímido ao receber o elogio do marido que há tantos anos é seu maior admirador. Abaixando-se lentamente para calçar as sandálias volta o seu olhar para o cômodo da casa que está mais vazia desde que o filho e os netos voltaram para o próprio lar. A distância não permitia que eles estivessem sempre juntos, mas quando a família se reunia era uma festa. Gó espera o momento de retornar para lá, para os momentos em que são “nós”, como na fotografia que tratou logo de emoldurar e deixar bem a vista. Olhando para aquele registro, lembrou de outros, que não estavam impressos, mas que as imagens estavam sempre ali com ela.

Da casa na roça, dos muitos irmãos, da vida difícil que mal a deixava com saudades. Teve que crescer rápido demais, na escola acabara de aprender as primeiras palavras e a leitura e não pôde mais voltar, tinha que ajudar tinha gente demais e recursos de menos naquela grande família.

Voltando a olhar para os pés, lembrou que a brancura deles já deu lugar ao vermelho da terra batida e que ao invés da sandália, tinha os pés no chão. Os pés no chão e o pouco tempo para sonhar. Ela quis sair, agora ela quer voltar. Não do mesmo jeito, não com a mesma fome. Pega a bíblia, ajeita o bilhete que diz “Entrega o teu caminho ao Senhor” e ela vai.

Veia

Veia entrou novamente naquele cômodo para checar que não esquecera de nada. Já não havia quase nada, só mesmo as lembranças de quando chegara ali. A cor da parede amarela levou-a de volta a casa de taipa onde nasceu e teve que crescer. Mas ela era tão pequena. Era branca e miúda. Mas teve que crescer. Só deu tempo de aprender a escrever o primeiro nome e já teve que aprender mais, a cuidar da casa e dos irmãos, fora da escola.

Amarelado era o céu do sertão quando acabava de sair o sol. Saia o sol, saia a mãe para a roça, saia Veia da cama para a lida doméstica. Aprendeu naqueles anos a cozinar e cozinhou para viver depois que a fábrica faliu. Não foi a primeira vez que teve que sair sem saber bem para onde ir. Saiu de casa com seu bebê no colo. Na casa da comadre encontrou lugar para si, para seu filho, para as suas dores e alegrias. Saiu de novo, para o seu lugar, mas de lá vai sair de novo. Tem medo de ficar ali só. É longe demais para sair para trabalhar. Veia sai sem saber quantas saídas ainda terá que encontrar.

Flor do Campo

Flor do Campo se senta um pouco, pega a toalha que carrega em um dos bolsos e enxuga o suor que escorre pelo belo rosto negro. O paninho de cor azul e flores delicadamente bordadas na borda, ganho da Dona Cecília lá na unidade, tem sido seu companheiro. Também faz calor demais e ela se movimenta demais. É sala demais e gente demais.

Lá de fora vem uma música que ela gosta tanto e não resiste, começando a cantar "O tempo passa depressa quando estou com você, as horas viram minutos, não consigo entender e o que eu mais quero é viver ao seu lado"⁸. Flor do Campo pensa no tempo e de como ele tem acelerado sua vida. Piscou saiu da escola sem terminar, mas voltou lá para trabalhar. Casou, teve bebê, cuidou do seu, cuidou de outros.

Pensa no que vai fazer no jantar. Chega alguém e sente na cadeira ao lado, precisa falar. Flor interrompe timidamente a música e os pensamentos, senta ao lado de alguém que pediu para conversar, lá foi ela para continuar a cuidar.

⁸ Música “60 segundos” de Gusttavo Lima (2012)

Conceição Evaristo

Era a primeira vez que ela abrira aquele livro que havia ganhado e lia aquelas palavras “Sendo a primeira de sete filhas, desde cedo busquei dar conta de minhas próprias dificuldades, cresci rápido, passando por uma breve adolescência”⁹. Como aquela mulher poderia falar tanto dela sem a conhecer? Gostou tanto que quis se chamar como ela. Conceição Evaristo. Foi ver quem era. Ela tinha a pele como a dela e sentia que aqueles Olhos D’ Água que aquela que escrevia e de quem emprestara o nome, poderiam ser os delas.

Em sua família havia muitas mulheres e com elas dividiu a limpeza de cada dia, as crianças que precisam de tanta coisa todos os dias, os sonhos e as desilusões de todo dia.

Já cuidou de tanta gente, já serviu todo o tipo delas. Já se casou, já descasou, já saiu, já voltou. Olha para o relógio, já é tarde. Sabe que amanhã acorda tão cedo. É dia de lavar a unidade. Fecha o livro, mas lembra da canção “Pra que você foi se entregar, se na verdade eu só queria uma aventura, por que não para de sonhar, é um desejo e nada mais”. Coloca baixinho, ouvindo atentamente as palavras. Sempre gostou de palavras. Sente que essas também poderiam ser as suas. Assim tem sido a vida. Ama a família, ama aventura. Se dedicou mais a primeira, deixou para traz muito da segunda.

⁹ Olhos D’ Água de Conceição Evaristo (2016, p.16).

Brenda

Brenda procura o abridor para a garrafa que acabara de tirar da geladeira junto com os ovos que separou para a vizinha. Como lhe doía ver os olhos marejados daquele mulher a cada mês que ela levava arroz, o feijão e o cuscuz. A vizinha abria a porta com as crianças atrás e elas rapidamente pegavam os pacotes e sorriam. Brenda olhava para aquelas crianças e lembrava de quando suas três tinham aquele tamanho, agora já são os seus netos.

Os anos passaram desde o dia que ela deixou apressada a casa do pai das duas primeiras em meio ao anúncio da rádio. A canção "Brigue comigo mais não vá amor"¹⁰ tocava e ela sabia por que ele cantava. Com as duas meninas, tratou de fugir para que ele não pudesse a encontrar. Tratou de mexer no fundo da gaveta para não deixar a bebida esquentar, o barulho das facas e garfos, lembraram os sons abafados de quando recebeu a notícia que seu terceiro, a deixou. Ele não quis, mas teve sua vida tirada aos quatorze. Ela não quis, mas teve que ouvir. Todo dia ela lembra, ele tinha um olhar que parecia com o dela, era nordestino como ela, tinha sua pele negra e teve o destino compartilhado com tantos outros.

Pele que já ardeu no sol e já gelou na chuva, hoje está protegida. Todo dia um pouco de pranto. Pega o abridor, serve dos copos, para si e para o marido com quem divide a perda, o líquido, a vida. A vida que tem vontade, que tem riso e que tem dor.

¹⁰ Música “Brigue Comigo, mas não vá” de Zezé Di Camargo e Luciano (1996)

Cheyla

Cheyla se aproxima do filho e do marido, abraça-os, sorri timidamente. Pronto a foto está feita. Começa a partir o bolo. Tem um creme branco que parece aqueles que tantas vezes partiu nas horas de trabalho. Da o primeiro pedaço para o aniversariante. Como ele cresceu, nem sabe como ele já está daquele tamanho. Daqui a pouco já vai alcançá-la. Lembra perfeitamente de quando ele mexia em sua barriga bem no meio da aula de matemática. Lembra de quando ele nasceu, lembra de vê-lo correr pequenininho e como aquela pele parda brilhava como a dela. Foi tão pouco tempo que viveu antes da chegada dele. Lembra do teste positivo e do bilhetinho que escreveu a si mesma "Não coloque limites nos seus sonhos, coloque fé", tem tentado. Desde então como a vida ficou corrida.

Gente nova, necessidades novas, trabalho novo. Sua história se misturou tanto com a dele. Tão nova para tantas novidades. Sente tanta coisa nova, sabe lá quantas coisas ainda sentirá?.

Flor

Flor encontra o celular na bolsa rapidamente e repete a música "Como é grande o meu amor por você"¹¹. Naquele mesmo caminho já ficou sem o celular. Sem as fotos e a lembrança que estavam lá. Desde o momento que sai da cama ela não para, nem sempre com o mesmo frescor. Faz tantos anos que é assim.

O barulho que vem da mata a leva de volta a lida na roça com sua mãe. Ela era tão pequena que quase se perdia no meio da plantação. A pele parda fora desde muito cedo marcada. Foram anos ao lado da mãe, mas poucos em que ela foi só a filha.

Se tornou mãe de dois, ninou, alimentou. Continuou sendo filha, da mãe ela cuidou. Sente tanta falta dela. Da irmã cuidou, consolou. Sente que precisa ser forte, se não, o que será? Sente a brisa da manhã que tanto gosta enquanto acelera o passo, mas reduz de vez em quando para recuperar o fôlego. Todo dia é assim. Aquela caminhada até a unidade é um momento só seu, talvez o único. Repete a canção e continua, assim é a caminhada ao trabalho, assim é sua vida.

¹¹ Música “Como é grande o meu amor por você” de Roberto Carlos (1967)

Maria

Os fogos da chegada do ano novo rompem e o barulho entra pela janela, mesmo com o chuveiro ligado, Maria ouve tentando contar quantos são. Perde as contas nos primeiros dez. Sai do banho e o cheiro do sabonete se confunde com o cheiro de tinta. A cor nova da parede toca na sua pele clara e marca. A tinta nova encobria a antiga que estava marcada. Maria se sentia um pouco assim.

O marido desta vez tinha terminado o serviço, porque da outra vez ele se fora sem terminar a pintura e sem ela esperar. Retornou depois sem ela desejar. Ele estava fora da casa, mas não dá sua vida, ficara tão complicada quando ele decidiu se mudar e ao mesmo tempo fazer com que ela todos os dias fosse lá. Ou ia, ou convivia com as ameaças de que o pai dos seus dois meninos na própria vida poderia pôr um fim. Mas não foi ele que quis sair? Foi e voltou quando quis.

Ela já quis sair, já quis dançar, já quis estar em outros lugares. Já quis trabalhar antes de conseguir enfrentar. Ela saiu, mas volta, trabalha fora e trabalha dentro, cuida fora e cuida dentro. O coração parece que também tem parecido que quer sair do peito. Repete em voz alta “Confia no senhor. O senhor é nossa força e fortaleza”. Começa o ano, o calendário ainda em branco, pensa nas saídas que teria pela frente. Quem sabe uma dessas seja para dançar.

Carolina

Carolina levanta discretamente, expulsa com delicadeza a formiga que estava naquele doce de limão que desde que chegou observara. Espero todo mundo sair da mesa para poder pegar. A timidez era grande, a vontade também. O gosto doce e amargo lembrava da receita da avó de bolo de limão. Lembra da vida. Doce lembrança.

Colecionava lembranças da matriarca da família, aquela que a embalou, ninou, a acompanhou nos primeiros afazeres de casa e a ensinou a fazer aquele arroz soltinho. Naquela sala tem gente querida, mas é muita gente. Lembra da unidade e daqueles dias de fila imensa com todo dia de gente. Gente, nova, velha, gente que ainda nem nasceu. Já foi ela, duas vezes, a estar lá com a barriga imensa, esperando a sua vez. Já esperou tantas vezes. Ainda espera.

Espera poder sonhar mais, cantar mais, descansar mais. Cuidando das crianças sozinhas, para repousar ainda passarão anos. Aproveita ali para sentar, observar, gosta de estar lá a captar as conversas, os risos, os olhares. Dá para entender muito do mundo assim. No fundo toca uma música e Carolina cantarola baixinho "O que a gente precisa é aprender a sonhar"¹². Quem sabe a dureza da vida a deixa.

¹² Música “Tudo” de Liniker (2024)

Celinha

"Nem mesmo o céu, nem as estrelas, nem mesmo o mar e o infinito"¹³ tocavam quando Celinha retira o fone de ouvido depois que o aviso de atar cintos acende. Aperta os seus, fecha os olhos e faz uma prece. Da sua pele negra gotículas de suor de tensão saem. O balanço que sucede a recorda de outros momentos que se sentiu assim. Em movimento e sem saber o que ocorreria. A banqueta já balançou e ela com as mãos pequenas tentou se apoiar no fogão. Tinha panelas, tinha risco. O balanço e o risco também a fez temer quando em movimento o carro que ela nem menos queria estar partiu. O frio na barriga que agora era bom, já foi ao ver o marido se aproximar da escola para a levar. A barriga já mexeu tantas vezes quando a filha estava lá.

Pariu, balançou, criou, cuidou e até hoje cuida quando ouve a chamar lá do fundo, mas também quando a senhora da reciclagem chega por lá. O aviso apaga, ela abre os olhos, tudo continua lá, mas ela não. Tem movimento, mas agora tem alegria. Ela não para, ela nunca parou.

¹³ Música "Como é grande o meu amor por você" de Roberto Carlos (1967)

2.2.1 Síntese das características das participantes

O quadro 2 reúne a síntese das características das participantes.

Quadro 2- Características das participantes da pesquisa



2.3 As rodas de conversa

Todos os encontros começaram com a chegada ao local combinado para aguardar o transporte na sede do distrito. Esse momento é relevante porque foi ao chegar antecipadamente que foi possível receber as trabalhadoras e continuar os diálogos iniciados durante as visitas. O tempo de espera, somado ao deslocamento no transporte, mostrou-se valioso para criar um ambiente amistoso entre nós, facilitando o início das rodas de conversa.

O primeiro grupo, composto por oito trabalhadoras — Lucia, Margarida, Veia, Gó, Violeta, Girassol, Conceição Evaristo e Flor do Campo — escolheu se autodenominar Flores Belas. O segundo grupo, que se chamou As Coleguinhas, é formado por outras seis participantes: Brenda, Carolina, Celinha, Cheyla, Flor e Maria.

2.3.1 Elementos iniciais das primeiras rodas de conversa com o grupo Flores Belas e As coleguinhas

Figura 1- Convite entregue individualmente às trabalhadoras nas unidades de saúde para participação nas primeiras rodas de conversa.



Quando juntas, parte das trabalhadoras percebeu que já tinham se visto em alguma reunião, cobertura de férias, apoio em caso de reformas ou inauguração de unidade, mas que não se conheciam. No planejamento do encontro, decidimos iniciar com a pergunta: “O que você quer que a gente saiba sobre você?”. Essa abordagem visava tornar a sessão de apresentações o mais aberta possível. Queríamos entender como elas lidariam com o desafio de se apresentarem em um grupo onde nem todas se conheciam, em um contexto bastante atípico, como o da pesquisa. Nosso objetivo era proporcionar a elas o espaço necessário para compartilharem aquilo que acreditam que as identifica — considerando a novidade de participar em uma pesquisa, com a presença de estudantes de pós-graduação, graduação e também registradas — para fornecerem as informações que considerassem relevantes e que ficaram mais à vontade para compartilhar.

Foi então que o questionamento inicial deste tópico, “Eu não sei onde vocês querem chegar” foi proferido por Violeta no início das apresentações das Flores Belas. A inquietação foi expressiva e provocativa, refletindo com precisão o tom desses primeiros encontros dos dois grupos. Um misto de curiosidade com o formato de roda de conversa, mas incerteza sobre como conversar poderia ser importante para uma pesquisa. Além disso, algumas ao serem convidadas expressaram que iriam comparecer para aprender. Parece que a expectativa era de um encontro em que estariam apenas como ouvintes e não para ser ouvidas, ainda, deixou dúvidas o fato de que não haveria um conhecimento a ser “transmitido”, mas que construiríamos algo ali, juntas.

Mesmo diante das hesitações, elas encontraram como caminho para se apresentarem o ato de dizer o nome, de qual unidade eram provenientes e o tempo de trabalho na prefeitura, que variou entre 3 e 19 anos. Muito instigante analisar o modo com que todas elas ao tomarem a palavra, logo depois do nome e a unidade enfatizaram o “amor” pelo trabalho e a necessidade de fazer o trabalho com esse mesmo “amor”. Ao dizerem quem são, deram lugar a histórias da maternidade e outras demandas reprodutivas, bem como, da relação com

outras pessoas, como a vizinhança de suas residências, colegas de trabalho, pessoas que frequentam as unidades e o modo como pensam ser vistas por essas pessoas.

O processo de transição do vínculo trabalhista — do contrato direto para o de terceirização — iniciado no ano de 2022 foi demarcado por elas, que destacaram como essa mudança abrange as características de suas atividades, com destaque para as diferenças entre a atuação direta na prefeitura e a atual prestação de serviços por meio da terceirização. É especialmente marcante o modo como, ao recuperar a trajetória de trabalho, essas mulheres disseram muitas vezes que não poderiam reclamar, uma vez que têm um trabalho que hoje oferece garantias inéditas em suas vidas, como a formalização do vínculo na carteira de trabalho e a segurança alimentar, conforme registrado nos pré-indicadores destacados nos quadros 2 e 3.

Quadro 3- Pré-indicadores do primeiro encontro do grupo Flores Belas

|  PRIMEIRO ENCONTRO FLORES BELAS | |
|---|--|
| APRESENTAÇÃO | O QUE FAZ UMA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS? |
| <p>Eu não sei onde vocês querem chegar (Violeta).</p> <p>Eu amo o que eu faço, serviços gerais (Veia).</p> <p>Amo a empresa que eu trabalho (Girassol).</p> <p>Eu nunca tive a carteira assinada, só agora (Violeta).</p> <p>Arrumo outro para deixar noutro canto e arrumo o de três anos para deixar, mas todo dia eu chego com a mesma felicidade, eu podia chegar emburrada, mas eu não quero não (Margarida).</p> <p>Se vira nos trinta né?...eu já cuidei de idoso (Lúcia).</p> <p>Gosto do que eu faço, poderia ter tido outras funções né... mas o que a gente vai fazer, independente do seu currículo (Margarida).</p> <p>Eu faco bico ainda, eu sou garçom, eu sou cozinheira, eu sou saladeira, eu sou tudo (Violeta).</p> <p>Se você for levar para o lado emocional você adoece (Margarida).</p> | <p>Tem paciente que só precisa de um acolhimento e independente de nossa função (Flor do Campo).</p> <p>Tudo eu que resolvo (Violeta).</p> <p>Limpar, deixar tudo limpinho (Gó).</p> <p>Não é obrigado a fazer, mas eu faço (Lúcia).</p> <p>A gente é bombril, é pra tudo (Gó).</p> <p>Tem dia que eu como em pé, porque a correria é grande (Violeta).</p> <p>É serviço de casa né?! Não faz quem não quiser fazer, porque a gente já sabe (Veia).</p> <p>É tão gratificante pra gente...se tem uma pessoa que mais tem contato com os médicos somos nós (Margarida).</p> <p>É porque a gente trabalha com área descoberta também, tem muita área descoberta lá (Violeta)</p> <p>Ama meu café [referindo-se a um dos médicos] (Lúcia).</p> |
| <p>TERCEIRIZAÇÃO</p> <p>A empresa veio para melhorar, melhorou muito (Violeta).</p> <p>Pra você me responda o seguinte, se você tivesse na nossa posição, você daria informação, acolheria algum paciente, faria o que a gente faz ou a gente tá errada? (Violeta).</p> <p>A prefeitura passou direto (Margarida).</p> <p>Dá um medinho né? Começar do zero (Flor do Campo).</p> <p>Eu acho que não faz parte não da empresa...é o risco que a gente corre (Violeta).</p> <p>Porque até então como é na Bahia, a gente manda um zap, eles não visualiza não (Margarida).</p> <p>Ajudou demais (Gó).</p> <p>Eles chamam na empresa, na segunda, na terceira eu não sei (Flor do Campo).</p> <p>Eu sempre pensei, era pra prefeitura terceirizar a gente, já a muito tempo, depois de tantos anos, agora terceirizou a gente (Lúcia).</p> | <p>PREFEITURA</p> <p>Porque a gente na prefeitura não tinha direito a nada porque a gente era prestadora...contrato (Lúcia).</p> <p>A gente não tinha insalubridade, porque na prefeitura né a gente tirava 15 dias [férias] (Lúcia).</p> <p>Vivia com a saúde mental doente né, porque a qualquer momento o contrato [poderia acabar] (Violeta).</p> <p>Antigamente a gente era apoio também, ajudava, ajudava de tudo (Lúcia).</p> <p>Se ficar desempregada seguro-desemprego, coisa que a gente não tinha (Flor do Campo).</p> |

FONTE: Elaborada pela autora.

Quadro 4- Pré-indicadores do primeiro encontro do grupo As Coleguinhas.

PRIMEIRO ENCONTRO AS COLEGUINHAS

APRESENTAÇÃO

Quando tem reunião da empresa aí a gente se vê, mas se conhecer assim a gente não se conhece (Brenda).

Tá vendo, minha história...dá um livro (Flor).

Meus meninos falam "mainha, a senhora é uma guerreira" (Flor).

Eu amo minha profissão, eu amo minha vassoura, amo minha água sanitária (Brenda).

Eu tô na área da limpeza não porque eu não terminei meus estudos (Flor).

Morreu novo, novo, não viveu nada da vida (Brenda).

Às vezes a gente esquece de cuidar da gente (Maria).

É sério, eu acho que na outra encarnação eu era pra nascer homem, porque a mulher sofre tanto né, af Maria. Sofre a pobre miserável, sofre com a vida dela, com a vida dos outros (Brenda)

Não há vitória sem sofrimento (Flor).

TERCEIRIZAÇÃO

Na minha opinião esta empresa só veio trazer bênção na nossa vida... porque eu recebo uma cesta básica, mas eu divido ela em 3 (Brenda).

. É um trabalho digno, tem o seu salariozinho certo e agora mais do que nunca...tem tudo, carteira assinada (Flor).

Muita gente quer tá no seu lugar (Flor).

A gente teve nossos direitos né (Maria).

Porque assim, se eles pedem pra fazer, aí a gente "eu não posso porque a empresa não permite" (Brenda).

O QUE FAZ UMA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS?

Às vezes a pessoa vai no posto não é nem com queixa porque está doente, quer só uma palavra amiga e um abraço (Maria).

Chegou na comunidade tinha lá tipo uma associação aonde ia ser a ação... Vi uma criança, bem assim, quando fui chegando com o saquinho de pão, botando na mesa, ajeitando, aí o bichinho veio na minha direção, uns dois aninhos "tia, me dê um pão desse, tô com uma fome" (Flor).

Às vezes leva um pontapé lá na recepção e já vem, leva um pontapé na recepção e fica ali pelo corredor meio triste, sabe aí você começa a conversar (Brenda).

Vou limpar as salas pra quando os médicos chegar tá tudo cheirosinho, tudo limpinho (Flor).

Lá na unidade passa o pessoal da reciclagem...aí eles passam e falam "D. Flor do Campo, eu gosto tanto da senhora", eu disse "Por que?" "Porque a senhora recebe a gente tão bem, tem gente que passa por mim, a gente dá bom dia e não dá nem um bom dia" (Flor).

PREFEITURA

Antes se você saia você não receberia nada, entendeu? (Maria).

A gente não tinha insalubridade, porque na prefeitura né a gente tirava 15 dias [férias] (Lúcia).

A gente entra, assina, pois você pode ver amanhã você talvez não esteja, eles se quiser lhe mandar pra rua, lhe bota, entendeu? (Maria).

Porque antes da limpeza a gente fazia, mas também não podia, mas a gente não tinha assim uma autoridade para reclamar de nada (Brenda).

FONTE: Elaborada pela autora.

2.3.2 Elementos iniciais das segundas rodas de conversa com o grupo Flores Belas e As coleguinhas

Figura 2- Convite entregue individualmente às trabalhadoras nas unidades de saúde para participação nas segundas rodas de conversa.



A intenção para as segundas rodas de conversa foi fomentar a discussão e ouvir as trabalhadoras a respeito das dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade, assim como se essas dimensões são percebidas por elas em suas inserções profissionais. Importante destacar que, durante o primeiro encontro, em suas apresentações, nenhuma das participantes mencionou a racialização, diferente do gênero e sexualidade que foram abordados durante suas considerações.

Nesse sentido, os questionamentos disparadores para o diálogo foram “Qual a sua cor?” e “Existem pesquisas que mostram que o trabalho de limpeza é exercido majoritariamente por mulheres e que muitas delas são negras. Vocês já ouviram falar a respeito? Por que acham que é assim?”

A autodeclaração se deu em meio a bastante inquietação. Morena, amarela, parda, negra e branca foram como essas trabalhadoras se identificaram naquele momento. A maior parte delas —oito trabalhadoras — se autodeclarou como pertencente à população negra (pretas e pardas). Mas a relação entre ser uma mulher negra e ser trabalhadora da limpeza não foi realizada por elas. Sinalizaram que a preponderância de mulheres em geral nesse trabalho poderia ser atribuída a características compreendidas como femininas, como responsabilidade, delicadeza e cuidado. A racialização e o racismo dividiram as considerações. Parte delas identificou que ele está presente na sociedade e apontou para o modo como se expressa, mencionando situações de racismo que outras/os trabalhadoras/es viveram, contudo, outras ponderaram que racismo é coisa do passado, que o mérito e empenho superariam barreiras que possivelmente poderiam ser colocadas pela raça.

Como parte do trabalho relacionado à limpeza e cuidados com o ambiente, as trabalhadoras identificam essa função como vinculada às características de serem mulheres dedicadas, responsáveis, minuciosas e dispostas a trabalhar até mesmo doentes. No entanto, destacaram uma atividade anterior que consideraram prejudicial e que marcou suas trajetórias: o trabalho doméstico remunerado. Muitas das participantes descreveram essa experiência com uma única palavra que bem a qualificava: humilhação. Por outro lado, o trabalho atual

como faxineira, desempenhado com o objetivo de complementar o salário, foi destacado como um sinal de confiança. Esse trabalho tem sido realizado nas residências de colegas médicos e médicas, e manter boas relações com esses profissionais é reiteradamente apontado como um aspecto importante por elas.

Ser mulher para as participantes também é estar exposta a sofrer violência doméstica e graves histórias foram compartilhadas. Tentativas de feminicídio, o porquê de não denunciar, abuso psicológico e impedimentos de trabalhar e estudar marcaram profundamente anos de vida de algumas dessas mulheres.

A leitura do conto *Olhos D'Água*, de Conceição Evaristo, seguida de fragmentos do estudo de Lara Campoli e Graziela Serroni Perosa (2022), *É casa, é luta, é dia de amanhã: as auxiliares de limpeza terceirizadas da Unicamp*, nos quais as participantes deste estudo encontraram vivências intimamente relacionadas às suas, provocou importantes reflexões. Assim como no conteúdo do conto de Evaristo (2016) e do estudo de Campoli e Perosa, a dimensão de classe foi demarcada pelas participantes desta pesquisa muitas situações: ela já impediou de se alimentar, já as manteve em trabalhos informais expostos à chuva e ao sol e já interrompeu o processo de escolarização.

Alguns desses elementos iniciais foram apontados nos quadros 4 e 5.

Quadro 5- Pré-indicadores do segundo encontro do grupo *Flores Belas*.

SEGUNDO ENCONTRO FLORES BELAS

COMO SE REALIZA A REPRODUÇÃO DENTRO E FORA DE SUAS RESIDENCIAS

A humilhação [presente no trabalho doméstico remunerado] (Conceição).

Eu tive muita oportunidade, eu preferi, eu sou família, sou família entendeu? (Conceição).

Quem ama cuida né? (Conceição).

Eu acho assim, como a gente mulher já tem uma infância que ajuda a mãe dentro de casa , já faz esse serviço vendo que a mãe já fazia e a gente faz (Margarida).

Mas, o pior que eu detesto é casa de família, não me bote pra trabalhar que eu não vou, aí sim de casa é a mesma coisa né (Violeta).

Eu cheguei de 7 horas, 7 horas da noite eu sai de lá e não tinha nem terminado nem a metade do serviço [trabalho doméstico remunerado] (Margarida).

Eu não sinto muito cansaço não...agora se eu me deitar (Violeta).

As empresas não quer dar vaga pras mães trabalhar (Margarida).

Eu crio os meus filhos e depois vou ajudar a criar os meus netos, ou seja, duplamente jornada, jornada duplicada (Violeta).

Porque elas são mais responsáveis pelo trabalho (Gó).

Acho que a mulher dá mais duro...até doente a gente vai (Margarida).

COMO OCORRE O TRABALHO FORMAL

A gente tem empresa pra não ficar desempregado- Conceição E.

A feira cobre a necessidade da nossa comida- Violeta

Não tinha, agora tem. O bom é isso, carteira assinada- Conceição E.

Eu acho que a nossa gestão tem que ganhar- Violeta

Porque se por acaso, Deus me livre, abrir falência eles não pagam ninguém não -Violeta

COMO COMPREENDEM A RACIALIZAÇÃO

Mas, se chega uma assim [mostra a foto de uma mulher jovem e loira] e uma morena, uma negra, fica com essa aqui [da foto] (Margarida).

Eu acho que era antigamente, hoje não (Gó).

Porque negras mesmo são aquelas negras mesmo, somos pardas (Conceição).

Tem tanta gente capacitada, se não tiver um empurrãozinho, às vezes por conta da cor, por conta do cabelo, infelizmente gente (Margarida).

Eu boto morena (Girassol).

Na minha opinião um trabalho hoje em dia você precisa ter caráter né? Não importa se você é preto, branco, moreno (Conceição).

COMO (NÃO) PUDEM ESTUDAR

Eu tentei fazer o EJA, mas Eu Jamais Aprenderei- Violeta

Vocês aí tão dizendo que tem estudo, tem isso e aquilo, eu fui criada na agricultura. Meu pai não tinha condições de dar estudo pros filhos, então eu não terminei nem o primeiro grau (Gó).

Aí tranquei a matrícula, a faculdade e quando eu penso de começar nasce outro (Margarida).

COMO E O QUE PODEM CONSUMIR

**Eu sou da limpeza né, mas tanto faz é como um trabalho qualquer, entendeu?
Eu sou fora, sou garçonete. Onde tem trabalho, eu tô vivendo- Conceição**

Um complemento que a gente compra o que produto de limpeza que é caro, a carne que eu chego no supermercado... uma bolacha recheada é quanto? 0,70? 3,00 reais, minha menina adora dar uma de rica... Se você botar bolacha cara, seu shampoo vai ser barato, escolha (Violeta).

Não tenho saudade da minha juventude que eu não gozei nada da vida, eu estou gozando hoje (Gó).

Até porque eu comprei uma máquina de lavar que eu tava lavando roupa na mão (Violeta).

FONTE: Elaborada pela autora.

Quadro 6- Pré-indicadores do segundo encontro do grupo As Coleguinhas.

SEGUNDO ENCONTRO AS COLEGUINHAS

COMO SE REALIZA A REPRODUÇÃO DENTRO E FORA DE SUAS RESIDENCIAS

É, é diferente, eu queria ser pai do que a mãe, é menos responsabilidade e a mãe é tudo (Brenda).

Eu com isso na cabeça, que eu fazia de tudo pra ela não fazer, justamente eu pensava assim, não como eu sou mais nova eu vou fazer tudo pra não deixar ela fazer nada e ela vai viver muito, pra mim eu achava isso, mas só que foi o contrário, perdi minha mãe cedo (Celinha).

Minha avó depois foi me ensinando a fazer uma comida (Carolina).

Toda vida eu fiz, nunca deixei de fazer (Brenda).

Desde que nasci eu trabalho (Celinha).

Dependiam de marido, hoje não, a gente tá indo pra rua (Brenda).

Minha irmã que ficava com a gente, comigo e com os meus dois irmãos (Maria).

Assim, eu tava dizendo aqui pra ela, eu não procurei a justiça, a polícia, por motivo que eu pensei em duas pessoas, primeiro lugar minha filha e segundo lugar minha sogra que está em estado de cadeira de rodas (Celinha).

Dos 9 para os 10 anos eu. Fui criada no interior, mamãe ficou viúva logo cedo, eu e minha irmã só tinha 5 anos, ela foi ensinando (Flor).

A responsabilidade do macho é maior porque tem que por dentro de casa a comida (Celinha).

COMO E O QUE PODEM CONSUMIR

Eu já faço pra deixar o ponto certo pra quando chegar no final do mês o armário não tá vazio (Brenda).

Minha filha casou e morava numa casa alugada aí ela ficava "mainha, tá faltando 100 reais do aluguel mainha". Aí eu chamei os pedreiros e perguntei quando que tu faz uma casa aqui atrás (Celinha).

Celinha, tá vendo esses plásticos que você junta e me dá, eu ajunto com o que eu recebo lá fora, o seu, eu vendo e faço a feira pra alimentar meus filhos" chega dói no coração (Celinha).

COMO COMPREENDERAM A RACIALIZAÇÃO

Mas, às vezes as cores tem prioridade (Maria).

Eu acho que não, nós todos somos iguais, a única diferença é que eu sou doutora da pá e da vassoura e você tem outro cargo mais elevado, estudou mais (Celinha).

Às vezes um moreno não tem muita chance que o branco tem, às vezes tem gente que tem preconceito com a cor (Maria).

Todos nós somos iguais, não tem branco, não tem cinza, não tem azul, não tem amarelo (Celinha).

Uma vez quando meu menino era pequeno, uma vez uma mulher brigou comigo que ele não era meu filho (Maria).

COMO (NÃO) PUDEM ESTUDAR

Quando eu olhei pra porta, meu marido na porta da escola "Psiu, volta pra casa" (Celinha).

Eu amo minha profissão que eu tenho. Se bem que eu gostaria de estar num outro, no consultório "minha filha chama o próximo cliente para eu atender", doutora, mas eu não chegou nesse ponto, nesse patamar (Celinha).

Meu ex-marido também botou pedra, não queria não, eu digo, "pois, eu vou terminar" (Flor).

Eu pensando que quando me casasse eu continuar o meu estudo, ele não deixou eu estudar e não deixava eu trabalhar (Celinha).

Eu também. Aí eu engravidou, não sabia que tava grávida, aí eu parei (Maria).

FONTE: Elaborada pela autora.

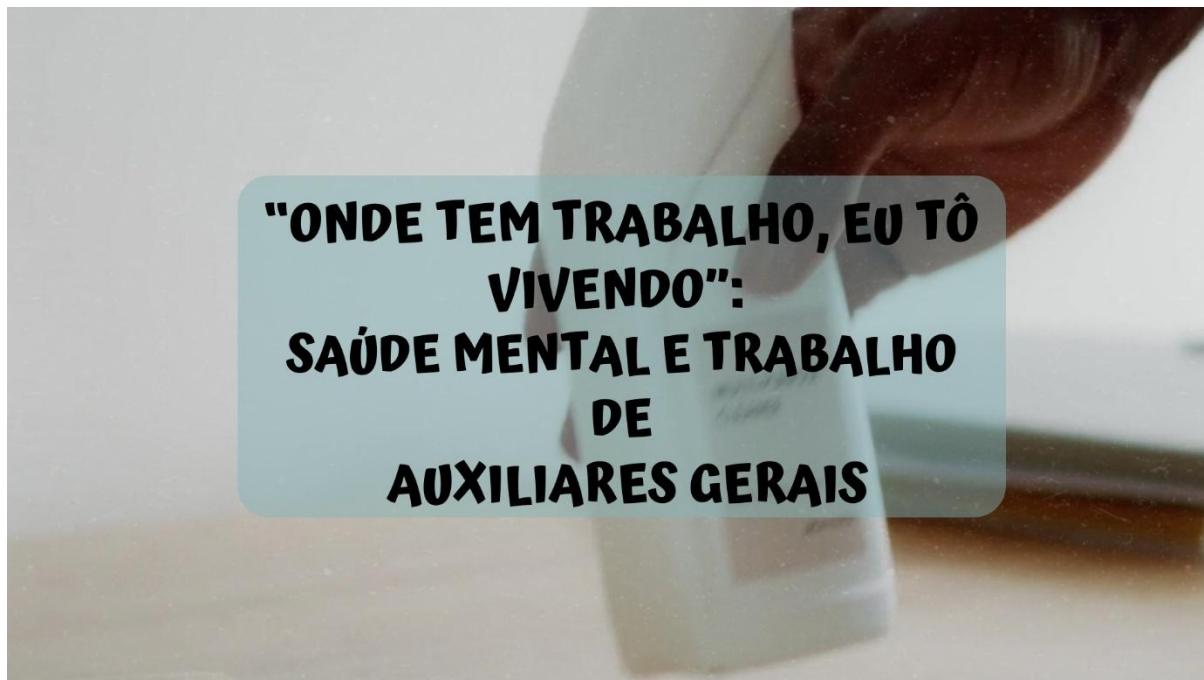
2.3.3 Elementos iniciais da terceira roda de conversa: finalmente, Flores Belas e As coleguinhas juntas

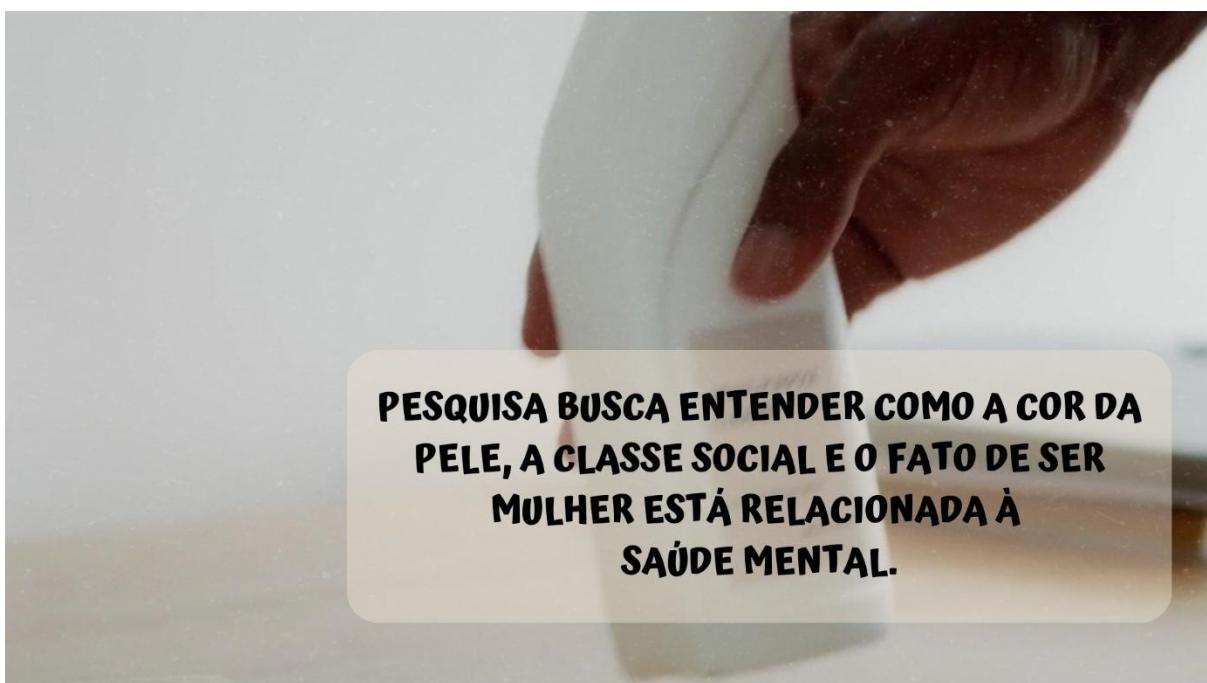
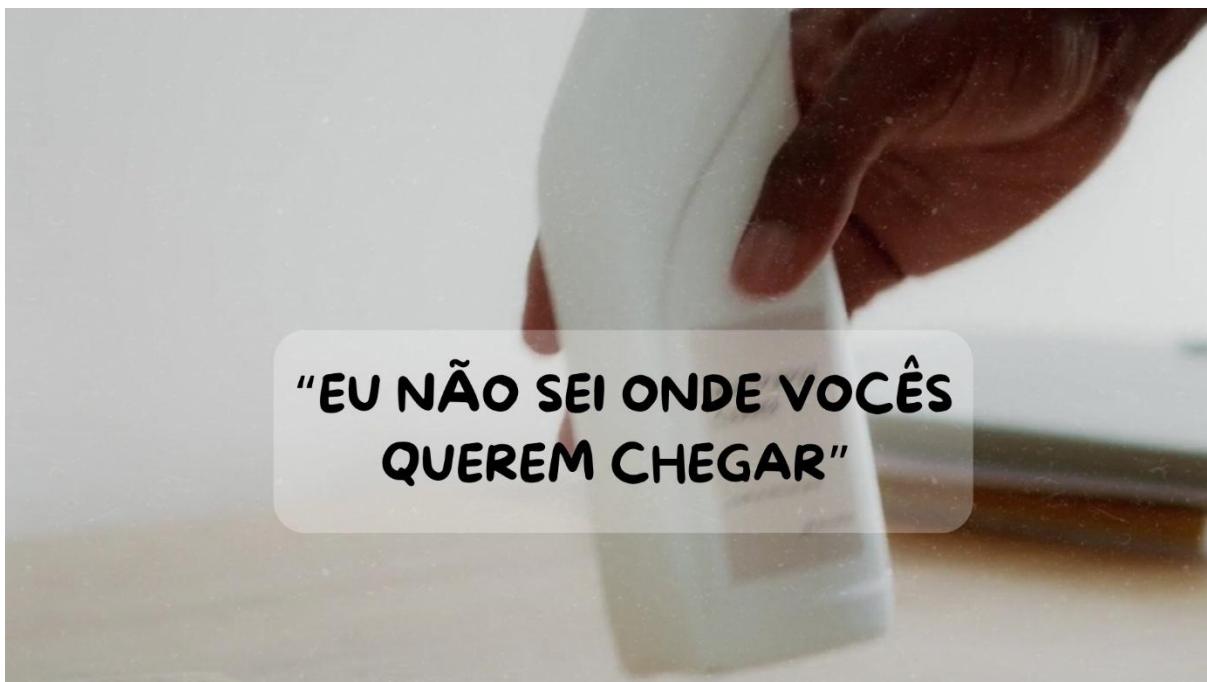
Figura 3 - Convite entregue individualmente às trabalhadoras nas unidades de saúde para participação na terceira rodada de conversa.



Desde o início das atividades, as participantes demonstraram um nítido desejo de realizar um encontro único, capaz de reunir todas as trabalhadoras envolvidas no estudo. Esse anseio por unificação reflete a busca por maior proximidade e conexão, à medida que as participantes destacaram as rodas de conversa como um espaço para fortalecer laços, trocar experiências e dividir vivências. O encontro, que finalmente se concretizou, teve como um de seus marcos a oportunidade de apresentar, em formato audiovisual, os pontos considerados mais significativos levantados nas rodas de conversa anteriores. A escolha do formato em vídeo visou dar visibilidade às falas das participantes, sintetizando os principais pontos abordados e permitindo que as discussões fossem revisitadas e aprofundadas por meio das imagens e palavras, possibilitando uma ressignificação dos momentos anteriores. A trilha sonora do vídeo é composta pela música *Pra Todas as Mulheres*, de Mariana Nolasco. O conteúdo desse material está demonstrado na Figura 4.

Figura 4 – Conteúdo visual do vídeo de síntese dos elementos das rodas de conversa anteriores, transmitido na terceira roda de conversa.

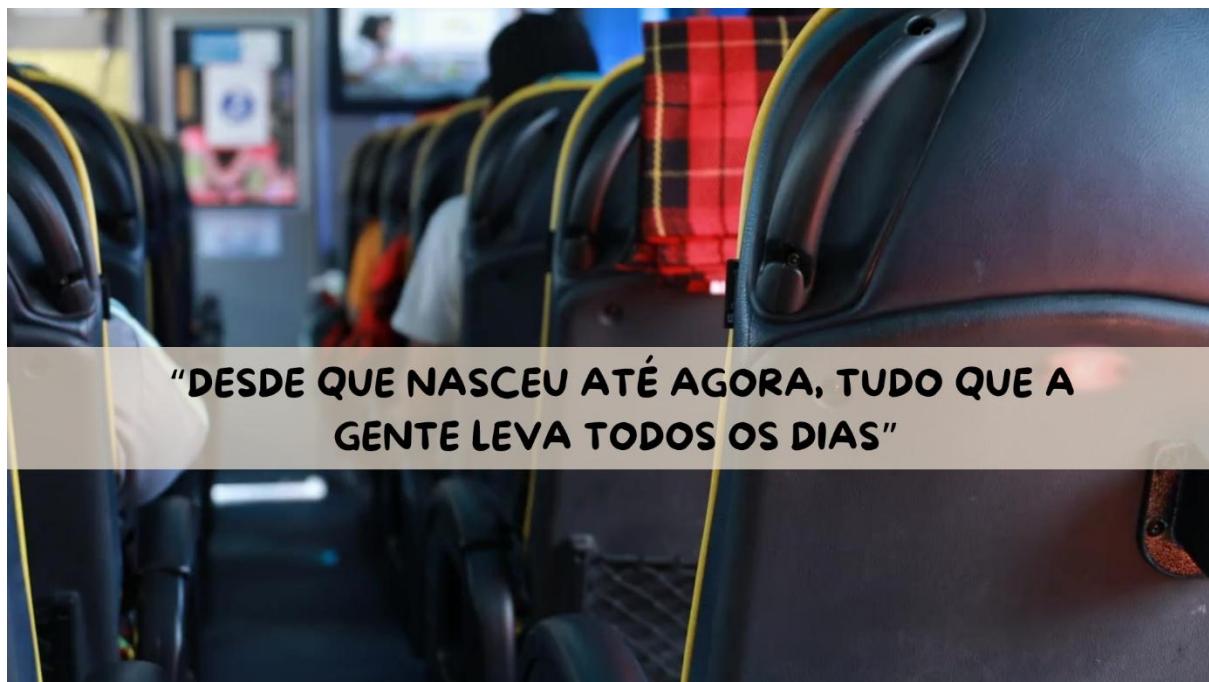




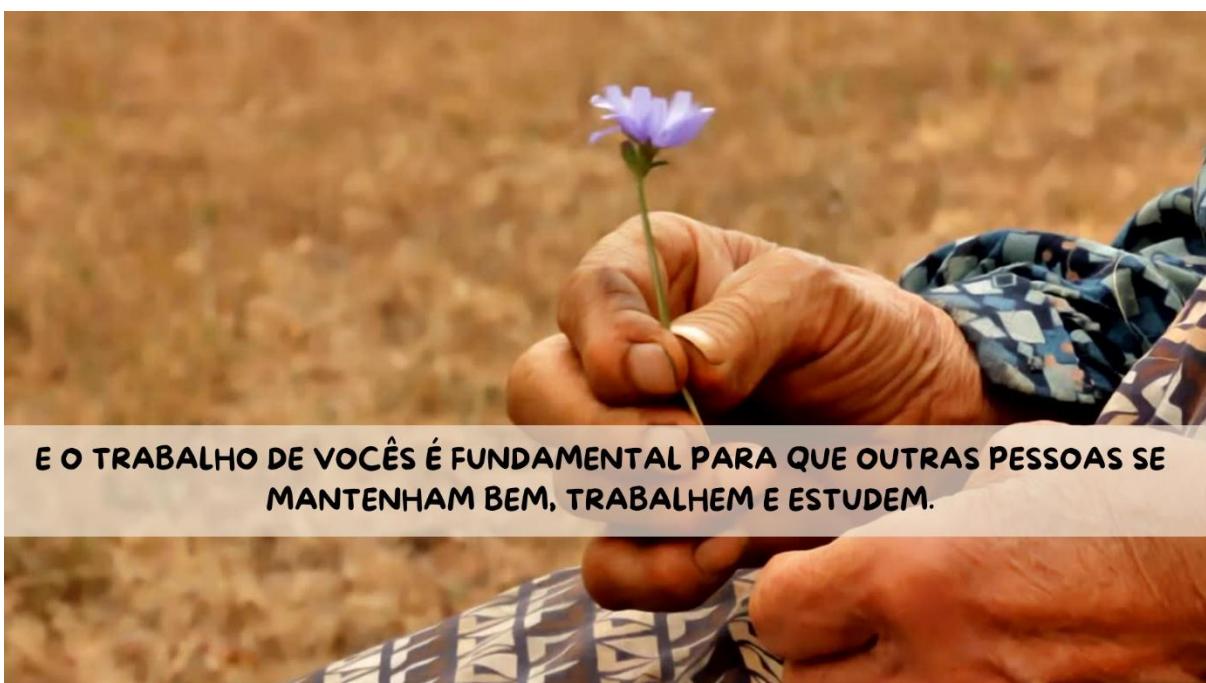


Dois grupos foram
formados

FLORES BELAS E AS COLEGUINHAS

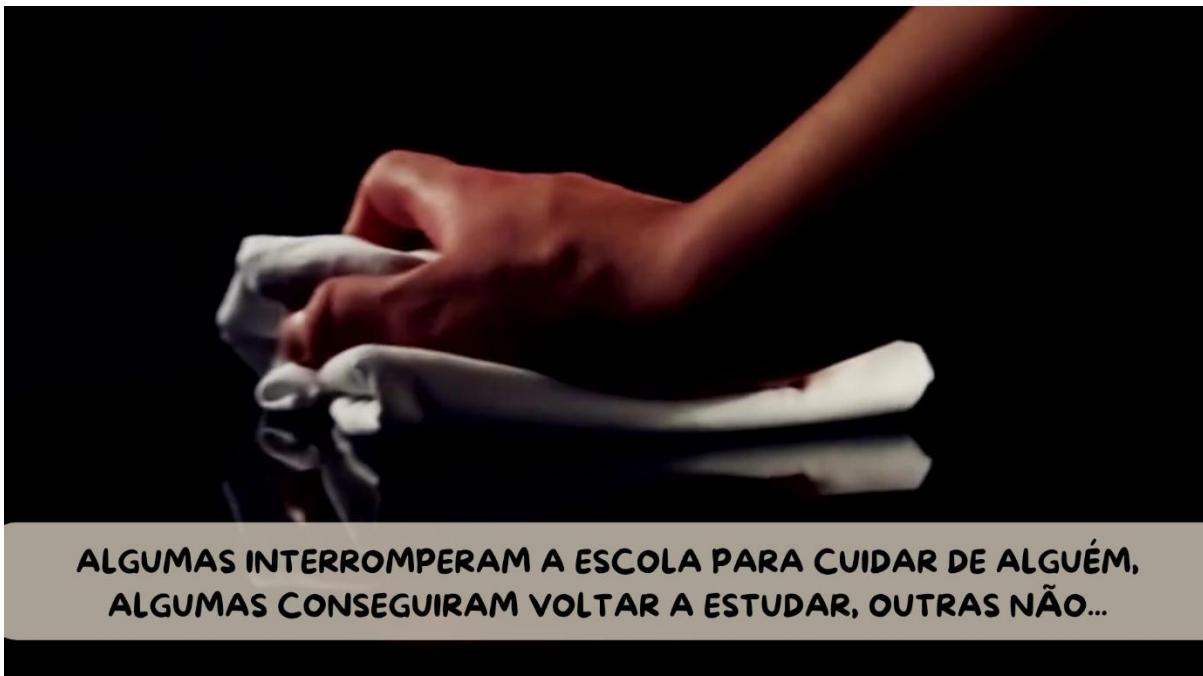


"DESDE QUE NASCEU ATÉ AGORA, TUDO QUE A
GENTE LEVA TODOS OS DIAS"

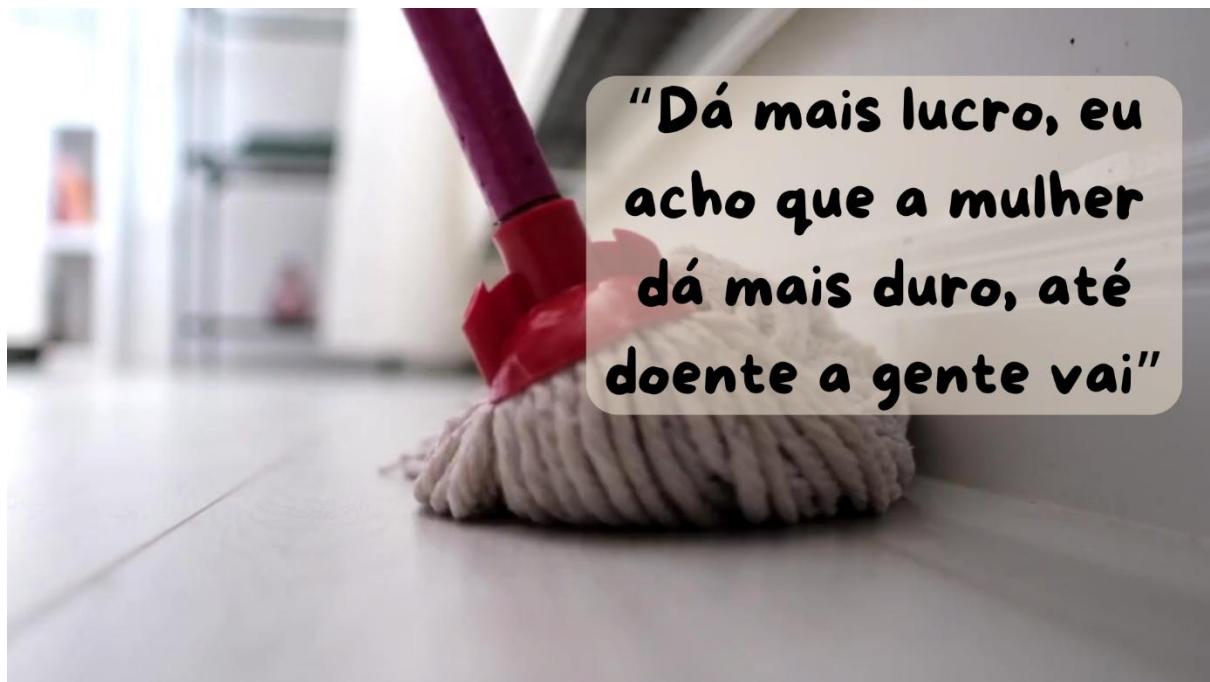




JÁ REALIZARAM MUITOS TRABALHOS COMO EMPREGADA DOMÉSTICA,
VENDEDORA, PANFLETAGEM, FAXINEIRA....



ALGUMAS INTERROMPERAM A ESCOLA PARA CUIDAR DE ALGUÉM,
ALGUMAS CONSEGUIRAM VOLTAR A ESTUDAR, OUTRAS NÃO...





**“Sofre a pobre miserável, sofre com a
vida dela, com a vida dos outros”**



**Vocês identificaram que as mulheres cuidam mais
dos filhos, das suas famílias e da comunidade e isso
também as fazem sofrer.**



**Trabalhar como Auxiliar Geral é mais do que
limpar e preparar o ambiente para outras
profissionais atenderem.**



Auxiliares Gerais prestam cuidados em saúde quando acolhem as pessoas que buscam as unidades.

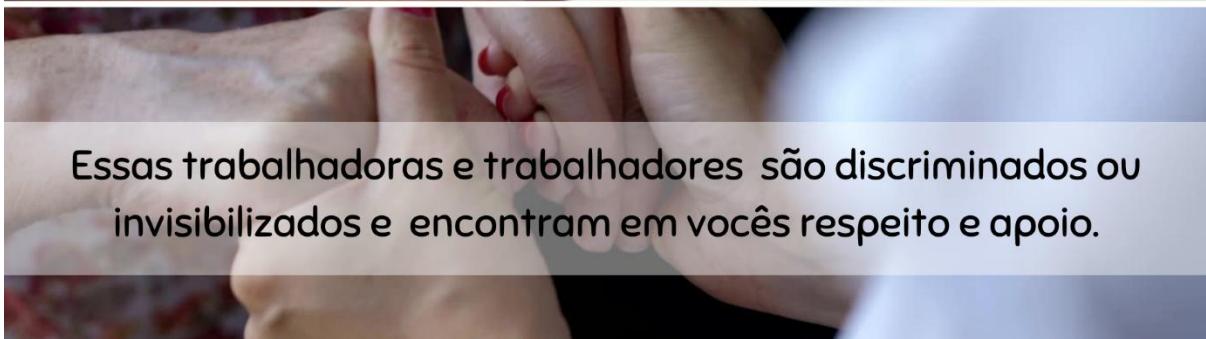




Além disso, seu trabalho é importante para trabalhadoras e trabalhadores como da varrição e reciclagem.



Essas trabalhadoras e trabalhadores são discriminados ou invisibilizados e encontram em vocês respeito e apoio.





O café feito todos os dias pode parecer algo simples, mas é uma forma de cuidar da equipe e se sentir reconhecida.



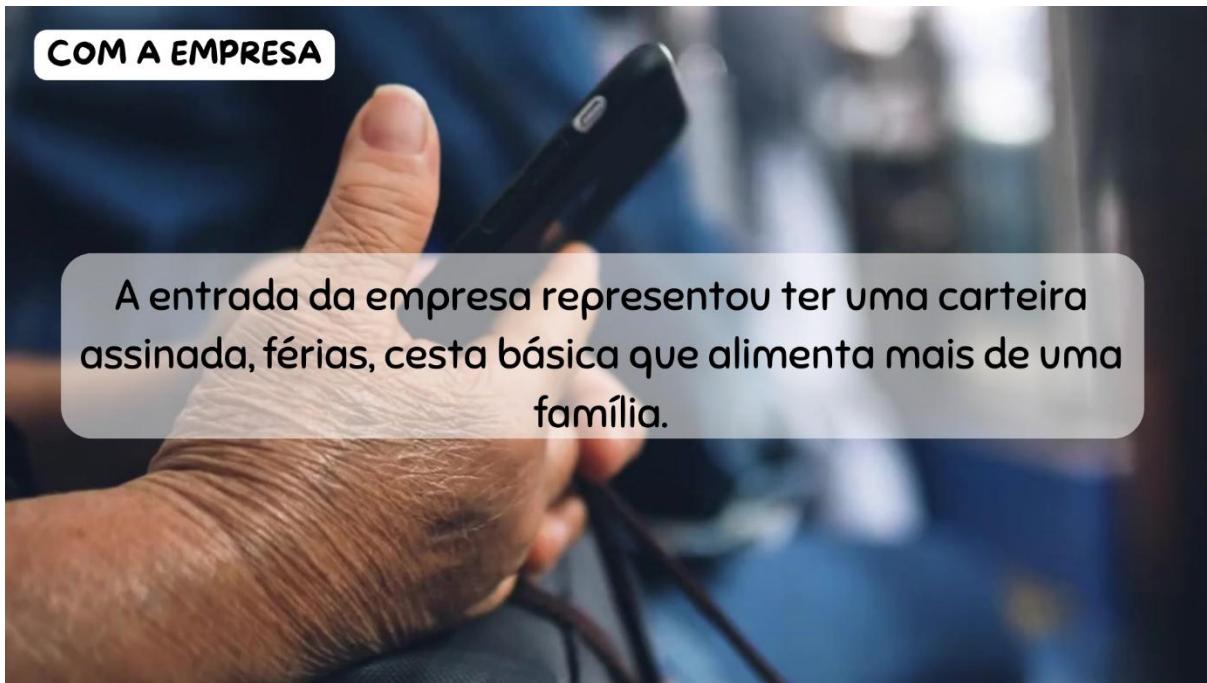
NO TEMPO DE CONTRATO DIRETO COM A PREFEITURA
"A GENTE ENTRA, ASSINA, POIS VOCÊ PODE VER AMANHÃ VOCÊ TALVEZ NÃO ESTEJA, ELES SE QUISER LHE MANDAR PRA RUA, LHE BOTAR, ENTENDEU?"

NO TEMPO DE CONTRATO DIRETO COM A PREFEITURA

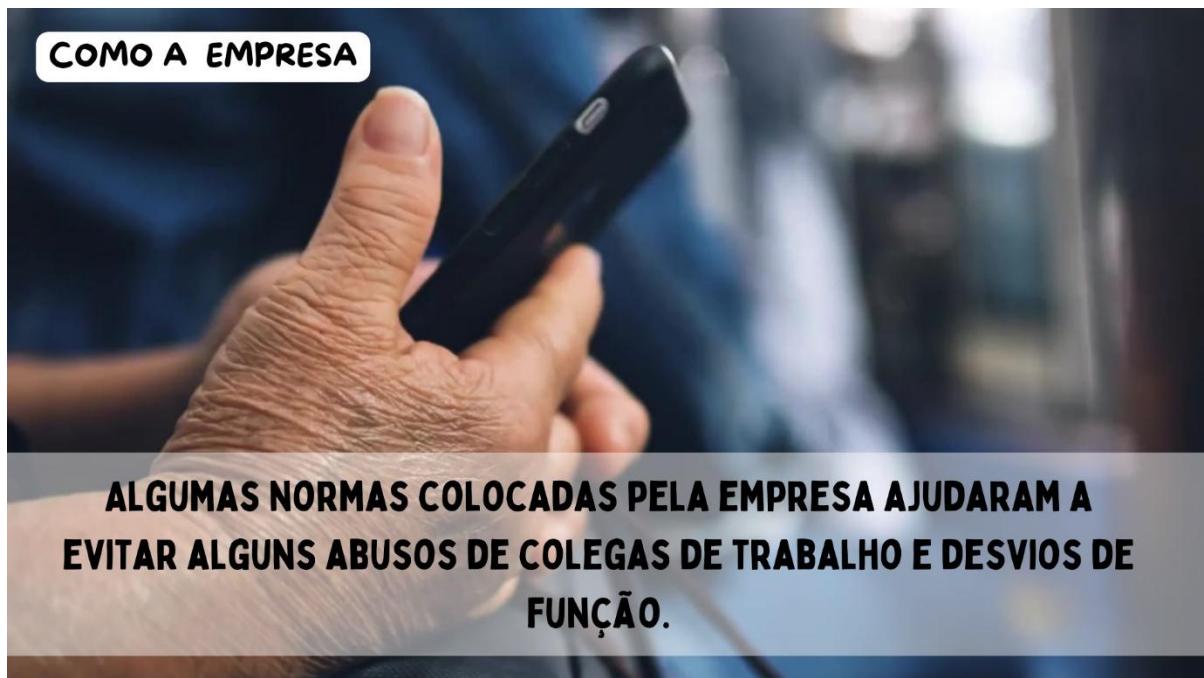


“Vivia com a saúde mental doente né, porque a qualquer momento o contrato poderia acabar”

COM A EMPRESA



A entrada da empresa representou ter uma carteira assinada, férias, cesta básica que alimenta mais de uma família.



**"ABAFAFARAM NOSSA VOZ
MAS SE ESQUECERAM DE QUE NÃO ESTAMOS SÓS"**

As participantes verbalizaram concordância com a importância das questões abordadas, além de manifestarem satisfação pelo que foi produzido nos grupos, destacando as contribuições do coletivo e a relevância da reflexão compartilhada.

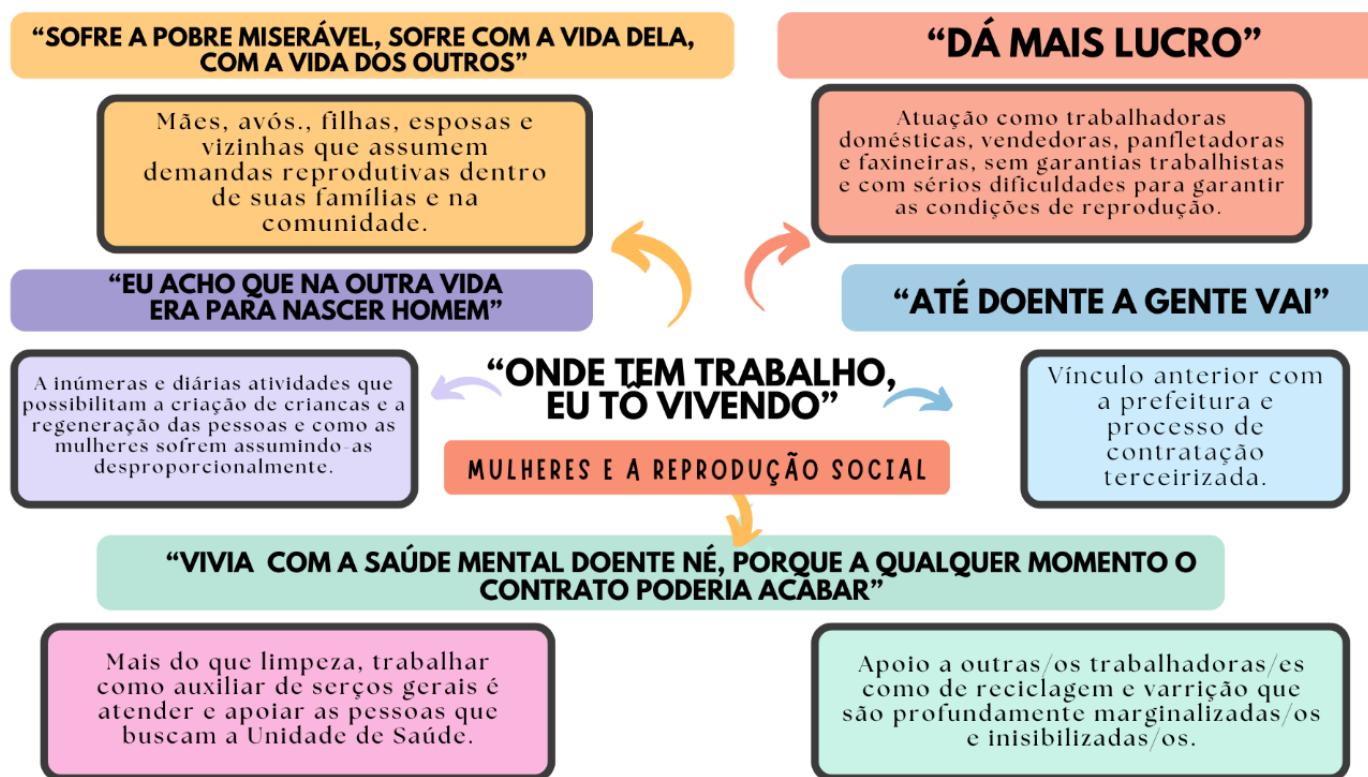
Além disso, os encontros proporcionaram um espaço único para que as participantes se conhecessem melhor, compartilhassem suas histórias e identificassem pontos de convergência — unidos não apenas pelo trabalho que exercem nas unidades, mas também

pelo trabalho reprodutivo que realizam fora delas. A construção de relações de proximidade foi apontada como um dos maiores ganhos do processo.

Outro aspecto relevante que emergiu durante os encontros e foi reafirmado neste último foi o desejo das participantes de dar continuidade aos grupos. Elas expressaram, de forma enfática, a vontade de continuar se reunindo, destacando como conversar, ouvir as histórias de outras mulheres e refletir sobre suas trajetórias pessoais e profissionais foi relevante. A oportunidade de se afastar do ambiente de trabalho, de dedicar tempo a si mesmas e de refletir sobre suas jornadas individuais e coletivas foi amplamente valorizada. Esse tipo de espaço, onde as participantes podem dialogar e se ouvir mutuamente, foi considerado essencial para fortalecer as relações e para a construção de um senso de pertencimento e apoio mútuo.

O quadro 6 apresenta uma síntese do conteúdo presente no material audiovisual do terceiro encontro.

Quadro 7- Síntese do conteúdo audiovisual do terceiro encontro das *Flores Belas e As Coleguinhas*.



FONTE: Elaborada pela autora

3 Capítulo “Desde que nasci eu trabalho”: a relação indissociável entre a Produção e Reprodução

Cuida até do vizinho, quando o vizinho tá passando necessidade. O cuidar é essencial, que a gente tem que cuidar do alimento de todos, principalmente nós mulheres somos muito solidárias, a gente amarga, acho que eu era pra nascer um homem (Brenda).

A epígrafe de Brenda que inicia este capítulo destaca dois elementos centrais presentes em todos os encontros realizados com as Flores Belas e As Coleguinhas: o cuidado e as mulheres como referências em sua promoção. A partir desses dois aspectos, algumas questões podem ser suscitadas: Quantas demandas diárias estão envolvidas no que Brenda nomeia como cuidado? Qual a importância dessa série de atividades cotidianas para que as Flores Belas, As Coleguinhas, suas famílias e comunidades possam sobreviver e participar do funcionamento da sociedade? Por que e em que se diferenciam as experiências de cuidado de mulheres e homens? Essas indagações têm permeado a diversidade de debates feministas e a elas procuro oferecer elementos e apresentar algumas reflexões com base nas contribuições da Teoria da Reprodução Social- TRS. Este esforço é necessário na medida em que busco sustentar que, para pensar criticamente a saúde mental das trabalhadoras participantes, é imprescindível discutir sua situação no trabalho reprodutivo e como ele é inseparável da produção, ambos tendo as dimensões de classe, raça, gênero e sexualidade em seu cerne.

O desempenho diário de atividades reprodutivas constantemente abordado nos diálogos grupais é parte da experiência não remunerada e remunerada de todas as trabalhadoras. Para cada uma delas, preparar as refeições, prestar assistência a crianças e idosos, e realizar a limpeza de ambientes faz parte do seu cotidiano, durante todo o dia e há anos. Esses afazeres, então, não as surpreendem, ao contrário do questionamento dirigido a elas sobre se viam essas tarefas como sua obrigação. É então que a surpresa as atinge, seguida de um coro dizendo que SIM!

Então, de início é extremamente relevante convocar a discussão Tithi Bhattacharya, que ao analisar essa dinâmica, fomenta importantes questionamentos na direção de desnaturalizar as inúmeras diárias e inesgotáveis demandas que envolvem o antes, o durante e o depois de uma jornada de trabalho (2023a, p.18):

(...) se o trabalho dos trabalhadores produz toda a riqueza da sociedade, então quem produz o trabalhador? Em outras palavras: quais os processos permitem que a trabalhadora chegue às portas de seu local de trabalho todos os dias para produzir riqueza da sociedade? Qual o papel do café da manhã em sua prontidão para o trabalho? E a relevância de uma boa noite de sono? Entramos em águas ainda mais turvas se estendermos as perguntas para incluir processos que se dão fora da casa dessa trabalhadora.

Seguindo sua argumentação, Bhattacharya assevera que trabalhadoras e trabalhadores são centrais para a criação e para a reprodução da sociedade de modo amplo e, nesse sentido, há uma complexa trama de relações humanas e processos sociais no capitalismo que permite que essas pessoas retornem ao seu local de trabalho diariamente. Ainda assim, a despeito do usufruto que o capital faz de todo o processo que ocorre fora dos portões dos locais de trabalho e que é indispensável para que toda a força de trabalho se regenere e compareça no dia seguinte, esse sistema reconhece o trabalho produtivo para o mercado como a única forma legítima de trabalho. Isso naturaliza e invisibiliza as enormes quantidades de trabalho familiar e comunitário que sustentam essa força de trabalho. Como expressão disso, podemos retornar à colocação de Brenda sobre o modo como ela — como grande parte das mulheres da classe trabalhadora — se dedica para que sua família e seus vizinhos se alimentem e estejam prontos para o dia de amanhã. Contudo, esse dispêndio não entra na conta do capital nem é considerado como um trabalho indispensável para a sua continuidade.

À medida que o capital busca manter a produção, ele depende da manutenção e renovação da força de trabalho, processos que se realizam por meio da reprodução social.

São as atividades diárias de reprodução que garantem que a comida seja preparada, a roupa lavada, a casa limpa, o suporte emocional disponível e as crianças nutridas (Bhattacharya, 2023a). Nesse cenário, se na economia formal bens e serviços são produzidos, as trabalhadoras e os trabalhadores que geram esses itens são, em grande medida, parte de um grupo baseado em relações de parentesco chamado família e, no interior delas, suprem suas necessidades reprodutivas (Bhattacharya, 2023a). Por isso, a TRS defende que, no sistema capitalista, a produção e a reprodução devem ser analisadas de maneira não dicotômica, pois a totalidade do sistema comporta tanto o trabalho que possibilita a produção de mercadorias quanto aquele indispensável para a produção das pessoas (Bhattacharya, 2023a). Nesse complexo de relações sociais comportado pelo capital encontramos a exploração, a opressão, a dominação e a alienação, sendo elas ontologicamente inter-relacionadas (Ruas, 2020).

Em sua análise Arruzza et al. (2019) apontam para o fato que, na dinâmica capitalista, a busca incessante por mais lucro pressupõe a necessidade da produção e, para que ela se mantenha, exige a sustentação de seres humanos, mas ao mesmo tempo dificulta que isso seja feito. Recuperando a historicidade dessas dificuldades impostas à reprodução, é possível localizar em Marx (2023, pp.478-481) considerações relevantes sobre essa questão:

O trabalho forçado para o capitalista usurpou não somente o lugar da recreação infantil, mas também o do trabalho livre no âmbito doméstico, dentro de limites decentes e para a própria família (...) Como evidenciou uma investigação médica oficial em 1861, desconsiderando-se as circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade se devem preferencialmente à ocupação extradomiciliar das mães, que acarreta o descuido e os maus-tratos infligidos às crianças, aí incluindo, entre outras coisas, uma alimentação inadequada ou a falta dela, a administração de opiatos etc., além do *inatural* [natural em algumas edições] estranhamento da mãe em relação a seus filhos, que resulta em sua esfomeação e envenenamento intencionais. Já nos

distritos agrícolas, “em que a ocupação feminina é mínima, a taxa de mortalidade é, ao contrário, a menor de todas”.

É importante dizer que é reconhecida entre as feministas marxistas e socialistas o parco tratamento, e em certa medida a naturalização, que Marx destinou ao trabalho reprodutivo e sua relação com as mulheres (Federici, 2019; Vogel 1983/2022). Ainda assim, seu arcabouço teórico oferece importantes elementos para essa análise. Nas considerações destacadas, ele discute o impacto causado pelo afastamento das mulheres da rotina de cuidados familiares e o prejuízo disso para a criação de crianças e para a dinâmica familiar. Examinando também esse ponto, são válidas as declarações de Arruzza et al. (2019, p.76):

Empenhado em garantir para si mesmo um suprimento adequado dessa “mercadoria singular” ao preço mais baixo possível, o capital despeja o trabalho de reprodução social sobre mulheres, comunidades e Estados, o tempo todo distorcendo-o em formas mais convenientes para maximizar seus lucros.

Existem contradições entre as tendências de obtenção de lucro e a manutenção de pessoas nas sociedades capitalistas, com o capital frequentemente instrumentalizando a segunda para beneficiar a primeira (Arruzza et al., 2019, p. 76). Na lógica do capital, a classe trabalhadora vivencia diretamente a exploração e as injustiças do trabalho assalariado na produção. Nela, trabalhadores e trabalhadoras se veem obrigados a trabalhar além do necessário para suas necessidades básicas de sobrevivência, diariamente, trabalham mais horas do que o suficiente para sustentar a si mesmos, suas famílias e as bases de infraestrutura social. Nesse interim, os processos e as instituições que tornam possíveis a constituição das pessoas e da acumulação de capital se compõem mutuamente (Arruzza et al., 2019).

Apesar de ter dado novas e profundas nuances, a associação das mulheres ao trabalho que permite a continuidade da vida de pessoas é anterior ao sistema capitalista. Entretanto, para Arruzza et al. (2019), em sociedades anteriores a ela, a divisão que se tenta sustentar entre produção econômica e reprodução social não era nítida da mesma maneira.

A casa e a unidade familiar eram lugar de produção e reprodução. Com o desenvolvimento capitalista a produção passa a ocorrer fora dos lares, em indústrias, escritórios e minas, por exemplo, lugares esses que são considerados econômicos e o trabalho neles localizados remunerados na forma salário. Nas famílias permaneceu a reprodução, sendo feminilizada e permeada por sentimentos, conhecida como cuidados, realizada como natural da maternagem e não por dinheiro. Acontece que, nessa configuração, a reprodução social nunca esteve circunscrita ao privado de cada moradia, expandindo-se pela vizinhança, pelas comunidades e instituições (Arruzza, et al., 2019).

3.1 “Era pra ser pai, trabalhou um pouco, cabou-se”.

Ocorre então que, historicamente, o capital tem desfrutado das horas gratuitas de trabalho reprodutivo familiar de uma agente principal: a mulher. Violeta e Brenda fizeram relatos significativos nesse sentido:

E a vida da gente é complicada porque assim, eu não tenho nada contra mais tem mãe e vós que cria os filhos, por exemplo, eu crio os meus filhos e depois vou ajudar a criar os meus netos, ou seja, duplamente jornada, jornada duplicada (Violeta).

Minha mãe dizia “vai fazer isso”, eu dizia dentro de mim né que eu não sou doida de botar pra fora “não sou obrigada, não sou obrigada” (...) Toda a vida eu fiz, nunca deixei de fazer [demandas reprodutivas dentro de sua família] (Brenda).

Como expresso por Arruzza et al. (2019), o capital inova na forma de extração desse trabalho, contudo, não o inaugura. Então, o que possibilitou, ao longo da história, que a mulher fosse responsabilizada de modo desproporcional pela assistência a crianças, ao marido, aos pais, à vizinhança? O que se modifica sob os ditames capitalistas? Por que é que Brenda, ao mesmo tempo em que já se questionou sobre a obrigatoriedade deste trabalho, hoje entende que o é? E ainda, porque a mesma participante afirma que “É, é diferente, eu queria ser pai do que a mãe, é menos responsabilidade e a mãe é tudo. Embora o pai esteja dentro de cada só sobra pra mãe, só sobra pra mãe”?

Essas inquietações são parte de uma tradição de pautas relacionadas à compreensão da opressão conectada à generificação e à sexualidade ao longo da história¹⁴. Assim, o enfrentamento teórico e político dessa opressão ao longo das últimas décadas é realizado por diferentes vertentes feministas por meio de uma agenda plural e, igualmente plural, é a matriz teórica na qual elas se fundamentam. Dedicadas a essa frente, as perspectivas provenientes do feminismo socialista e do feminismo marxista — com pontos de contatos e distâncias— defrontam a análise da opressão às mulheres como gestadas pelas relações materiais e sociais inerentes à sociedade capitalista (Oliveira & Martins, 2023).

Como parte desses esforços, estão as contribuições de Vogel (2022), que impulsionam o desenvolvimento da TRS. Em seu livro *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*, ela identifica que a opressão às mulheres está enraizada em uma posição diferencial que elas ocupam na reprodução social ampliada. Isso inclui os processos de reposição de força de trabalho, desde a gestação até a manutenção e recomposição diária da força de trabalho. Dessa forma, para que essa força de trabalho continue disponível à exploração capitalista, a mulher ocupa um lugar específico. A particularidade dessa função é a matéria examinada por Vogel.

Como já explicitado, a família ocupa lugar de grande importância nessa manutenção e reposição geracional, contudo, não o faz de modo exclusivo. Existem espaços coletivos que possibilitam essa manutenção como alojamentos, cozinhas comunitárias, escolas e abrigos. Quanto à reposição da força de trabalho, a migração e escravização de pessoas pode tornar possível este processo (Vogel, 2022). Por esta razão, para Vogel, a opressão às mulheres não deriva imediatamente de seu lugar enquanto executora dessas tarefas cotidianas e, com isso, contrapõe-se a atribuir à divisão sexual do trabalho a “raiz” da opressão feminina. Isso porque, embora as mulheres tenham sido histórica e desproporcionalmente

¹⁴ Neste trabalho a recuperação histórica da opressão às mulheres será limitada e concentrada na sociedade capitalista e no seu período de acumulação primitiva no Brasil, o período escravista. Para uma contextualização mais ampla e detalhada desses períodos, ver em: Federici, S. (2019). Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Editora Elefante; Saffioti, H.I.B. (1976). A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade. Vozes.

responsabilizadas pelo trabalho necessário reprodutivo, o único processo que marcadamente utiliza da diferença biológica e é intransferível é a gestação, por meio da qual se realiza a reposição geracional. É essa distinção que, para Vogel (2022) coloca as mulheres da classe trabalhadora em uma função especial nessa reposição e onde se localiza a fonte de sua opressão na sociedade de classes.

Sendo assim, nesta sociedade, a potencialidade das mulheres gestarem produz contradições no interesse da classe dominante de extração de mais-valia. Para Vogel, é durante o período de gestação que se aumenta o trabalho necessário e se diminui o trabalho excedente. Diante desse cenário, interessa à classe dominante o acirramento da supremacia masculina no interior da classe explorada, porque esse é um modo de manter a quantidade necessária de trabalho em níveis “aceitáveis” e estabilizar a reprodução da força de trabalho (Vogel, 2022). Dito de outro modo, manter homens em trabalhos que produzem mais valor em detrimento das mulheres poderia garantir que a valorização continue em parâmetros toleráveis e não seja impactada durante os nove meses de gravidez e possíveis meses de lactação. Ao mesmo tempo, manter as mulheres enquanto reprodutoras assegura que novos trabalhadores e trabalhadoras sejam geradas e mantidas em suas necessidades diárias. Nesse processo, serão os homens os responsáveis pela provisão material das mulheres.

Nas palavras de Vogel (2022)

É a provisão pelos homens dos meios de subsistência para as mulheres durante o período em que estão voltadas para os processos biológicos de reprodução, e não a divisão sexual do trabalho em si, que forma a base material para a subordinação das mulheres na sociedade de classes (p.341)

Nesse ponto, é importante a explicitação cuidadosa de Ferguson e McNally (2017) de que não é a diferença biológica em si que justifica a opressão às mulheres, mas sim o modo como o capital depende da gestação, do parto, da produção de leite humano, enquanto processos biológicos exclusivamente possibilitado por mulheres para suprir a reprodução da classe trabalhadora. Por isso, o controle e regulação da reprodução, bem como a defesa da

ordem de gênero com a dominação masculina interessa, e é engendrada pelo capital e afirmada por meio do Estado.

Esses esforços teóricos para entender essa posição diferencial das mulheres auxiliam a busca por aprofundar o conteúdo manifesto por Brenda na abertura desta seção. Enquanto mãe e avó, ela tem nítido que ocupa um lugar diferente que não é compartilhado com o marido. Isso está presente numa série de outras narrativas, como a de Margarida que é mãe, avó e vive com a filha e os netos:

Porque problema todo mundo tem. Eu carrego três meninos, eu me acordo de 4:40 da manhã, arrumo um que para ir ao colégio, arrumo outro para deixar noutro canto e arrumo o de três anos para deixar, mas todo dia eu chego com a mesma felicidade, eu podia chegar emburrada, mas não quero não (Margarida).

Esse excerto de Margarida incita o aprofundamento da reflexão sobre o significado desse trabalho reprodutivo realizado sobre medida. Se todo esse atendimento de demandas atendidas por Margarida é um trabalho advindo de sua posição diferencial do qual o jogo capitalista depende, como lidar com ele? É imperativo que ela e outras mulheres o realizem com afeto e sem lamento?

Nesse sentido, o empenho para a compreensão do trabalho reprodutivo como um trabalho indispensável ao capital e a sua importância para a continuidade da produção, bem como o seu caráter não remunerado quando realizado em casa, dentro do campo marxista, não são exclusivos da TRS. Existem outros entendimentos e contraposições em torno da concepção do desempenho das atividades reprodutivas, e um ponto que ganha nuance nesse debate diz respeito à indagação sobre a defesa do salário para o trabalho reprodutivo, especificamente, o doméstico não remunerado, e qual a fundamentação para tanto.

Uma expoente desse debate é Silvia Federici. A autora sustenta que - por meio de uma crítica e de uma busca pela ampliação da análise marxiana¹⁵ - o espaço doméstico e o trabalho realizado para sua manutenção não são alheios à esfera da produção, mas sim à sua possibilidade de existência. Essa afirmação é, até certo ponto, compatível com a TRS. Entretanto, o entendimento de Federici traça um caminho diferente das afirmações e defesas presentes na TRS. Passemos então a analisar os pontos que as distanciam.

Federici (2019) analisa o trabalho doméstico e a lógica que ultrapassa os muros das residências, como manifesto nesta passagem:

Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado. Eles chamam de frigidez. Nós chamamos de absenteísmo. Todo aborto é um acidente de trabalho. Tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade são condições de trabalho... Mas a homossexualidade é o controle da produção pelos trabalhadores, não o fim do trabalho. Mais sorrisos? Mais dinheiro. Nada será tão poderoso em destruir as virtudes de cura de um sorriso. Neuroses, suicídios, dessexualização: doenças ocupacionais da dona de casa (Federici, 2019, p.40).

As considerações de Federici demarcam sua crítica. Para ela, no trabalho doméstico há um direcionamento das demandas físicas, sexuais e emocionais das mulheres e a naturalização desse atendimento como parte do feminino. Nesse fragmento, Federici parece enquadrar o trabalho reprodutivo não remunerado familiar com bases semelhantes ao do trabalhado assalariado, utilizando a noção de acidente de trabalho e doença ocupacional, inclusive. Contudo, ela admite que esse trabalho tem particularidades em relação a outros

¹⁵ Federici (2021) faz uma série de apontamentos e críticas à insuficiência do tratamento teórico de Marx ao trabalho reprodutivo. Ela concorda com a posição amplamente aceita no feminismo marxista, que reconhece a relevância das categorias marxistas para a discussão feminista e as denúncias realizadas por ele a respeito das desigualdades de gênero e do controle patriarcal. Contudo, há uma lacuna nas obras marxianas sobre a situação das mulheres, o trabalho reprodutivo e sua indispensabilidade para a produção na sociedade capitalista. Entre as razões apontadas por Federici para o limite constatado na teorização marxiana a respeito da reprodução, especificamente do trabalho doméstico, estão a expectativa de Marx da participação das mulheres na produção, a não percepção dele da importância do trabalho reprodutivo e a crença de que as condições impostas à classe trabalhadora levariam à destruição da família proletária.

tipos de trabalho, pois ele carrega uma manipulação e uma forma específica de violência relacionadas à sua transformação em atributo feminino e seu processo de naturalização como parte da psique e personalidade das mulheres.

Federici (2019) acentua, no sentido de desnaturalização, que ao menos vinte anos de socialização e treinos cotidianos são desempenhados por uma mãe não remunerada para preparar outra mulher para esse trabalho e persuadi-la a continuar na dinâmica doméstica de maridos e filhos, não apenas por imposição, mas também por convencimento de que essa é a vida desejada. Nessa direção, há um arranjo específico de incumbências físicas, emocionais e sexuais relacionadas ao papel que a mulher deve desempenhar, para que o capital possa constituir uma figura por meio da qual ele possa, ao mesmo tempo, desfrutar de uma carga extenuante de trabalho e invisibilizar todo esse desempenho. Nesse ponto, a autora demarca também a dimensão da sexualidade, pois, mesmo que não sirva diretamente a um homem, as mulheres estão submetidas ao mundo masculino, onde a heterossexualidade é violentamente afirmada para a sua continuidade.

Dante desses elementos retomados da obra de Federici (2019), nos deteremos um pouco mais a dois aspectos: o “treinamento” para as atividades reprodutivas e para fomentar o seu desempenho como a vida desejada, e a naturalização disso como parte do feminino. Para isso, um relato de Flor pode auxiliar a refletir sobre essas questões postas:

Dos 9 para os 10 anos eu (comecei a fazer o trabalho doméstico). Fui criada no interior, mamãe ficou viúva logo cedo, eu e minha irmã só tinha 5 anos, ela foi ensinando, passando pra gente “minha filha, é assim”. Ia pra roça, minha irmã não gostava muito de ir pra roçada com medo de cobra, aí minha mãe dizia assim “você vai ficar em casa, você tem medo de cobra” ...minha irmã ela ensinou a botar feijãozinho no fogo, limpar a casa. Mamãe dizia “vou pro lume, quando chegar de meio dia quero que tá tudo pronto”. A gente tinha 9, 10 anos, ficamos adultas, aprendemos, era solteira, quando me casei já sabia tudo pra mim não foi problema nenhum cuidar de uma casa e de filhos.

Considerando o primeiro aspecto, o “treinamento”, é possível assinalar que a assimilação e responsabilização pelo trabalho doméstico ocorreu precocemente entre as mulheres nessa família da classe trabalhadora, como retratado por Flor. Aqui, os 20 anos de “treinamento” referidos por Federici transformaram-se em menos de 10, revelando as nuances que constituem a superexploração da força de trabalho brasileira e as repercussões em seu núcleo familiar. Essa participação de crianças e adolescentes no trabalho reprodutivo recorre na vida de outras participantes. Como pontuou Maria “Eu era princesinha...minha mãe trabalhava, minha irmã ficava com a gente, comigo e com os meus dois irmãos, ela era a segunda, ficava maluca de tudo, ela lavava, cozinhava”. De modo semelhante Margarida reafirmou “Eu fui criada assim, por mais que a gente estudasse tinha aquela obrigação de limpar, limpar móveis, limpar a janela”, como também Celinha “faz tempo que eu trabalho, eu cozinhava, pra mim cozinar, o fogão como era alto tinha que botar (caixote para alcançar”).

É parte da realidade de crianças e adolescentes brasileiras da classe trabalhadora, especialmente as meninas, a responsabilização precoce pelas demandas reprodutivas familiares. Nesse cenário, a consideração de Federici (2019) a respeito da preparação para o apreço em ser “dona de casa” como uma vida desejada precisa ser mais bem refletida. A afirmação da autora, que sugere que essa é, para as mães, o ensinamento da vida a ser perseguido pelas filhas, parece não captar suficientemente a dinâmica com que as mães da classe trabalhadora compartilham a exorbitante carga de trabalho reprodutivo com suas filhas precocemente na realidade brasileira. A naturalização à qual Federici se refere pode ajudar a entender por que são as filhas, e não os filhos, que assumem as demandas domésticas nas famílias trabalhadoras, contudo, não parece ser automático que o projeto da mãe trabalhadora seja preparar suas filhas para apreciar a vida doméstica e familiar ao depender do trabalho dela entre 9 e 10 anos, ou ainda antes disso.

Nesse ponto, são notáveis as contribuições de Patriota e Alberto (2014) sobre o trabalho precoce no âmbito reprodutivo. O trabalho infantil doméstico figura entre as 93 piores

formas de trabalho infantil¹⁶, por seu potencial prejudicial à saúde, à segurança e à moral das crianças e adolescentes que o realizam. São justamente meninas pretas e pardas, oriundas das camadas populares, as mais atingidas por este tipo de trabalho.

Entre os aspectos que permitem compreender a realidade dessa parcela da classe trabalhadora, está a necessidade de que, em famílias mais pobres, crianças e adolescentes ingressem precocemente no mundo do trabalho, seja para contribuir financeiramente com a renda familiar, seja para assumir, de forma não remunerada, as tarefas reprodutivas, possibilitando que uma mulher da família exerça trabalho remunerado fora de casa. Patriota e Alberto também destacam a naturalização desse desempenho, visto como uma obrigação das mulheres da família, e o caráter disciplinador às crianças e adolescentes da classe trabalhadora atribuído ao trabalho, considerando-o como um meio de evitar o envolvimento delas em atividades ilícitas¹⁷.

Patriota e Alberto (2014) desenvolveram um estudo realizado no município de João Pessoa, tendo como foco o trabalho reprodutivo realizado internamente às famílias com a participação de crianças e adolescentes. O trabalho doméstico infantil analisado inclui as atividades assumidas por trabalhadoras precoces que, ainda crianças ou adolescentes, participam ou são exclusivamente responsáveis pelo cuidado das próprias residências, de familiares ou pessoas próximas a elas, e pela alimentação. Essas tarefas contribuem para a reprodução das famílias e permitem que a pessoa adulta responsável pela rotina de

¹⁶ A Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho-OIT datada do ano de 1999 e regulamentada no Brasil pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, trata das Piores Formas de Trabalho das Crianças e da Ação Imediata com vista a sua eliminação. Entre os tipos de trabalho elencados estão a escravização, a venda e tráfico de crianças, a exploração e o trabalho doméstico. Ver detalhes em Decreto nº 6.481, de 12 de Junho de 2008.

¹⁷ Um elemento importante para esta reflexão é colocado por Gonzalez (2020), ao problematizar a construção social baseada no racismo, na qual crianças e adolescentes da classe trabalhadora — especialmente negras e negros — são conhecidos como “pivetes” e “trombadinhas” (p.40). Nessa lógica, a carteira de trabalho — a despeito de todas as dificuldades para o acesso a empregos formais — historicamente representou uma necessidade de vida ou morte (literalmente), como forma de enfrentamento ao status de criminoso ou mesmo de desocupado potencialmente perigoso. Afinal, para a sociedade racista, como afirma Gonzalez: “todo negro é um marginal até prova em contrário” (p.40).

reprodução da família — em geral substituindo uma mulher— possa vender sua força de trabalho.

As autoras destacam a invisibilidade deste tipo de trabalho infantil realizado gratuitamente, pois nem sempre é considerado trabalho, ganhando status de socialização e formação. Nesse sentido, identificam três as modalidades que permitem definir o trabalho infantil doméstico: a socialização, a ajuda e o remunerado. Por socialização, entende-se a gama de trabalho que ocorre dentro de sua própria residência e que é compreendido como participação e socialização de crianças e adolescentes internamente às suas famílias. No que se refere à modalidade ajuda, ela abarca o trabalho realizado dentro da casa de sua família ou de outras pessoas, em substituição da(s) pessoa(s) adulta(s) responsável(eis), permitindo que essa(s) possa(m) exercer um outro trabalho remunerado produtivo ou reprodutivo. Já no caso do tipo remunerado, diz respeito ao trabalho realizado por crianças e adolescentes mediante a percepção de uma remuneração, em dinheiro ou outra forma de retribuição, sendo esse o que melhor explicita a relação entre a criança ou adolescente empregada e o/a empregador/a (Patriota & Alberto, 2014).

Outra consideração relevante é apresentada por Alberto et al. (2011), ao apontarem que, em muitas trajetórias, o início das atividades no trabalho reprodutivo familiar não remunerado — realizado dentro de casa ou na residência da família extensa — antecede a inserção no trabalho doméstico remunerado. O cansaço e a falta de tempo são parte do dia a dia dessas crianças e adolescentes, assim como os prejuízos escolares, que se mostram presente na vida dessas jovens trabalhadoras.

Nesse ponto, é indispensável destacar que esses comprometimentos suscitados por Alberto et. al (2011) e Patriota e Alberto (2014) observados já na trajetória das crianças e adolescentes trabalhadoras domésticas, estão refletidos na vida adulta das participantes dos grupos Flores Belas e As Coleguinhas. Veia e Gó, por exemplo, relatam que, desde os primeiros anos da infância foram responsáveis pelos cuidados com a casa e com as/os irmãs/os mais novas/os, para que a pudessem auxiliar suas mães. Ambas sinalizam que, logo

no início do período de alfabetização, sua formação escolar foi impedida pela necessidade de permanecer em casa, assumindo as demandas de reprodução da vida familiar.

Os prejuízos escolares são marcas comuns na vida da maioria participantes: oito delas interromperam o ensino formal antes de concluir o ensino médio, sendo que sete deixaram a escola durante o ensino fundamental. Ou seja, aproximadamente antes dos treze anos de idade, frequentar a escola deixou de fazer parte do cotidiano dessas crianças e adolescentes, hoje adultas, mas o trabalho reprodutivo não. A classe, gênero e raça estão colocados nesse impedimento. Nesse ponto, vale resgatar uma consideração realizada por Gonzalez (2020, p.41):

E lutar pela sobrevivência significa, para tais famílias, apelar para todas as formas possíveis no sentido de conseguir alimento e permanecer em seu estado de fome congênita. Significa não poder deixar suas crianças irem à escola porque, também elas, têm que ajudar nessa luta pela sobrevivência.

Desde muito cedo, as Flores Belas e as Coleguinhas enfrentaram restrições para aprender a ler, escrever e seguir seus estudos, e foram vinculadas à profissão que hoje exercem precocemente, o que tem contribuído para o esgotamento de sua força de trabalho. Nesse sentido, é fundamental observar como, já nos primeiros anos de vida da classe trabalhadora, os indicativos do esgotamento precoce ao qual está exposta a força de trabalho brasileira superexplorada começam a despontar.

Diante dessa realidade, a responsabilização das crianças e adolescentes da família, como no caso de Flor, Margarida e Celinha, sugere que esteve mais relacionada às necessidades de substituição imediata das mães para que as suas famílias se mantivessem, do que a uma modelagem para que elas aspirarem por um marido e fossem donas de casa felizes e realizadas, ainda que esteja presente entre elas, como nos dizeres de Margarida, que o sorriso no rosto é parte da boa maneira de desempenhar as atividades reprodutivas.

A complexificação desta questão se conecta com o segundo aspecto: à feminilidade discutida por Federici (2019). A noção de cisheteropatriarcado de Oliveira (2021) nos permite compreender essa complexidade presente na realidade brasileira. A definição de cisheteropatriarcado formulada por Oliveira diz respeito ao patriarcado moderno, ou seja, um novo patriarcado que se estabeleceu no capitalismo. Este regime é racializado e nele está presente a cismoralividade fincada na heterossexualidade compulsória. O domínio e a opressão constituem a exploração do trabalho na qual as mulheres são subalternizadas e a degeneração do que foi construído socialmente como feminino. O cisheteropatriarcado apresenta-se nas práticas sociais e institucionais por meio da violência, da sexualidade, da cultura, da forma como o trabalho é socio e sexualmente distribuído e do tratamento desigual e ultrajante dado às mulheres por uma condição de fêmea e às pessoas transexuais ou transgênero pela recusa da designação sexual imposta ao nascimento (Oliveira, 2021).

Oliveira (2021) estabelece que, com a colonização empreendida no período de acumulação primitiva capitalista, as noções de cismoralividade de mulheres e homens construídas no desenvolvimento patriarcal europeu são significativamente alteradas com a racialização. Como consequência disso, tem-se como exemplo a situação das mulheres escravizadas. Essas mulheres negras não tiveram a mesma identificação social de mulheres europeias e do construto social de feminilidade atribuído a essas últimas. Assim, mesmo com a genitália feminina de acordo com a cismoralividade afirmada, as mulheres da população negra não foram identificadas imediatamente como mulheres e muito menos com seus atributos de fragilidade, delicadeza e impossibilidade de trabalhar fora de suas residências. Embora a reprodução de padrões coloniais não ocorra da mesma maneira em nossa realidade hoje, sua existência marca a sociabilidade e complexifica a análise (Oliveira, 2021; Oliveira & Martins, 2023).

Então, esses dois aspectos nos provocam a refletir sobre como as mulheres participantes da pesquisa, enquanto mulheres brasileiras da classe trabalhadora e em sua maioria, racializadas como negras não corresponderam historicamente ao ideal de

feminilidade e ao projeto da mulher esposa e dona de casa das classes dominantes. Ainda que considerando as alterações que sucederam os diferentes períodos históricos, é preciso assentir que essa não adequação ao padrão europeu foge, em alguma medida, das considerações de Federici (2019).

O que se segue nas elaborações de Federici (2019; 2021) é outro argumento bastante relevante, que se concentra em torno da discussão do salário para o trabalho doméstico. Para Federici (2019) a manutenção de uma carga significativa de trabalho doméstico sem remuneração contribui para a sua invisibilidade. Assumir o desempenho desse trabalho gratuito, como bem defendido por ela, é possível por meio do movimento de imposição e convencimento que naturaliza o desempenho dessas atividades, mecanismos fundamentais para o capitalismo e que asseguram a permanência deste trabalho sem remuneração. Essa ausência ultrapassa a questão monetária, uma vez que permite a persistência da ideia de que esse trabalho não é, de fato, trabalho, criando obstáculos para que as mulheres possam lutar contra essa realidade.

Por essa razão, a luta por salário, nesse contexto, é fundamental para Silvia Federici. Para ela — enquanto parte de um movimento de luta¹⁸ pelo assalariamento do trabalho doméstico não remunerado — o salário não se refere apenas a uma quantia de dinheiro, mas a uma forma de expressão da relação entre a classe trabalhadora e o capital, porque o salário, ou a sua ausência, explicita a medida da exploração e diretamente expõe a relação de poder que o capital exerce no interior da classe trabalhadora. Além disso, o salário importa porque a partir dele se estabeleceu uma baliza que penetrou inclusive nos movimentos de esquerda, que consentiram em traçar, a partir do salário, uma cisão entre o trabalho e o não trabalho,

¹⁸ A luta pelo salário para o trabalho doméstico tem como referência a organização Wages for Housework (WfH), que tem Silvia Federici como uma de suas fundadoras nos anos de 1970. O WfH reuniu diferentes setores da classe trabalhadora em âmbito mundial e foi abastecido por perspectivas políticas de diferentes nacionalidades, com significativa vinculação marxista, das mulheres propulsoras do movimento. Na constituição e desenvolvimento desse movimento, as experiências anticoloniais, o operaísmo italiano, a luta pelos direitos civis e os movimentos estudantis tiveram importante influência.

contribuindo para que a extenuante carga de trabalho assumida por mulheres no interior de suas famílias fosse desconsiderada em suas análises e estratégias (Federici, 2021).

Em decorrência disso, essa luta salarial tem a potencialidade de criar tensões e desestabilizar o sistema capitalista. Ao pressionar para que sejam pagas as exorbitantes horas de trabalho doméstico, mexe-se no valor poupadão pela gratuidade desse trabalho desempenhado cotidianamente e que permite a produção de valor (Federici, 2019). Esse movimento tornará inconveniente ao capital arcar com o custo da reprodução e tem potencial de contribuir para o colapso do sistema, o que representará um ganho para o conjunto da classe trabalhadora (Federici, 2019). À vista disso, Federici identifica a mulher da classe trabalhadora como “dona de casa proletária” (Federici, 2019, p. 23) e destaca o seu protagonismo na luta de classes. Ela explica que, embora as mulheres acumulem ao trabalho doméstico não remunerado outro trabalho remunerado, isso não altera suas condições; pelo contrário, aprofunda a exploração a que estão submetidas. Além disso, essa “combinação” desenvolve outras formas de vinculação das mulheres às atividades reprodutivas para as quais foram “treinadas” no âmbito doméstico, levando-as a ocupar postos de trabalho como enfermeiras, trabalhadoras domésticas, secretárias, entre outras profissões predominantemente compostas por mulheres.

A TRS faz contrapontos à interpretação de Silvia Federici do trabalho reprodutivo realizado dentro das famílias, e um exemplo disso está na discussão realizada por Bhattacharya (2023) e Arruzza et al. (2019). Bhattacharya (2023) retoma a apreciação marxiana de que a força de trabalho, enquanto mercadoria no contexto do capital, é singular devido ao fato de que ela não se produz como as outras, ou seja, não se constitui de maneira capitalista. Mas, o que isso significa? A força de trabalho é produzida de forma diferente da capitalista e a defesa da TRS não está na reivindicação salarial para elas, mas sim em ampliar a análise sobre o papel da reprodução na luta contra o sistema capitalista e a diversidade com que ela ocorre.

Na mesma direção Arruzza et al. (2019), ao discutirem a questão, deixam nítido que a forma social do trabalhado reprodutivo realizado no interior das famílias tem um conjunto de relações sociais específicas, como as de parentesco, que dão a esse trabalho um contorno distinto do trabalho formal remunerado. Essa consideração é realizada pelas autoras durante análise, no livro *Feminismo para os 99%* (Arruzza et al., 2019), de um processo judicial movido no ano de 2017, em Taiwan, por uma mãe identificada pelo sobrenome Luo. Essa mãe, Luo, ao pedir judicialmente uma indenização, apresentou à corte a situação vivenciada por ela: anos de sua vida como mãe solo foram dedicados à criação de seus dois filhos. Nesses anos, eles foram gestados, alimentados, tendo providas as suas necessidades até o término da formação superior. Como retribuição, essa mãe aguardava o amparo deles em sua velhice, o que não ocorreu. Diante disso, a retribuição monetária do tempo e dinheiro investidos foram demandados na justiça.

A expectativa de Luo, na Ásia Oriental, é compartilhada por outras mães ao redor de todo o mundo. Entre as participantes, elementos nesse sentido emergiram, como compartilhou Margarida:

Eu não tenho uma oportunidade melhor porque eu abandonei duas faculdades pra minhas filhas crescer, eu não me arrependo não, porque eu não quis que elas passassem pelo o que eu passei, então “estudem”, até hoje elas estudam, são formadas mas estudam, procuram crescer, eu fico com filho, eu deixo de resolver umas coisas minha, eu digo “não, vá crescer, cresça, porque vai chegar um dia que eu vou precisar de tudo isso que você tá tendo, aprendendo, oportunidade, até pra comer”.

A vida de Luo, de Margarida e de inúmeras mulheres expõe, como destacado anteriormente, o que o capitalismo insiste em esconder: as décadas em que o tempo e recursos de mulheres foram dedicados ao nascimento, cuidado e manutenção de pessoas e que, sem provocação, o capital não destina nenhum valor, nem social nem monetário, mesmo dependendo de sua realização. As atividades que possibilitam o sustento das pessoas das

quais o capital explora a força de trabalho, enquanto “seres sociais corporificados” (Arruzza et al., 2019 p.75), não se mantêm apenas comendo e dormindo. Há famílias e comunidades a cuidar “tudo isso enquanto perseguem esperanças no futuro” (Arruzza et al., 2019 p.75).

Os filhos de Luo e as filhas de Margarida não dependeram apenas de a mãe tê-los parido, alimentado e proporcionado uma casa em condições para que eles e elas dormissem, pudessem crescer e de força de trabalho potencial se constituírem em de fato trabalhadores e trabalhadoras a serviço da acumulação capitalista. Fez parte de todo esse processo, acolhimento emocional e inúmeros apoios que permitiram a esperançar um futuro promissor. Essas mulheres não o fizeram de modo isolado, participam de uma comunidade que, em maior ou menor medida, conta com a sua participação para que re(existam) contra as incontáveis dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora para se reproduzir cotidianamente.

Acontece que o não pagamento desse trabalho é a tônica do capital. Não remunerar as mulheres pelo seu desempenho é parte de sua lógica. Por isso, a TRS procura identificar as diversas lutas que ocorrem em torno da garantia da reprodução, como a luta por alimentos, moradia, entre outras demandas imprescindíveis para uma vida verdadeiramente humana e que não são compreendidas como dentro do escopo da luta da classe trabalhadora. Para essa perspectiva, as lutas estão para além das reivindicações salariais.

Essa discussão sobre a defesa ou não de um salário é acompanhada de debates sobre se o trabalho reprodutivo pode ser compreendido como um trabalho que produz valor nos termos do capital. A questão que se coloca leva em consideração que se ao produzir por meio da gestação e garantir a recomposição geracional e diária da força de trabalho, o trabalho reprodutivo se configuraria então como uma atividade geradora de mais valor. Nessa seara, existem apreciações do ponto de vista da TRS, que são contrárias a afirmação desse trabalho como produtor de mais valor, entre elas a de Hopkins (2023).

Hopkins (2023) pontua que as três principais formas de realização da reprodução social — reprodução biológica, reprodução diária da força de trabalho com a execução, por

exemplo, dos cuidados cotidianos que envolvem cozinhar, limpar e oferecer suporte emocional, e trabalho assistencial remunerado — têm valor de uso, que, nos termos marxistas, indica que possuem uma utilidade prática no atendimento de necessidades. Entretanto, ao realizar este trabalho não se gera mais valor.

Essa afirmação acompanha, no âmbito da TRS, a ponderação de Vogel (2022) de que a reprodução é condição para a existência e manutenção da produção, uma vez que é por meio dela que a força de trabalho que mantém o processo produtivo se regenera e se repõe. Apesar disso, a própria reprodução da força de trabalho não se caracteriza como uma forma de produção. O argumento para essa não qualificação da dimensão reprodutiva como forma de produção baseia-se no fato de que os processos que a envolvem não passam necessariamente por um processo de trabalho em que há uma articulação entre matéria-prima e meios de produção para resultar na produção da força de trabalho (Vogel, 2022).

Para Vogel (2022) e Hopkins (2023), o trabalho doméstico não remunerado é socialmente necessário¹⁹, à medida que o preparo das refeições, a limpeza, o cuidado com crianças e idosos, e o apoio emocional são indispensáveis para a força de trabalho ser mantida e reestabelecida diariamente. Todavia, esse trabalho não pode produzir lucro e não é afetado pela queda de lucros do mercado; em outras palavras, não gera mais-valia e não entra na dinâmica capitalista do valor de troca. Pensar o trabalho reprodutivo dentro das famílias exige articular relações que vão além dessa troca no mercado (Hopkins, 2023).

¹⁹ Este é mais um ponto de discussão, desta vez, internamente a TRS. A respeito do uso do termo trabalho necessário adotado por Vogel e repetido por Hopkins, Ferguson e McNally (2017) que se situam também no interior da TRS, o considera equivocado. Para os autores Vogel está correta ao identificar que é socialmente necessário ao capital o trabalho reprodução de portadoras/es de força de trabalho que são colocadas/os a disposição do capital no presente ou no futuro. Ainda assim, o uso do trabalho necessário, tal como realizado por Marx, especifica um tipo de custo que tem que ser assumido pelo capital e necessariamente pago na forma salário. Desse modo, existe uma exorbitante quantidade de trabalho por meio da qual se garante a reprodução do capitalismo que não é remunerado e que na lógica do capital não é um “custo necessário”, ou seja, não entra na conta do capital como um custo que compõe o salário pago (Ferguson & McNally, 2017).

3.2 “É serviço de casa né?! Não faz quem não quiser fazer, porque a gente já sabe”

Como já expresso, embora uma parte vultuosa das demandas reprodutivas seja suprida internamente nas famílias, essa não é uma forma exclusiva da satisfação delas. Existem outros espaços e relações que asseguram a reprodução social, como sistemas públicos de saúde, educação, instituições de longa permanência, restaurantes e dormitórios comunitários, em parte mantidos pelo Estado e também podendo ser explorados mercantilmente. No caso das trabalhadoras participantes, a reprodução ocorre tanto internamente em suas famílias quanto em unidades de saúde, que são componentes importantes dos espaços de reprodução externos.

À vista disso, se examinarmos as considerações de Bhattacharya (2023b), podemos voltar a atenção aqui para dois elementos. O primeiro deles diz respeito às relações e equipamentos abarcados na manutenção reprodutiva que extrapola o ambiente familiar e porque eles são mantidos ou limitados. Para dar ênfase a esse ponto, Bhattacharya lança a seguinte pergunta, para a qual imediatamente emite uma resposta:

Que outras relações e instituições sociais são compostas pelo circuito de reprodução social? Sistemas públicos e benefícios para os idosos compõem esses costumes historicamente determinados. Da mesma forma, a substituição geracional por meio do parto na unidade familiar de parentesco, embora dominante, não é o único modo de substituir mão de obra. Escravidão e imigração são duas das maneiras mais comuns pelas quais o capital substituiu o trabalho dentro das fronteiras nacionais (p.127).

Quando a autora coloca a questão sobre os costumes historicamente determinados que envolvem quais serão os recursos necessários para a reprodução, ela está dialogando com subsídios marxianos. Marx (2013), ao analisar a compra e a venda da força de trabalho, sublinha que para que a trabalhadora ou o trabalhador possa se manter, é necessária uma quantia de meios de subsistência e, por isso, o tempo de trabalho necessário à produção de força de trabalho condiz com a quantidade de tempo da jornada de trabalho que é necessário à produção desses meios de subsistência, sem os quais a força de trabalho que pressupõe

inevitavelmente uma pessoa viva, não encontra formas de assim se manter. Ocorre que, nas próprias palavras do autor:

A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida. As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também depende, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe dos trabalhadores livres num determinado local (Marx, 2013, pp.272-273).

Então, é sobre essa abrangência das necessidades imediatas para a reprodução enquanto produto histórico, que sofre variações devido à luta de classes, ao período e à localidade que Bhattacharya (2023b) está atenta ao pensar como essas necessidades serão atendidas socialmente, em que medida e qualidade. Bhattacharya recorre ao exemplo de uma “cesta de bens” (Bhattacharya, 2023b, p. 137) com uma quantidade de mercadorias necessárias para que uma trabalhadora possa se reproduzir. Nessa cesta, há alimentos, moradia, escolarização, assistência à saúde necessários para que a hipotética trabalhadora possa manter sua força de trabalho. A autora então questiona o fato de que o tamanho dessa cesta e o que nela está contido se modificam a depender da raça, do gênero e do país. Ao examinar a obra marxiana, ela depreende que sim. Ela recupera o exemplo de Marx a respeito do trabalhador irlandês e suas necessidades em comparação a outros trabalhadores de outros lugares do mundo.

Penso que podemos formular um exemplo próprio a partir da realidade brasileira para contribuir com essa discussão, com o exemplo de Carolina Maria de Jesus, uma mulher negra, mãe de três filhos e moradora de uma favela em São Paulo, que se destacou como

poetisa e catadora de reciclagem. A trabalhadora relatou diferentes dias do ano de 1959 em seus escritos. Naquele ano, o país vivia uma profunda alta da inflação e, em suas páginas, Carolina (1960/2014) denunciava suas jornadas de trabalho, nas quais conviveu com a impossibilidade de garantir a alimentação de seus filhos, as dificuldades que essas crianças viviam para ir à escola e serem cuidadas em sua ausência, a precariedade das condições de abrigo e, diante de situações de adoecimento, a impossibilidade de assistência à saúde. Nessa situação, o que incluía a “cesta de bens” (Bhattacharya, 2023b, p.137) dessa trabalhadora? Em que condições aconteceu a reprodução dela e de sua família? Como os hábitos da época, a situação da classe trabalhadora e, dentro dela, a raça, gênero e nacionalidade influenciaram na quantidade e qualidade dessa provisão?

São essas indagações que busco enfrentar. Ao longo das décadas, o Estado brasileiro tem assumido (ou deixado de assumir) recursos para a restauração de trabalhadoras e trabalhadores. Nessa realidade, as trabalhadoras deste estudo estão diretamente envolvidas, pois, enfrentam as possibilidades e restrições para atendimentos de suas necessidades enquanto classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, são parte da força de trabalho que se encontra nos dispositivos públicos de atendimento dessas mesmas necessidades, subordinadas ao maior ou menor investimento público conferido a elas.

Até aqui, o quadro posto ressaltou a gratuidade com que são supridas as demandas reprodutivas à custa de uma quantidade exorbitante de trabalho, majoritariamente realizado por mulheres enredadas em laços familiares. Mas, como demarca Bhattacharya (2023, p.129):

Tal como no caso das aposentadorias, da saúde pública ou da educação, o Estado desembolsa alguns recursos para a reprodução social da mão de obra. É somente dentro de casa que o processo de reprodução social permanece não assalariado.

Nessa mesma direção, Arruzza (2015) argumenta que, na sociedade capitalista, persiste a privatização total ou parcial do trabalho de cuidado. Ou seja, sua execução é concentrada em grande no âmbito familiar, independentemente de sua composição, com a

socialização parcial e em escala menor desse trabalho por parte do Estado ou de sua realização por serviços mercantilizados. Ela adiciona ainda em outra contribuição que são parte de uma formação social concreta a família, a burocracia estatal, o controle policial, a escola, a tecnologia e a ciência, entre tantas outras, todas participando da reprodução das condições de produção (Arruzza, 2018).

Isto posto, retornemos à frase que abre esta seção. Veia proferiu, com bastante concordância de suas colegas de trabalho, a seguinte afirmação: “É serviço de casa né?! Não faz quem não quiser fazer, porque a gente já sabe”. As trabalhadoras percebem que existe um fio condutor entre o trabalho na unidade e aquele realizado dentro de suas próprias casas. No imediato, o que deixa nítida essa conexão são tarefas de limpeza e organização dos ambientes. Mas é então que, de forma menos aparente, outras pistas vão sendo colocadas por essas trabalhadoras nas rodas de conversa.

“Às vezes a pessoa vai no posto não é nem com queixa porque está doente, quer só uma palavra amiga e um abraço, às vezes só vão lá pra isso (Maria)”. O diálogo aberto por Maria foi acompanhado pelas outras participantes com a identificação unânime de que o trabalho realizado por elas não estava restrito à limpeza. Cotidianamente, essas mulheres são buscadas por pessoas usuárias da unidade de saúde onde estão para uma conversa, ainda que breve, para um abraço, para um suporte emocional. Esse acolhimento e apoio são extremamente significativos para aquelas e aqueles que o recebem e, como demarcamos até aqui, para a participação dessas pessoas na dinâmica da sociedade. Mas é preciso ir além da aparência desse trabalho para que isso se explique e para aproximar-se do que no trabalho dessas mulheres é marcadamente importante em sua atuação e para a manutenção dessas unidades enquanto espaços de reprodução social.

É interessante se atentar para como esse suporte se espalha para além daqueles e daquelas que buscam atendimento dentro do funcionamento da unidade. Existem outras trabalhadoras e trabalhadores que se relacionam com a unidade por meio da limpeza urbana e que encontram nas participantes um ponto de apoio afetivo e material. Como narra Flor:

Lá na unidade passa o pessoal da reciclagem, aí eles passam e falam “D. Flor, eu gosto tanto da senhora” eu disse “Por que?” “Porque a senhora recebe a gente tão bem, tem gente que passa por mim, a gente dá bom dia e não dá nem um bom dia...a gente dá um bom dia, quando a gente vai se aproximando tem gente que disfarça”. É um trabalho digno como outro qualquer, é o pão de cada dia, eu penso assim (Flor).

Já Celinha conta a relação que mantém com uma senhora que reside próxima à unidade de saúde em que trabalha e para qual guarda materiais recicláveis da unidade “Celinha, tá vendo esse plástico que você junta e me dá, eu ajunto com o que eu recebi lá fora, o seu, eu vendo e faço feira pra alimentar meus filhos’, chega que dói no coração”.

Essas relações invisibilizadas na apresentação exterior da atuação de auxiliares de serviços gerais ocultam também a amplitude deste trabalho e também os possíveis sofrimentos que a invisibilidade embaça, conforme trataremos no capítulo “Porque se você for levar para o lado emocional, você adoece”: saúde mental e trabalho. Nesse primeiro momento, interessa desenredar as características desse trabalho e recentrá-lo na unidade que se estabelece entre produção e reprodução.

Como expresso por Flor e Celina, trabalhadoras e trabalhadores catadores de reciclagem apoiam-se de diferentes maneiras nelas. Na relação com Flor, conseguem recolher elementos para enfrentar a desumanização que o seu pertencimento de classe, raça, gênero e sexualidade lhes impõe. São homens e mulheres pobres que enfrentam profundas dificuldades de sobrevivência, tendo uma ocupação profundamente marcada pela superexploração (Dementshuk, 2023). No caso de Celina, ela, por meio do seu trabalho, separa e garante uma quantidade de materiais que permitem com que uma outra trabalhadora possa vendê-los e manter o sustento familiar.

É imprescindível manter em consideração que as unidades de saúde estão situadas em um território extenso em que vivem diferentes segmentos da classe trabalhadora e onde a “cesta de itens” (Bhattacharya, 2023b, p.137) de reprodução é agudamente restrita. “É porque a gente trabalha com área descoberta também, tem muita área descoberta lá”

(Violeta). As descobertas que impactam a regeneração dessas pessoas, para além do atendimento clínico, demandam mais das unidades, como conta Flor:

Chegou na comunidade tinha lá tipo uma associação aonde ia ser a ação, já tava lá o pessoal esperando, mas minha amiga, parece que tô vendo, tinha criança com força. Vi uma criança, bem assim, quando fui chegando com o saquinho de pão, botando na mesa, ajeitando, aí o bichinho veio na minha direção, uns dois aninhos “tia, me dê um pão desse, tô com uma fome”. O bichinho sentou com o pão francês e ficou (Flor).

É a fome e a falta de garantia de alimentos que atravessam os muros das unidades e encontram nas participantes o provisionamento. São as limitações na moradia, a demanda por afeto, a vital necessidade de se afirmar como humano, a realidade com as quais as trabalhadoras convivem inteiramente, dentro e fora do local do trabalho, de forma remunerada e não remunerada. Quando se paga, paga-se pouco e a sobrecarga desse trabalho recai sobre essas mulheres. Nos dizeres de Violeta “Eu não sinto muito cansaço não, agora se eu me deitar...tem dia que eu chego muito cansada.”

Arruzza et al. (2019, p.79) nos ajudam a refletir sobre esse “cansaço”, nesse longo fragmento:

(...) o tratamento que o capitalismo dá à reprodução social é contraditório. Por um lado, o sistema não pode funcionar sem essa atividade; por outro, ele renega os custos desta última e confere a ela pouco ou nenhum valor econômico. Isso significa que as capacidades utilizadas para o trabalho de reprodução social não têm seu valor reconhecido, são tratadas como “dádivas” gratuitas e inesgotáveis que não exigem atenção ou renovação. Quando, por acaso, a questão é considerada, presume-se que sempre haverá energia suficiente para produzir mão de obra e sustentar as correlações sociais das quais a produção econômica — e, em termos mais gerais, a sociedade — depende. Na verdade, as capacidades de reprodução não são infinitas e podem se esgotar. Quando uma sociedade retira a sustentação pública à reprodução social e engaja suas principais provedoras em longas e cansativas horas

de trabalho mal remunerado, ela esgota as próprias capacidades sociais de que depende.

As preocupações discutidas por Arruzza et al. (2019, p. 78) no que reconhecem como “Crise da reprodução social”, estão presentes e tem diferentes entendimentos no debate da “Crise do cuidado”, como veremos posteriormente. Para Arruzza et al. (2019), na realidade sob ditames neoliberais, o capital está esgotando de modo sistemático as condições individuais e coletivas de recomposição das pessoas e da manutenção de laços sociais. As possibilidades de trabalho em que se inserem grande parte das mulheres, com especial participação daquelas das camadas populares e racializadas como não brancas, têm intensificadas a exploração e a expropriação, o que as aguarda é um trabalho profundamente precarizado, precarização que se expressa em assumir o trabalho que deveria ser desempenhado por várias pessoas, por baixos salários e com vínculos frágeis. Cabe a elas assumirem parte do trabalho de reprodução que era antes realizado sem remuneração dentro das famílias, aliado àquele que assim permanece. Trabalhos com escassas ou sem garantias trabalhistas, que comprometem a autonomia, a autorrealização e a possibilidade de aprender ou exercitar novas habilidades (Arruzza et al., 2019).

Pensar essas ameaças postas na atualidade, possibilita recuperar uma consideração colocada por Celinha ao grupo:

Eu com isso na cabeça, que eu fazia de tudo pra ela não fazer, justamente eu pensava assim, não como eu sou mais nova eu vou fazer tudo pra não deixar ela fazer nada e ela vai viver muito, pra mim eu achava isso, mas só que foi o contrário, perdi minha mãe cedo (Celinha).

O objetivo ao recuperar essa narrativa de Celinha não é realizar nenhuma consideração apressada ou tentar correlacionar o falecimento de sua mãe ao trabalho reprodutivo. Contudo, é interessante notar como a trabalhadora faz essa associação, a partir do entendimento do cansaço e comprometimento que a reprodução implica a vida das mulheres. Em seu olhar, trazer para si a extenuante carga de trabalho reprodutivo pouparia a

vida de outra mulher, sua mãe, que a idade já marcara. Nesse cenário, o capital em sua busca incessante “rói até nossos ossos” Arruzza et al. (2019, p.81).

Nesse sentido, a voracidade da acumulação capitalista neoliberal colocada para a produção-reprodução, avança sobre a reprodução social também por meio da compressão dos serviços sociais públicos. À medida que, exige uma avantajada jornada de trabalho e reduz os serviços públicos, o trabalho de cuidado é exteriorizado para as famílias e para as comunidades, que têm reduzidas condições para executá-lo (Arruzza et al., 2019).

3.3 “Quem ama cuida né”

Entre as diversas perspectivas que analisam o cuidado e as dificuldades contemporâneas para garantir sua efetividade, destaca-se o cenário denominado Crise do Cuidado, que tem sido objeto de diferentes contribuições analíticas. Dentro dessas abordagens, os estudos sobre o Care possuem relevância significativa. Dentre as autoras que oferecem importantes contribuições para esse debate, destaco as obras de Joan Tronto, Carol Gilligan e Pascale Molinier.

Tronto (2015) define o cuidado como atividades realizadas para manter, continuar e restaurar o mundo que vivemos para que nele se possa viver da melhor forma possível. Nesse entendimento, a noção de mundo abrange as pessoas, seus corpos e o ambiente compartilhado por todas elas. O cuidado está presente em todas as dimensões da vida de todas as pessoas, diz respeito ao atendimento de necessidades e é sempre relacional. Nessa definição, cuidar passa, então, por um processo que envolve a identificação de necessidades, a percepção de que algo deve ser feito e o aceite das responsabilidades, sem a qual algo efetivamente não será realizado. É então que efetivamente se assume a tarefa do cuidado e, por meio dele, atende-se uma necessidade (Tronto, 2015).

Na discussão de Tronto, três aspectos são bastante expressivos para o tratamento que ela confere ao cuidado: a moral, a política e a democracia. Para a autora, as virtudes morais aparecem como um imperativo quando pensamos no cuidado e nas transformações

que serão necessárias para uma vida em sociedade que tenha o cuidado como central e de modo socializado. Cuidar requer compromissos morais e valores que permitam afirmar tais compromissos. À medida que nos preocupamos com que nos tornamos mais atentas e atentos a perceber quando uma necessidade não foi atendida e ao assumir responsabilidades adequamos nossa percepção de quando essas responsabilidades foram ou não arrogadas. Para isso, pressupõe um tipo diferente de teoria moral e política.

Nesse entendimento, não é possível pensar em cuidado dissociado da política. A política é concebida enquanto parte da vida cotidiana, pois o cotidiano é permeado pela política à medida que toda atitude de cuidar, toda ação no sentido de dar resposta a uma necessidade, envolve necessariamente relações de poder. A política também diz respeito ao contexto político mais amplo, correspondendo a valores, leis, instituições e costumes de uma dada sociedade (Tronto, 2015).

Interessa então para Tronto (2015) questionar sobre qual é o modo mais democrático de cuidado, a partir da identificação de que o ato de cuidar é desigual e atravessado por relações de poder. Quem cuida, quem será cuidado e como são inevitavelmente expressões de poder. É diante disso que ela afirma a exigência de repensar essa relação entre cuidado e democracia para a continuidade dessa última, porque o modo excludente da democracia compromete a igualdade, o que é indispensável para uma democracia funcional. Uma democracia funcional é composta por pessoas capazes de dedicar sua atenção, assumir responsabilidades, ser competentes e dar respostas às demandas de cuidado. Para ela, é a partir da democracia que as desigualdades podem ser equalizadas, corrigindo enormes desequilíbrios e estabelecendo o novo ideal de cuidar juntos. Nessa direção, a democracia é a alocação de responsabilidades de cuidado e a garantia de que todas as pessoas possam participar dessas alocações de modo mais completo possível.

Para Tronto (2015), as melhores formas de cuidar em um dado momento e contexto depende da constituição de um processo democrático para avaliar e atender às necessidades de cuidado. É por meio dessas bases que Tronto vai abordar a crise do cuidado, que para ela

está para além de projeções demográficas — que trata, por exemplo do envelhecimento populacional e maiores demandas de cuidado — e de mercado de trabalho. Ela aponta como aspectos dessa crise a ausência de tempo para o cuidado e a coloca como um problema político; o papel que o mercado tem assumido como tomador de decisões éticas sobre quem recebe qual cuidado também é compreendido como central para pensar essa crise. Torna-se imperativo, então, uma nova compreensão de cuidado.

Até aqui cabe algumas considerações. A reflexão do Care proposta por Tronto (2015) aponta para a centralidade do cuidado, para a sua indispensabilidade e seu caráter relacional, assim como o situa dentro da esfera política e o coloca como um imperativo para a efetivação da democracia. Está presente na argumentação dela uma crítica ao neoliberalismo e a desresponsabilização do Estado frente as necessidades do cuidado. Deixar para o mercado as decisões concernentes ao cuidado, para Tronto, agudiza a crise. Em sua obra ainda o apelo para uma revolução do cuidado se faz presente. Esta revolução do cuidado inclui uma educação voltada para o papel da solidariedade e do cuidado na democracia; a primazia do fortalecimento de redes comunitárias; a emergência da reorganização do trabalho e do tempo; o investimento em políticas de cuidado, com o Estado assumindo diretamente suas responsabilidades; como não é o Estado o único ator envolvido nesse processo, o compartilhamento de responsabilidade é parte dessa revolução, assim como o enfrentamento dos estereótipos que estão presentes nas narrativas de desigualdade e o fomento de diálogos inclusivos. Nessa nova perspectiva de cuidado, o tempo dedicado a ele é valioso e não um tempo perdido ou sacrificado. Contudo, é imprescindível recuperar a posição assumida por Tronto:

Como teórica democrática, não é meu papel prescrever como as pessoas efetuarão essa mudança. No entanto, estou confiante de que as pessoas têm a capacidade de se organizar em prol de seus próprios melhores interesses. Podemos entender a centralidade do cuidado dentro desses interesses e assim, tornar o mundo um lugar mais seguro e mais cuidadoso (Tronto, 2015, p.38, tradução livre).

Essa delimitação assumida por Tronto não passa sem consequências. Ao indicar que não cabe a ela recomendar como as mudanças necessárias para a defendida revolução do cuidado, alguns condicionantes parecem-me não ter sido aprofundados. As demandas por mais tempo para cuidar de si e dos outros, bem como, a de não deixar para o mercado decidir em que níveis, de que modo e quão abrangente será a atenção as necessidades impactam inevitavelmente o funcionamento desse sistema, reduzindo a possibilidade de extração de mais trabalho e de que a socialização do cuidado implica em socializar também seus custos, o que vai de encontro ao processo de valorização de capital. Tronto aponta que existe aí uma questão política, mas como lidar com essas questões basilares? Quais os limites postos e quais os imperativos a serem enfrentados para a realização dessa revolução do cuidado? De fato, parece que ela se afasta de ter que dar tais respostas.

No âmbito da Psicologia, Carol Gilligan adiciona questões a respeito do cuidado e do modo como ele é indissociável de uma sociedade verdadeiramente democrática em que diferentes vozes possam ser realmente consideradas. Gilligan, em sua obra *A Ética do Cuidado* (2013), propõe uma reflexão profunda sobre como a cultura patriarcal molda as relações humanas, especialmente as relações de gênero, e como isso afeta a nossa capacidade de cuidar e de desenvolver empatia. Um dos principais pontos que Gilligan destaca é a necessidade de repensar a forma como encaramos o cuidado, não como uma característica exclusiva das mulheres ou algo submisso, mas como uma capacidade humana universal que está ligada à nossa natureza mais profunda.

Gilligan (2013) observa que, em vez de nos questionarmos como adquirimos a capacidade de cuidar dos outros, deveríamos perguntar como perdemos essa capacidade. Ela reflete sobre o que inibe nossa empatia e nossa sensibilidade para com as necessidades do outro, sugerindo que, ao longo do desenvolvimento, somos moldados por uma cultura que desvaloriza e marginaliza o cuidado e a conexão emocional. Esse processo de perda, que pode ser entendido como uma desconexão com aspectos essenciais da nossa humanidade,

é uma consequência direta do patriarcado, que separa o racional do emocional e impõe uma hierarquia de valores entre o masculino e o feminino.

Gilligan (2013) argumenta que, ao longo da história, as mulheres foram vistas como detentoras de qualidades associadas ao cuidado, como a empatia, a preocupação com os outros e a capacidade de se conectar emocionalmente. No entanto, o que antes era visto como uma "limitação" das mulheres — a capacidade de se preocupar com sentimentos e relações, e uma forma de inteligência emocional que vai além da racionalidade — deveria, na verdade, ser reconhecido como uma virtude humana fundamental. Essa virtude, que está no cerne da ética do cuidado, não é uma limitação, mas uma vantagem que permite a criação de laços mais profundos e um entendimento mais complexo das necessidades humanas.

Um dos aspectos mais importantes do pensamento de Gilligan (2013) é a crítica ao modelo binário e hierárquico do patriarcado. Esse modelo impõe uma visão da masculinidade como algo que deve ser separado da feminilidade e coloca a razão, o intelecto e o "Eu" masculino no topo, em oposição à emoção, ao corpo e às relações, que são associados ao feminino. Gilligan aponta que essa divisão não só é artificial, mas também prejudica a psique humana, pois separa as pessoas de aspectos importantes de si mesmas, tornando-as menos capazes de experimentar e expressar a empatia, o cuidado e a compaixão.

Em uma sociedade democrática, no entendimento de Gilligan (2013) o cuidado deve ser entendido como um princípio humano universal, e não como algo restrito às mulheres ou associado à subordinação. O cuidado, nesse sentido, não é apenas uma ação de atender às necessidades dos outros, mas também uma forma de afirmar a própria identidade e respeitar a voz e os direitos do outro. Portanto, a ética do cuidado deve ser vista como uma ética de relações igualitárias, em que todos, independentemente de seu gênero, são responsáveis pelo bem-estar coletivo.

Gilligan (2013) também destaca a importância das vozes das mulheres nas batalhas pela justiça social e pela democracia, observando que o feminismo, ao desafiar as normas patriarcais, não está apenas lutando pelos direitos das mulheres, mas também pela

transformação de toda a sociedade. Ela defende que, ao questionar as estruturas de poder e as narrativas dominantes, as mulheres estão oferecendo uma visão mais rica e inclusiva da humanidade, capaz de gerar uma sociedade mais justa e solidária.

Por fim, Gilligan (2013) aponta para a possibilidade de reimaginar a ética do cuidado não como uma prática limitada ou subestimada, mas como um fundamento essencial para a construção de um mundo mais humano, onde as relações de cuidado e a empatia são reconhecidas como valores centrais para o bem-estar de todos. Ao superar as divisões impostas pelo patriarcado, podemos criar uma sociedade onde o cuidado é uma responsabilidade compartilhada, onde a voz de cada indivíduo é ouvida e respeitada, e onde todos têm a capacidade de amar e cuidar uns dos outros de forma plena e igualitária.

Alguns apontamentos podem ser feitos em relação às contribuições de Gilligan (2013). A discordância inicial que surge refere-se à compreensão que a autora tem da sociedade como pós-moderna. Em seguida, Gilligan discute as características do patriarcado e seus danos, mas não os relaciona diretamente ao capitalismo. Embora ela sugira uma sociedade mais justa e igualitária, não dedica sua análise a esse tema de maneira aprofundada. Além disso, apesar de se empenhar em ouvir as diferentes vozes a diferentes perspectivas em suas pesquisas, o modo como ela as apresenta acaba não deixando suficientemente nítidas as profundas consequências da racialização na configuração patriarcado, por exemplo.

Por sua vez, Pascale Molinier, também a partir da psicologia e no mesmo ano de 2013, em seu livro *Le travail du care*, aponta para o cuidado com os outros como uma proposta ética e uma prioridade de uma agenda teórica, metodológica e política. O cuidado é uma ética concreta das quais normas se compõem de práticas concretas impossíveis de serem desagregadas (Molinier, 2013).

Molinier (2013) dirige sua atenção para o fato de que a vulnerabilidade e a dependência são inevitavelmente pontos de encontro dos seres humanos e a partir disso, que cuidados são prestados, quem o presta, a quem se destina e como, ultrapassam o âmbito

privado e se constituem como uma questão ético-política. O cuidado com os outros, então, seria o epicentro de uma sociedade do cuidado.

Em sua posição, Molinier (2013) aborda o cuidado em sua complexidade e dinâmica. O cuidado é espaço de conflitos, tensões e ambivalências. Dentro da inevitabilidade do cuidado são parte de sua realização uma série de atividades que a maioria das pessoas não desejam fazer, não de modo continuado e cotidianamente. Por isso, o cuidado, por seu caráter vital, é inestimável e foge do valor mercantil.

A generificação, racialização e a classe são colocadas por Molinier (2013) em sua análise, sendo identificadas na dinâmica de dominação e na exploração da sociedade. Nesse sentido, há uma década, a autora reafirmou a urgência social e política de abordar o trabalho de cuidado, que tem as mulheres como as principais encarregadas, em uma perspectiva feminista. Nos dizeres da própria autora: “O cuidado convoca à criação de um novo quadro teórico para deslocar as rigidezes atuais das ciências do trabalho e para abordar sob uma nova perspectiva a crítica ao capitalismo” (Molinier, 2013, pp.11-12, tradução livre). Por essa razão, a perspectiva do cuidado proposta por ela visa a mudança de orientação sobre o trabalho, como ele é compreendido e conceituado. Molinier critica e invoca a desconstrução das teorias sociais do trabalho que partem de um modo de comprehendê-lo a partir da experiência masculina que se mostraram impróprias para a análise, formalização e valorização do trabalho de cuidado.

Molinier (2013) apresenta uma consideração que é muito cara às iniciativas da TRS ao asseverar que o trabalho das mulheres é frequentemente pensado no âmbito do trabalho doméstico e concebido como um apêndice do trabalho assalariado, indicando que existe uma incapacidade de considerar de modo simultâneo as dimensões produtiva e reprodutiva. O acordo com essa observação tem se constituído nos esforços da TRS de uma teoria unitária.

Molinier também tece considerações a respeito da crise do cuidado, direcionando sua apreciação para as possibilidades de emancipação de mulheres de países centrais, as quais podem desvincilar-se de atividades relacionadas ao cuidado, mas como a persistência das

necessidades permanece, há um movimento de migração de mulheres do Sul global, que assumem essas tarefas em detrimento das condições de participar dos cuidados e convivência de suas próprias famílias, que acabam por ser cuidados por outras mulheres (Molinier, 2013).

As dificuldades colocadas à reprodução são bem captadas pelo *Care*, que aborda a face imediata da questão, considerando as limitações numéricas de quem cuida, a reposição dessa força de trabalho pela imigração, a invisibilidade, a mobilização de emoções e a tendência do sistema de preterir o cuidado e não assumir que ele é ineliminável. O *Care* aponta para a necessidade de transformação, defendendo a Ética do Cuidado. Contudo, os meandros dessa crise e a relação dela com o funcionamento do sistema como um todo precisam ser ainda mais bem esmiuçados.

Por isso, os argumentos da TRS, que defendem a indissociabilidade entre produção e reprodução na sociedade capitalista, são tão relevantes. Bhattacharya (2023b) analisa as dificuldades enfrentadas pela reprodução social e as formas de superá-las, destacando que as relações de produção são uma combinação das relações sociais existentes, moldadas pela história, pelas instituições contemporâneas e pelas configurações estatais. As relações sociais fora do âmbito do trabalho assalariado não são acidentais, mas surgem como uma resposta histórica a ele, assumindo uma forma específica. Um exemplo disso é como a generificação e a racialização da reprodução da força de trabalho influenciam diretamente a extração da mais-valia. Além disso, a configuração heteronormativa da família é sustentada pelas necessidades do capital para garantir a reposição geracional da força de trabalho.

Nesse contexto, incluir a luta de classes como um elemento central na análise da reprodução social das pessoas trabalhadoras permite compreender a verdadeira profundidade da noção marxista de diferença dentro da classe. Reconhecer que a classe trabalhadora pode se constituir de maneiras diversas, com salários diferentes e acesso desigual aos recursos necessários para a reprodução social, vai além de uma simples observação empírica. Ao destacar como as relações sociais concretas e as histórias de luta

contribuem para a formação da força de trabalho, Bhattacharya (2023b) aponta os pontos de solidariedade de classe que precisam ser fortalecidos para assegurar condições dignas de vida para todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores.

Dante dessa realidade, a TRS direciona seus esforços para desocultar e visibilizar esse trabalho anteriormente invisível nas análises econômicas clássicas e negligenciado nas formulações de políticas públicas, buscando, assim, dar visibilidade a essa contribuição fundamental (Bhattacharya, 2023b).

3.4 “Porque se eu vivesse bem, se minha filha vivesse bem, pelo menos ganhar o suficiente pra manter a família, precisaria sair daqui pra viver em outro país?”

A consideração que abre esta seção é fruto de uma reflexão de Margarida e é bastante reveladora sobre a realidade latino-americana e as sérias restrições impostas à reprodução da classe trabalhadora. Nessa mesma direção, Brenda compartilha as dificuldades enfrentadas para se manter ao longo dos anos:

Já tive várias, eu já fui uma moça muito sofrida, hoje não sou mais. Já fui vendedora de roupa, já fui lavadeira de roupa de ganho, já vendi milho verde, canjica, essas coisas pra mim mesma, pras minhas necessidades mesmo pra eu me criar...trabalhei muito em campanha (balançando bandeira) até chegar hoje na minha pose que eu tô hoje...tudo é experiência na vida (Brenda).

Brenda fala de trabalho e das condições em que vendeu sua força de trabalho durante sua vida. Sua fala e sua experiência singular como uma mulher negra da região nordeste do país particularizam-se nas experiências de outras mulheres da mesma região e país que diariamente buscam formas de satisfazer suas necessidades e as de suas famílias. Ao mesmo tempo, se generaliza quando pensamos na forma como ela compõe a força de trabalho brasileira superexplorada, que enfrenta diariamente as expressões do capitalismo dependente no Brasil.

Essa trabalhadora, na qualidade de auxiliar de serviços gerais, participa de uma inserção profissional em que a dimensão de classe é ineliminável e, por isso, indispensável a qualquer análise. O que isso quer dizer? Afirmo que, na realidade brasileira, se trata de um tipo de trabalho em que quem o faz é integralmente parte dos segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora. Quem é que, por um baixo salário e sem destaque social, acorda todos os dias disposta a ir para o seu local de trabalho e lidar com dejetos de outras pessoas? Quem é que assume os cuidados das pessoas ou a conservação de ambientes considerados indesejados? Quem é que limpa 36 salas de atendimento sozinha para que outras pessoas possam ter um ambiente salubre para atender e ser atendidas? Essas são as condições compartilhadas por Brenda e suas colegas de trabalho e que nos auxiliam a pensar na classe trabalhadora atual, quem a compõe e suas trajetórias no mundo do trabalho.

Na dinâmica capitalista, a exploração atinge o conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores. Ocorre então que essa exploração está conectada à classe, mas também à opressão relacionada a raça, gênero e sexualidade (Bhattacharya, 2023b). A busca por conhecer e re(conhecer) essa classe na atualidade implica em desomogeneizá-la e voltar a atenção para o seu protagonismo na produção e reprodução da sociedade. Como bem estabelece Bhattacharya (2023b, p.128):

Além da imagem bidimensional do produtor direto individual preso ao trabalho assalariado, vê-se agora inúmeras capilarizações de relações sociais se estendendo entre o local de trabalho, casa, escolas, hospitais – um todo social mais amplo, sustentado e coproduzido pelo trabalho humano de maneiras contraditórias, porém constitutivas. Se direcionarmos nossa atenção para aquelas veias profundas da incorporação de relações sociais em qualquer sociedade atual hoje, como podemos deixar de encontrar o sujeito caótico, multiétnico, multigenerificado e com diferentes capacidades que constitui a classe trabalhadora global?

A TRS assume uma noção ampliada sobre quem constitui a classe trabalhadora mundial, defendendo que ela é composta por aquelas/es que estão na “ativa”, aquelas/es que

estão desempregadas/os, aquelas/es que estão temporária ou definitivamente impedidas/os de trabalhar e pela nova geração que irá compor a força de trabalho futura. Além disso, recusa-se a noção de classe que ignora raça, gênero e sexualidade, como historicamente foi assimilada em parte do campo marxista (Ruas, 2020).

Nos deteremos nesse ponto, a respeito das dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade e como elas estão no cerne da exploração do capitalismo, para algumas considerações relevantes para essa análise.

Não é consensual entre marxistas o papel da racialização e generificação no desenvolvimento capitalista. É importante alertar que não se trata de negar que raça, gênero e sexualidade estejam presente nesta sociedade, mas se o capitalismo depende delas para a sua exploração. Vejamos alguns pontos dessa questão.

Arruzza (2015) nos apresenta um exemplo desse debate, uma posição amplamente aceita no campo marxista, que é a tese do “Capitalismo Indiferente”. Nessa concepção, a exploração capitalista prescinde da opressão e desigualdade de gênero, sendo essas compreendidas como resquícios de modos de produção anteriores e que poderiam ser dispensáveis ao capitalismo. Por este prisma, acredita-se que no capital impera o oportunismo com relação a essas desigualdades remanescentes, de modo que ele se aproveita das expressões que são convenientes e elimina àquelas que não o são.

Uma representante dessa defesa do “Capitalismo Indiferente” é Ellen Wood. Em seu livro publicado em 2006, *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*, especialmente no capítulo "Capitalismo e Emancipação Humana: Raça, Gênero e Democracia", Wood discute bens extraeconômicos²⁰, entre os quais ela inclui a emancipação de gênero e a igualdade racial. A autora questiona então considerando a generificação e racialização, quais as modalidades de opressão o capitalismo exige e que formas de

²⁰ Wood (2006) posiciona a emancipação de gênero, igualdade racial, paz, saúde ecológica, cidadania democrática como bens extraeconômicos. A paz mundial, por exemplo, trata-se de um bem extraeconômico que não é compatível com o capitalismo e por isso, incapaz de ser garantida nesse sistema.

emancipação ele tolera. Ela também analisa os benefícios desses bens para o sistema capitalista, os estímulos que o capitalismo oferece e os limites impostos para a sua realização. Colocados esses elementos, Wood (2006) argumenta em favor de uma característica distintiva do capitalismo, em comparação com sistemas anteriores, que seria a sua indiferença em relação às identidades sociais das/os trabalhadoras/es. Em sua argumentação, isso significa que a exploração capitalista não está relacionada a identidades, desigualdades ou diferenças extraeconômicas de caráter político e jurídico, pois a extração de mais-valia se baseia em relações formais de igualdade e liberdade, sem implicar diferenças de status político e jurídico. Como consequência, o capitalismo tende a diluir as identidades de raça e gênero para transformar trabalhadores e trabalhadoras em "unidades intercambiáveis de trabalho". Ainda assim, o caráter oportunista do capitalismo se expressa pelo modo em que ele utiliza e descarta opressões para seu benefício, aproveitando-se de opressões extraeconômicas que são histórica e culturalmente construídas. Assim, racismo e sexismo podem gerar vantagens para o capital, mas o capitalismo não possui uma tendência estrutural para perpetuar desigualdades raciais ou opressões de gênero.

Arruzza (2015) contrapõe-se a esse entendimento de indiferença e oportunismo do capitalismo presente em Wood (2006), argumentando que não houve na história uma formação capitalista sem a opressão de gênero — em suas mais variadas expressões — e que a dinâmica promovida por ele contribui ativamente para o aprofundamento da hierarquia de gênero nas sociedades onde já existia e, por meio do imperialismo e colonialismo, a introduziu naquelas onde essa hierarquia não estava presente.

Além disso, Arruzza (2015) afirma que houve o ativismo capitalista na opressão de gênero para a expropriação de propriedades e de profissões às quais mulheres tiveram acesso durante a Idade Média. Outro exemplo desse ativismo foi a intensificação, no século XIX, da reificação de identidade de gênero, bem como a dinâmica de atribuição e retirada de mulheres no mundo do trabalho, que impactou as formas de organização familiar e contribuiu para novas formas de opressão de gênero. Esses são exemplos dos movimentos do capital

que se opõem à defesa de que a formação capitalista se limita a desfrutar das desigualdades pré-existentes.

Nessa direção, Arruzza (2015) reafirma que, enquanto uma “totalidade viva de relações sociais” (p.48), na acumulação capitalista e sua reprodução relações de poder estão conectadas a racialização e generificação. Arruzza aponta que Wood, assim como outros/as marxistas mantêm um entendimento hierárquico entre a exploração, a compreendendo como principal e secundarizando a opressão.

Desse modo, no sentido da TRS, a afirmação é de que raça, gênero e sexualidade são moldadas e organizadas pelo capitalismo, influenciando o modo de extração de trabalho excedente — especialmente considerando como o racismo está no cerne da superexploração da força de trabalho (Souza, 2023) — e permeando também os ambientes da vida cotidiana não remunerada (Bhattacharya, 2023b), por meio dos quais a diversidade da classe trabalhadora se expressa.

Nesse sentido, examinemos o relato de Brenda:

O carro de panfletagem me deixava laaa, quando eu olhava, você vai fazer essa rua dos dois lados entregando o cartaz, aquelas passagens de avião, eu olhava assim aquele sol quente, dava vontade de jogar tudo aqueles papéis no lixo. Ele ficava lá atrás, de vez em quando passava o fiscal para ver se tava entregando, o sol quente, aquele bolo de papel nas costas, eu dizia “Jesus me tire dessa sofrência que eu não aguento mais não”, hoje eu tô aqui.

Brenda, enquanto mulher negra parte da classe trabalhadora, carrega em sua história inúmeros trabalhados remunerados realizados concomitantemente e inseparavelmente conectados à reprodução de sua família composta por seu marido e três filhos. Antes da vaga de auxiliar de serviços gerais, ela somou experiências de trabalhos extenuantes, escassa remuneração e alta vigilância, como nesse último relato. Essa trajetória é extremamente importante para compreender como ela visualiza o trabalho que realiza hoje no interno da

unidade de saúde, sem exposição direta ao sol e chuva e com um salário previsível mensalmente.

As vivências de Brenda têm muito em comum com as de suas colegas. Como por exemplo, com Veia, que compartilhou sua passagem entre o trabalho produtivo para as incertezas de outros trabalhados que antecederam sua admissão como auxiliar geral “Eu trabalhei em fábrica, mas daí eu saí da fábrica, ela fechou né e eu fui trabalhar com salgado, aí eu fiquei trabalhando em casa, montei uma barraquinha”. Violeta expõe ainda uma outra nuance que é a concomitância do trabalho de auxiliar de serviços gerais com muitas outras atividades com as quais busca complementar a renda familiar “Eu faço bico ainda, eu sou garçom, eu sou cozinheira, eu sou saladeira, eu sou tudo”.

Essas são realidades imediatas desse segmento da classe trabalhadora da região nordeste do país, nas quais despontam a racialização e a generificação, e como elas estão presentes nos influxos do desenvolvimento capitalista. Assim, essas histórias se somam a tantas outras e nos permitem refletir sobre o modo como as opressões de gênero, sexualidade e raça se coproduzem simultaneamente à mais valia (Fonseca, 2019). A panfletagem, a venda de milho, o preparo da salada, a venda de salgados após o fechamento da fábrica e tudo mais que é necessário “ser” para reproduzir a si mesmas e sua família marcam as restrições vividas e os modos encontrados para a sobrevivência. Como bem indica Fonseca (2019, p.196):

em contraste com as décadas anteriores, quando era comum o complemento da renda familiar a partir da criação de animais no quintal ou do cultivo de hortaliças em terras comuns a várias famílias, a expansão e consolidação das relações sociais do capital minaram (e em alguns casos até proibiram) tais práticas, forçando as famílias a se tornarem basicamente dependentes do trabalho assalariado.

Do trabalho assalariado racializado e generificado então depende a classe trabalhadora para viver e as restrições para acessá-lo ou nele permanecer não são negligenciáveis, afetando necessariamente como, em que quantidade e qualidade posso me

alimentar, onde vou morar, como vou me deslocar, ou seja, quais as minhas condições de reprodução.

À vista disso, é notável a consideração de Bhattacharya (2023b) de que pensar de modo amplo sobre quem participa da classe trabalhadora nos permite ver aquelas pessoas que estão empregadas, mas também aquelas que não estão, seja porque ainda não iniciaram, seja porque estão desempregadas, doentes ou porque já dedicaram a ele muitos anos de vida. Nesse contexto, a forma como essas pessoas se reproduz é de relevante para conhecer as condições de vida, as estratégias de resistências e as lutas de classe para além daquela que ocorre organizada a partir do local de trabalho. Mais uma vez, as Flores Belas e As Coleguinhas, tem muito a dizer. Brenda, relembra o que vivencia em seu bairro:

(...) porque eu recebo uma cesta básica, mas eu divido ela em 3, às vezes eu divido em 4 com meu vizinho, tiro um pouquinho de cada, vou lá, não é preciso pedir não, fulano olha para você. Chegou um dia que quando eu cheguei na porta dela, ela chorou, chorou, chorou, eu digo “se for para chorar eu levo ela agora, eu trouxe pra você comer não pra chorar não”. Ela disse “mulher, só eu e Deus sabe o que é que eu tô passando, Brenda não tem nada pra eu dar pros meninos”

Brenda, por meio de seu relato, deixa ver pistas sobre a situação e sofrimento que as cercam e as envolve. São essas mulheres, racializadas em sua maioria como negras e generificadas, que por meio de seus trabalhos participam ativamente da reprodução de membros de sua classe, por isso elas diretamente relacionam seu trabalho com a possibilidade de se alimentar e alimentar as pessoas próximas. E preservar esse trabalho é importante para si e para o coletivo.

A realidade da classe trabalhadora então passa pelo trabalho assalariado, pela solidariedade e pelas ameaças a sua sobrevivência, pois a despeito de vender sua força de trabalho, a garantia de alimento, por exemplo, não foi uma constante para a classe trabalhadora. Isto tudo expressa o que ocorre dentro e que ultrapassa os muros das unidades

de saúde. Diante dessas condições, lutas se formam em torno da reprodução social, e Bhattacharya (2023b, p. 143) faz necessárias considerações a esse respeito:

Em qualquer momento histórico, uma classe trabalhadora pode ser ou não capaz de lutar por salários mais altos no ponto de produção. Os sindicatos podem não existir ou podem ser fracos e corruptos. No entanto, à medida que os itens da cesta básica mudam (conforme diminuem ou aumentam a qualidade e a quantidade de bens sociais), os membros da classe se conscientizam plenamente de mudanças em sua vida, e as batalhas podem emergir fora do ponto de produção, porém refletem as necessidades e imperativos da classe. Em outras palavras, quando não é possível lutar por um salário mais alto, diferentes tipos de luta em torno do circuito da reprodução social também podem surgir.

Por isso, apreender a complexidade e a diversidade da vida sob o capitalismo demanda a assimilação dos modos que servem à reprodução das condições de vida das pessoas. Além disso, exige a consciência de que a classe trabalhadora é produzida por meio de diferentes processos. Isso significa que analisar a relação existente entre relações de produção social exige considerar que, de modo concreto, existem diferentes possibilidades de acessar alimentação, moradia, escolarização e mobilidade urbana, por exemplo. Assim como o trabalho, essas possibilidades estão relacionadas diretamente à raça, à classe, à sexualidade e ao gênero (Fonseca, 2019).

Identifica-se, então, uma tensão latente na dinâmica capitalista entre a produção voltada para o lucro e aquela que busca atender às necessidades humanas. De um lado, a incessante busca por lucros por parte do capital; do outro, a classe trabalhadora busca uma vida que transcendia a mera sobrevivência, almejando condições significativas e verdadeiramente humanas. Essa busca por dignidade ameaça necessariamente a acumulação capitalista (Arruzza et al., 2019).

Ao refletir sobre a realidade brasileira, é possível recuperar dois exemplos emblemáticos dessa luta. Retornando à memorável, Carolina Maria de Jesus, que em

meados dos anos 1960, durante uma entrevista, ao ser questionada sobre como alguém sem educação formal poderia analisar a realidade da classe trabalhadora em condições de pobreza, ela respondeu: “Não é preciso ser letrado para compreender que o custo de vida está nos oprimindo” (Jesus, 2014, p. 183). Carolina não apenas vislumbrava, mas também denunciava a necessidade de garantir a alimentação para seus filhos, a possibilidade de calçá-los para a escola, e o desejo por uma moradia digna, com saneamento básico e fora da favela. Sua luta ia além da sobrevivência: ela queria escrever, fazer poesia e ter momentos de descanso.

Em outra região e época, Margarida Maria Alves, durante um discurso em um ato alusivo ao Dia 1º de Maio de 1983 em Sapé, Paraíba, proferiu a célebre frase: “É melhor morrer na luta do que morrer de fome.” Margarida foi uma liderança camponesa, a primeira presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba, e, como trabalhadora rural, rendeira e responsável pelo trabalho reprodutivo de sua família, dedicou-se à luta por melhores condições de vida para si e para a sua comunidade. Foi brutalmente assassinada após receber ameaças de latifundiários (Universidade Federal da Paraíba [UFPB], online).

Diante dessa realidade, para Arruzza et. al (2019), a classe trabalhadora não luta exclusivamente por salários e, nesse sentido, lutas relacionadas a alimentos, saúde, moradia, educação e transporte não necessariamente estão restritas à forma salário, enquanto intermediária, ou seja, a luta da classe trabalhadora não se restringe a busca por salário ou por seu aumento. São essas outras lutas, que decorrem no âmbito da reprodução enquanto luta pela primazia da produção de pessoas ao invés da produção de lucros, àquelas que a TRS volta a sua atenção e busca situá-las como luta de classes.

Nessa mesma direção, Bhattacharya (2023) explicita:

Qual é a situação ideal para o trabalhador? Pressionar na direção oposta e conseguir aniquilar a mais-valia por completo, isto é, trabalhar apenas as horas necessárias para reproduzir sua própria subsistência, tendo para si resto do tempo, de modo a

empregá-lo como bem entender. Essa é uma solução impossível, pois o capital deixará de ser capital. A luta por salários mais altos, benefícios etc. no local de trabalho, contra um chefe, ou mesmo em uma série de locais de trabalho contra chefes específicos, é apenas parte da luta principal do capital em geral versus o trabalhador assalariado em geral. O trabalhador pode até abandonar um chefe individual, mas não pode optar por não participar do sistema (enquanto realmente vigente) (Bhattacharya, 2023, p.139).

Assim sendo, a tarefa assumida está em torno de confrontar a descaracterização de quem compõe a classe trabalhadora, especialmente a fração que, historicamente, tem sido desproporcionalmente encarregada dessa carga de trabalho: mulheres e entre elas significativamente as mulheres negras da classe trabalhadora. Para isso, no próximo capítulo concentro-me na historicidade do trabalho de limpeza e do modo como ele é abordado teoricamente na contemporaneidade dialogando com Lélia Gonzalez e aprofundando a análise sobre o porquê é naturalizado que as mulheres, especialmente as mulheres negras, são as trabalhadoras que o assumem.

4 Capítulo “Dá mais Lucro, eu acho que mulher dá mais duro, até doente a gente vai”: Porque somos nós, mulheres, que realizamos o trabalho de limpeza.

No capítulo anterior, iniciamos a discussão sobre o trabalho reprodutivo e a predominância das mulheres como principais responsáveis pelas inúmeras tarefas que o compõem, tanto de forma remunerada quanto não remunerada. Esta reflexão continua aqui, focando em uma das modalidades de emprego que surge a partir dessas demandas reprodutivas. Nesse contexto, a proposição que abre nossa discussão é de Margarida, originada de um diálogo sobre essa preponderância das mulheres no trabalho de limpeza. Esse questionamento, porém, não é recente. Nos anos iniciais da década de 1980, a filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez levantou a seguinte questão: “Por que é ‘natural’ que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais etc.?” (Gonzalez, 1984, p.233). Gonzalez, especificamente, questiona por que são as mulheres negras que ocupam de maneira preeminente esses postos de trabalho. Assim, entre a afirmação de Margarida e o questionamento de Gonzalez, o objetivo deste capítulo é analisar a atualidade do debate proposto por Gonzalez há 40 anos, oferecendo novas reflexões sobre essa questão.

Na primeira parte, buscarei contextualizar o debate histórico entre as mulheres — especialmente as negras — e o trabalho remunerado de limpeza. O escopo é apresentar elementos sobre a trajetória das mulheres negras, tanto no trabalho assalariado de limpeza quanto, antes disso, durante o período escravista. Em seguida, serão apresentados elementos da revisão integrativa da literatura sobre pesquisas realizadas com trabalhadoras de limpeza, com foco nas discussões sobre raça, classe, gênero e sexualidade, além de identificar os referenciais teóricos empregados nas análises. Por fim, na terceira parte, serão analisados os aspectos levantados nos grupos de discussão com as trabalhadoras, abordando como o trabalho de limpeza se configura na atualidade, marcado pela precarização e terceirização.

A observação de Gonzalez (1984) sobre a sobrerepresentação das mulheres, especialmente as negras, no trabalho de limpeza no Brasil permanece válida, como demonstrado pelos dados mais recentes do Cadastro Geral de Empregados e

Desempregados (CAGED). Ao adentrarmos na questão da generificação e racialização dessa atividade, os números de 2022 revelam que, no âmbito nacional, 1.913.547 pessoas estavam empregadas como faxineiras e faxineiros, uma das denominações utilizadas para ocupações relacionadas à limpeza e conservação de ambientes. Desse total, 1.381.170 eram mulheres, o que corresponde a aproximadamente 72% da força de trabalho dessa categoria. Dentre as mulheres, 54,37% eram negras (Ministério do Trabalho, 2022). Nos estados do Nordeste, 184.411 mulheres estavam empregadas nessa função, sendo 48,14% delas negras.

É importante ressaltar que, embora as mulheres negras constituam a maioria no trabalho de limpeza, essa predominância não se reflete na categoria de faxineiras com vínculo formal de emprego na região Nordeste. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) levantou que no ano de 2023, a nível nacional, 53,3% das mulheres pretas e pardas estavam empregadas formalmente. Na região Nordeste, o número de mulheres em empregos formais era de 43,5%. Quando se trata de pessoas negras, a formalização do trabalho diminui ainda mais, com apenas 41,6% delas em empregos formais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2023b).

Em relação à remuneração, em 2022, entre as 319.672 pessoas registradas como faxineiras/os, o salário-mínimo nacional era de R\$ 1.212,00, enquanto a remuneração média da categoria nos estados nordestinos era de R\$ 1.441,48. As mulheres, em média, recebiam R\$ 1.428,43, enquanto as mulheres negras recebiam R\$ 1.377,05 (Ministério do Trabalho, 2022). Cabe destacar que o vínculo empregatício é permeado pela terceirização, o que coloca essas trabalhadoras em situações de maior precarização (Campoli & Perosa, 2022), um aspecto que será abordado na terceira parte deste capítulo.

Os números apresentados, embora relevantes para a pesquisa, oferecem apenas uma quantificação parcial da experiência vivida pelas mulheres no trabalho assalariado de limpeza, uma vez que não abrangem a totalidade das trabalhadoras. Duas razões podem ajudar a explicar essa limitação: a variedade de nomenclaturas atribuídas a essas funções dificulta a construção de um panorama quantitativo mais abrangente, e as ocupações

informais ainda carecem de uma melhor mensuração. Apesar disso, os dados deixam nítido a predominância de mulheres, especialmente as negras, e para compreender qualitativamente o que significa esse fenômeno, é necessário realizar uma análise aprofundada da realidade brasileira e dos fatores históricos e sociais que podem contribuir para sua compreensão. Tal análise é essencial para entender as complexidades que permeiam essa predileção.

Saffioti (1976), ao discutir a força de trabalho feminina, observa que, com o desenvolvimento do capitalismo, a família deixou de ser uma unidade produtiva, o que impôs às mulheres a responsabilidade pelo trabalho doméstico não remunerado, além de disponibilizarem sua força de trabalho para o mercado remunerado. No entanto, no Brasil, o desemprego e o subemprego estiveram sempre presentes, mesmo nos períodos de maior expansão industrial. Essas condições, embora limitadas, proporcionaram alguma autonomia econômica aos homens, através de sua inserção no mercado de trabalho, mas de forma muito mais restrita para as mulheres, que estavam mais expostas às variações econômicas e ocupavam posições de menor qualificação técnica e com salários mais baixos. A empregabilidade feminina, por sua vez, foi incentivada pelo capital sempre que houve necessidade de reduzir os custos de produção.

A autora apresenta dados do censo de 1900, que mostram que as mulheres correspondiam a cerca de 32% dos trabalhadores em “profissões ignoradas”. Elas representavam 60% das pessoas nas chamadas “profissões improdutivas” e, nas “atividades econômicas”, correspondiam a cerca de 45%. Entre as mulheres consideradas economicamente ativas, cerca de 54% exerciam trabalhos domésticos remunerados (Saffioti, 1976, p.132).

Nesse contexto, Gonzalez (2020) relaciona o lugar das mulheres negras como força de trabalho com as dimensões de raça, classe e sexo. Ela também recupera dados censitários, mas de 1950, que indicam que, naquela época, as mulheres negras possuíam poucos anos de escolaridade, sendo a falta de educação formal uma realidade para a maioria.

Em relação ao emprego, 90% das mulheres negras estavam em ocupações de serviços pessoais, enquanto 10% atuavam na agricultura e nas indústrias têxteis, sendo essa última ocupação fortemente influenciada pelo fechamento massivo de fábricas têxteis nos anos seguintes.

Gonzalez (2020) aponta que, com a diversificação das atividades econômicas na segunda metade do século XX, houve em alguma medida a inserção das mulheres em trabalhos em estratos mais baixos, que se feminilizaram em escritórios e bancos. Apesar disso, as mulheres negras foram preteridas em muitas dessas novas oportunidades, devido à falta de escolaridade e a características físicas que eram contrárias a noção socialmente construída de boa aparência. A continuidade da presença das mulheres negras em trabalhos reprodutivos remunerados, como em residências, escolas, hospitais e supermercados, bem como a prevalência de empregos intermitentes ou informais, reflete os lugares limitados a essas trabalhadoras. Esse quadro é agravado pela sobrecarga de cuidados reprodutivos que essas mulheres prestam à própria família.

Para uma compreensão mais profunda dessa realidade, especialmente no contexto da classe trabalhadora feminina, tanto Gonzalez (2020) quanto Saffioti (1976) realizam uma análise detalhada do período escravista, examinando como as relações sociais e de trabalho desse período moldaram dinâmicas que foram posteriormente intensificadas pelo capitalismo. Essa análise é crucial para entender as desigualdades históricas e as dinâmicas que afetam as mulheres, especialmente as negras, até os dias atuais.

As mulheres negras escravizadas desempenhavam papéis significativos no setor produtivo, contribuindo diretamente para a geração de riqueza. Elas trabalhavam no eito, setor produtivo compartilhado com os homens escravizados, e suas atividades extenuantes continuavam mesmo durante a gestação. Dentro das casas das famílias escravistas, o trabalho reprodutivo diário era atribuído exclusivamente às mulheres. Conhecidas como mucamas, eram responsáveis por atividades como passar roupa e cozinhar; essas mulheres poderiam ainda assumir a lactação de bebês das famílias escravistas como “amas de leite”,

deixando, muitas vezes, de amamentar seus próprios filhos para nutrir aqueles dos senhores e das sinhás, e, na figura da “mãe preta”, assumiam o cuidado diário dessas crianças, o que incluía, além da higienização e alimentação, o ensinamento das primeiras palavras e a contação de histórias para niná-las (Evaristo, 2020; Gonzalez, 2020).

Além disso, a violência sexual contra as mulheres negras, perpetrada para a satisfação dos desejos dos homens escravistas, era um componente integral dessas relações. A exploração sexual econômica também estava presente, com a negociação do aluguel dessas trabalhadoras a outros homens brancos, o que evidencia ainda mais a brutalidade e a complexidade dessas dinâmicas (Saffioti, 1976).

Essas experiências vivenciadas pelas mulheres escravizadas no Brasil têm uma conexão profunda com a realidade enfrentada no contexto norte-americano durante o período escravista. Essa conexão foi investigada por Angela Davis em sua obra seminal "Mulheres, raça e classe", traduzida para o português em 2016. Nesse sistema, as mulheres negras desempenhavam papéis essenciais, tanto no trabalho doméstico nas grandes casas quanto na lavoura. Com a proibição do tráfico internacional e a crescente demanda de força de trabalho escravizada nas plantações de algodão, a capacidade reprodutiva das mulheres negras foi valorizada. Nesse contexto, a reprodução natural passou a ser explorada. No início da industrialização no sul dos Estados Unidos, antes da Guerra Civil, o trabalho das pessoas escravizadas complementava a força de trabalho nas plantações.

Davis (2016) reitera que a proporção de mulheres negras trabalhando fora de seu ambiente doméstico foi historicamente maior, em comparação com as mulheres brancas. No século XIX, a ideologia predominante sobre a feminilidade relegava as mulheres negras a uma posição de anomalias, não sendo identificada imediatamente ao feminino, apesar da correspondência a determinação sexual biológica. A presença no mundo do trabalho foi uma das características que as distanciavam do ser mulher, a feminilidade salvaguardada socialmente não encontrava nelas correspondência.

As reflexões feitas até o momento nos permitem retornar à questão - ou melhor, à provocação - levantada por Gonzalez (1984). A partir de uma perspectiva que considera a produção e a reprodução como indissociáveis e analisa as dimensões de classe, raça, gênero e sexualidade, a consolidação do capitalismo dependente no Brasil expõe a força de trabalho, tanto de mulheres quanto de homens, à superexploração. Desde o início do trabalho assalariado, a classe trabalhadora brasileira é atingida por salários insuficientes para a subsistência, desemprego e subemprego.

Ao tentar entender melhor quem compõe a classe trabalhadora e o que ela vivencia sob as regras do capital, percebe-se que a naturalização das mulheres como trabalhadoras de escolas e hospitais está relacionada ao fato de que esses espaços são considerados locais de reprodução social, mas fora do âmbito familiar. Contudo, estão intimamente ligados à maneira como esses espaços são naturalizados socialmente como lugares das mulheres onde elas são vistas como responsáveis por esse trabalho dentro de suas próprias famílias. A questão se torna ainda mais complexa quando se leva em consideração a racialização. Embora a reprodução social, seja em trabalhos remunerados ou não, esteja associada às mulheres, as mulheres negras ocupam a maioria das vagas de limpeza, enquanto outras ocupam posições relacionadas à reprodução social, como professoras e enfermeiras.

Esse quadro, então, não pode ser dissociado da história das mulheres negras, que ao saírem do sistema escravista, carregam o peso de um impedimento à educação institucionalizada e a marca indelével do estupro colonial em suas descendências. Elas são vistas como naturalmente aptas para tarefas domésticas, como cozinhar, tecer, passar roupa, cuidar de crianças e idosos, mas com padrões estéticos que não se encaixam no que é convencionalmente considerado boa aparência o que as coloca em desvantagem nos trabalhos em que precisam ser vistas. Historicamente, as mulheres negras assumiram atividades naturalizadas como femininas, mas paradoxalmente, não foram reconhecidas imediatamente dentro do espectro feminino e, consequentemente, como mulheres (Davis, 2016; Gonzalez, 2020). Mesmo assim, embora a herança histórica desse período seja

fundamental para entender sua posição no mercado de trabalho, ela não pode ser vista como a única razão para a persistência de sua presença, especialmente em funções como a de limpeza, nos dias de hoje. O capitalismo, para sua sobrevivência e continuidade, depende da manutenção dessa distribuição de trabalho. Ao longo do tempo, ele modificou e atualizou essas funções para assegurar essa força de trabalho. Por isso, a situação atual das mulheres negras no mercado de trabalho é um produto tanto das heranças históricas quanto das necessidades contemporâneas do sistema capitalista.

4.1 A produção de conhecimento sobre o trabalho de limpeza e a articulação com as dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade

A partir dessa análise de que a classe, racialização e generificação estão presentes no trabalho de limpeza, esta etapa da pesquisa consistiu em uma revisão integrativa da literatura com o objetivo de identificar a produção de conhecimento, em formato de artigos, sobre essa área de trabalho e verificar se as discussões sobre raça, classe, gênero e sexualidade estão presentes nessas produções e fundamentadas teoricamente. Assim, a revisão foi orientada pela pergunta: "Quais são as perspectivas teórico-metodológicas utilizadas nos estudos sobre auxiliares de limpeza/serviços gerais para discutir raça, classe, gênero e sexualidade?".

A escolha deste tipo de revisão se deu porque, como método de pesquisa, é uma abordagem que permite sintetizar o conhecimento existente sobre um tema específico. Ela se destaca pela capacidade de identificar estudos com diferentes delineamentos e realizar uma análise abrangente da literatura disponível. Esse método contribui para o avanço das discussões sobre métodos e resultados de pesquisa, facilita a compreensão das lacunas na literatura, enriquece o entendimento do tema e direciona futuras investigações (Mendes et al., 2008).

Esta revisão foi organizada a partir das seis etapas descritas por Mendes et al. (2008):

- 1) definição da questão de pesquisa; 2) triagem da literatura disponível, com base nos

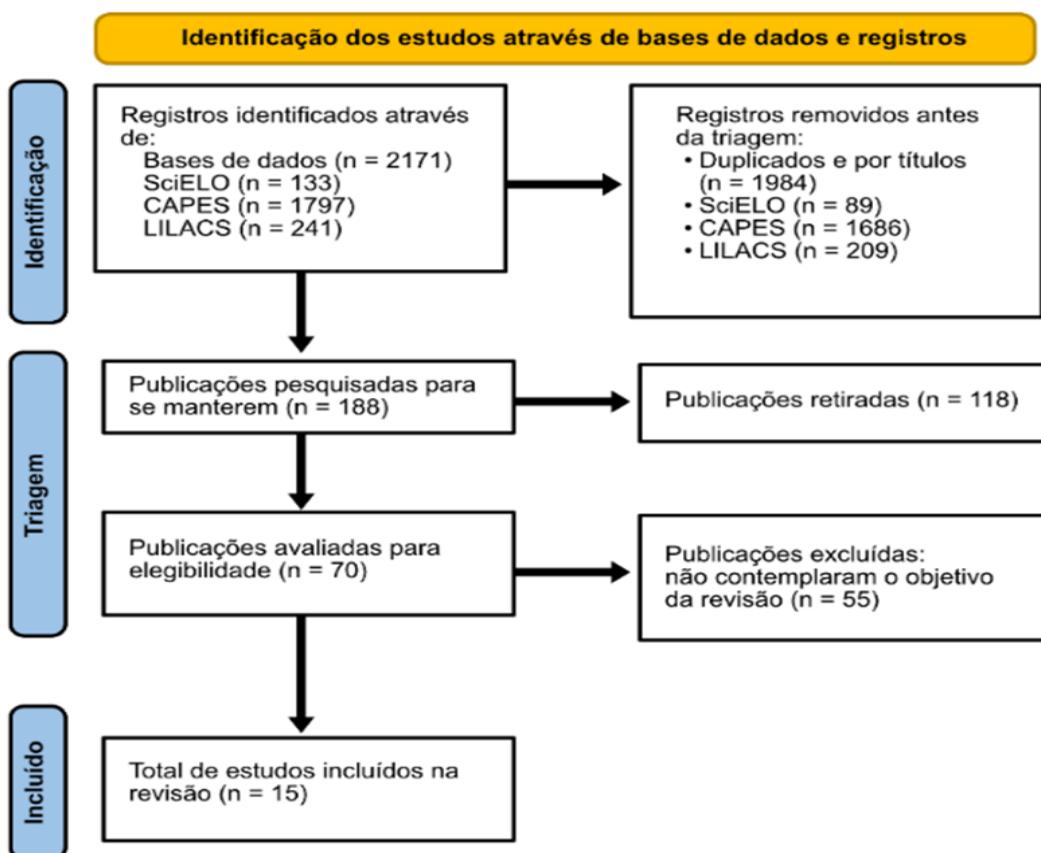
critérios de inclusão e exclusão; 3) categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos incluídos; 5) interpretação dos resultados; e 6) síntese do conhecimento sistematizado.

A triagem da literatura ocorreu entre setembro e outubro de 2023. Foram realizadas buscas nas bases de dados SciELO, CAPES e LILACS. Os descritores utilizados nas buscas foram: "serviço de higiene OR serviço de limpeza", "trabalho de limpeza AND terceirização", "trabalho de limpeza AND saúde do trabalhador", "Servicio de limpieza en hospital" e "Cleaning service". Esses descritores e palavras-chave foram selecionados após um período de pré-teste, durante o qual observou-se a diversidade de termos usados como palavras-chave em estudos relacionados a auxiliares de serviços gerais/limpeza.

Os critérios de inclusão abrangeram estudos qualitativos e quantitativos realizados no Brasil e em outros países latino-americanos, artigos completos disponíveis em português, espanhol ou inglês, e estudos nos quais a temática central fosse o trabalho de limpeza. Foram excluídos estudos que não abordassem a realidade do Brasil ou de outros países latino-americanos, revisões de literatura, artigos não completos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado, matérias de jornais, capítulos de livros, publicações de eventos científicos, publicações duplicadas e estudos que não abordaram ou apresentaram superficialmente o tema central com fundamentação teórica adequada.

A figura 1 contém o fluxograma de identificação, seleção e inclusão de artigos.

Figura 5- Fluxograma de identificação através de bases de dados e registros



Fonte: Adaptação de PRISMA 2020 realizada pelos autores.

O processo de identificação de artigos nas bases de dados SciELO, CAPES e LILAS resultou inicialmente em 2.171 trabalhos. Em seguida, os artigos duplicados foram excluídos, pois um mesmo artigo foi localizado na mesma base de dados e entre os diferentes indexadores. Após essa etapa, os títulos de todos os trabalhos foram lidos e houve a exclusão de 1.984 artigos.

A seleção das publicações continuou com a leitura de 188 resumos, após a qual 118 publicações foram eliminadas. Em seguida, 70 publicações foram lidas na íntegra para avaliar a elegibilidade.

4.2 O que identifica participantes de um estudo?

Em todos os 70 estudos analisados, a informação sobre o gênero esteve presente, o que pode indicar uma maior consolidação desse como quesito para a caracterização de participantes em estudos. No entanto, não houve aprofundamento da discussão com fundamentação teórica para respaldar a discussão. A classe social figurou nos estudos enquanto constatação, a partir da identificação do trabalho de limpeza como uma profissão exercida por pessoas da classe trabalhadora e com baixa remuneração.

Quanto à dimensão raça/cor, foi notável a ausência desse quesito, analisado em apenas 8 artigos do total das publicações, o que explicitou um elemento importante: estudos brasileiros que têm como participantes trabalhadoras da limpeza não têm considerado a coleta do quesito raça/ cor como indispensável para as suas análises.

Ao defender a coleta do quesito raça/cor/etnia, Eurico (2022) aponta para o fato de que o uso da categoria raça não se baseia na concepção biologizante, mas sim da condição social e no modo como são tecidos os processos de inclusão/exclusão aos quais estão submetidas as pessoas por serem negras, indígenas, brancas ou asiáticas. Ainda, na sociedade em que vivemos, raça/cor/etnia continuam a valorizar positiva e negativamente, com base em um parâmetro situado na perspectiva do branco europeu. Por isso, a coleta desse quesito permite identificar e explicitar tais processos presentes em manifestações cotidianas racistas, que hierarquizam e destinam lugares sociais para cada grupo em particular. Os indicadores, então, permitem expor essas assimetrias, que são necessárias para o conhecimento da classe trabalhadora e para a elaboração de políticas públicas.

Neste cenário, com a ausência de coleta desse quesito observada nas pesquisas, é necessário questionar como as investigações sobre categorias profissionais são concebidas e conduzidas. Ignorar a dimensão da racialização seria possível apenas se ela não fosse um fator estruturante da sociedade brasileira, estando intimamente ligada à distribuição e exploração da força de trabalho, como vimos até aqui. Ao longo da história do Brasil, houve

esforços para dissimular o racismo e perpetuar o mito da democracia racial. Nesse sentido, Moura (2014) afirma de maneira enfática que não se pode sustentar a ideia de democracia racial em um país cuja estrutura social ainda carrega os vestígios do sistema escravista e, no contexto capitalista, concentra a propriedade e a renda, ao mesmo tempo em que exclui a maior parte da população de condições de vida dignas, com a cor da pele expondo o indivíduo à violência, subalternizando-o e criminalizando-o. Considerando esse panorama, para estudos críticos com a classe trabalhadora e que buscam analisar as desigualdades no mundo do trabalho, especialmente no caso das trabalhadoras de limpeza, a omissão da racialização representa um sério obstáculo à compreensão das desigualdades que se manifestam na realidade.

4.3 A constatação das dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade com a ausência de aprofundamento da fundamentação teórica

A seguir, apresento alguns estudos que, embora não integrem o conjunto final da revisão, se destacam pela sua relevância. Esses estudos exemplificam como determinadas pesquisas abordaram as dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade, mas carecem do suporte teórico necessário para uma análise mais aprofundada delas.

Rocha e Marin (2018) realizaram um estudo quantitativo transversal com trabalhadores e trabalhadoras de limpeza hospitalar no Brasil e na Espanha, com o objetivo de comparar as condições de vida, trabalho e saúde, especialmente no que diz respeito à saúde mental. Cerca de 80% dos participantes eram mulheres e 55% se identificavam como pessoas não brancas. As autoras destacaram desigualdades salariais entre homens e mulheres, bem como entre pessoas brancas e negras, deixando nítida a sobrerepresentação da população negra em empregos mal remunerados e em situações de maior vulnerabilidade econômica. No entanto, a análise dessas dimensões não contou com o suporte de uma fundamentação teórica robusta.

O estudo de Marconato et al. (2017) investigou a prevalência e os fatores associados aos distúrbios psíquicos menores em 157 trabalhadores e trabalhadoras de limpeza de uma unidade hospitalar. As autoras mencionaram a classe social ao discutir a remuneração e a terceirização do trabalho, além de apontarem que a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo nas famílias recai predominantemente sobre as mulheres. Contudo, embora essas questões tenham sido identificadas, as autoras não aprofundaram as reflexões por meio de teorias que exploram essas dimensões de forma mais sistemática. A racialização não foi abordada no estudo.

Carvalho et al. (2013) publicaram um estudo sobre trabalhadores e trabalhadoras de limpeza hospitalar na Bahia durante a pandemia de Covid-19. O estudo teve como objetivo compreender as experiências desses trabalhadores, destacando seu papel essencial no enfrentamento da pandemia, embora o trabalho tenha permanecido invisível. Os autores e autoras ressaltaram a herança escravista no Brasil e seus reflexos no mundo do trabalho, associando a presença da população negra em funções subalternas, com baixas remunerações e desproteções trabalhistas. Além disso, destacaram como a invisibilidade dessas trabalhadoras é exacerbada pelas desigualdades de gênero, classe e raça. Apesar de o estudo abordar questões relevantes para entender a situação vivida por essas trabalhadoras, ele não recorreu a um referencial teórico específico para aprofundar essa análise.

Padilha (2013) realizou uma análise crítica sobre a precarização do trabalho, com foco em 12 trabalhadores de limpeza de shopping centers, sendo cinco no Brasil (todas mulheres) e sete no Canadá (cinco mulheres e dois homens). O estudo destacou o sofrimento relacionado ao trabalho, a baixa escolaridade formal das trabalhadoras no Brasil e o status de imigrante dos trabalhadores no Canadá, fatores que influenciam a entrada nesses empregos. A pesquisadora discutiu também os baixos salários e as longas jornadas de trabalho como parte da superexploração do trabalho no Brasil, além de enfatizar as questões de classe social e gênero. Por exemplo, no Brasil, a supervisão frequentemente sugeria que

as trabalhadoras tinham muitos filhos, os quais não conseguiam sustentar, insinuando que os filhos eram frutos de múltiplos relacionamentos, o que trazia um julgamento negativo. Também se sugeria que essas mulheres permaneciam nesses empregos devido à falta de desejo de ascensão. Ainda que o estudo explice importantes aspectos das dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade, não oferece uma fundamentação teórica para aprofundar essa discussão.

4.4 Como raça, classe, gênero e sexualidade apoiaram as análises do trabalho de limpeza em estudos produzidos entre os anos de 2003 e 2022

Dos estudos analisados, 15 fundamentaram com algum nível de aprofundamento as análises de pelo menos uma das dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade.

Todos os estudos analisados têm origem brasileira e foram publicados entre 2003 e 2022. No período de 2003 a 2008, quatro artigos apresentaram uma fundamentação teórica sobre raça, classe, gênero e sexualidade. Porém, observou-se uma ausência de debate sobre essas dimensões nos artigos produzidos entre 2009 e 2014.

A maior parte das discussões teóricas sobre raça, classe, gênero e sexualidade no contexto do trabalho de limpeza foi encontrada em artigos publicados entre 2015 e 2022, totalizando 11 publicações. Quanto às áreas de conhecimento, os artigos de Enfermagem e Psicologia foram os mais representados, com três publicações cada, seguidos por Direito e Geografia, com dois artigos cada, conforme quadro 7.

Quadro 8. Caracterização dos estudos incluídos na revisão por nome da/o primeira/o autora/or, título, ano de publicação, área de conhecimento e objetivo.

| Nº | 1ª autora/or | Título | Ano | Áreas do conhecimento |
|----|------------------------|--|------|--------------------------------|
| 1 | Andrade, C. B. | “Desvelando o trabalho e a saúde de trabalhadores (as) de limpeza hospitalar” | 2020 | Enfermagem/ Educação |
| 2 | Berni, L. B. | “Indicators of pleasure/pain in hygiene and cleaning outsourced workers of a university hospital” | 2016 | Psicologia |
| 3 | Campoli, L. | “É casa, é luta, é o dia de amanhã: as auxiliares de limpeza terceirizadas da Unicamp” | 2022 | Estudos de Gênero/ Economia |
| 4 | Chillida, M. de S. P. | “Saúde do trabalhador & terceirização: perfil de trabalhadores de serviço de limpeza hospitalar” | 2004 | Enfermagem |
| 5 | Costa, C. L. | “A territorialização do trabalho de mulheres em empresas terceirizadas: vida cotidiana e patriarcado” | 2015 | Geografia |
| 6 | Diogo, M. F. | “Alguns sentidos atribuídos ao trabalho doméstico por serventes de limpeza” | 2008 | Psicologia |
| 7 | Diogo, M. F. | “De balde e vassoura na mão: os sentidos que mulheres serventes de limpeza atribuem a seus trabalhos” | 2007 | Psicologia |
| 8 | Dutra, R. | “‘Eles pensam que a gente é invisível’: gênero, trabalho terceirizado e educação jurídica popular” | 2020 | Direito |
| 9 | Dutra, R. | “Sobre educar (e ser educada por) mulheres trabalhadoras terceirizadas nos serviços de limpeza da Universidade Federal da Bahia: uma experiência de extensão | 2019 | Direito |
| 10 | Gemma, S. F. B. | “Agentes de limpeza terceirizados: entre o ressentimento e o reconhecimento” | 2017 | Ergonomia |
| 11 | Gonzales, B. B. A. | “Saúde mental de trabalhadoras do serviço de limpeza de um hospital universitário” | 2003 | Enfermagem |
| 12 | Oliveira, S. S. | “Relação entre trabalho e vida familiar: um estudo de caso das mulheres terceirizadas do setor de limpeza da Universidade Federal de Viçosa/MG” | 2021 | Economia Doméstica |
| 13 | Silva, C. C. da. | “Mulheres trabalhadoras terceirizadas do setor de limpeza na Universidade Federal de Pelotas” | 2021 | História |
| 14 | Souza, F. A. S. de. | “A origem como destino: trajetórias profissionais de faxineiras terceirizadas” | 2020 | Administração |
| 15 | Veleda da Silva, S. M. | “As trabalhadoras negras em atividades de serviços de limpeza: um olhar que desvela” | 2019 | Geografia |

Fonte: Elaborada pela autora

Entre os estudos, predominam os de abordagem qualitativa (n=9), seguidos por estudos de abordagem quantitativa (n=3) e mista (n=3). Nos estudos qualitativos, foram utilizados métodos como entrevistas semiestruturadas, história oral, análise documental, observação participante, grupos focais, questionários sociodemográficos de trabalho e índices de capacidade para o trabalho. Os estudos quantitativos empregaram entrevistas semiestruturadas, observação, escalas e questionários estruturados, enquanto os estudos de métodos mistos utilizaram entrevistas semiestruturadas como um de seus instrumentos de coleta.

Em todos os artigos, as mulheres predominaram como participantes, compondo a totalidade nos estudos de Campoli e Perosa (2022), Costa (2015), Diogo e Maheire (2007, 2008), Dutra (2019), Dutra e Coelho (2020), Gonzales e Carvalho (2003), Oliveira et al. (2021), Silva (2021), Souza e Lemos (2020) e Veleda da Silva e Tédde (2019), assim como a maioria expressiva nos estudos de Andrade e Monteiro (2020) [89,9%], Berni et al. (2016) [88%]; Chillida e Cocco (2004) [74%], Gemma et al. (2017) [95,45%].

Nos textos que incluíram o quesito raça/cor na caracterização das participantes, a maioria delas se identificou como preta ou parda, correspondendo à totalidade das participantes no estudo de Veleda da Silva e Tédde (2019), a 72% na pesquisa de Campoli e Perosa (2022), e, nos estudos de Dutra (2019), Dutra e Coelho (2020) e Souza e Lemos (2020), não houve a indicação quantitativa, mas sim a afirmada a prevalência de mulheres pretas e pardas como participantes.

Essas trabalhadoras compartilhavam experiências como trabalho infantil, comprometimento da escolarização e experiência prévia com trabalho doméstico remunerado. Atualmente, a maioria delas ocupa postos de trabalho terceirizados, além de ser responsável pelo trabalho reprodutivo em suas famílias. Com exceção do estudo de Souza e Lemos (2020), todas as participantes estão empregadas em instituições públicas de ensino superior.

Após a análise dos artigos, foram estabelecidos dois eixos de discussão: 1) Os conceitos e perspectivas teóricas e metodológicas de gênero e classe presentes nas análises da situação das trabalhadoras de limpeza; e 2) A fragilidade na incorporação da perspectiva da racialização do trabalho de limpeza nos estudos.

4.5 Os conceitos e perspectivas teóricas e as metodológicas de gênero e classe presentes nas análises da situação das trabalhadoras de limpeza

4.5.1 Divisão Sexual do Trabalho mostrou-se como o arcabouço teórico mais influente nos estudos analisados

A Divisão Sexual do Trabalho (DST) foi a perspectiva teórica e metodológica predominante nos estudos analisados, apresentando diferentes níveis de aprofundamento de seus conceitos, princípios e pressupostos.

Entre os principais conceitos da DST, que serão abordados em profundidade no próximo capítulo, os princípios de hierarquia e separação fundamentam as análises nos estudos de Andrade e Monteiro (2020), Gemma et al. (2017), Oliveira et al. (2021) e Veleda da Silva e Tédde (2019). Segundo esses princípios, as relações de sexo ocupam um papel central entre as relações sociais que estruturam a sociedade. A partir delas, o mundo do trabalho é organizado, estabelecendo uma separação entre os trabalhos realizados por homens e mulheres: os primeiros, predominantemente na esfera produtiva, e os segundos, na reprodução. Além dessa separação, há uma hierarquia, na qual o trabalho produtivo realizado por homens é considerado superior ao trabalho realizado por mulheres, seja ele remunerado ou não. Isso inclui tanto o trabalho doméstico dentro das famílias quanto aqueles setores majoritariamente femininos, como os trabalhos remunerados de limpeza, associados às demandas reprodutivas.

Andrade e Monteiro (2020) analisaram as trajetórias e atividades de trabalho de 69 trabalhadoras/es de um hospital universitário do interior do estado de São Paulo. As mulheres representaram a maioria de participantes, com experiências de trabalho infantil e trabalho

doméstico remunerado antes do trabalho de limpeza hospitalar. Nesta realidade, as autoras a partir dos princípios de separação e hierarquia discutiram o modo como são destinados os trabalhos domésticos prioritariamente as mulheres e a ausência de reconhecimento e remuneração.

No estudo de Oliveira et al. (2021) a relação entre trabalho e vida familiar de 47 trabalhadoras em uma universidade no estado de Minas Gerais foi examinada. A discussão do estudo deu ênfase ao modo como a separação entre trabalho de homens e de mulheres direciona o processo de entrada dessas mulheres no mundo do trabalho por meio do trabalho doméstico remunerado, com a necessidade de conciliação com aquele realizado de modo não remunerado no interior de suas famílias e como ela representa sobrecarga para essas trabalhadoras.

Os mesmos princípios fundamentaram Gemma et al. (2017) a investigação da percepção sobre o trabalho de 22 agentes de limpeza terceirizadas/os de uma universidade pública paulista. Com a predominância das mulheres enquanto participantes, elas relataram assédio moral, desvalorização material e simbólica e invisibilidade do trabalho realizado, sendo lembradas pelo “negativo” quando o trabalho não é realizado ou não atende as expectativas.

Veleda da Silva e Tédde (2019) entrevistaram cinco trabalhadoras negras de uma universidade no Rio Grande do Sul para caracterizar o perfil delas. A divisão sexual do trabalho, com suas noções de hierarquia e separação foi refletida tendo em tela a trajetória de todas as trabalhadoras marcada pelo trabalho infantil doméstico onde parte delas trabalhadoras descendiam de mães que também foram trabalhadoras domésticas e pais que trabalharam na construção civil.

Alinhada ao acúmulo de DST, a questão de classe foi articulada ao gênero. No caso de Dutra e Coelho (2020), as autoras abordaram a questão da baixa remuneração das trabalhadoras participantes do projeto de extensão coordenado por elas, assim como a necessidade dessas mulheres de terem mais de um emprego para complementar a renda

familiar. Também buscando respaldo teórico nessa perspectiva, foram analisados os relatos de trabalhadoras participantes do estudo de Costa (2015), que expressaram dificuldades para chegar ao trabalho, muitas vezes caminhando ou pedalando para economizar nos custos de transporte e atender a outras necessidades básicas de suas famílias. Nesse sentido, a complexidade da análise deste trabalho pode ser compreendida a partir da discussão realizada por Oliveira et al. (2021), na qual esse trabalho precarizado é valorizado pelas trabalhadoras e suas famílias, pois representa uma garantia de sustento, proporciona direitos trabalhistas que antes não estavam presentes em suas trajetórias e serve como uma fonte de renda essencial para atender às necessidades coletivas da família.

A questão de classe também foi destacada no debate sobre o trabalho reprodutivo na externalização do trabalho doméstico, que se refere à delegação dessa carga de trabalho. O trabalho reprodutivo é geralmente assumido por mulheres, na maior parte das vezes pretas, pardas e/ou imigrantes da classe trabalhadora, que atendem às necessidades domésticas que foram atribuídas a outras mulheres. No caso das trabalhadoras de limpeza que participaram dos estudos analisados, todas elas, sem exceção, tiveram experiências prévias como empregadas domésticas remuneradas antes de se envolverem no trabalho terceirizado de limpeza.

Nos seus artigos, Dutra (2019) e Dutra e Coelho (2020) basearam a discussão em relatos de experiências de um projeto de extensão com trabalhadoras terceirizadas da limpeza de uma universidade pública na Bahia. Esta discussão, em diálogo com os pressupostos da consubstancialidade — noção acionada pela DST—, abordou as relações familiares, o trabalho doméstico e a desnaturalização das violências sofridas pelas mulheres participantes.

4.5.2 A sinalização incerta da Interseccionalidade

No estudo de Veleda da Silva e Tédde (2019), a Interseccionalidade foi destacada como um pressuposto teórico para integrar classe, gênero e raça/etnia à situação das

trabalhadoras negras, fazendo alusão à definição do pensamento interseccional. Nesse estudo, a autora e o autor adotaram os pressupostos da Interseccionalidade em conjunto com as noções da DST. Como veremos mais tarde, ambas as perspectivas assumem a tarefa de articular a racialização, o gênero e a classe social; ainda assim, os pontos de divergência entre elas, que podem ser contraditórios, não foram sinalizados ou debatidos naquele artigo.

A tentativa de conceituar a Interseccionalidade e contextualizar seu desenvolvimento também está presente em uma síntese no artigo de Silva (2021), embora sem referências aos textos das intelectuais que contribuíram para sua elaboração, recorrendo ao texto de Helena Hirata, onde a autora realiza sua análise crítica sobre o pensamento interseccional. Essa forma de abordar a Interseccionalidade sem recorrer a estudiosas/os que se dedicam a ela podem fragilizar as análises, uma vez que elementos importantes como os construtos sociais e as preocupações que orientam o pensamento interseccional não são aprofundados.

4.6 A fragilidade na incorporação da perspectiva da racialização do trabalho de limpeza nos estudos

Como anteriormente sinalizado, as reflexões com articulações teóricas sobre o modo como a racialização da classe trabalhadora brasileira se manifestam no trabalho de limpeza se mostrou como um aspecto de fragilidade na produção de conhecimento sobre esse tema. Dos 15 estudos analisados, a dimensão racial foi articulada à classe e gênero em 8 deles, publicados entre 2015 e 2022 (Andrade & Monteiro, 2020; Campoli & Serroni, 2022; Costa, 2015; Dutra, 2020; 2019; Silva, 2021; Souza, 2020; Veleda da Silva & Tédde, 2019).

As discussões propostas nesses estudos destacaram a formação sócio-histórica do Brasil, marcada pelo regime escravista, e os aspectos de continuidade como elemento explicativo para a destinação das vagas de trabalho doméstico e de limpeza às mulheres negras (Andrade & Monteiro, 2020; Silva, 2021), que predominam como força de trabalho em empregos terceirizados e sob piores condições (Campoli & Pedrosa, 2022).

É importante ressaltar que as contribuições de intelectuais para pensar como a racialização das trabalhadoras e dos trabalhadores está presente na composição da força de trabalho não são recentes no Brasil e no resto do mundo. Tal como podemos mencionar no contexto brasileiro, onde este debate é abordado em obras importantes como as que estão presente neste material, “Lugar de negro” de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, publicado em 1982, que discutiu as relações raciais, o racismo e as desigualdades raciais expressas na composição da classe trabalhadora. No ano seguinte, em 1983, a obra “Brasil: raízes do protesto negro” de Clóvis Moura foi publicada, na qual o sociólogo destacou a influência do sistema escravista na estrutura e comportamento da sociedade brasileira. Além dessas, em âmbito global, temos as perspectivas anteriormente demarcadas da Interseccionalidade, Consubstancialidade e Teoria da Reprodução Social.

A despeito de todo essa tradição de contribuições, a acumulação teórica sobre relações raciais não está presente em todos os estudos, mesmo que a maioria das/aos trabalhadoras/es que compõem a força de trabalho de limpeza sejam historicamente pessoas pretas e pardas. Neste sentido, mesmo que a Divisão Sexual do Trabalho e a noção de consubstancialidade/coextensividade tenham fundamentado a maioria dos estudos e nelas tenha sido incorporada a dimensão racial ao longo dos anos, fornecendo subsídios para sua análise, a discussão não é imediata. Foi observado que os estudos em questão tendem a privilegiar conceitos e princípios no âmbito do gênero e da classe, sem analisar a racialização.

Essa parca ênfase na raça pode representar limitações na análise da situação de vida e trabalho dessas trabalhadoras, considerando que a formação social, econômica e política brasileira, e consequentemente a composição da classe trabalhadora, é permeada pela racialização. Isso é especialmente nítido no trabalho de limpeza, onde se observa a alta participação e permanência de mulheres negras nesta atividade altamente precarizada.

Nesse contexto, Moura (2014), ao analisar a formação brasileira, firmemente apontou para as desigualdades sociais e econômicas às quais a população negra foi exposta pós-escravidão e como essas foram dissimuladas pela igualdade formal. Para ele, às pessoas

negras não restou uma alternativa a não ser disputar a possibilidade de sobrevivência biológica, cultural e social em uma sociedade que historicamente tem o racismo em sua estrutura. Em decorrência disso, o modo de seleção da força de trabalho, política, cultural e étnica foi organizado de modo que elas se mantivessem entre as camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas da população. É funcional ao capitalismo dependente brasileiro manter rebaixados os salários da classe trabalhadora em seu conjunto, de modo que manter a população negra à margem contribui para isso.

Em função disso, ao se debruçar sobre o trabalho de limpeza, cabe refletir sobre as consequências singulares e coletivas das relações raciais de modo indissociável da classe e do gênero, pois as condições em que residem, trabalham e sofrem as trabalhadoras de limpeza estão a elas relacionadas. Ao admitir as conclusões de Moura (2014), depreende-se que manter mulheres negras nos trabalhos de limpeza com baixos salários é indispensável ao sistema e que isso contribui para o rebaixamento como um todo da força de trabalho.

Esse rebaixamento não se limita à remuneração, embora passe indispensavelmente por ela; trata-se também do rebaixamento social, do que significa ocupar-se da limpeza, ser vista como supostamente destinada a este trabalho de forma natural e, ao mesmo tempo, tal trabalho ser considerado menos importante, mais simplificado e, muitas vezes, invisível se feito a contento. Por isso, fragiliza e compromete a análise buscar compreender o sofrimento expresso na sobrecarga de trabalho, ausência de reconhecimento e assédio, entre outros elementos relatados por trabalhadoras nas pesquisas sem a discussão das relações raciais e do racismo no Brasil.

4.7 “A gente teve nossos direitos né” – As particularidades do processo de terceirização vivido pelas participantes

Entre as especificidades mais debatidas nos estudos que compõem a revisão está a terceirização e o modo como ela precariza a atividade de trabalho de mulheres que ocupam as vagas de trabalho relacionadas a limpeza nas diferentes regiões do país.

A terceirização, entendida como um conjunto de regras de contratação, gestão, organização e controle dos processos de trabalho, está profundamente ligada à precarização do trabalho no Brasil. Este fenômeno se manifesta em diversos campos e dimensões do trabalho, conforme destacado por Antunes e Druck (2013), e é particularmente prevalente no setor de limpeza em âmbito nacional e internacional.

Antunes e Druck (2013) destacam que o capitalismo, em um esforço para se preservar e expandir, tem recorrido à terceirização e à informalidade como estratégias cruciais. Esses mecanismos podem ser situados historicamente na reestruturação produtiva das décadas de 1960 e 1970, implementada como resposta a mais uma crise estrutural do capital. No Brasil, essas transformações ganham contornos específicos a partir da década de 1990, quando, em meio ao processo de redemocratização, no qual a Constituição Brasileira de 1988 é um incomensurável ganho e por meio da qual o país assume compromissos com os direitos sociais e trabalhistas, há, simultaneamente, um avanço da agenda neoliberal, que passa a atacar fortemente esses mesmos direitos, subordinando-os à lógica própria da voracidade do capitalismo sob a égide das finanças²¹ (Druck et al., 2019).

A intensificação desse movimento ocorreu após uma nova crise na acumulação capitalista, que teve repercussões globais entre os anos de 2007 e 2008. Nesse contexto, a informalidade e a terceirização do trabalho passaram a ser cada vez mais a regra e não mais uma exceção. Em outras palavras, a instabilidade e a insegurança no emprego tornaram-se características ainda mais proeminentes no sistema capitalista.

²¹ As transformações históricas e os ajustes estruturais que se refletem nas precarizações das relações de trabalho, como expressa é expresso na terceirização, estão vinculados aos interesses do capitalismo sob a égide das finanças. Entre as principais características dessa conformação da organização econômica mundial está o predomínio do capital especulativo financeiro, cujos principais atores e beneficiários são grupos industriais transnacionais e investidores institucionais, como bancos e companhia de seguros, que se tornaram acionistas das empresas e que atuam de forma independente delas. Nessa dinâmica, as operações realizadas no mercado financeiro interferem no ritmo de investimentos, na distribuição de receitas e na definição das formas de emprego e gestão da força de trabalho, moldando a própria conformação do mercado de trabalho. Assim, embora a retórica neoliberal defende a redução do papel do Estado, os grandes conglomerados multinacionais, beneficiários desse modelo, dependem um Estado forte para implementar políticas nacionais favoráveis e assegurar medidas para conter resistências às estratégias que protegem os interesses de uma minoria em detrimento da ampliação da precariedade da vida da classe trabalhadora (Iamamoto, 2009).

A terceirização, sendo uma forma de contrato mais flexível e com menor proteção trabalhista, pode facilitar o descumprimento da legislação trabalhista. Isso expõe as/os trabalhadoras/es terceirizadas/ao a uma maior fragmentação dos coletivos de trabalho e desvalorização, contribuindo também para a invisibilidade dessas/es trabalhadoras/es (Antunes & Druck, 2013).

Com base em todos os pressupostos que foram considerados até agora, pode-se depreender que o sistema capitalista no Brasil se manifesta por meio da dependência e da superexploração da força de trabalho. Desde a institucionalização do salário como forma de contratação, as condições sob as quais o trabalho é realizado são precárias, com a informalidade e a instabilidade sendo uma constante. O movimento de terceirização, juntamente com o aumento da proteção estatal à sua prática e extensão, serve para aprofundar ainda mais essa precarização.

Antes disso, trabalhos como o de limpeza já eram amplamente terceirizados, tanto no setor público quanto no privado, por se enquadrarem enquanto atividades-meio e sua regulamentação estar prevista em lei. Contudo, diferentemente de pesquisas identificadas na revisão da literatura (Campoli & Perosa, 2022; Costa, 2015; Dutra, 2019; Dutra & Coelho, 2020; Silva, 2021; Souza & Lemos, 2020; Veleda da Silva & Tédde, 2019), o processo de terceirização dessa atividade pela prefeitura de João Pessoa é recente e iniciou em 2022, como veremos mais detidamente a seguir. Em vista disso, a realização da pesquisa de campo entre os anos de 2023 e 2024 permitiu acompanhar os aspectos iniciais dessa transição e identificar algumas particularidades em relação a outras situações vividas e explicitadas em pesquisas anteriores com a mesma categoria profissional. Entre elas, destacam-se os seguintes pontos:

- a- Essas trabalhadoras estão atuando no órgão municipal por longos períodos, o que traz algumas especificidades. Elas permanecem na mesma unidade e, neste primeiro momento, não percebem que a terceirização possa alterar essa “estabilidade” de local de trabalho.

- b- A atuação prolongada na mesma unidade de saúde relaciona-se ao fato de que, inicialmente, a forma de contratação das trabalhadoras desta pesquisa não foi a terceirização. O tempo na unidade é importante porque apareceu como a possibilidade de uma familiaridade e de relações construídas ao longo do tempo, que pareceram contribuir para a compreensão de um ambiente menos hostil a essas trabalhadoras, além de diluir aspectos concernentes à hierarquia e à invisibilidade, frequentemente sinalizados por trabalhadoras terceirizadas de unidades hospitalares e de universidades desde sua admissão, conforme descrito em pesquisas anteriores com a mesma categoria profissional.
- c- Sugere-se tratar-se de uma diluição, à medida que, em contraste com o destaque anterior de pertencimento à unidade e ao restante da equipe, expresso durante as rodas de conversa, durante as visitas às unidades de saúde houve queixas por parte de trabalhadoras que não compareceram aos encontros grupais, de não se sentirem consideradas pelo restante da equipe. Foi observado também durante as visitas, ao chegar a algumas unidades, que colegas de trabalho não sabiam o nome da trabalhadora, sinalizando que lá havia “a menina da limpeza”, ainda que elas estivessem lá há anos, deixando pistas sobre o descolamento propiciado pelo tipo diferente de contratação dessas trabalhadoras e o entendimento delas enquanto parte da equipe de saúde. Além disso, a invisibilidade sobre a abrangência de suas atividades e a hierarquia que se mantêm na equipe deixou alguns indícios que serão discutidos em profundidade no capítulo “Porque se você for levar para o lado emocional, você adoece”: saúde mental e trabalho.
- d- Durante a realização da pesquisa, tornou-se nítida a diferença entre o primeiro encontro e o segundo, a respeito das impressões das trabalhadoras acerca do processo de terceirização. Essa variação pareceu estar relacionada a maior confiança e compreensão do que se trata a pesquisa, mas não só: as trabalhadoras começaram a experimentar inseguranças que pareciam não estar no radar no primeiro momento.

Passaremos agora a analisar mais detidamente alguns desses aspectos desse processo de terceirização.

4.7.1 “Era pra prefeitura terceirizar a gente, já há muito tempo, depois agora terceirizou a gente” - Elementos acerca do vínculo com a prefeitura por meio do contrato de trabalho excepcional que antecedeu a terceirização

Lucia nos oferece um importante ponto de partida para discutir o processo de terceirização dessas trabalhadoras “Eu quando tava na prefeitura eu sempre pensei, era pra prefeitura terceirizar a gente, já há muito tempo, depois agora terceirizou a gente”. A efetivação desse processo de terceirização da atividade de limpeza e conservação na prefeitura de João Pessoa ocorreu no ano de 2022, a partir de um pregão iniciado no ano anterior. Este processo é fruto de um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TCAC) provocado pelo Ministério Público do Estado da Paraíba (MPPB) a partir da Ação Civil Pública nº. 0096974-05.2012.8.15.2001 do ano de 2020. Entre as considerações apontadas no termo, destacava-se o fato de que, no mês de junho de 2020, o órgão municipal contava com 8.712 trabalhadoras/es efetivas/os por concurso público. Em contraste, havia 1.270 trabalhadoras/es ocupantes de cargos comissionados e 15.426 prestadoras/es de serviços contratados por prazo determinado, para atender necessidades de excepcional interesse público (Ministério Público do Estado da Paraíba [MPPB], 2020). As trabalhadoras participantes da pesquisa pertenciam a esse último grupo, e a mais antiga das contratações tinha quase duas décadas. Importante então ressaltar que, no caso dessas trabalhadoras mencionadas, a contratação excepcional não estava relacionada à emergência sanitária da COVID-19 que assolou o país no ano em que o compromisso foi firmado.

O referido TCAC abrange diferentes categorias profissionais de diversas políticas públicas, entre as quais estão a educação, mobilidade urbana, planejamento e saúde. O documento, em sua cláusula oitava, tratou especificamente da situação dessas auxiliares de serviços gerais:

Com a finalidade de substituição de prestadores de serviços temporários nas atividades de higienização, limpeza e conservação, compromete-se o Município de João Pessoa à obrigação de fazer consistente em adotar a terceirização de mão de obra, mediante o devido procedimento licitatório, para a contratação de empresas especializadas na prestação do serviço licitado (MPPB, 2020, p. 9).

Dessa forma, a terceirização foi a alternativa proposta para as trabalhadoras de serviços gerais, ao contrário de outras categorias profissionais da saúde, como médicas/os, assistentes sociais, biomédicas/os, enfermeiras/os, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogas/os e técnicas/os de enfermagem, entre outras, que foram convocadas para nomeação via concurso público. Esta diferença no tratamento reflete uma questão que tem marcado a inserção das trabalhadoras da limpeza e conservação no serviço público em âmbito nacional. Por serem funções não finalísticas do serviço público, a terceirização tem sido nas últimas décadas a principal forma de preencher essa lacuna de força de trabalho. Contudo, essa forma de contratação tem se generalizado e abarcado outras profissões após a aprovação da Lei nº 13.429/2017, a conhecida como a Lei da Terceirização, promulgada durante o governo de Michel Temer, no ano seguinte ao golpe contra a presidente Dilma Rousseff. A nova legislação alterou a norma anterior, de 1974, e estabeleceu novas regras e normas para as relações de trabalho nas empresas terceirizadas e para a prestação de serviços, permitindo que as atividades-fim também possam ser executadas por meio de terceirização (Lei n.º 13.429, 2017).

Antes da aprovação dessa mais recente legislação em vigor, o papel e as ameaças da terceirização na saúde pública foram detidamente examinados por Druck (2016). Nessa ocasião, a autora defendeu a tese de que a terceirização presente nos diferentes setores do serviço público brasileira é um dos instrumentos mais poderosos de desmonte social do Estado e de sua privatização, uma vez que este é o meio principal por meio do qual as medidas neoliberais se apropriam ainda mais de seu funcionamento e recursos e afrontam diretamente a fração da classe trabalhadora que constituem o funcionalismo público.

Druck (2016) aponta o modo como a tradição de estudos de mais de três décadas explicitam a degradação do trabalho no conjunto de suas dimensões operada pela terceirização expressas em piores condições de trabalho nas quais vigoram o descumprimento de direitos trabalhistas, deterioração das condições de saúde, aumento da ocorrência de acidentes de trabalho e fragmentação de coletivos de trabalho e que essas afetam sistematicamente as posições já mais precárias de participação no mercado de trabalho, como no caso do trabalho de limpeza. Ainda, de acordo com a autora, a forma desmedida pela qual se espalha a terceirização em serviços públicos essenciais, como no caso dos equipamentos de saúde, tem como consequência a diminuição do quadro funcional, acompanhado da desqualificação e desvalorização daquelas/es que permanecem, em nome de uma suposta eficiência da iniciativa privada, mais ágeis e flexíveis, em contraste com o que então era operado como padrão público no país.

Nesse sentido, Druck (2016) oferece um importante elemento de análise: a aprovação da Constituição Federal de 1988 coincide com a implementação das medidas neoliberais. No seu bojo, além dos programas de privatização dos serviços públicos na década de 1990, destaca-se a reforma do Estado de 1995, que teve como orientador o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado. Nessa reforma, os serviços de reprodução social, como escolas, ambulatórios, hospitais e outras entidades de assistência a crianças e idosos, como não exclusivos do Estado. Também ficou estabelecido que as atividades ou serviços auxiliares, como limpeza e vigilância, entre outros, deveriam ser terceirizados e submetidos a licitação pública.

Outro aspecto destacado por Druck (2016) relaciona-se à Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000. Com o objetivo principal de controlar as contas públicas, essa lei indicou a necessidade de reduzir as despesas com o funcionalismo público, o que resultou na restrição à realização de concursos públicos. Ao mesmo tempo, favoreceu a terceirização, uma vez que os gastos com a subcontratação de empresas, contratação temporária, emergencial e de cargos comissionados não entram no cálculo das despesas com pessoal. Diante disso, ao

longo das décadas, o volume de recursos públicos destinados à subcontratação e terceirização tem sido significativo.

Um exemplo dessa grande quantidade de recursos públicos repassados à iniciativa privada por meio da terceirização pode ser encontrado na própria prefeitura, que é o lócus de nossa pesquisa. A informação pública a respeito da contratação da atual empresa de terceirização, Exemplar, para apoio administrativo e operacional, incluindo serviços como limpeza, conservação e zeladoria em toda a estrutura do órgão municipal, aponta que, apenas na Secretaria de Saúde do município, o valor superava os 3,6 milhões de reais (Prefeitura de João Pessoa, 2022).

Mas, para analisar os meandros da terceirização no município e compreender a perspectiva das trabalhadoras sobre as condições de trabalho, é indispensável recuperar o contexto em que prestavam serviços há anos, com o contrato excepcional firmado pelo município. São muitos os apontamentos das trabalhadoras a esse respeito. Maria disse: "A gente entra, assina, pois, amanhã, você talvez não esteja mais. Eles, se quiserem, te mandam embora, te colocam na rua, entendeu?". Lúcia, por sua vez, pontuou: "A gente não tinha direito a nada, porque éramos prestadoras, com contrato temporário". Nesse aspecto, os grupos informaram que foi na gestão do prefeito Luciano Agra, em 2012, que essa categoria profissional passou a receber férias e décimo terceiro — direitos trabalhistas que, até então, não estavam inclusos no tipo de contrato assinado, assim como não incluía insalubridade, a possibilidade de tirar 30 dias corridos de férias e verbas rescisórias em caso de demissão. Maria afirmou: "Antes, se você saía, não recebia nada, entendeu?".

Este é um primeiro ponto importante a ser considerado na experiência de terceirização na Paraíba. Embora a terceirização no serviço público esteja amparada legalmente e seja uma prática nos municípios ao redor do Brasil há mais de 30 anos, como bem destaca Druck (2016), ela demorou a ser implementada na prefeitura em questão. No entanto, a precarização já estava em andamento devido à subcontratação, o que enfraqueceu o funcionalismo público local e diminuiu o vínculo efetivo. As trabalhadoras atuaram na

Secretaria Municipal de Saúde por períodos que variaram de 3 a 17 anos, em caráter excepcional, expostas a baixos salários, à ausência de garantias trabalhistas e à constante ameaça de demissão.

Outro ponto que expõe a complexidade dessa questão é a instrumentalização dessas vagas por figuras políticas. Isso ocorreu em situações em que a entrada de trabalhadoras se deu por meio da indicação de políticos. A pergunta “quem lhe indicou?” prevaleceu em muitas situações sobre um processo de seleção ou exame de currículo. Considerando isso, as ponderações de Pereira (2015) adicionam elementos importantes ao se debruçar sobre o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no Brasil e suas repercussões na reestruturação territorial e nas distinções regionais. Ela aponta para a dialética entre a modernização e o conservadorismo na realidade brasileira, por meio da qual se dá o movimento de concentração e centralização do capital.

Essas diferenciações geográficas e regionais fazem parte da formação brasileira, como bem destacado na obra de Moura (1992). Já são explícitas no período colonial, com a acumulação de riqueza e poder nos latifúndios, como os de cana-de-açúcar, engenhos e pecuária na região Nordeste, que, ainda no regime escravista, enfrentaram o declínio de parte das produções empreendidas pela região e o deslocamento da economia para as regiões Sul e Sudeste, com ênfase na efervescência cafeeira. No estudo de Pereira, as reconfigurações implementadas pelo capital nessa dinâmica de diferenciações ganham destaque. Com os deslocamentos e alterações econômicas e sociais, a região Nordeste do país tem se integrado à dinâmica capitalista de modo específico, por meio da ampla oferta de força de trabalho de menor custo e especialização, em comparação com outras regiões do país que concentram a riqueza socialmente produzida. Nessa relação, que guarda a dialética entre tentativas modernizadoras e a reatualização do conservadorismo, Pereira destaca a recomposição de aspectos históricos da formação social do país, com o poder político e econômico sendo mantido pelas oligarquias tradicionais, o que parece reverberar na gestão municipal em questão.

Isto posto, a fragilidade do vínculo e o temor de perder o trabalho, atravessada pelo domínio de figuras políticas que têm o poder de decidir quem entra e quem saí, ou ainda, que compartilha a viabilidade de manter-se no poder com a necessidade de manutenção de postos de trabalho, foi experimentada ao longo dos anos por essas mulheres, assim como o salário inferior, a diferença de contratação com relação a colegas efetivas/os e os parcios benefícios trabalhistas, e influencia no modo como elas receberam a notícia de que seriam terceirizadas. Como deixa notar a colocação de Lúcia na abertura da seção, já era esperado que isso ocorresse, não pelo conhecimento das tratativas junto ao MPPB, mas por observar o movimento da realidade, na qual as trabalhadoras destacaram que a terceirização é a regra para o tipo de trabalho que exercem em diferentes instituições. Como sinalizou Violeta: “é mundial”. Essa expectativa gerou preocupação, mas também a esperança de carteira assinada e melhores condições de trabalho, embora não sem a preocupação quanto às influências políticas, como veremos a seguir.

4.7.2 “A gente começou do 0 com a empresa, mas melhorou né” - Sobre a terceirização em um primeiro momento

A frase que abre esta seção foi proferida por Lúcia. Nessa mesma direção, Flor comentou: “Dá um medinho né? Começar do zero. A gente começou a ter outros tipos de direito né, a 30 dias de férias, a se ficar desempregada seguro-desemprego, coisa que a gente não tinha”. Essa observação é significativa para entender como a superexploração da força de trabalho no Brasil impõe condições objetivas e como o trabalho terceirizado é percebido subjetivamente por essas trabalhadoras.

Dante da expulsão de setores produtivos e da histórica negação de direitos trabalhistas, discutida por Souza (2023), a desproteção é generalizada entre a classe trabalhadora, exacerbada pela informalidade do trabalho e a ausência de seguridade social. Inseridas nessa situação, essas trabalhadoras consideram a entrada da empresa terceirizada como uma melhora em suas condições de trabalho e vida. “Não tinha, agora tem. O bom é isso, carteira assinada”, diz Conceição. “Eu nunca tive carteira assinada, só agora”, afirmou

Violeta. Conceição ainda reiterou: “A gente tem empresa pra não ficar desempregado”. A inédita carteira de trabalho e a preocupação com a manutenção do emprego conferem uma recepção positiva à empresa terceirizada. E estar empregada agora pela empresa, para as trabalhadoras representa a garantia de segurança alimentar como foi trazida no diálogo com as participantes e discutida no capítulo precedente, e é de extrema importância para essa avaliação positiva. Como indica Gó:

Eu amo meu trabalho. Amo demais. Eu amo o que faço. Tô gostando muito de trabalhar pela empresa, uma firma muito boa, gosto bastante, não tenho do que reclamar. Paga melhor do que a prefeitura, nós recebemos uma feira, só desconta 98 reais e é aquela feira mesmo, essa feira ajudou muita gente.

Na mesma direção de Gó, outras trabalhadoras compartilham suas impressões: “A gente tem uma cesta básica que é um valor de mais de 300 reais” – Flor; “Eu ainda divido com o meu menino [cesta básica]” – Violeta; “Mas, é só benção, benção essa empresa com essa cesta básica, ainda tem gente que reclama, eu fico puta da vida, infeliz. Divido com minha filha, com minha outra filha” – Brenda; “A feira cobre a necessidade da nossa comida, mas carne [o que tem que comprar], só manda o suficiente, feijão, arroz, essas coisas assim, é uma feirona que a gente recebe” – Conceição E.

Cabe retomar um dos mecanismos da superexploração do trabalho delineado por Marini (2013), que é a redução da possibilidade de consumo das trabalhadoras/es e a retirada dos meios necessários para repor o desgaste de sua força de trabalho, associado à remuneração abaixo de seu valor. Essa condição priva literalmente significativa parte da população de se alimentar adequadamente e constitui um desafio, mesmo para aquelas/es que estão empregadas/os. No caso das trabalhadoras, ainda que atuem há anos junto à Secretaria de Saúde, a garantia de comida na mesa para si, sua família e comunidade não foi automática. Como bem destacou Souza (2023), sob os ombros das mulheres mantém-se a demanda reprodutiva, mesmo que a elas não sejam garantidos os meios para fazê-lo, e por isso a cesta básica é tão valorizada e destacada como um dos grandes benefícios

decorrentes da terceirização, como pontua Brenda “tiro um pouquinho de cada, vou lá, não é preciso pedir não”.

Além da alimentação, o plano odontológico, o fornecimento de uniforme, que possibilita não desgastar suas roupas e o pagamento do adicional de insalubridade entra na conta em favor da empresa. Nesse cenário de desproteção, reclamar das condições atuais, como pontuou Brenda, gera um incomodo e como considerou Flor “Muita gente quer tá no seu lugar” - Flor.

4.7.3 “Foi indireto” - processo de transição e as repercussões na gestão do trabalho

As trabalhadoras afirmaram que os rumores da terceirização circulavam internamente à prefeitura, mas como ressaltou Violeta na frase que intitula esta seção, esse processo ocorreu de modo indireto, sem que as trabalhadoras envolvidas fossem chamadas para um diálogo, somente foram avisadas após firmado o contrato de execução de serviços entre o município e a empresa de que deveriam se apresentar, levar seu currículo e documentação em um fim de semana, conforme estipulado.

Na forma como foi realizada a transição, as atribuições da empresa contratada e a posição do distrito frente a gestão de seu trabalho não foi delimitada às trabalhadoras, como expõe Margarida:

Porque até então como é na Bahia (*sede da empresa*), a gente manda um zap, eles não visualiza não, aí tem aqui a empresa, no bairro de Bancários, que até então tem pessoas que já foram da prefeitura, não é da empresa da Bahia.

De forma semelhante, Violeta indicou que “Primeiro tem que conversar com nosso gerente, se ele disser, vai lá, a gente vai [na filial da empresa], se ele disser ‘não, é para resolver no distrito’”.

A lei em vigor 13.429/2017, em seu artigo 4º-A, inciso 1º, especifica que cabe à empresa prestadora de serviços contratar, remunerar e dirigir o trabalho realizado por suas/seus trabalhadoras/es ou realizá-lo por meio da subcontratação, o que se conhece como

quarteirização dos serviços (Lei nº 13.429, 2017). Frente a isso, caberia à empresa terceirizada resolver as questões atinentes às trabalhadoras participantes. No entanto, essas trabalhadoras estão alocadas nas unidades sob direção de um distrito ao qual respondiam até 2022. Parece existir uma dificuldade tanto por parte delas quanto por parte da secretaria em estabelecer os contornos da gestão do trabalho nessa nova configuração. Adicionalmente, encontram dificuldades na comunicação com a empresa e estão expostas ao perigo de ter suas questões sem resposta. Por outro lado, ainda que sem o fundamento legal, a tomadora de serviço, continua de algum modo a dar indicações e direções ao trabalho.

4.7.4 “Não posso não, a empresa não permite” - Trabalho reprodutivo e as prescrições do trabalho

Chega uma pessoa da empresa e você não sabe quem ela é e a vê lidando com uma situação que não é sua. Ela vai te chamar. O que você diria? Você é da limpeza? Já imaginou? O que você faria na hora? (Violeta)

Essa proposta de reflexão da participante à pesquisadora permite dar continuidade à discussão sobre a gestão do trabalho e o conhecimento das atividades que elas realizam. Como analisado no capítulo anterior, o atendimento das demandas reprodutivas de pessoas usuárias do serviço não está prescrito no trabalho que realizam, mas é cotidianamente demandado pela população usuária do serviço. A esse respeito, Violeta faz o questionamento inicial e continua sua reflexão dizendo que “Acho que não faz parte da empresa não”. No mesmo tópico, Brenda considera que “Essa parte assim, a gente acolhe, mas sinceramente na empresa não pode, a empresa é bem rígida”.

Pelo menos duas considerações podem ser levantadas aqui. A primeira delas está relacionada ao que, na psicologia do trabalho — especialmente nas clínicas do trabalho —, é colocado nos termos de uma lacuna entre o trabalho prescrito e o real do trabalho. Este entendimento será mais bem delineado no capítulo “Porque se você for levar para o lado emocional, você adoece”: saúde mental e trabalho”, a partir da perspectiva da Psicodinâmica

do Trabalho, mas aqui cabem algumas considerações iniciais. Conforme refletido por Dejours (2004b), trabalhar é preencher essa lacuna entre o que é prescrito como demandas a serem desempenhadas e o real do trabalho, que é impregnado por imprevistos, ou seja, atendimentos a necessidades que não foram premeditadas e não poderiam ser, porque existe uma dimensão da realidade permeada pela variabilidade, que não pode ser controlada ou captada previamente. Então, trabalhar é acrescentar às prescrições para tornar possível alcançar os objetivos postos ao/a trabalhador/a. Ainda, é aquilo que as trabalhadoras e trabalhadores devem acrescentar de si mesmas/os para lidar com aquilo que não tem bom resultado se ela ou ele se detiverem exclusivamente às prescrições. Por esse ângulo, existe uma série de adequações que as trabalhadoras participantes, ao trabalhar, devem realizar para que, de fato, o desempenho enquanto auxiliares de serviços gerais seja efetivo.

Posto isso, emerge uma segunda consideração, para a qual também há reflexões dentro do arcabouço da análise psicodinâmica. Justamente porque trabalhar é inserir algo – e especialmente algo que é seu enquanto trabalhador/a – não previsto pela direção delegada de como realizar aquele empenho, muitas das adaptações, acréscimos e alterações não são vistas, adicionando uma camada ineliminável de invisibilidade ao trabalho. E, muitas vezes, há um esforço ativo de quem trabalha para manter essas modificações “invisíveis”. Isso porque, embora inevitáveis em prol do cumprimento do ofício, ultrapassar as normas e regras nem sempre é acolhido de forma positiva. Contudo, ocorre que, em determinadas funções, essa camada de invisibilidade se amplia e desborda até mesmo para aquilo que poderia — e seria até indispensável — ser conhecido (Dejours, 2004b). E aqui penso que está uma das questões importantes do trabalho reproduutivo. A redução ou simplificação a que ele está submetido impede que se aproxime do que, de fato, é demandado dessas trabalhadoras no cotidiano das unidades de saúde. Dito de outra maneira, a ideia de que se trata somente de limpar e conservar a infraestrutura para atendimento em graus aceitáveis de higiene – o que, por si só, consome tempo e energia de cada uma das trabalhadoras – não abrange tudo o que é o trabalho reproduutivo, como as pausas para ouvir pessoas usuárias da unidade, a

observação de que alguém precisa de suporte, o café, que se mostra como uma forma de cuidado aos colegas da equipe. Nada disso entra na prescrição da empresa terceirizada, e atender essas exigências é incorrer em fazer algo que “burla” as regras e que pode ser punido.

Nesse âmbito, as nuances da terceirização agravam esse cenário. A empresa tem um padrão de acompanhamento do trabalho que é a fiscalização por um trabalhador ou trabalhadora que é desconhecido/a pelas trabalhadoras participantes da pesquisa. E essa fiscalização acontece de forma inesperada e sem uma identificação prévia. Nessa forma de atuar, pode ocorrer que uma trabalhadora seja observada e somente depois tenha conhecimento disso. Essa vigilância aumenta o medo de ser “pega” em alguma ação considerada irregular. Se isso acontecer, existe um processo inicial de notificação que pode evoluir para prejuízos maiores, que não são bem explicados às trabalhadoras. “Eles chamam na empresa, na segunda, na terceira, eu não sei”, diz Flor. E aqui se adiciona mais uma camada à questão, porque parte desse temor da vigilância e punição apoia-se também no desconhecimento de quais medidas serão adotadas. Será um desconto? Será a demissão? É com mais essa preocupação e incerteza que as Flores Belas e as Coleguinhas precisam lidar diariamente.

Essa novidade advinda da contratação terceirizada rompe com uma forma de trabalho anterior que guarda relação com a dimensão reprodutiva deste trabalho. Segundo Gó: “A gente é bombril, é pra tudo”. Lúcia também endossa essa colocação: “A gente fazia de tudo, tinha que se virar nos 30”. Pelos elementos trazidos pelas trabalhadoras, antes da chegada da empresa, essas trabalhadoras tinham os limites de sua atuação mais alargados e pouco nítidos. O que, por um lado, era considerado um espaço de autonomia, por outro, também era um espaço para abusos por parte dos colegas de trabalho. Nesse sentido, Lúcia, ao comparar a situação prévia e atual, disse que: “A gente é tipo um apoio. Antigamente a gente era apoio também, ajudava, ajudava de tudo. Agora, com a empresa, a gente não pode fazer outra função, mas mesmo assim a gente... é funcionária da limpeza lá, mas...”.

Essa margem ampla de atuação, enquanto aquelas que fazem tudo, também deixa pistas sobre o lugar ocupado na unidade, e a racialização e a generificação podem ajudar a compreendê-lo. Quem é que socialmente faz tudo e não pode dizer não? Aquele que se assenta um entendimento quase heróico de dar conta de tudo sem reclamar? Mulheres — e, nesse caso, com destaque para as mulheres negras que compõe a grande parcela das trabalhadoras no âmbito reprodutivo — têm uma história bastante demarcada sob essa ótica. Por isso, neste ponto, é bastante relevante as considerações de Brenda.

Isso porque tem gente que se aproveita, a empresa não deixa, não, acho maravilhoso. Teve reunião com médico, enfermeiro, dentista para falar o que a gente pode e não pode fazer, quer dizer que se eu fizer isso, eu tô passando por cima da norma da empresa, aí respondo por mim, né? Mas é aquela coisa, eu achei muito bom a empresa ter botado essa pauta. Graças a Deus, melhor demais mesmo, muito mesmo. Porque assim, se eles pedem para fazer, aí a gente “eu não posso porque a empresa não permite”. Tipo assim, “tem como você ir ali comprar uma água mineral?” “Não posso não, a empresa não permite”. Porque antes, da limpeza, a gente fazia, mas também não podia, mas a gente não tinha assim uma autoridade para reclamar de nada, mas hoje a gente tem, porque, se a gente for reclamar, estamos acobertadas pela empresa.

É frente aos abusos e à assimetria que ocupar o lugar da servente, da limpeza, coloca essas trabalhadoras que, ter um respaldo, é observado como um dos ganhos da relação de trabalho intermediada pela empresa. Tamanha é a histórica relação de opressão e subordinação que se expressa na unidade, mas que está para além dela, que, ainda que carregada de vigilância, riscos de punição e restrições, essa proteção, em quem possam apoiar um não, é muito.

4.7.5 “Porque se por acaso, Deus me livre, abrir falênciа, eles não pagam ninguém não”

- Terceirização e os primeiros apontamentos a respeito da fragilidade do vínculo

Essa consideração foi feita por Violeta no segundo encontro, após alguns meses, e depois de terem vivenciado mudanças como a alteração na data de pagamento, descontos desconhecidos e erros no pagamento das passagens de transporte coletivo, por exemplo. A partir dessas dificuldades percebidas, começam a ser expressos pelas participantes alguns dos perigos da terceirização. A preocupação com a falência, manifestada por Violeta, não é infundada, como sinaliza Antunes (2018). São frequentes as situações nas quais a Justiça do Trabalho toma conhecimento de trabalhadoras/es terceirizados/as que não conseguem localizar as empresas pelas quais foram contratados, quando essas desaparecem sem deixar vestígios.

A esse respeito da terceirização da prestação de serviços e a suscetibilidade de mudanças de empresas, com a possibilidade de prejuízos a classe trabalhadora por ela contratada, Souza (2010) faz um interessante levantamento sobre a experiência da Universidade Federal da Bahia-UFBA. Em 23 anos, considerado o período de início do processo de terceirização em 1987 até o ano de 2010, 10 empresas foram contratadas para prestar serviços no âmbito limpeza. Naquele cenário, antes de 2006, as empresas ficaram em média 6 anos cada uma, depois desse período houve alterações anuais. Como no caso baiano, cada mudança de empresa expõe trabalhadoras/es ao descumprimento de direitos trabalhistas e perdas especialmente de férias e décimo terceiro, chegando nos casos de falência a ficar sem remuneração do próprio mês. Além disso, estão constantemente sujeitas as novas direções de cada nova contratada.

Além dessas questões, uma nuance especial surge entre as preocupações das trabalhadoras: as eleições municipais de 2024. A possibilidade de uma mudança na gestão municipal gerou dúvidas sobre o que aconteceria com a atual empresa terceirizada, contratada por meio de pregão na gestão anterior, que foi reeleita. Violeta continua: “Eu acho que a nossa gestão tem que ganhar”. Nesse contexto, a consideração de Conceição E. é

bastante significativa para ilustrar como as trabalhadoras percebem a relação entre a empresa terceirizada e a prefeitura: “O contrato mesmo dessa empresa é de prefeito para vereador” (Conceição E.).

Esses elementos levantam um importante alerta sobre o processo eleitoral municipal. Considerando a ameaça ao vínculo de trabalho e à continuidade da empresa, que oferece condições inexistentes quando da contratação direta pela prefeitura, as trabalhadoras defenderam e atuaramativamente em prol da reeleição da atual gestão. Mais uma vez, fica nítido como a vaga de trabalho ainda está vinculada à dimensão eleitoral. Embora o vínculo empregatício tenha sido formalizado pela carteira de trabalho, sua fragilidade é destacada e associada ao poderio político direto.

4.7.6 “Eu tentei fazer o EJA, mas Eu Jamais Aprenderei” – A Terceirização e a Escolarização

A terceirização tem rosto e tem cor. São predominantemente as mulheres, especialmente as negras, que vão engrossar a camada da classe trabalhadora que tem na terceirização o tipo de formalização possível de trabalho (Passos & Nogueira, 2018). Como já foi mencionado ao longo deste capítulo, essas mulheres recebem remunerações mais baixas e realizam atividades consideradas mais repetitivas. Mas além disso, há uma menor exigência de formação escolar (Passos & Nogueira, 2018). A menor consideração quanto a escolarização expõe uma complexa relação das mulheres, de novo, principalmente as racializadas como não brancas, com o direito à educação, considerando tanto o acesso como a permanência. Na nossa pesquisa, em consonância com pesquisas anteriores (Campoli & Perosa, 2022; Costa, 2015; Silva, 2021; Veleda da Silva & Tédde, 2019) o processo de escolarização de parte das mulheres que estão em trabalhos terceirizados de limpeza foi interrompido ainda na infância, intrinsecamente relacionado a dimensão de raça, classe e gênero. Como compartilhou, emocionada, Gó:

Vocês aí tão dizendo que tem estudo, tem isso e aquilo, eu fui criada na agricultura, no sertão, meu pai não tinha condições de dar estudo pros filhos, então eu não

terminei nem o primeiro grau. Eu não vou culpar meu pai porque ele não teve condições de dar estudo pra gente, mas eu sou feliz porque hoje eu trabalho.

Essas mulheres deixaram de frequentar as escolas precocemente para iniciar atividades reprodutivas dentro e fora de suas famílias. Depois de adultas, elas permanecem nesses trabalhos para os quais o prejuízo na formação não as impede de assumir esses postos. E mesmo quando desejam retomar o percurso formativo, vão enfrentar uma série de dificuldades relacionadas também ao trabalho reprodutivo interno e externo as suas famílias. O trocadilho de Violeta no início deste subitem com a sigla do programa público de ensino *Educação de Jovens e Adultos (EJA)* ilustra essa questão, como ela mesma discorre:

Eu tentei fazer o EJA, mas Eu Jamais Aprenderei, à noite. Porque a gente chega em casa tarde, a gente chega em casa que horas? Quatro e pouco, vai fazer janta, aí tem que tá sete, sete meia. Mas, eu tava pensando que eu queria fazer um curso de enfermagem.

Maria também compartilha que “Tenho vontade de estudar, mas na hora eu desisto”. Desiste porque falta tempo, confiança de que pode aprender e apoio.

Em relação à alfabetização da população brasileira, segundo o levantamento do Censo de 2022 (IBGE, 2023a), a taxa de analfabetismo entre a população negra, considerada como pessoas pretas e pardas, é de 18,9%, enquanto entre a população indígena é de 16,1%. Em contraste, entre a população branca, essa taxa cai para 4,3%. Essa disparidade em favor da população branca é observada em todos os grupos etários.

Além disso, embora tenha sido observado um aumento de 4,9% entre os anos de 2010 e 2022, a taxa de alfabetização na região Nordeste está em 85,8%, enquanto nas regiões Sul e Sudeste esse índice ultrapassa os 96%. Em particular, a taxa de analfabetismo nos estados nordestinos é de 14,2%.

Relativamente à escolaridade e trabalho formal, dados da Pesquisa Nacional à Domicílio Contínua de 2023 (PNAD Contínua) (IBGE, 2023) indicam que, com ensino

fundamental incompleto, 39,8% das mulheres brancas estão em empregos formais, comparado a 31,7% das mulheres pretas e pardas. Já com ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto, 48,1% das mulheres brancas estão em trabalhos formais, enquanto 41,2% das mulheres pretas e pardas ocupam essa condição. Diante disso, as participantes da pesquisa vivenciaram as dificuldades da formalização do trabalho e, frequentemente, não fez parte da trajetória habitual de trabalho delas.

Nessa discussão, vale destacar que, mesmo aquelas trabalhadoras que cursaram o ensino médio, técnico ou até superior incompleto, como é o caso de seis participantes, continuam ocupando esse trabalho com profundas marcas da precarização em uma região do país em que há grandes restrições à escolarização da população e a participação na dinâmica nacional é fortemente atrelada à oferta de força de trabalho a custos menores, voltada para processos de menor densidade tecnológica, como indicou Pereira (2015).

A terceirização, como indicam Passos e Nogueira (2018), é uma das expressões do profundo fosso das desigualdades no tempo presente. Nesse sentido, acrescento que as dimensões de classe, racialização e generificação são extremamente válidas para compreender tanto os impedimentos à escolarização quanto o fato de que, mesmo com escolarização formal, parte dessas trabalhadoras permanece no trabalho terceirizado. Isso se reflete também nas desigualdades regionais, expondo aquilo que o preconceito de classe, o sexism, o racismo e a xenofobia tentam constantemente encobrir.

**5 Capítulo- “Acho que na outra encarnação eu era pra nascer homem”:
Interseccionalidade, Consustancialidade e Teoria da Reprodução Social:
encontros e desencontros de perspectivas**

Brenda fez a consideração acima ao refletir que, sendo homem, parte dos sofrimentos que vivencia não estariam presentes em sua vida. O cuidado com as demandas das filhas e a preocupação em garantir a alimentação das/-aos vizinhas/os, por exemplo, não seriam parte de seu dia a dia e de suas preocupações. Nesse contexto, nos dois capítulos anteriores, a questão central foi justamente essa: porque e como, ao tratar da reprodução social, as mulheres são protagonistas e situá-las a partir da dimensão de classe e racialização em nossa sociedade. Sendo assim, as respostas teóricas, metodológicas e políticas apresentadas até agora buscaram abordar esse dilema a partir do referencial marxiano e marxista, alinhando-se às contribuições da Teoria da Reprodução Social. Contudo, como emergiu no capítulo anterior, ao recuperar estudos com trabalhadoras da limpeza, outras perspectivas teóricas, metodológicas e políticas — com ou sem vínculo direto com as contribuições marxistas — são mobilizadas para discutir como raça, classe, gênero e sexualidade estão enredadas na compreensão da situação dessas mulheres.

Levando isso em consideração, as motivações subjacentes à elaboração deste capítulo são diversas. Em primeiro lugar, justamente ao revisar a literatura no referido capítulo anterior sobre o trabalho de auxiliares gerais, identificou-se a necessidade de aprofundar a discussão sobre raça, classe, gênero e sexualidade sob diferentes óticas. Isso porque foi possível observar que essas perspectivas teóricas, metodológicas e políticas, em muitas ocasiões, são pensadas como sinônimas, homogêneas ou autoexplicativas, o que muitas vezes torna opacas as importantes contribuições fomentadas por cada uma delas.

Em decorrência disso, a segunda motivação consiste em buscar explicitar alguns elementos centrais de três perspectivas discutidas até agora: a Teoria da Reprodução Social,

a Interseccionalidade e a Consustancialidade, procurando analisar como elas articulam raça, classe, gênero e sexualidade em seus aspectos teórico, metodológicos e políticos, por meio do destaque de alguns de seus conceitos centrais, princípios e premissas. Também busco identificar preocupações comuns entre elas e, como terceiro estímulo, como essas perspectivas, ao responderem a essas questões compartilhadas, geram divergências. Explico melhor: o conteúdo mobilizado pelas três levanta indagações como: "É possível promover mudanças profundas para eliminar as desigualdades no sistema capitalista?", "Homens e mulheres devem lutar juntos contra as opressões relacionadas à racialização, ao gênero e à classe social?", "É possível eliminar a desproporção vivida por Brenda e outras mulheres da classe trabalhadora e homens dessa mesma classe na execução de tarefas reprodutivas?", "Brenda, enquanto mulher, está sendo explorada pelo marido?" e "Devemos considerar que existam interesses irreconciliáveis entre Brenda e as demais mulheres, independente da classe social e, homens, por isso, admite-se a existência de classes específicas para cada um?". Ao respondê-las, muitas vezes apontam desencontros entre si. Defendo que isso importa porque, como já dito, o compromisso de cada uma dessas perspectivas é teórico, metodológico e principalmente político. Elas buscam contribuir para analisar a realidade e formular estratégias para a organização política e, nesse sentido, as diferenças entre elas podem se tornar substanciais e precisam ser consideradas.

Importante destacar que, ao propor essa análise, não se busca reduzir a pluralidade de cada perspectiva, definindo-as a partir de um número limitado de contribuições. Isso porque a Interseccionalidade, a Consustancialidade e a Teoria da Reprodução Social receberam, ao longo das últimas décadas, múltiplos aportes de autoras e autores de diferentes partes do mundo e com diferentes filiações teóricas. Em observância a isso, o objetivo aqui é destacar algumas tendências de cada uma delas. Ainda no sentido de não defender um entendimento reducionista ou cerceador desta multiplicidade, não se trata de retirar as contribuições de cada perspectiva ao debate, defender que não devam existir ou admitir que suas tensões não foram fundamentais para o debate. Pelo contrário, essas

perspectivas captaram elementos essenciais do debate dos movimentos sociais, especialmente os feministas, e suas diversas posições refletem a dinâmica viva desses movimentos, com suas defesas e conflitos presentes na realidade.

Nesse sentido, os anos 1960 e 1970 testemunharam processos que deixaram marcas profundas na história em um contexto global. O embate entre as correntes socialistas e capitalistas, o fortalecimento dos movimentos feministas²², as ditaduras nos países da América Latina, a grandeza da luta sindical no Brasil, o movimento de libertação nacional na Argélia e a guerra no Vietnã estão entre eles. Foi ao observar essa realidade que ocorreram avanços teóricos, metodológicos e políticos significativos, que mais tarde foram denominados como Interseccionalidade, Consustancialidade e Teoria da Reprodução Social.

Essa preocupação em identificar pontos de contato e demarcar distâncias entre a Interseccionalidade, Consustancialidade e Teoria da Reprodução Social já faz parte do debate feminista, com um acúmulo significativo de estudos, como os de Machado (2017) e Ferguson (2017). Este exame atual visa integrar essas contribuições a partir de uma perspectiva alinhada com a Teoria da Reprodução Social e avançar no debate ao abordar as recentes contribuições da Interseccionalidade, especialmente no contexto de sua busca por qualificação como uma teoria crítica em construção (Collins, 2022). Identificamos novos pontos de discussão e destacamos a necessidade de reposicionar a crítica com base nas produções atuais e corrigir algumas imprecisões existentes.

²² Para identificar períodos de maior efervescência e mobilização de movimentos feministas, consolidou-se, no final dos anos 1960, a metáfora das “ondas” (Zirbel, 2021). Contudo, ao recuperar as “ondas feministas”, Zirbel atenta para o fato de que elas, inicialmente, privilegiaram a ação de feministas brancas de classe média e ativistas norte-americanas, francesas e inglesas. Com isso, há um processo de ocultação da atuação de mulheres da classe trabalhadora dentro desses movimentos e de outras nacionalidades, assim como dos imprescindíveis movimentos do feminismo negro, sem os quais essas ondas não teriam força para se constituírem como tal. Junto com o apagamento desse protagonismo, houve demandas ou pontos altos que foram visibilizados como de maior força ou caracterizadores de cada período e aqueles que foram secundarizados, ocultados e tidos como inexistentes em uma determinada onda. Maiores aprofundamentos podem ser encontrados na referida obra de Zirbel (2021).

5.1 “O que? Af, Maria, se eu fosse um homem eu não deixava não” - Interseccionalidade, Consustancialidade e Teoria da Reprodução Social como possibilidades de articulação entre raça, classe, gênero e sexualidade

A Interseccionalidade, a Consustancialidade e a Teoria da Reprodução Social (TRS) partem em suas formulações e organização política da identificação de que na sociedade capitalista as dimensões de classe, raça, gênero e sexualidade estão presentes e que essa sociedade se organiza tendo relações de opressão em seu cerne. Cada uma, a seu modo, buscará compreender e dar respostas a elas, assinalando quais os processos que permitem conhecer onde se assentam essas opressões e quais os modos de luta que foram tecidos e poderão tecer-se para fazer frente a elas.

Nesse processo, as três perspectivas partirão de uma referência em comum para pensar a opressão: àquela que afeta as mulheres. Mas a diversidade do modo como a captam está bastante conectado aos movimentos feministas que as mobilizaram e às pautas neles levantadas. Explico melhor.

A Consustancialidade e a TRS têm no conteúdo da fala de Brenda um ponto central que impulsiona suas primeiras discussões, com um enfoque bastante preciso: a relação dela, enquanto mulher, com o trabalho doméstico para a primeira ou trabalho reprodutivo para a última, como base de sua opressão.

No caso da Consustancialidade enquanto uma noção recuperada pela Divisão Sexual do Trabalho (DST), os desenvolvimentos iniciais têm como palco a sociedade francesa, particularmente no contexto dos movimentos feministas da época naquela localidade, com significativa influência da participação nos movimentos sociais franceses de novas protagonistas como jovens, mulheres e imigrantes. As pautas desse período histórico presentes nesta vertente, captaram o massivo assalariamento de mulheres na sociedade francesa, a questão do trabalho doméstico com o apelo ao seu reconhecimento enquanto um trabalho, assim como realizaram o questionamento do entendimento de grande influência na

sociologia que procurava explicar a relação entre sexos a partir da concepção de “papéis sociais” (Hirata & Kergoat, 2020; Kergoat, 2010).

A DST se fundamenta na existência de uma opressão específica às mulheres e na análise do sistema que origina as desigualdades entre homens e mulheres. Historicamente, o trabalho doméstico, distribuído desproporcionalmente às mulheres, foi invisibilizado. As análises iniciais dessa perspectiva buscavam considerar as tarefas desempenhadas nas esferas doméstica e profissional de forma concomitante. Essas análises ajudaram a desenvolver o conceito da divisão sexual do trabalho. Contudo, desenvolvimentos posteriores indicaram que entender essas esferas como separadas era insuficiente. A DST passou a defender o entendimento das relações sociais, especificamente das relações sociais de sexo, como chave para entender a opressão das mulheres (Hirata & Kergoat, 2007).

No que diz respeito à TRS, os anos de 1950 e 1960 também foram bastante significativos para o início de suas formulações, com importantes contribuições de feministas marxistas e socialistas nos Estados Unidos, Canadá e Itália. Essas proposições abordaram a questão histórica do papel das formas não remuneradas de trabalho na teoria valor-trabalho de Marx e buscaram explicar a base material da opressão às mulheres (Ruas, 2020), a partir do lugar ocupado na reprodução social. Nesse sentido, o debate sobre o trabalho reprodutivo realizado internamente às famílias ganhou destaque, questionando se ele possui valor de troca e qual é sua função na reprodução ampliada do capital, além de onde ele se insere nesse processo (Oliveira & Martins, 2023).

Essa tentativa de compreender a opressão resultou em importantes contribuições na década de 1980. Um exemplo notável é o trabalho de Lise Vogel, uma das precursoras na construção de uma teoria unitária. Em seu livro “Marxismo e a opressão das mulheres: rumo a uma teoria unitária”, Vogel abordou a questão com base na teoria marxiana, argumentando que a opressão das mulheres está profundamente relacionada à sua "posição diferencial" na reprodução social ampliada, especialmente no que diz respeito aos processos de reposição

da força de trabalho, dado o papel exclusivo das mulheres na gestação biológica e lactação (Vogel, 2022) como discutido no capítulo “Desde que eu nasci eu trabalho”.

Por sua vez, a Interseccionalidade tem suas raízes nos debates e lutas das mulheres negras. O desenvolvimento teórico a partir da década de 1960 reflete mais de 150 anos de experiências acumuladas, que incluem os movimentos antiescravistas, as lutas da classe trabalhadora assalariada e os processos de exclusão e resistência do povo negro. Assim, ao considerar o pensamento interseccional, é fundamental reconhecer como essas mulheres levantaram questionamentos sobre seu lugar nos movimentos sociais, especialmente nos movimentos feministas, denunciando a marginalização e a secundarização de suas demandas. De acordo com Collins e Bilge (2021), mulheres afro-americanas, em colaboração com chicanas, latinas, indígenas e asiático-americanas, expressaram “sensibilidades interseccionais” através de diversos meios de comunicação, como ensaios, poesias, panfletos políticos e expressões artísticas (Collins & Bilge, 2021).

O prisma pelo qual a Interseccionalidade poderia analisar desde os seus primeiros movimentos a colocação de Brenda, apresentada no subtítulo acima, tendo como ponto de partida o fato de que, sendo uma mulher negra, ela já é afetada por pelo menos dois eixos de opressão: o de ser negra e o de ser mulher. Nesse contexto, a experiência de Brenda, que se conecta à de outras pessoas de seu grupo, levaria à consideração de quantas outras categorias estão envolvidas na afirmação de que, para ela, ser homem implicaria em menos sofrimento.

A Interseccionalidade dedica-se então a entender a opressão a partir de diferentes eixos, como a opressão sexual-racial, de classe e patriarcal, que emergem de sistemas interseccionais de poder. Collins (2022) aponta que a geopolítica mundial é moldada por formas de opressão derivadas do neocolonialismo, capitalismo, heteropatriarcado e imperialismo, cada uma com sua própria matriz de processos interseccionais de poder.

Nessa linha, Crenshaw (2002) discute como a interseccionalidade examina a forma como ações e políticas específicas provocam opressões, configurando dinâmicas ativas de

desempoderamento. A autora utiliza a violência contra mulheres, considerando raça e etnia, como um exemplo de opressão interseccional. O debate do trabalho doméstico também aparece nas análises interseccionais, mas permeada pela experiência das mulheres negras. Como explicita Akotirene (2019, p. 28) ao abordar a opressão das mulheres no contexto do trabalho doméstico, explica que a matriz de opressão, sustentada na cisheteronormatividade, na idade e na distribuição sexual do trabalho, se manifesta na experiência de mulheres negras que realizam trabalho doméstico remunerado nas casas de mulheres brancas escolarizadas e em suas próprias residências. Essa matriz é colonial e persiste devido ao “racismo cisheteropatriarcal capitalista”.

Por isso, é importante destacar que a abordagem interseccional da opressão das mulheres, embora aborde o trabalho reprodutivo, especialmente aquele realizado dentro das famílias, não tem nele um enfoque exclusivo, como no caso inicial da DST e TRS. Colocando no centro o que vivem as mulheres negras que agitaram suas colaborações iniciais, ela se concentra fortemente em entender a violência contra as mulheres como uma das repercussões dessa opressão, o que parece estar relacionado a inserção histórica das mulheres negras no mundo do trabalho desde o período escravista e uma diferente relação com o espaço doméstico, diferente daquelas vivenciadas por muitas das mulheres racializadas como brancas vinculadas a diferentes vertentes dos movimentos feministas.

Isto posto, passamos agora a analisar detidamente alguns pressupostos, princípios e conceitos de cada pensamento.

5.2 “Eu acho que não, nós todos somos iguais, a única diferença é que eu sou doutora da pá e da vassoura e você tem outro cargo mais elevado” Oportunidades e Desvantagens a partir da perspectiva da Interseccionalidade

A fala de Celinha que abre este bloco está no cerne da investigação interseccional, pois a Interseccionalidade busca explicitar e atuar politicamente na forma como raça, gênero, sexualidade, classe e origem social interagem, criando padrões de oportunidades e desvantagens sociais, econômicas e políticas para pessoas e grupos. Ela é conceituada

como uma forma de investigação crítica e prática, uma ferramenta analítica (Collins & Bilge, 2021), uma instrumentalidade teórico-metodológica e uma sensibilidade analítica (Akotirene, 2019), além de ser defendida recentemente como uma teoria crítica em construção (Collins, 2022).

Após ser nomeada como Interseccionalidade e institucionalizado na academia nos anos de 1990 com a contribuição de Kimberlé Crenshaw (Collins & Bilge, 2021), o conteúdo do pensamento interseccional foi “cunhado” (Collins, 2022, p.177), ganhou reconhecimento no ambiente acadêmico e representou um importante movimento para a popularização da perspectiva e sua presença como fundamento teórico e analítico. Entretanto, essa é apenas uma parte de sua história e não representa o começo da crítica interseccional (Collins & Bilge, 2020; Akotirene, 2019). A insistência nesse ponto se dá pela recorrência em que a “cunhagem” (Collins, 2022, p.177) do termo Interseccionalidade é apresentada por autoras/es como o início de seu processo, o que contribui para o apagamento das contribuições históricas de feministas negras.

A intenção da autora responsável pela introdução do termo interseccionalidade, Crenshaw, foi remeter à metáfora da interseção. Seu uso ilustra o modo como as pessoas, com destaque para a população negra e especialmente para a experiência das mulheres negras, são atingidas por diferentes eixos de subordinação, incluindo o racismo, a opressão de classe e o patriarcalismo. Ao usar a metáfora das avenidas que se cruzam, Crenshaw explicita como esses eixos interagem e repercutem de maneira estrutural, criando desigualdades fundamentais que posicionam pessoas e grupos (Crenshaw, 2002).

As elaborações teóricas que se identificam como Interseccionalidade são amplas e plurais, por isso para apresentar o estágio teórico de seu desenvolvimento darei especial destaque para a produção recente de Patrícia Hill Collins, uma das autoras que realizou importantes contribuições para as elaborações teóricas da Interseccionalidade nas últimas décadas e que, em seu livro “Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica” publicado no ano de 2022, porque neste trabalho a autora apresenta um amplo debate

sobre o que fundamenta teórica, metodológica e politicamente a Interseccionalidade para então defendê-la como uma teoria social crítica em construção. A autora parte do entendimento de que uma teoria crítica consiste em “um conjunto de conhecimentos que explicam o mundo social” (Collins, 2022, p.26) e que o pensamento interseccional se qualifica como tal, estando em processo de construção. Nessa busca pela teorização da Interseccionalidade, Collins (2022) indica que uma investigação interseccional crítica deve partir de seis construtos centrais que estão intrinsecamente relacionados: a relacionalidade, o poder, a desigualdade social, o contexto social, a complexidade e a justiça social (Collins, 2022).

Como primeiro construto, a relacionalidade é um elemento central e refere-se à presença de categorias e processos relacionais. Isso diz respeito à ideia de interconexões, engajamento mútuo e relacionamentos entre raça, classe, gênero, sexualidade, etnia e nacionalidade, entre outras categorias que podem ser acionadas, como o próprio termo interseccionalidade evoca (Collins, 2022). Nesse ponto, é importante fazer uma consideração. O uso do termo interseccional para explicitar a existência de interconexões entre raça, classe e gênero, tornou-se muito popular e utilizado em diferentes contexto, como equivalente de dizer que essas diferentes dimensões estão sendo consideradas, mas nem sempre estão sendo acionadas as contribuições oferecidas pela perspectiva da Interseccionalidade (Collins, 2022). Por isso, em nosso entendimento, nos estudos que se ocupam das dimensões de racialização, generificação e classe, o uso da interseccionalidade como uma mera descrição ou sinônimo de articulação pode confundir e contribuir para o esvaziamento de sentido ou apagamento das importantes contribuições das autoras do pensamento interseccional.

O segundo construto essencial para a investigação crítica da interseccionalidade é o poder, que é fundamental para compreender como as relações de poder produzem divisões e hierarquias baseadas em raça, gênero, classe, sexualidade, capacidade, idade, país de origem e status de cidadania. Ao contrário de estudos que tratam raça, classe e gênero como

variáveis independentes, a abordagem interseccional exige uma análise integrada desses sistemas de poder. O racismo, a exploração de classe e o sexism, por exemplo, não atuam isoladamente; eles se coproduzem e resultam em desigualdades materiais e experiências sociais que perpetuam hierarquias (Collins, 2022).

A desigualdade social aparece como terceiro construto e permeia toda a análise interseccional. O entendimento interseccional busca explicitar como as relações de poder produzem desigualdades sociais e problemas sociais, e, assim, rejeitar a naturalização e a inevitabilidade dessas desigualdades. Nesse sentido, questiona-se também a ideia de que as desigualdades de gênero, classe e raça podem ser compreendidas isoladamente (Collins, 2022).

O quarto construto abordado por Collins é o contexto social, sendo ele indispensável para a produção de conhecimento interseccional, pois está relacionado ao modo como se investiga e se interpreta. A compreensão do contexto social permite analisar as diferentes localizações sociais de pessoas e grupos, ativistas e acadêmicas/os, considerando a intersecção das relações de poder e como ela afeta a elaboração intelectual (Collins, 2022).

A complexidade, como quinto construto, refere-se aos níveis maiores de complexidade alcançados pelo conhecimento interseccional, que é iterativo, permitindo o acúmulo de experiências e interativo, à medida que fomenta trocas e relacionamentos. A complexidade também se reflete nas escolhas metodológicas, pois questões complexas exigem estratégias de investigação igualmente complexas (Collins, 2022). O sexto e último construto é a Justiça Social que representa um compromisso ético na investigação crítica impulsionada pelo pensamento interseccional. Collins reconhece que esse é um desafio, pois a autora observa que a justiça social frequentemente ocupa um lugar secundário em parte das produções de conhecimento, inclusive naquelas produzidas no âmbito da Interseccionalidade (Collins, 2022).

Nesse contexto, ao analisar a posição da Interseccionalidade a respeito das desigualdades, é relevante retomar três dos construtos destacados por Collins (2022): as

relações de poder, as desigualdades sociais e a relacionalidade. Os sistemas de poder co-producem e reproduzem desigualdades e hierarquias sociais, o que leva a acessos materiais e experiências desiguais. Para a Interseccionalidade, os chamados problemas sociais são situados como expressões de desigualdades produzidas, e não como fenômenos naturais ou inevitáveis. Utilizando o construto de relacionalidade, Collins explica como diferentes localizações sociais de atores sociais, sistemas e configurações políticas e econômicas estruturais, inevitavelmente, promovem significados e poder, atribuindo ou retirando poder de forma desigual, a depender das localizações sociais. Como exemplo de como a relacionalidade e o poder explicitam desigualdades na realidade brasileira, podemos citar o estudo de Matos et al. (2024). As autoras analisaram a intersecção entre raça, classe, gênero e território na decisão de não vacinar crianças menores de seis anos. No estudo, pessoas brancas, com rendas altas e residentes em um estado do sul do país, recusam-se a vacinar seus filhos. A maioria das participantes, mulheres brancas responsáveis pelos cuidados dos filhos, justificou sua recusa com base no poder que sua posição social lhes confere. Esse poder lhes permite tomar decisões que prevalecem, além de garantir acesso a serviços de saúde, transporte privado e boas condições de moradia e alimentação. No entanto, elas esperam que as famílias mais pobres vacinem suas crianças, pois pressupõem que essas famílias estão expostas e expõem a risco, relacionando a pobreza ao patológico.

Somadas aos construtos centrais, Collins (2022, p. 74) define quatro premissas orientadoras que, enquanto hipóteses de trabalho, servem para auxiliar a investigação crítica com base na perspectiva interseccional. A primeira premissa afirma a interdependência e a reciprocidade entre raça, classe, gênero e sistemas similares de poder. A segunda reitera que as desigualdades sociais são complexas e resultam da intersecção dessas relações de poder. A terceira premissa complementa o entendimento da localização social e de como a intersecção das relações de poder influencia as experiências e perspectivas das pessoas e grupos no mundo social. Por fim, a quarta premissa indica que análises interseccionais são

essenciais para a resolução de problemas sociais em contextos globais, nacionais ou regionais.

Em relação aos seus construtos e premissas, coloca-se a discussão sobre a identidade. Para Collins e Bilge (2021), as relações de poder moldam identidades interseccionais e organizam as interações sociais. Assim, a análise interseccional se interessa pela forma como se constituem, ou não se deixam constituir, identidades a partir do pertencimento a diferentes grupos e pelo vínculo entre identidade individual e identidade coletiva (Collins & Bilge, 2021). Desse modo, apesar de sinalizar que a interseccionalidade não é uma teoria da identidade, Collins (2022) reconhece que ela contribui para a expansão do espaço da subjetividade, abrangendo múltiplos aspectos da identidade individual, com identidades interconectadas e interdependentes. O entendimento interseccional ainda busca interconectar experiências pessoais e análises estruturais de opressões. Assim, em uma análise interseccional não se deve deixar de considerar o significado das experiências de vida, das múltiplas identificações e das comunidades políticas (Collins & Bilge, 2021).

5.3 “Porque as mulheres estão evoluindo mais, dependiam de marido, hoje não, a gente tá indo pra rua” – Questões colocadas pela Consustancialidade/ Coextensividade

A Consustancialidade é uma noção acionada pela perspectiva materialista, histórica e dinâmica da DST e busca compreender a base material das práticas e relações sociais. Ela também recorre a uma metáfora, utilizando, nesse caso, a imagem da espiral. Com essa metáfora, pretende-se enfatizar a dinâmica e o movimento, bem como a ausência de fechamento, que as relações sociais contêm. A consustancialidade dessas relações se expressa pela formação de um nó indissolúvel no nível das práticas sociais, sendo que a dissociação é possível apenas na análise sociológica. Essas relações sociais são também coextensivas, pois, à medida que as relações sociais de classe, de sexo e de raça se desenvolvem mutuamente, elas se reproduzem e coproduzem (Kergoat, 2010).

É importante destacar que, embora seja materialista, o referencial marxista é apenas uma das influências sobre as autoras e autores que trabalham com essa noção. Isso quer dizer que a Consustancialidade está além do marxismo e, como parte da teorização e do método da DST, pode apoiar-se em outras matrizes teóricas materialistas. Em outras palavras, a consustancialidade não pode ser definida como uma perspectiva exclusivamente marxista, embora autoras e autores do campo marxista possam utilizá-la e contribuir para seu desenvolvimento. Essa distinção é importante para identificar da Consustancialidade em relação a outras perspectivas, como a TRS.

Importa salientar que, no entendimento consustancial, as práticas sociais são ações desempenhadas por mulheres e homens como atrizes e atores sociais, e se configuram como mediadoras necessárias para observar concretamente as relações sociais, já que, nesse entendimento, elas são abstratas. Essas práticas se configuram de maneira móvel, ambígua e ambivalente (Kergoat, 2010; Kergoat, 2019). Por sua vez, uma relação social é entendida como antagônica entre dois grupos sociais, sendo abstrata e centrada em torno de um conflito. Elas estão no cerne da divisão social do trabalho e repercutem tanto na esfera da produção material quanto na ideológica (Kergoat, 2010; Kergoat, 2019).

Nesse sentido, estando na base da divisão social do trabalho, as relações sociais desempenham um papel organizativo e hierarquizante. Para que uma relação social seja caracterizada como estruturante de uma formação social, ela deve incluir quatro elementos: exploração, opressão, dominação e apropriação. Sob esta perspectiva, a presença dessas características indica que a relação social se torna parte integrante e afeta transversalmente a realidade analisada (Hirata & Kergoat, 2020). Para a DST, entre as relações sociais estruturantes de nossa conformação social, destaca-se a que se estabelece entre mulheres e homens que compõem dois grupos distintos que mantêm entre si um tipo específico de relação social: a relação social de sexo.

As relações sociais de sexo estão intrinsecamente relacionadas às relações patriarcais de sexo (Cisne & Santos, 2018). Nas relações patriarcais, a dinâmica que se constitui é de

hierarquia, marcada pela opressão e exploração entre os sexos. Elas conformam uma lógica de privilégio e dominação dos homens, identificados com a construção de masculinidade, em relação às mulheres e às pessoas que fogem ao masculino, que são inferiorizadas.

Essas relações patriarcas são materiais e históricas, com repercussão ideológica. Sua estruturação envolve as relações sociais de sexo, a forma da família heteropatriarcal e monogâmica, que exerce papel no controle dos corpos e da subjetividade, e a divisão sexual e racial do trabalho. Em consequência, defende-se essa norma por meio da violência contra as mulheres e as pessoas LGBTQIAPN+ (Cisne & Santos, 2018).

Com base nesses fundamentos, a divisão social do trabalho deriva dessas relações sociais de sexo e é fundamental para conservá-las. Na divisão sexual do trabalho, as tarefas são segmentadas entre homens e mulheres, com base nos princípios de separação e hierarquia. Como foi mencionado anteriormente, esses princípios resultam na divisão entre trabalhos tipicamente masculinos e femininos. Os trabalhos na esfera da produção, considerados produtores de riqueza e mais valiosos, são principalmente atribuídos aos homens. Por outro lado, o trabalho doméstico, socialmente visto como inferior e mesmo como não trabalho, é reservado às mulheres, conforme o princípio de hierarquia. Esse trabalho doméstico inclui atividades essenciais para a manutenção das pessoas, desde a gestação até os cuidados diários, necessários para a vida dentro e fora do grupo familiar. Esse conjunto de atividades é frequentemente naturalizado como algo inerente ao ser mulher, realizado de forma gratuita e, quando remunerado, sofre a desvalorização característica de sua posição na hierarquia social (Hirata & Kergoat, 2020).

Neste ponto, o elemento levantado por Brenda no início da seção se insere na reflexão da DST, oferecendo um contraponto relevante. Para Brenda, o trabalho remunerado para as mulheres significa romper com a dependência da figura masculina do marido. No entanto, para essa perspectiva, mesmo quando remuneradas, as mulheres continuam a ocupar, em grande medida, trabalhos associados ao feminino e à reprodução, sendo expostas à desvalorização e exploração, sem garantir, assim, autonomia em relação aos homens.

É nesse contexto que a DST se distingue de outras abordagens, como a Interseccionalidade e Teoria da Reprodução Social, especialmente pelo uso do conceito de relações sociais de sexo. Esse conceito, para a DST, é uma escolha teórica e política crucial (Cisne, 2014), que permite compreender a dinâmica subjacente ao sistema de opressão que define e organiza a divisão entre os sexos. Para Kergoat (2019), as relações sociais de sexo não são sinônimas de gênero, sexo ou diferença de sexos, embora esses conceitos sejam úteis, suas conotações e repercuções são distintas. Kergoat indica que o conceito de gênero, por exemplo, apesar de relevante, se refere ao sistema hierárquico de distinção entre os sexos, enquanto as relações sociais de sexo permitem entender como esse sistema se organiza e se perpetua (Kergoat, 2019).

Na mesma ótica, Cisne (2014) afirma que, o uso do termo gênero como categoria é mais neutro e amplamente aceito em instituições acadêmicas e governamentais, o que, para ela, tem gerado maior assimilação em discussões teóricas. No entanto, Cisne critica o uso isolado do termo gênero, pois ele pode apagar a identificação da mulher como sujeito político, especialmente quando desassociado de categorias como mulher e patriarcado. Para ela, é fundamental que o gênero seja discutido no contexto das relações estruturantes de classe e da dimensão hierárquica entre os sexos, algo que, na DST, se busca garantir ao compreender essas relações de forma indissociável. Nesse sentido, nosso trabalho adota a categoria gênero com o compromisso de manter a validação do patriarcado moderno como uma parte fundamental do sociometabolismo do capital e de articular as dimensões entre raça, classe, gênero e sexualidade no sentido das contribuições de Oliveira (2021) e Oliveira e Martins (2023).

Ao aprofundar a análise das relações sociais de sexo, notadamente no que se refere ao modo como afetam as mulheres, é importante destacar que, desde as motivações iniciais do desenvolvimento da DST, a reivindicação do reconhecimento do trabalho doméstico como um trabalho esteve presente. Historicamente, esse trabalho, massivamente realizado por mulheres e não remunerado, foi justificado pelo dever materno e pelo amor — uma

naturalização que a DST busca desmistificar (Hirata & Kergoat, 2007). Para Hirata e Kergoat (2021), o termo trabalho doméstico, adotado pela escola francesa da DST, refere-se ao conjunto do trabalho reprodutivo, termo esse utilizado por vertentes como as feministas marxistas. Esse trabalho continua sendo atribuído de maneira desproporcional às mulheres, que, para realizar trabalho remunerado fora de casa, precisam acumular tarefas domésticas — fenômeno denominado pela DST como “conciliação de tarefas” (Hirata & Kergoat, 2007).

Retomando a consideração de Brenda, para exercer o trabalho remunerado, ela precisa conciliá-lo com as incontáveis demandas que surgem internamente a sua família diariamente. Em contraste com essa situação vivida por mulheres do estrato mais baixo da classe trabalhadora, há um processo no qual mulheres estabelecem relações com outras mulheres para delegar essas atividades, o que é denominado “externalização do trabalho doméstico” (Kergoat, 2010, p.94). Nesse contexto, a externalização revela as relações sociais de sexo, raça e classe, pois a negociação desse trabalho ocorre, principalmente, entre mulheres, criando uma relação de conflito. Muitas vezes, mulheres negras e imigrantes pobres assumem o trabalho doméstico de outras mulheres, predominantemente brancas e com maior renda.

Nesse sentido, a noção de Consustancialidade, discutida por Cisne e Santos (2018), aprofunda a análise da exploração e opressão, particularmente no que se refere às relações sociais de sexo, raça e classe. As autoras destacam que, para entender a formação sócio-histórica brasileira e a complexidade das classes sociais, é fundamental recuperar os elementos patriarciais, sexistas e racistas. O racismo e o patriarcado são vistos como centrais na exploração de classe, estando enraizados na cultura, nas religiões e nas ideologias. Por isso, é necessário adotar uma abordagem que não apenas considere a classe, mas também integre outras dimensões estruturais como o sexo e a raça. A ideologia hegemônica do capital, impregnada de sexismos e racismos, está ligada a uma base material que sustenta sua continuidade. No caso do Brasil, essa divisão por sexo e raça contribui para uma força de trabalho desvalorizada e, muitas vezes, gratuita, como exemplificado pelo trabalho

doméstico. Os conflitos sociais relacionados à raça e ao sexo moldam a cultura brasileira, naturalizando as desigualdades que estruturam as classes sociais e alimentam explorações econômicas e sexuais (Cisne & Santos, 2018).

Dentro desse prisma consubstancial, Flavia Biroli também examinou as desigualdades entre sexos, com foco específico no contexto democrático. Em seu estudo de 2016, Biroli analisou a posição desigual das mulheres por meio da articulação entre a divisão do trabalho, as relações de sexo e a democracia. Ela procurou identificar como o acesso à democracia é condicionado, a partir de uma perspectiva ampliada do seu significado, destacando a maneira como a hierarquização democrática contribui para a exclusão sistemática de grupos, especialmente aqueles atingidos pela divisão sexual do trabalho. Isso resulta na sub-representação e marginalização desses grupos no debate público e na formulação de políticas públicas e normativas. A abordagem consubstancial desafia a visão da política como algo desvinculado do cotidiano, sublinhando como a divisão sexual do trabalho prejudica a autonomia coletiva e individual das mulheres, gerando desigualdades em termos de tempo, renda, conexões e pressões sociais (Biroli, 2016).

Por fim, diante das distribuições, posições e disparidades entre homens e mulheres no mundo do trabalho, a DST, com os seus princípios e conceitos, busca ir além das constatações — ainda que o levantamento quantitativo seja necessário e se constitua como um ponto de partida — e explicar como as desigualdades baseadas no sexo, raça e classe são constituídas e mantidas. Em seu percurso, a DST também realiza uma crítica contundente ao modo como as diferenças biológicas servem como justificativa e naturalização de divisões socialmente produzidas e sustentadas. Para a perspectiva da DST, é imprescindível sinalizar que a divisão sexual de atividades laborais sempre esteve presente em todas as sociedades conhecidas ao longo do tempo, embora com marcantes diversidades locais e históricas. No contexto capitalista, essa organização e divisão ganham contornos e aprofundamentos específicos.

5.4 “Meu pensamento, eu não sei, que é responsabilidade do macho é maior porque tem que por dentro de casa a comida” – Reflexões sobre a unidade entre produção e reprodução na Teoria da Reprodução Social

Desde o início deste trabalho, a TRS foi acionada para compreender a reprodução social, especialmente por sua defesa da unidade intrínseca entre a produção e reprodução na sociedade capitalista, a partir do arcabouço teórico marxiano (Ruas, 2020). Essa perspectiva teórica, que toma as categorias marxianas como o seu fundamento, distingue-se da Interseccionalidade e Consustancialidade, nas quais essas categorias podem ou não ser o recurso analítico. No entendimento da TRS, que se desenvolve no feminismo marxista, as categorias marxianas são sempre o terreno, embora as autoras e autores possam adotar diferentes aproximações, dependendo das vertentes do marxismo às quais se filiam.

Essa perspectiva teórica se reflete, por exemplo, na análise de Bhattacharya (2023a), que, como discutido no capítulo “Desde que nasci eu trabalho”: a relação indissociável entre a produção e a reprodução”, destaca como, no sistema capitalista, o trabalho legitimado é aquele destinado ao mercado, enquanto as atividades domésticas e comunitárias, fundamentais para a manutenção e produção da força de trabalho, são sistematicamente marginalizadas e invisibilizadas. Embora a economia formal seja onde bens e serviços são produzidos, é no núcleo familiar — mediado pelas relações de parentesco — que, grande parte dessa força de trabalho é gerada e reproduzida. Mesmo quando essas atividades são realizadas no âmbito público, assumidas pelo Estado ou exploradas pelo mercado, as mulheres continuam a ser as principais responsáveis pelas tarefas reprodutivas, especialmente em instituições como unidades de saúde, de longa permanência, escolas e cozinhas.

Esse é o conteúdo subjacente ao relato de Celinha, que nomeia esta seção. Desde a infância, a trabalhadora assumiu as tarefas reprodutivas dentro da família. Antes mesmo de alcançar o fogão, com a ajuda de um caixote, já cozinhava para a família, cuidava da limpeza da casa e dos pais. Quando se casou aos 15 anos, ainda adolescente, continuou responsável

pelos inúmeros afazeres, agora acrescidos da gestação e, posteriormente, do cuidado com a filha. Ao longo dos anos, Celinha participou da dinâmica produção-reprodução, mas, paradoxalmente, acredita que o trabalho que realmente sustenta a família é o trabalho dos homens, na esfera produtiva.

Arruzza (2017) oferece contribuições valiosas para este debate, ao recuperar, em sua análise, os três aspectos principais interligados ao entendimento da reprodução social: a reprodução biológica, a reprodução da força de trabalho e a reprodução das necessidades de apropriação e cuidado. Nesse sentido, a TRS considera o trabalho de manutenção da vida e a reprodução das próximas gerações como partes essenciais do processo mais amplo de reprodução da sociedade (Arruzza, 2017). Frente a essas características, a autora ressalta que, desde sua origem, a busca da TRS é fornecer uma análise mais complexa e não determinista da opressão de gênero e o capitalismo, rejeitando explicações mecanicistas que simplifiquem a relação entre produção e reprodução. Isso se deve ao fato de que, para a TRS, o capital é, na verdade, uma relação social e não um mecanismo automático. Embora o processo de autovalorização do valor seja caracterizado por automatismos, a reprodução do capitalismo não pode ser entendida da mesma maneira, uma vez que são constantemente combinados com a ação humana e a luta de classes, que desempenham papéis fundamentais no processo de reprodução social como um todo.

Nesse sentido, detemo-nos um pouco mais a respeito do primeiro aspecto explicitado por Arruzza (2017) que dialoga com as considerações de Celinha, como também com a afirmação de Brenda que iniciou este capítulo de que em outra vida ser homem seria um desejo e que, se fosse homem, não deixaria que muitas das situações que vive ocorressem. A reprodução geracional, embora não exclusivamente, é uma das maiores fontes de reposição da força de trabalho, e Vogel já apontou que esse papel diferencial que as mulheres têm enquanto potencialidade de gerar está no cerne de sua opressão. Contudo, tomá-la isoladamente expõe riscos que a TRS quer evitar, como o reducionismo biológico. Portanto, é imprescindível adentrar no significado social que esse tipo de reprodução tem nessa

sociedade, e, nesse sentido, na dependência que o capital tem dela (Arruzza, 2017). Nessa mesma direção, Oliveira e Martins (2023) manifestam que a transformação da diferença sexual biológica em um explicativo simples ou determinante é um equívoco, enfatizando que é o significado social atribuído a essa diferença que deve ser analisado. Fatos biológicos, quando isolados das relações capitalistas, não oferecem explicações suficientes sobre as dinâmicas sociais e de opressão em jogo.

O Estado desempenha um papel crucial, segundo Oliveira e Martins (2023), ao regular a reprodução das mulheres, garantindo que haja sempre uma força de trabalho disponível para a exploração. O cisheteropatriarcado (Oliveira, 2021), por sua vez, torna-se um pilar fundamental para o controle reprodutivo das mulheres, consolidando a formação da família heterossexual como um mecanismo para perpetuar essa estrutura de poder. A imposição da heterossexualidade compulsória e a cismodernidade, como observam as autoras, se transformam em elementos ideológicos essenciais para a manutenção desse modelo familiar monogâmico e heterossexual. Este modelo, por sua vez, se revela como a maneira mais econômica e confiável de garantir a reprodução biológica, geracional e social da força de trabalho (Oliveira & Martins, 2023).

As autoras vão além ao afirmar que três dimensões centrais formam o aparato ideológico que estrutura a totalidade da sociedade capitalista. A primeira dessas dimensões é o controle sobre a reprodução biológica, que assegura a produção e renovação constante da força de trabalho, um processo que é garantido pela família heterossexual. A segunda dimensão envolve a racialização das relações de gênero no capitalismo, o que agrava as desigualdades sociais, afetando de maneira distinta as populações não brancas. Por fim, a terceira dimensão trata da inclusão da população LGBTQIAPN+ dentro do sistema liberal, argumentando que, apesar do acesso a direitos, essa inclusão não implica emancipação verdadeira, pois está subordinada à lógica do padrão heterossexual/heteronormativo que define os parâmetros para que esses direitos sejam usufruídos.

Dentro desse contexto, ao focar no trabalho humano, e não na mercadoria, como a "força animadora" (Bhattacharya, 2023a, p.41) do sistema capitalista, a TRS oferece uma crítica mais profunda aos processos econômicos, revelando suas dimensões complexas e multifacetadas — de gênero, sexualidade, raça.

Com isso, ao reconhecer que as/os trabalhadoras/es vão além dos limites dos espaços de trabalho formais e considerar a indissociabilidade entre os locais de produção de valor e os de reprodução da força de trabalho, a TRS nos oferece uma nova perspectiva para refletir sobre a luta de classes. Esse entendimento não só proporciona uma chave teórica para compreender essas dinâmicas, mas também contribui para a formulação de estratégias de resistência dentro do contexto da sociedade capitalista e para o acúmulo de forças para transformá-la (Bhattacharya, 2023b).

Ao considerar a unidade entre produção e reprodução, a TRS se compromete com uma concepção ampliada de classe trabalhadora, reconhecendo que ela vai além dos espaços de produção e que se estende para além dos ambientes de trabalho formal. Compreender a classe trabalhadora, portanto, exige alargar o foco para além do assalariamento e considerar demanda profundamente as dimensões de raça, sexualidade e gênero, que são essenciais para entender os processos de organização e as dinâmicas sociais dessa classe.

Esse movimento de ampliação da compreensão da classe trabalhadora foi acompanhado, na última década, de uma importante autocritica de parte de suas formuladoras, que identificaram a necessidade de aprofundar a discussão sobre as dimensões de classe, raça, gênero e sexualidade (Ruas, 2020). Após um período de ostracismo nos anos 1980, os estudos dentro dessa perspectiva ganharam novo impulso, sobretudo frente aos avanços neoliberais e à intensificação da crise estrutural do capital a partir de 2007 e 2008 (Ruas, 2020). Um dos principais pontos dessa revitalização foi a crítica a compreensão parcial de muitas produções feministas-marxistas, que frequentemente negligenciaram as relações raciais. Esse descompasso ocorreu, em parte, pela tendência de

ter como referência a categoria mulher predominantemente a partir das experiências de mulheres brancas norte-americanas e europeias, o que resultou em análises incapazes de abranger a totalidade das relações de gênero, sexualidade, raça e classe. Como consequência, algumas dimensões ficaram hierarquizadas ou mesmo apagadas (Ruas, 2020).

Em resposta a essas lacunas, o movimento contemporâneo da TRS, com contribuições notáveis de autoras brasileiras, tem se empenhado em aprofundar as dimensões insuficientemente consideradas, incluindo a sexualidade e racialização. Oliveira e Martins (2023), por exemplo, destacam a importância de analisar a sexualidade como um componente das relações generificadas e racializadas. Dentro desse escopo, as autoras abordam questões como a heterossexualidade compulsória e a cismatatividade, inserindo-as na dinâmica entre produção e reprodução, no modelo familiar monogâmico e heterossexual, como discutido anteriormente. Isso amplia as fronteiras da TRS oferecendo uma compreensão mais completa das desigualdades sociais no capitalismo.

A partir desse panorama, a reconfiguração contemporânea da teoria unitária, conforme argumenta Ruas (2020, p.405), exige:

diretamente tanto da consideração das múltiplas relações de opressão que constituem o capitalismo quanto da capacidade de recentrar nossa compreensão das relações de classe, reelaborando a conceitualização sobre quem é a classe trabalhadora, e, portanto, quais seriam os “sujeitos revolucionários” em cada conjuntura e realidade social específica.

Dessa forma, o movimento de renovação da TRS no século XXI permanece em aberto, buscando enfatizar a necessidade de estabelecer laços de solidariedade

transnacionais. Esses laços são fundamentais para que a classe trabalhadora possa oferecer alternativas concretas para a emancipação (Ruas, 2020).

5.5 “Casada com meu esposo, ele nunca deixou eu trabalhar, ‘um dia eu vou trabalhar’”

- Desencontros demarcados entre Interseccionalidade, Consustancialidade e Teoria da Reprodução Social

O relato de Maria, que nomeia esta seção, descreve seu processo de inserção no trabalho remunerado. Para isso, ela enfrentou a interdição do marido e lida diariamente com a relação que se estabelece entre as demandas reprodutivas — o cuidado com a casa, os filhos e a mãe idosa — e as demandas externas do município, que chegam à unidade de saúde. Como vimos até aqui, a narrativa de Maria vocaliza a realidade de inúmeras mulheres, uma situação que é analisada pela Interseccionalidade, pela Consustancialidade e pela Teoria da Reprodução Social. Não obstante, ao tentar abordá-la, surgem alguns desencontros que discutirei a seguir.

5.5.1 A metáfora da interseção

Entre os pontos de divergência entre os três arcabouços teóricos, destaca-se o uso da metáfora da interseccionalidade. Collins (2022) discute a importância dessa metáfora para compreender como se estabelecem as relações sociais, argumentando que ela facilita a percepção imediata de conceitos complexos. A metáfora da interseção — representada pela imagem de um local onde duas ou mais vias se cruzam — é familiar no espaço geográfico, o que ajuda na assimilação do conceito. Além disso, a interseccionalidade é uma metáfora flexível e acessível, o que a torna útil para a teorização das relações de poder e das identidades políticas (Collins, 2022).

No entanto, no âmbito das reflexões da DST, Kergoat (2010) critica as noções geométricas, como a metáfora da interseccionalidade, argumentando que elas não capturam adequadamente as práticas sociais, que são dinâmicas, ambíguas e ambivalentes. Segundo Kergoat, a interseccionalidade sugere um tipo de pensamento cartográfico que pode,

paradoxalmente, naturalizar as categorias analíticas, ao reduzir a complexidade das relações sociais a uma mera representação espacial.

Nesse sentido, McNally (2023), a partir da perspectiva da TRS, também se contrapõe à metáfora da interseccionalidade, argumentando que ela evoca uma noção espacial na qual estradas ou eixos diferentes se conectam de maneira externa. O autor argumenta que ela evoca uma noção espacial na qual diferentes eixos se conectam de forma externa. Para ele, embora as/os defensoras/es da Interseccionalidade se empenhem em refutar a ideia de que os eixos são independentes ou estáticos, a metáfora cartográfica, que envolve locais, eixos e vetores, compromete uma compreensão mais dinâmica e dialética das relações sociais.

Dessa forma, consideramos que, apesar das limitações da metáfora geográfica para descrever a interseccionalidade, a crítica a essa metáfora deve ser vista como um ponto de partida para a reflexão, e não como uma conclusão definitiva. Muitas vezes, as críticas à interseccionalidade acabam reduzindo sua imensa e importante contribuição. Embora o exercício cartográfico busque mapear e deixar nítidas posições e convergências, isso não implica uma impossibilidade de movimento ou uma fixação permanente dentro de espaços geográficos. Por isso, a metáfora pode servir como uma ideia inicial e provisória, que abre caminho para uma análise mais fluida. Além disso, outras questões, como a concepção de múltiplos sistemas e a noção de problemas sociais, também merecem ser levadas em consideração, sendo contrapostas na teorização interseccional.

5.5.2 Sistema ou Sistemas?

Retomando uma das premissas centrais da Interseccionalidade, importantes contribuições interseccionais, como a de Collins e Bilge (2021) e Collins (2022), afirmam que os sistemas de poder se constroem reciprocamente, configurando problemas e fenômenos sociais. Nesse contexto, entende-se que o capitalismo, o racismo, o heteropatriarcado e o colonialismo são sistemas distintos de poder. Embora a perspectiva interseccional reconheça que esses sistemas compartilham semelhanças, estão interconectados e se coproduzem mutuamente, além de não poderem ser reduzidos a uma mera soma matemática (Collins,

2022), contestamos esse entendimento que considera esses sistemas como distintos em interação, com uma autonomia relativa entre si. Além disso, argumentamos que a concepção de que as desigualdades advêm desses diferentes sistemas e se configuram como problemas sociais com origens distintas nesses sistemas é questionável.

A TRS oferece uma abordagem alternativa ao modelo dos múltiplos sistemas. Para Martins e Oliveira (2023), na sociedade capitalista, entendida como um sociometabolismo expandido, o racismo, o patriarcado e o sexismo não são sistemas independentes, mas dimensões integradas nas relações sociais de produção e reprodução. Assim, a TRS se opõe à concepção de que esses sistemas operam como entidades autônomas com regras e mecanismos próprios que atuam na sociedade de classes.

Apoiando a visão de totalidade em movimento proposta pela TRS (Oliveira & Martins, 2023), entendemos que o que na Interseccionalidade é denominado problemas sociais — e que pode sugerir que esses problemas são repercussões autônomas de sistemas distintos — pode ser mais bem compreendido como expressões de uma totalidade integrada, em vez de manifestações separadas de diferentes fenômenos.

5.5.3 Diferenças entre as noções de Classe sexual e a Classe Trabalhadora

Na DST, os sistemas (no plural) também estão presentes, mas a maneira como se articulam com as relações sociais e as diferenças entre as classes é abordada de maneira distinta. Kergoat (2010), afirma que as relações sociais formam um nó e, desse modo, são intercruzadas e interpenetradas. Mas, nesse argumento, existe a identificação de que as relações de classe social e as relações patriarcais, enquanto relações sociais, compõem dois sistemas com instâncias próprias, nas quais estão presentes a exploração, dominação, opressão e apropriação (Hirata & Kergoat, 2023). Essas referidas instâncias estão articuladas de modo intra e intersistêmico. No entanto, a TRS refuta a ideia de que o patriarcado constitua um sistema distinto, pois entende que ele é uma dimensão intrínseca do capitalismo, como vimos.

Essa perspectiva se estende a outras controvérsias, como as diferentes posições na qualificação de classe realizadas por representantes da DST como Kergoat (2019) e àquelas da TRS. Kergoat (2019, p.341) defende o entendimento que homens e mulheres compõem classes de sexo. Nas palavras da autora

Para mim, estes colocam o seguinte problema: o não reconhecimento das classes de sexo conduz a, mais uma vez, hierarquizar as relações sociais presentes (neste caso, as relações sociais de classe e de sexo, aliás, excluindo as relações raciais) ou, mais precisamente, a bem subordinar a relação social de sexo, uma vez que, diferentemente da relação de classes, ela não é produtora de classes sociais antagônicas(...) parece-me que ao não dar às relações sociais de sexo um status equivalente (o que não significa idêntico) às relações sociais de classe leva a teoria da reprodução social a uma aporia.

Parece existir uma divergência significativa entre os entendimentos de exploração que afeta a concepção do que constitui uma classe. Arruzza (2015), representante da TRS, articula as relações de classe com a exploração no sentido marxista. Segundo Arruzza (2015), a exploração implica sempre uma relação de dominação e alienação, definida como um “processo de expropriação de um excedente produzido por uma classe produtora para o benefício de outra classe” (Arruzza, 2015, p. 39). No marxismo, a exploração capitalista se manifesta como a extração de mais-valia dos trabalhadores pelo capitalista²³. Arruzza concorda que existem relações de dominação e hierarquia social baseadas no gênero, nas quais mesmos homens da classe trabalhadora se beneficiam. No entanto, ao contrário de Kergoat (2019), Arruzza não considera isso como um antagonismo de classe. Se homens são

²³ Arruzza (2015) destaca que pensar a exploração no sentido de Marx envolve necessariamente a generalização da produção de mercadorias, o valor, forma salário, tempo de trabalho socialmente necessário e trabalho abstrato. A autora alerta que a exploração não ocorre exclusivamente pela extração de mais valia, pois ainda que a/o trabalhadora/or tenha sua força de trabalho destinada ao trabalho improdutivo, também existe uma extração de trabalho excedente.

vistos como uma classe de exploradores e mulheres como uma classe de exploradas, a conclusão seria que não é possível resolver o antagonismo entre essas duas classes com interesses contraditórios. Para Arruzza, a forma e a quantidade de trabalho, incluindo a desproporção, são determinadas pelas relações de opressão e dominação de gênero, mas não há apropriação do excedente das mulheres pelos homens.

5.5.4 Categorias analíticas

Do ponto de vista metodológico, as categorias de análise são debatidas de modo não consensual pelas diferentes perspectivas. No entendimento interseccional, existe uma crítica ao olhar monocategórico. De acordo com Collins (2022), a interseccionalidade pode oferecer maior flexibilidade que os estudos de raça, classe e gênero, na medida em que não estabelece um número delimitado de categorias a serem analisadas, nem indica previamente aquelas que serão relevantes para uma análise específica. Isso não equivale a dizer que vale tudo ou que se trata de uma lista infinita de menções, pois, para Collins (2022), as categorias precisam ser estudadas e teorizadas de modo empírico, e não meramente presumidas ou simplesmente mencionadas. Nessa direção, nas análises interseccionais, a classe pode estar presente como uma categoria a ser analisada, mas há a ênfase de que as desigualdades sociais vão além dela (Collins & Bilge, 2021).

Nesse sentido, no que diz respeito às categorias analíticas, uma diferença fundamental entre a Interseccionalidade e a Consustancialidade é que, nas orientações metodológicas consustanciais, a classe está sempre presente, acompanhada pelo esforço de compreender a complexidade e a diversidade que ela comporta. No debate sobre as categorias analíticas, a partir da concepção consustancial, Kergoat (2010) critica a forma como, em sua compreensão, o pensamento interseccional, estruturado de maneira cartográfica, mobiliza um número ilimitado de categorias analíticas que não necessariamente expõem as relações sociais subjacentes. Ao contrário, essas categorias podem contribuir para a naturalização e para o encobrimento das relações sociais que as organizam. Em linha com essa crítica sobre o processo de inclusão e exclusão de categorias, Cisne e Santos

(2018) destacam que as múltiplas categorias acionadas nas análises interseccionais podem não explicitar as relações antagônicas que determinam as desigualdades sociais.

No que se refere à TRS, a tônica está na defesa da classe trabalhadora em uma perspectiva ampliada. As/os membros/os dessa classe são diversos tanto nas dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade, para além das pessoas empregadas. Como bem demarca Bhattacharya (2023b), ao defender que não se pode prescindir da classe, o desafio teórico está em compreender a relação entre a existência além do local de trabalho e a vida produtiva sob domínio direto do capital. Essa compreensão desse relacionamento ajudará a considerar direções estratégicas para a luta de classes e construir uma solidariedade na diferença. E esta é a força da TRS: guiar as relações sociais e os percursos envolvidos na reprodução da força de trabalho, o que amplia a forma de conceber a noção da classe trabalhadora.

5.5.5 Mudança Social ou Transformação Social?

As três perspectivas estudadas têm suas origens na atuação política, e a organização coletiva é um aspecto central e imprescindível para o seu desenvolvimento. À vista disso, destacamos o sentido de mudança social presente na Interseccionalidade e o de transformação social demarcado pela TRS. O questionamento e a oposição ao capitalismo e suas expressões são demarcados nas duas concepções, que buscam oferecer elementos teóricos, metodológicos e políticos para a resistência e o enfrentamento, mas a direção apontada as distingue.

No âmbito da Interseccionalidade, Collins (2022) afirma constantemente a mudança social. Para ela, trata-se de um processo impulsionado pelas pessoas que permite que o atual se torne obsoleto e que o que era considerado obsoleto se torne atual novamente. A autora indica que a Interseccionalidade oferece um prisma para reflexão e ação social em direção a essa mudança. Ademais, ela acrescenta que as análises críticas podem contribuir para a

reconsideração do tradicional e para o surgimento de novas possibilidades no âmbito individual e coletivo.

A abordagem de Collins (2022) sobre a mudança social, em nossa leitura, parece não explicitar se as mudanças que a Interseccionalidade pode promover são compatíveis ou não com a ordem atual. Em outras palavras, as considerações feitas não indicam nitidamente se as mudanças desejadas podem ocorrer dentro do capitalismo ou se estão além dele. Acreditamos que esta é uma distinção indispensável, pois a Interseccionalidade é uma perspectiva teórica, metodológica e política. Portanto, é imperativo compreender se a organização política visa alterações dentro do sistema ou se busca sua superação.

Nesse ponto, o enfoque da TRS, com o qual concordamos, oferece uma perspectiva valiosa para essa discussão. Arruzza (2023) argumenta que o confronto com o capitalismo é inevitável se o feminismo e o antirracismo buscam a libertação para todas as pessoas. Nesse contexto, a luta de classes é reafirmada, reconhecendo que ela assume diferentes formas, incluindo as manifestações de classe na reprodução social. Arruzza destaca a importância de não negligenciar - ao considerar a classe como um agente político - a maneira como raça, gênero e sexualidade moldam a forma como as pessoas se envolvem politicamente e participam das lutas. Esta é uma consideração fundamental para a organização política e suas estratégias e táticas.

6 Capítulo “Porque se você for levar para o lado emocional, você adoece”: saúde mental e trabalho

A frase que abre este capítulo foi proferida por Margarida enquanto recontava ao grupo parte de sua rotina diária, que se inicia às quatro da manhã e se estende até o anoitecer. Ela assiste diretamente três crianças, seus netos, antes e depois de assumir a carga de trabalho na Unidade de Saúde em que atua, além de dar apoio semanalmente a uma colega de outra unidade, para fazê-lo o deslocamento é difícil e realizado a pé devido à ausência de transporte público no trajeto. Em meio a esse cotidiano, ela argumentava a favor da necessidade de permanecer otimista e alegre, compreendendo as dificuldades como transitórias e suportáveis, e que as manifestações de descontentamento ou cansaço precisavam manter-se fora do local de trabalho. O contrário disso pode significar adoecer.

As condições para de fato não demonstrar qualquer abalo advindo das agruras vividas foram reafirmadas por Brenda como necessárias, contudo, contestadas por Violeta, mostrando-se uma questão controversa e constituindo um importante elemento para a reflexão no âmbito da saúde mental dessas trabalhadoras. Cada uma das trabalhadoras, a seu modo, trouxe para os diálogos sofrimentos que constituem expressões da exploração e opressão, como analisadas nos capítulos anteriores. Diante delas, busco então adentrar, a partir da aparência do modo como lidam com o sofrimento, aspectos menos nítidos sobre como para essas mulheres até mesmo o direito de sofrer lhes é negado e como isso pode ser relacionado às dimensões de racialização, generificação e classe.

Para enfrentar este debate, é importante sinalizar que, neste estudo, o esforço é de pensar a saúde mental para além do adoecimento, especificamente, direcionando a atenção para o sofrimento mais ou menos aparente que pode ameaçar ou afetar patologicamente essas trabalhadoras. Nesse sentido, dentre as perspectivas teóricas e metodológicas que se ocupam da relação entre saúde mental e trabalho no âmbito da Psicologia do Trabalho, a Psicodinâmica do Trabalho apresenta um conjunto de pressupostos e conceitos não negligenciáveis e, por isso, algumas de suas contribuições serão recuperadas, especialmente

os subsídios sobre a relevância do reconhecimento e invisibilidade para a manutenção da saúde mental de trabalhadoras e trabalhadores. Intento, então, um diálogo crítico a respeito das possibilidades e limites delas para esta análise, em que a racialização e generificação da classe trabalhadora são indispensáveis.

O desenvolvimento da Psicodinâmica do Trabalho é fruto de um movimento iniciado no terreno da Psicopatologia do Trabalho²⁴ e que tem como seu principal fomentador Christophe Dejours, com significativo apoio de pesquisadoras e pesquisadores ao redor do mundo, especialmente na França, além de importantes núcleos de pesquisa no Brasil. Na análise psicodinâmica, indaga-se quais processos subjetivos são mobilizados por trabalhadoras e trabalhadores nas situações de trabalho (Dejours, 2004). Ela se situa no modelo epistemológico das ciências de campo e tem seus vínculos com a psicanálise, tendo feito o exercício de interrogá-la a partir de questões suscitadas pela clínica do trabalho²⁵.

Entre as questões levantadas pela clínica do trabalho que reverberam nas elaborações da psicodinâmica está a noção de que não é possível compreender a patologia mental no trabalho limitando-se a investigação da doença e a sua manifestação intrassubjetiva na história singular de uma trabalhadora ou trabalhador. Além disso, não é possível alcançar a inteligibilidade dos fenômenos psicopatológicos tendo como referência somente a dimensão intersubjetiva com destaque somente para as relações hierárquicas entre colegas de trabalho. Para pensar no que gera conflito, sofrimento e prazer nas situações de trabalho, é preciso olhar para a organização dele e as dificuldades que dela decorrem,

²⁴A disciplina de Psicopatologia do Trabalho, enquanto corrente de pesquisas, teve seus desenvolvimentos iniciais nos anos de 1950, impulsionada, além de Dejours, pelos psiquiatras Louis Le Guillant, Claude Veil e Adolfo Fernandez-Zoila. As pesquisas centravam-se em identificar e caracterizar os efeitos deletérios do trabalho sobre a saúde mental dos trabalhadores e das trabalhadoras, buscando constituir um diagnóstico das doenças mentais relacionadas ao trabalho (Dejours, 2006).

²⁵As Clínicas do Trabalho representam uma vertente dentro das análises psicológicas que abordam questões relacionadas ao mundo do trabalho. Elas reúnem diferentes perspectivas teórico-metodológicas com o objetivo de articular o psíquico e o social. Por meio de uma pluralidade de abordagens, existe a busca pela compreensão de trabalhadores e seus coletivos nas situações de trabalho, principalmente em situações de vulnerabilidade que se manifestam em sofrimento, além de modos de enfrentamento da realidade do trabalho e seus impactos fora do ambiente laboral. Uma análise mais detalhada pode ser encontrada em: Bendassoli & Soboll, 2011.

bem como as tensões que se colocam entre o espaço onde se trabalha e o que ocorre fora dele (Dejours, 2004).

Por isso, Dejours (2004) demarca que seu empenho na proposta da Psicodinâmica do Trabalho está para além do adoecimento mental, recolocando a lente do debate em que o foco não está mais sobre as doenças mentais, mas sim sobre o sofrimento e os modos como trabalhadoras e trabalhadores dele se defendem. Este deslocamento se dá pela compreensão do autor de que, frente às incontestes ameaças danosas presentes na organização do trabalho, a maior parte das trabalhadoras e trabalhadores consegue não enlouquecer. Nesse cenário, Dejours volta sua atenção para quais são as estratégias que permitem que a pessoa que trabalha se defenda e se mantenha dentro da nomeada, dentro dessa perspectiva, “normalidade” (Dejours, 2004, p.51).

Esta “normalidade” (Dejours, 2004, pp.51-52) evocada pela Psicodinâmica diz respeito à:

Normalidade que ocorre, de saída, como equilíbrio instável, fundamentalmente precário, entre o sofrimento e as defesas contra o sofrimento. Normalidade que se dá também como resultado de estratégias complexas e rigorosas, e não como resultante mecânica de um somatório de ações e de reações, de estímulos e de respostas, mas como estratégias fundamentalmente intencionais (...) É também, sobretudo, conceber a normalidade como produto de uma dinâmica humana em que as relações intersubjetivas — na construção das estratégias defensivas, ou mesmo ofensivas, contra o sofrimento — ocupam um lugar central.

Ao debruçar-se sobre a “normalidade” (Dejours, 2004, p.51), as perspectivas vinculadas à Psicodinâmica ampliam-se para pensar no sofrimento, mas não só; abre-se também para pensar o prazer no trabalho como uma possibilidade. Nesse sentido, Molinier (2013), ao refletir sobre o sofrimento no entendimento da psicodinâmica, expõe que o sofrimento é anterior ao trabalho na experiência humana e que é justamente pelo trabalho que o sofrimento pode ser transformado em prazer. Isso porque o prazer no trabalho pode

afluir de tarefas que podem mobilizar a inteligência e a personalidade para a sua realização. É imprescindível o chamamento de Molinier aqui para o fato de que nem todas as tarefas podem possibilitar essa mobilização.

Na análise psicodinâmica, o trabalho tem centralidade e diz respeito ao seu papel humanizador. Trabalhar está para além do vínculo empregatício e do assalariamento, e fala sobre gestos, mobilização da inteligência, reflexão, interpretação, reações a diferentes situações e uso do corpo. Nesse entendimento, a realidade do trabalho sempre se apresenta afetivamente para trabalhadoras e trabalhadores, sendo o sofrimento e o prazer presentes nessa relação (Dejours, 2004a).

Para compreender a demarcação entre o sofrer e o prazer no trabalho na psicodinâmica, é preciso considerar outros elementos fundamentais sobre o modo como ela olha para o trabalho. A Psicodinâmica do Trabalho, segundo Dejours (2004), é, antes de tudo, uma práxis, ou seja, uma disciplina que se configura como produtora de conhecimentos e intervenções no campo, voltada para a realidade concreta das situações de trabalho. Seu objetivo é capturar as formas do real e buscar inteligibilidade nas experiências vividas no trabalho. Nesse processo, a inteligência e engenhosidade presentes na ação muitas vezes ultrapassam a consciência de quem a executa. Por isso, a psicodinâmica valoriza a inteligência prática e o desenvolvimento teórico que se dá por meio da práxis (Dejours, 2004).

Dejours (2004) aponta que, na Psicodinâmica, admite-se que, nas situações concretas, a relação entre a organização do trabalho e as pessoas trabalhadoras não é rígida, mas se dá em um movimento constante. O que confere uma aparente estabilidade a essa relação é o equilíbrio dinâmico, sempre em deslocamento. O que é considerado anômalo ocorre quando há um bloqueio dessa dinâmica, algo distinto do entendimento anterior à psicodinâmica. Esse bloqueio requer intervenção e, geralmente, é temporário no contexto da análise psicodinâmica, pois representa uma crise que rompe com a estabilidade e ameaça a produção. Nesses momentos, pesquisadoras e pesquisadores da psicodinâmica são chamados a intervir nas situações de trabalho.

Ao analisar as situações de trabalho sob a ótica psicodinâmica, volta-se a atenção para a discrepância entre o que é prescrito e o que realmente ocorre no ambiente de trabalho. Isto porque a psicodinâmica sustenta que cada prescrição passa por um processo de reinterpretação e adaptação, de forma que a organização real do trabalho nunca é totalmente idêntica à organização prescrita. Se fosse assim, o trabalho se tornaria inviável (Dejours, 2004). Há uma série de variáveis imprevisíveis no cotidiano de trabalho que não podem ser antecipadas ou regulamentadas, o que exige que as pessoas trabalhadoras reajam, modifiquem e reinterpretam as prescrições iniciais. Nessa dinâmica, a organização do trabalho por vezes demonstra uma postura tolerante, apoiando a liberdade de adaptação; em outros momentos, é restritiva, e as pessoas trabalhadoras se veem preocupadas com a possibilidade de serem punidas por desviarem da norma. Para Dejours (2004), essas duas posturas coexistem, sendo a organização tolerante quando o benefício da adaptação é evidente e restritivo quando há uma tentativa de regular a desobediência.

A formulação da organização do trabalho real pressupõe uma distância das prescrições, o que implica em um movimento contínuo de adaptação e interpretação. A análise psicodinâmica das situações de trabalho foca especialmente no desconhecimento e, muitas vezes, na inabilidade frente aos desafios concretos a que trabalhadoras e trabalhadores são expostos, devido à imperfeição intrínseca da organização do trabalho (Dejours, 2004). Nesse contexto, Dejours (2004, p.63) questiona: “Como e a que preço é realizado o ajuste entre a organização do trabalho prescrita e a organização do trabalho real?”

Um exemplo apresentado pelas trabalhadoras desta pesquisa pode ajudar a deixar nítido esse questionamento. Como explicitado ao longo deste texto, nos serviços de saúde, as trabalhadoras frequentemente se veem diante de demandas de pessoas usuárias, como pedidos de conversa e apoio. Essas situações não estão previstas nas instruções fornecidas pela empresa terceirizada, que limita as tarefas ao serviço de limpeza e conservação. No entanto, as trabalhadoras acabam atendendo essas demandas, apesar de o receio de

penalizações por parte da supervisão ser constante, caso sejam flagradas em atividades não prescritas.

Esse cenário revela uma complexidade importante. Pensar o trabalho das auxiliares de serviços gerais como parte do trabalho reprodutivo deixa ver que ele envolve mais que atividades de limpeza. A realidade é bem diferente: essas trabalhadoras desempenham uma série de tarefas que vão além da mera higienização, incluindo o acolhimento emocional, que não é reconhecido nem valorizado nas prescrições de trabalho. No entanto, o serviço contratado pela prefeitura, por meio da terceirização, restringe-se apenas ao serviço de limpeza, ignorando outras demandas reais.

A terceirização do trabalho reprodutivo, portanto, complica a forma como o conhecimento e a realidade do trabalho são previstos e acompanhados. O processo de adaptação das trabalhadoras é limitado pela rigidez das prescrições estabelecidas pelas empresas terceirizadas, que parecem não admitirem as especificidades e necessidades reais do trabalho. No entanto, Dejours (2004a) sugere que, embora as relações de poder possam ser desfavoráveis às trabalhadoras, elas não são suficientes para bloquear a dinâmica de adaptação e a capacidade de interpretação criativa no trabalho. A organização do trabalho não é completamente rígida, pois, se fosse, o trabalho se tornaria impossível. Existe, portanto, uma margem para que as trabalhadoras encontrem soluções criativas para realizar suas tarefas, apesar das restrições impostas.

Dejours (2004a) também argumenta que a organização real do trabalho não pode ser entendida apenas através dos fundamentos técnicos ou das relações de poder. O trabalho é, em sua essência, um processo social e dinâmico, em que diferentes interpretações podem surgir, muitas vezes conflitantes. O que é disputado nas relações de trabalho é, em última instância, a formulação das atividades e a forma como elas são realizadas, o que vai além da simples aplicação de normas ou prescrições. A psicodinâmica do trabalho, portanto, observa como as relações sociais no trabalho geram novas formas de saber-fazer e novas formas de organização da atividade. Quanto à inexistência de um engessamento total que impossibilite

qualquer alteração, há consenso. Contudo, diferentemente das trabalhadoras participantes deste estudo, que contam com a especificidade de terem sido admitidas e estarem no mesmo local há anos, a inserção de trabalhadoras da mesma categoria profissional ao redor do Brasil é marcada pelo início do vínculo já terceirizado, extremamente frágeis e tentativas de restrições ainda mais ameaçadoras. Ser uma mulher negra que exerce um tipo de trabalho reprodutivo e com vínculo de trabalho terceirizado traz consequências diferentes de ser um trabalhador branco contratado diretamente para a empresa em que realizará uma função de chefia, por exemplo. Isso precisa ser profundamente considerado, mas nem sempre é realçado na obra de Dejours.

Retornando a dinâmica prescrição e real do trabalho, Dejours (2004a) adverte que a prescrição nunca será suficiente para capturar toda a complexidade do trabalho, pois, quando o trabalho é reduzido a uma mera execução de atividades prescritas, ele perde sua dimensão humana. O trabalho envolve, antes de tudo, concepção e criatividade, e é justamente nas áreas onde a tecnologia e a mecanização não são suficientes que a dimensão humana se torna essencial.

Por este ângulo, trabalhar é criar algo novo e inédito. Assim, o ajuste da organização prescrita reivindica a disposição da iniciativa, da criatividade, da inventividade, o que, na psicodinâmica, recebe o nome de “inteligência operária” ou “inteligência da prática” (Dejours, 2004a, p.66). Esse desempenho da inteligência da prática deixa emergir dificuldades profundas relacionadas a aspectos sociais, físicos e cognitivos dessa operação. Ainda, esse exercício, as inovações, descobertas e experimentações singulares precisam ser coordenadas, sob o risco de que possíveis incoerências e falta de compreensão minem as vantagens advindas dessa inteligência. Desse modo, é necessária a coordenação e, além dela, o mais importante, a cooperação.

Nesta ótica, a cooperação é um nível adicional na complexidade e na agregação da organização do trabalho. Diferentemente da coordenação, que se limita a garantir os requisitos lógicos e cognitivos de articulação das atividades alcançadas individualmente, a

cooperação trata da disposição das trabalhadoras e trabalhadores para trabalharem juntos e superarem, de modo coletivo, as contradições que emergem da organização do trabalho (Dejours, 2004a; 2004b). Pelo hiato entre o prescrito e o real, sobre o que será necessário cooperar não está dado previamente e além disso, para que trabalhadoras e trabalhadores cooperem a liberdade dessas pessoas e a constituição da vontade coletiva interessa. Cooperar exige também a confiança entre as pessoas, confiança essa que não diz respeito a ordem psicoafetiva, mas sim a acordos firmados, normas e regras que delimitam o modo como se desempenha o trabalho, estabelecendo-se quais serão as “regras de trabalho” (Dejours, 2004a, p.68). A confiança revela condições ético-políticas que torna a construção da cooperação possível.

Ainda sobre a cooperação — que é indispensável para compreender a perspectiva do reconhecimento na psicodinâmica do trabalho — segundo Dejours (2004a; 2004b), ela transita por uma mobilização concebida como a contribuição dada por cada trabalhadora ou trabalhador para a concepção, as adaptações e o modo de gestão da organização de trabalho. Essa contribuição é indispensável e específica de cada uma das pessoas que trabalham. Nesse entendimento, reafirma-se a impossibilidade e até mesmo a inutilidade de prescrever qual será a mobilização psíquica necessária para que a cooperação ocorra. Importa, então, não romper com a mobilização das inteligências e das personalidades que existem na organização, pois a mobilização subjetiva se exterioriza com grande força em significativa parte das pessoas saudáveis.

Mesmo que comporte um caráter relativamente espontâneo, essa mobilização subjetiva é dependente de uma dinâmica que se estabelece entre a contribuição e a retribuição. À medida que a trabalhadora ou o trabalhador contribui para a organização do trabalho, essa ou esse espera ser retribuída/o. Espera, antes disso, que suas vontades e iniciativas não sejam impedidas, que não seja apenas uma mera executora ou executor fadado a obedecer de forma passiva. Se assim o é, haverá sérias consequências para a saúde mental (Dejours, 2004a; 2004b).

6.1 “Aí, alguém percebeu? Lógico, por que é da limpeza?” – A reprodução e o reconhecimento

Segundo a apreciação da psicodinâmica (Dejours, 2004a), enquanto a trabalhadora ou trabalhador mobiliza-se subjetivamente e oferece sua contribuição para a cooperação, espera receber uma retribuição, sendo essa sobretudo de qualidade simbólica. Essa forma específica de retribuição simbólica na situação de trabalho é identificada como reconhecimento. O reconhecimento passa pela constatação de que houve uma contribuição singular e específica de uma trabalhadora ou trabalhador para com a organização do trabalho. Acontece que, para que isso ocorra, um primeiro obstáculo a ser enfrentado é admitir que a organização é permeada por falhas, imperfeições e lacunas científicas e técnicas e que a contribuição dada por aquela trabalhadora é indispensável para que o processo de trabalho realmente seja possível (Dejours, 2004a), visto que o reconhecimento trata do trabalho real, daquele que efetivamente se realiza e não sobre o que está prescrito, previsto nos protocolos, na representação da estrutura organizacional (Molinier, 2013b).

Apesar de ser fundamental para que a trabalhadora ou o trabalhador mantenha sua mobilização subjetiva e alcance a cooperação, e não uma questão secundária ou marginal, a realidade do mundo do trabalho é marcada pela recorrência em que trabalhadoras e trabalhadores expressam a falta de reconhecimento (Dejours, 2004). Tomemos como exemplo as trabalhadoras de limpeza; em diferentes estudos dos quais participam, essa é uma máxima frequentemente expressa: elas não se sentem reconhecidas pelas contribuições que oferecem (Diogo & Maheirie, 2007; Gemma et al., 2017; Dutra & Coelho, 2020). Logo, o termo reconhecimento não parece ser estranho ao vocabulário comum nem distanciado dos locais de trabalho. É corriqueiro ouvir que falta reconhecimento e, em menor medida, que certa trabalhadora foi reconhecida pelo seu trabalho.

Por isso, é importante distinguir o uso costumeiro da noção que é basilar na análise psicodinâmica. Nela, o reconhecimento do trabalho é a busca por tornar visíveis as descobertas da inteligência, fazer notar o saber-fazer (Dejours, 2004a) e reconhecer a

humanidade que se exterioriza por meio do trabalho (Molinier, 2013b). Para isso, é necessária uma dinâmica assentada em dois juízos: o juízo de beleza ou estético e o juízo de utilidade. Além disso, em uma organização de trabalho, a emissão desses juízos não é aleatória, havendo figuras centrais nesse processo. Adentremos, então, essa dinâmica.

O julgamento de beleza ou estética é proferido com base nas regras de ofício, que, como explicitado, passam por um processo de interpretação e testes pelas trabalhadoras e trabalhadores, e demandam acordos sobre como fazer esses, de ordem técnica e ética. Julgar a beleza do trabalho de alguém pressupõe, então, considerar o que é esperado e aceito para aquele tipo de trabalho, ressaltando qualidades comuns, mas, além delas, qualidades adicionais que tornem possível distinguir aquele trabalho de outros que são produzidos. Este julgamento vai, então, validar o que tem de original, de estilo, e o que agrupa àquela área. Além disso, ele informa sobre o registro singular de produzir aquele trabalho de modo específico (Molinier, 2013b). Assim, para que se possa julgar nesses termos, é necessário conhecer o trabalho; por isso, são os pares que podem emitir-lo.

Por sua vez, o julgamento de utilidade dentro de uma organização de trabalho tem como emissário a hierarquia, a quem cabe julgar a utilidade social, econômica e técnica das contribuições singulares e coletivas de trabalhadoras e trabalhadores no processo de produção. Para além da recompensa simbólica, esse julgamento também permite que a contribuição seja retribuída por meio de ganhos monetários e de posições. Uma particularidade a ser destacada é que julgar a utilidade nesses termos não é submeter à avaliação de quais foram os meios empregados para a realização do trabalho, mas sim validar somente que os objetivos firmados foram cumpridos (Molinier, 2013b).

Molinier (2013b) realça que o reconhecimento no trabalho, que se dá por meio desses dois juízos, diferencia-se da certificação dada por pessoas usuárias de um serviço, a chamada gratidão. Assim, a gratidão não é o reconhecimento, e sua substituição acarreta uma série de dificuldades. Molinier, ao tratar das problemáticas relacionadas à gratidão ocupando o lugar do reconhecimento, recorre a um exemplo do ambiente hospitalar, no qual

quem trabalha pode investir demasiadamente na relação com pessoas usuárias para compensar a ausência de reconhecimento de suas/seus colegas de trabalho, o que pode levar a um esgotamento no atendimento ou a um tratamento desigual entre pessoas que se mostram gratas em detrimento de outras.

Para Molinier (2013) o êxito da dinâmica do reconhecimento está atrelado a capacidade coletiva de fazer com que os julgamentos de beleza e utilidade sejam menos contraditórios e mais coerente possível. Isso comporta um importante desafio porque exige que as dificuldades postas ao coletivo de trabalho tornem-se conhecidas no espaço público interno de forma que as prescrições possam ser revistas com base na realidade, tornando-as o mais compatível possível com o que é necessário para que uma tarefa seja cumprida.

Outro aspecto extremamente importante levantado por Molinier (2013) é que existem situações em que a esperança de ser reconhecida ou reconhecido encontra lugar e permanece verossímil, ainda que seja menos imediata do que a trabalhadora ou trabalhador espere ou gostaria, e isso permite que se mantenha a motivação no trabalho. Ocorre que há outras situações nas quais a expectativa de reconhecimento é minada de início. Isso se dá pelo fato de que o reconhecimento recolhe julgamentos sociais, de modo que os acordos e relações predominantes na sociedade vão neles influir. Desse modo, os julgamentos não captam necessariamente o valor intrínseco de uma obra. Da mesma forma, a criatividade não garante que o reconhecimento vá ocorrer, porque ela também é tributária de decisões políticas, relações de poder e valorações que extrapolam os locais de trabalho.

Por fim, Molinier (2013b, p. 162) faz a afirmação precisa: “Não somos todos iguais diante do reconhecimento”. Para discutir essa afirmação categórica, a autora recorre a um exemplo relacionado à ciência, no qual explicita situações em que descobertas podem ser atribuídas a cientistas famosos, mesmo que não tenham sido eles os que as realizaram. Esse é um ponto que merece destaque e que pode ser aprofundado. Ao afirmar a desigualdade perante o reconhecimento, Molinier (2013b) abre espaço para considerações que não estão presentes em sua obra, mas que considero imprescindíveis e que estão relacionadas à classe

e às dimensões de racialização, gênero e sexualidade. Com isso em mente, é pertinente recuperar uma observação realizada por Dejours (2004a), que complementa a discussão sobre o reconhecimento. Ao desenvolver os requisitos dos julgamentos de beleza e utilidade, Dejours adverte que: “Estes diferentes julgamentos têm em comum uma particularidade: tratam do trabalho realizado, ou seja, sobre o fazer e não sobre a pessoa” (Dejours, 2004a, p. 73).

A partir dessa perspectiva, é fundamental ressaltar que a relevância da dinâmica do reconhecimento reside no fato de que, ao desejar que o outro reconheça o seu trabalho, está-se, na verdade, buscando o reconhecimento do seu valor humano (Molinier, 2013b). Desse modo, o caráter humanizador do trabalho se explicita, e buscar o olhar da outra pessoa para este processo não é fator descartável para a consolidação de si, especialmente no âmbito da personalidade e inscrição na identidade. É desse modo que, apesar da posição que desloca o reconhecimento para a obra e não para a pessoa, essa dinâmica vai repercutir na subjetividade daquela ou daquele que a produziu. Neste sentido, Dejours (2004a) argumenta que a retribuição simbólica oferecida pelo reconhecimento pode ir ao encontro dos anseios subjetivos e da realização de si mesmo. Nessa dinâmica, primeiro reconhece-se o fazer, depois a gratificação do ponto de vista da identidade.

Assim, as relações entre a mobilização subjetiva da personalidade, da inteligência e a realização de si mesma/o inevitavelmente passam por uma mediação com o real — um processo que o trabalho, como prática cotidiana, viabiliza. Esse processo envolve, ainda, a mediação com a outra/o, uma relação que está no cerne da construção da identidade. Com isso em mente, é necessário adentrar no conceito de identidade adotado na análise psicodinâmica, pois ele é fundamental para compreender como o trabalho, por meio do reconhecimento, se inscreve na construção da identidade. Segundo Molinier (2013b, p. 157), a identidade, enquanto vivência subjetiva, necessita de objetivação para firmar-se. A inovação conceitual é a interposição do trabalho como terceiro polo entre o sujeito e a outra/o, com o reconhecimento do trabalho ocupando um lugar central na construção da identidade. A

identidade está indexada no real, sendo através dos atos de trabalho que se estabelece o vínculo entre o corpo e o real, evitando que o sujeito enlouqueça. O reconhecimento do trabalho, portanto, desempenha um papel crucial na consolidação da identidade pessoal.

A dinâmica do reconhecimento, ao afetar a identidade, se configura como uma questão central para a saúde mental. O coletivo, nesse contexto, emerge como um vínculo essencial e delicado na 'dinâmica intersubjetiva da identidade no trabalho' (Dejours, 2004a, p. 75). A centralidade do coletivo na análise psicodinâmica da realização de si mesma/o está colocada porque a dinâmica do reconhecimento indica que a cooperação é inseparável da organização da identidade e da saúde mental no trabalho. Nesse entendimento, a maior parte das pessoas trabalhadoras que estão saudáveis espera ter a possibilidade de, por meio de seu trabalho, edificar sua identidade no campo social. Nisso, existe uma dimensão ética que é a de oferecer por meio de seu trabalho uma contribuição; espera-se então ter esse direito a contribuir. A problemática que se coloca é, de novo, não romper com essa mobilização geral das subjetividades, lesando o direito a contribuir e, consequentemente, derruindo a dinâmica do reconhecimento.

Esse impedimento é grave porque a retribuição simbólica conferida pelo reconhecimento surge da produção de sentido que o reconhecimento atribui à vivência do trabalho. Segundo Dejours (2004a), o sentido que permite o acesso ao reconhecimento é o sofrimento no trabalho, decorrente de uma série de constrangimentos técnicos e, de forma mais ampla, do sistema. Quando o sofrimento no trabalho encontra consonância com as expectativas de realização pessoal e a consolidação da identidade no campo social, o reconhecimento pode transformar esse sofrimento em prazer, criando uma mediação que possibilita a construção de sentido e a saúde mental. Quando a dinâmica do reconhecimento é bloqueada, não há possibilidade de o inevitável sofrimento no trabalho ser transformado em prazer e, desse modo, não se pode mais encontrar sentido; pelo contrário, o que se acumula são sofrimentos com os quais a pessoa trabalhadora não poderá lidar sem uma descompensação psíquica ou somática. Na ausência de reconhecimento, o conjunto de

pessoas trabalhadoras busca encontrar estratégias para se defender do adoecimento mental, e essas estratégias têm consequências profundas na organização do trabalho.

Para explicar como os riscos de adoecimento se configuram, a análise psicodinâmica apresenta, a partir do triângulo de Sigaut²⁶, o triângulo da Psicodinâmica do Trabalho, composto por três polos: trabalho, sofrimento e reconhecimento. Quando um desses polos se separa dos outros dois, surgem riscos de alienação e loucura (Dejours, 2004a).

A análise psicodinâmica descreve três possibilidades de alienação. Na primeira, quando a pessoa trabalhadora perde o contato com o real e com o reconhecimento de seus pares, ela experimenta a chamada “solidão da loucura clássica ou alienação mental” (Dejours, 2004a, p. 97). A segunda possibilidade ocorre quando, embora a pessoa trabalhe em estreita conexão com o real, seu trabalho não é reconhecido pelos pares, levando à alienação social, que pode desencadear uma crise de identidade. A psicodinâmica enfatiza as nuances dessa alienação, especialmente nas situações em que, mesmo em contato com o real, as pessoas trabalhadoras são alvo de repúdio ou da negação de seu reconhecimento (Molinier, 2013b). A terceira possibilidade ocorre quando a pessoa trabalhadora recebe reconhecimento de seus feitos, mas esse reconhecimento se dá em um contexto psíquico desconectado do real, resultando em alienação cultural.

Assim, a luta contra o adoecimento mental envolve o enfrentamento da pessoa trabalhadora com o real, por meio do reconhecimento de seu trabalho pelos pares. Dejours (2004a) argumenta que o adoecimento não depende da intensidade dos constrangimentos impostos ao trabalho, mas sim do isolamento de um dos três elementos do triângulo (trabalho, sofrimento e reconhecimento). Nesse sentido, a identidade se constrói a partir da resistência contra essas formas de alienação, sendo essencial a mediação entre a ação e o real.

Dejours (2004a) ainda destaca que a relação subjetiva com o trabalho vai além do local onde ele se realiza, transbordando para os espaços externos, como as relações

²⁶ François Sigaut elaborou um triângulo para tratar da dinâmica da identidade e coloca em seus polos o real, o ego e o outro.

familiares. A tentativa de separar o que está dentro e fora do trabalho é questionada pela psicodinâmica, que defende que essa separação é apenas espacial, pois o funcionamento psíquico é indivisível. Dessa forma, as pessoas próximas à pessoa trabalhadora, especialmente familiares, são chamadas a apoiar na gestão das dificuldades e controvérsias geradas pelas situações de trabalho.

Vamos nos deter neste ponto para um diálogo a partir do referencial marxista e alguns contrastes que emergem à questão da alienação e do reconhecimento. O conceito de estranhamento/alienação²⁷ em Marx engloba, de um lado, as manifestações de alienação da pessoa em relação à natureza e a si mesma, e, de outro, as expressões desse processo nas relações entre indivíduos e entre as pessoas como um todo. Esse estranhamento/alienação é, antes de tudo, um conceito histórico: ele se dá em relação a algo e é produto de um contexto histórico específico, com acontecimentos e circunstâncias que envolvem a pessoa (Mészáros, 2006).

No início deste texto, durante a apresentação dos pressupostos teóricos, dediquei-me à distinção entre as duas acepções de trabalho na concepção marxiana. A primeira é como atividade produtiva, uma determinação ontológica essencial da humanidade, pois a existência humana é impossível sem o trabalho, que transforma a natureza. O trabalho, enquanto “atividade livre”, é uma necessidade interior e positiva, que possibilita o gozo e é exclusivamente humano, em contraste com funções puramente animais como comer, beber e procriar, que atendem apenas a necessidades físicas (Mészáros, 2006), isso porque Marx

²⁷ Há um debate relevante sobre o uso dos conceitos de “estranhamento” e “alienação” na obra de Marx. Uma das posições nesse debate é defendida por Jesus Raniere, responsável pela tradução dos Manuscritos econômico-filosóficos de Marx, publicada em 2010 pela editora Boitempo e utilizada nesta tese. Para Raniere (2005), embora o arcabouço marxista tenha adotado amplamente o termo “alienação”, há uma distinção entre ele e o termo “estranhamento” na elaboração marxiana. Em sua visão, a alienação está relacionada à atividade – ao modo de objetivação do ser humano na história – enquanto o estranhamento se refere aos obstáculos sociais de uma dada configuração histórica que impedem que essa atividade se realize de acordo com as potencialidades humanas. Diferentemente de Raniere, István Mészáros, outra referência importante no estudo deste tópico da obra marxiana e citado nesta tese, trabalha predominantemente com o conceito de “alienação” para discutir o que para Raniere está na esfera do “estranhamento”. Considerando que este debate não é o foco da tese, mas reconhecendo as diferentes posições sobre a questão, adoto o uso de ambos os termos, separados por barra.

(2010) argumenta que, quando essas funções se tornam finalidades exclusivas e se desligam de outros aspectos da atividade humana, elas adquirem um caráter puramente animal. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

A segunda acepção do trabalho refere-se às características da divisão do trabalho capitalista, e é nessa configuração que o trabalho se torna a base de todo o estranhamento/alienação (Mészáros, 2006). Vejamos como isso ocorre: a relação entre homens, mulheres e a natureza sempre acontece de forma mediada. Ou seja, a atividade produtiva, enquanto elemento ontológico fundamental da condição humana, é a mediação entre os seres humanos e a natureza. No entanto, na conformação capitalista, a propriedade privada, o intercâmbio — enquanto mecanismo de organização do mercado — e a divisão do trabalho surgem como mediações que se sobrepõem à atividade produtiva em seu sentido ontológico, transformando-a. Essas mediações, características do contexto histórico capitalista, são chamadas de mediações de segunda ordem. Elas se interpõem entre o ser humano e sua atividade, dificultando a realização do trabalho e a apropriação dos produtos dessa atividade, no sentido de criação (Mészáros, 2006). Por isso, a crítica marxiana se volta contra essas mediações, buscando formas de superá-las. Importante ressaltar que a crítica marxiana não rejeita todas as mediações, mas apenas aquelas de segunda ordem, pois estas constituem uma forma alienada da mediação de primeira ordem. Em outras palavras, o que é condenável no entendimento marxiano não é a atividade produtiva em si — muito pelo contrário, ela é vista como pressuposto ontológico da humanização — mas sim a sua deformação, causada pelas condições do sociometabolismo do capital.

Dessa forma, é a atividade produtiva que gera a consciência, sendo a consciência alienada/estranhada um reflexo da alienação/estranhamento da própria atividade, ou seja, da autoalienação do trabalho. Homens e mulheres são os únicos seres capazes de possuir uma “consciência da espécie”, que se manifesta tanto subjetivamente, na percepção consciente de sua pertença à espécie, quanto nos modos objetivados dessa “consciência da espécie”, presentes na indústria, nas instituições e nas obras de arte. Assim, são esses indivíduos os

únicos “seres genéricos” (Mészáros, 2006, p. 80). Nesse contexto, a alienação afeta precisamente essa consciência de ser um ser genérico.

Por isso, esse estranhamento/alienação pode ser compreendido por meio de quatro aspectos principais:

1. da pessoa com a natureza;
2. de si mesma (de sua própria atividade);
3. de seu ser genérico (de seu ser como membro da espécie humana);
4. de outras pessoas.

A primeira dessas quatro características do trabalho estranhado/alienado se constitui na relação entre a trabalhadora ou trabalhador e o produto de seu trabalho, que é ao mesmo tempo, segundo Marx (2010), sua relação com o mundo sensível exterior, com os objetos da natureza. Para Marx, nesta relação estranhada/alienada, o produto do trabalho aparece como um objeto estranho e poderoso à trabalhadora ou ao trabalhador.

A segunda característica diz respeito ao estranhamento/alienação de si mesma/o, que acontece no ato de produção no interior do trabalho. É a forma como se dá a relação entre a trabalhadora ou trabalhador e sua própria atividade, sendo essa última uma atividade alheia que não pertence a ela/ele. Nesta dinâmica, o ato de produção não oferece à trabalhadora e ao trabalhador uma satisfação em si e por si mesma/o, mas está primordialmente ligado ao ato de vendê-la a outra pessoa (Mészáros, 2006). Adentrando um pouco mais nesse aspecto, ele questiona como, nos locais de trabalho, durante o ato de produção, não é a trabalhadora/or que decide o que produzir, como, em quais quantidades, e o resultado desta produção não lhe pertence, sendo estranho a ela/ele. O que impera nesta relação é a possibilidade de vender a força de trabalho, indispensável para viabilizar (na melhor das hipóteses) o atendimento das necessidades físicas. Isto indica que não é a atividade em si que proporciona satisfação a essa trabalhadora ou trabalhador, mas sim sua propriedade abstrata, que é a possibilidade de vendê-la sob certas condições (Mészáros, 2006). Nas

palavras do próprio Marx (2010, p.81): “Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções”.

A terceira característica trata do estranhamento/alienação de seu ser genérico, isto é, o estranhamento/alienação da pessoa enquanto parte da espécie humana. Para compreender esse aspecto, é válido recuperar as considerações de Marx (2010, p.85):

O engendrar prático de um mundo objetivo, a elaboração da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou [se relaciona] consigo enquanto ser genérico. É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal], o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com seu produto.

Isso indica que, o que se tem generalizado no contexto histórico capitalista, é que homens e mulheres têm na atividade produtiva um simples meio para atendimento de suas necessidades físicas — sendo este atendimento cada vez mais dificultado, como vimos ao longo deste trabalho — seu vínculo com o gênero é afetado, porque essa forma de atividade impede o contato com o que os humaniza, a possibilidade de produzir livre das carências físicas. Assim, o trabalho estranhado/alienado reduz a atividade produtiva a um meio, estranhando homens e mulheres de sua vida genérica, tornando seu trabalho um meio de existência física. Ainda, conforme Marx (2010, p.82): “O auge desta servidão é que somente

como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador."

A quarta característica está intrinsecamente relacionada às anteriores e centra-se na relação estranhada que uma pessoa mantém com outras pessoas (Mészáros, 2006). As trabalhadoras e trabalhadores estabelecem entre si uma relação estranhada, ou seja, há um estranhamento de homens e mulheres por eles/elas próprios/as.

Isto posto, como o estranhamento/alienação incide negativamente na relação da pessoa com a natureza, na relação com outras pessoas e na relação consigo mesma, a liberdade humana é obstaculizada, a partir do entendimento marxiano de que ser livre é usufruir dos próprios poderes essenciais. Mas o que são esses poderes essenciais da pessoa nesse sentido? Eles dizem respeito a características e poderes especificamente humanos, ou seja, aqueles atributos que permitem distinguir uma pessoa das outras partes da natureza. O denominador comum de todos esses poderes humanos é a socialidade — o conjunto das relações sociais — e a socialidade, nesse sentido, figura como um atributo definidor da natureza humana. A socialidade não é um aspecto abstrato pertencente a um indivíduo isoladamente; ela só pode existir nas relações das pessoas umas com as outras (Mészáros, 2006). Nesta abordagem, a atividade produtiva, no seu sentido ontológico, contém a essência humana e, justamente por isso, coloca o humano em relação com a natureza, com os outros humanos e o conecta ao gênero. Esta é a atividade digna de um ser humano, ou melhor, a atividade que humaniza alguém.

Como demarcado ao longo desta seção, ocorre que o trabalho, que deveria ser uma propriedade interna, ativa do indivíduo, sob o estranhamento/alienação capitalista, torna-se exterior à trabalhadora e ao trabalhador, de modo que, na sociedade sob a égide do capital, o trabalho não pertence ao seu ser. A relação de propriedade coloca impasses à socialidade humana com base em suas especificidades. Nessa seara, como o trabalho se constitui como um meio de vida, com o seu produto estranho/alienado, onde trabalhadoras e trabalhadores passam a se sentir fora de si quando no trabalho (Marx, 2010). Pensemos em um exemplo a

partir do relato das participantes desta pesquisa. As Flores Belas e As coleguinhas debateram com bastante energia a necessidade de separar casa do trabalho. O que esteve em debate nas rodas de conversa foi a possibilidade de não deixar adentrar na unidade, em seus pensamentos e humor as demandas reprodutivas familiares, mas não era algo de questionamento o fato de que trabalho na unidade e o âmbito doméstico eram duas coisas separadas. Debatiam então o quanto era legítimo que cada uma poderia ocupar-se de suas próprias demandas em um tempo que não era delas, mas sim da empresa que as remunera e dos afazeres da unidade de saúde.

Nesse sentido, as palavras de Mészáros (2006, p.167) contribuem para esta reflexão: “A atividade é atividade alienada quando assume a forma de uma separação ou oposição entre ‘meios’ e ‘fins’, entre ‘vida pública’ e ‘vida privada’, entre ‘ser’ e ‘ter’, entre ‘fazer’ e ‘pensar’.” Aqui é imprescindível indicar também a ressalva do autor no sentido de que a simples supressão do privado é tão artificial e alienada quanto a fragmentação, a atomização e a privatização do público, pois tornar absoluto qualquer um deles denota duas possíveis situações: na primeira delas, a pessoa tem sua individualidade restringida; no segundo caso, a pessoa tem sua socialidade impedida. Ambas as situações são abstratas e descoladas da realidade.

Nesta conjuntura, Mészáros (2006, p. 241):

Quando, porém, o trabalho é desumanizado e subordinado como simples meio ao objetivo de perpetuar as relações sociais de produção reificadas, a “preocupação comum torna-se uma palavra vazia, e a “auto-realização” obtida por meio do trabalho como atividade vital do homem é impensável.

Este ponto permite desdobrar elementos que podem sinalizar contrapontos à dinâmica do reconhecimento delineada por Dejours (2004a), sob uma perspectiva marxista. Argumentarei que a desvalorização do humano — exacerbada pelo racismo — em favor da valorização do mundo das coisas – processo resultante do estranhamento/ alienação, mediado pela divisão do trabalho, pelos mecanismos de mercado (intercâmbio) e pela

propriedade privada que sustentam a sociedade capitalista, conforme discutido por Marx (2010) e retomado por Mészáros (2006) – não passa sem consequências para a discussão do reconhecimento. Esse processo de desvalorização influencia diretamente a forma como trabalhadoras e trabalhadores percebem o mundo que produzem.

O primeiro ponto a ser examinado nesta reflexão concentra-se na objetivação que ocorre por meio do trabalho estranhado/alienado na sociedade capitalista, como já foi discutido anteriormente. Este processo implica que, à medida que o trabalho se efetiva, a trabalhadora ou o trabalhador se desfaz enquanto sujeito, já que, nesse processo de objetivação, há uma perda do objeto que se cria, ao mesmo tempo em que ocorre a servidão a ele, em um mundo marcado pela coisificação.

Marx (2010, p.81) apresenta um elemento necessário a esta questão, no que diz respeito a separação que ocorre entre o produto e a/o trabalhadora/or nesta lógica estranhada: “Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é.”. Diferentemente de Dejours (2004a) que explicita que olhar somente para o produto do trabalho e não para a/o trabalhadora/or é parte da dinâmica do reconhecimento, as contribuições marxianas parecem sugerir que esta é a expressão do trabalho estranhado/alienado e que por isso, repercute negativamente a classe trabalhadora. Isso porque para Marx (2010, p.81):

A exteriorização do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa, mas bem além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele, independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha.

E continua Marx (2010, p.82):

A economia nacional oculta o estranhamento na essência do trabalho porque não considera a relação imediata entre o trabalhador (o trabalho) e a produção. Sem

dúvida. O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (...) Se portanto perguntamos: qual a relação essencial do trabalho, então perguntamos pela relação do trabalhador com a produção.

Tanto Marx (2010) quanto Dejours (2004a) destacam ao longo de suas contribuições o modo como o trabalho está para além das características de sua conformação atual vinculadas ao emprego e ao assalariamento. Para os dois autores, trabalhar é do humano, é criação. Contudo, apesar de Marx não ter tratado especificamente do reconhecimento, sua obra pode contribuir para pensar nele. Marx vincula o trabalho estranhado/alienado a um prejuízo indelével à classe trabalhadora, o que pode ser assimilado como negativo à efetivação da dinâmica do reconhecimento.

A partir da compreensão marxiana, o trabalho quando é reduzido a um meio de produção atravessado pela divisão do trabalho não permite a/ao trabalhadora/or se apropriar de todas as suas etapas, tendo seus empenhos e as suas colaborações limitadas e diluídas, não permitindo que essa/e trabalhadora/or se perceba no resultado, no produto, muito menos que dele se aproprie. De partida, ao ser admitida/o em um trabalho assalariado, aquela trabalhadora/or sabe que dele precisa para sobreviver fisicamente e lida diariamente com a expropriação. Produzo, mas em muitas das situações eu jamais saberei o gosto daquela comida, como é dirigir aquele carro, como é morar naquele apartamento. As minhas contribuições estão diluídas, assim como a de minhas/meus colegas e o resultado daquela atividade produtiva não me é familiar. Essa forma de produzir não me permite ver toda a criação humana envolvida, assim como não me permite conceber nitidamente que é a atividade produtiva que me faz humano. Sinto que no interno do local de trabalho, cada vez que eu me ocupo de mim mesma, de minhas demandas familiares, estou misturando coisas

que não deveriam ser misturadas. Com base em todo esse estranhamento, como então vou recolher reconhecimento de minhas produções e julgar a de minhas/meus colegas, como vou me identificar em minhas produções a ponto de conseguir recolher esse reconhecimento e a partir desse processo fortalecer minha identidade?

O aporte oferecido por Dejours (2004a) para pensar a dinâmica do reconhecimento parece sugerir que, apesar de todos os constrangimentos colocados pelo sistema o trabalho ainda existe uma via pela qual a atividade produtiva me permite ser reconhecida pela minha criação e contribuições por meio do olhar da/o outra/o trabalhadora/or que pode julgar não a mim, mas o que realizei e desse processo eu recolho reconhecimento, que me permite dar outro caminho ao inevitável sofrimento que atravessa a atividade. É possível ter prazer e recolher elementos que confirmam que essa atividade é um trabalho humano. Em uma perspectiva marxista há impedimentos estruturais para isso e a superação do estranhamento/alienação que repousam sobre o trabalho é a tarefa que se coloca.

O que questiono aqui, a partir dessa lente marxista, não é a validade do reconhecimento e sua importância para a manutenção da saúde, pelo contrário, os prejuízos de sua negação estão nítidos entre a classe trabalhadora, mas sim que me parece que se não é impedido, o reconhecimento possível nesta realidade é profundamente limitado pelo estranhamento/alienação. Aqui adiciono o segundo ponto que é como esse trabalho estranhado/alienado mediado pela propriedade privada, pelos mecanismos de mercado e divisão do trabalho apresentam as dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade sem as quais a compreensão desse trabalho, especialmente na realidade brasileira será prejudicada e que essas dimensões criam dificuldades para a dinâmica do reconhecimento.

Ao trazer para o debate a desigualdade que existe entre os tipos de trabalho e aquela que impede que sejamos todos iguais diante do reconhecimento, Molinier (2013) parece trazer à baila, de modo menos opaco, as trabalhadoras e trabalhadores que protagonizam a dinâmica do reconhecimento. Essa sinalização ocorre pontualmente em Dejours (2004a) quando ele destaca o modo como as desigualdades socialmente construídas parecem ser

mais determinantes do que a desigualdade psíquica, demarcando que a dinâmica do reconhecimento é concedida de modo desigual entre homens e mulheres. Ainda assim, maiores mediações parecem ser necessárias a partir do seguinte questionamento: que reconhecimento é possível nestas bases?

Ainda que respeitada a advertência de Dejours (2004a) de que a análise psicodinâmica desenreda situações de trabalho que estão para além do emprego, do assalariamento, ponto com o qual temos concordância, a realidade é, para o autor, intransponível e essa é organizada pelo sociometabolismo capitalista. Outro ponto a ser refletido está na afirmação de Dejours (2004b, p.33) de que: “É graças a este reconhecimento sobre o fazer que se pode respeitar e manter, apesar disso, relações de cooperação com pessoas com as quais não se simpatiza ou pelas quais se sente até mesmo uma certa aversão”.

Diante dessa afirmação, retomamos a afirmação de Bhattacharya (2023) de que a acumulação capitalista não é indiferente à racialização, sexualidade ou gênero. Pelo contrário, o capitalismo organiza e molda essas dimensões, que, por sua vez, influenciam a forma como o trabalho é organizado e extraído. O entendimento aqui defendido é de que a possibilidade de julgar a inventividade e as soluções dadas à produção é afetada pelo estranhamento/ alienação, permeado pela racialização e generificação, uma vez que é por meio delas que há a distribuição da força de trabalho e o afastamento de certos segmentos da classe trabalhadora de ofícios em que, como pontou Molinier (2013b) a esperança de reconhecimento pode ser mantida. Além disso, desconsiderar ou minimizar os efeitos desses elementos, poderia colocar em questão o caráter estrutural que a racialização e generificação têm, que afetam objetiva e subjetivamente, o que insistentemente afirmo nesta pesquisa.

Nesse sentido, no que tange à racialização, a abertura ao capitalismo dependente no Brasil que se sucedeu no século XX esteve intimamente ligada à produção científica da época, que buscava diagnosticar os limites e possibilidades para o progresso da nação.

Nesse contexto, os segmentos não brancos da população foram posicionados de duas maneiras: como símbolos do atraso e da ameaça ao futuro dessa nação.

De acordo com a análise de Moura (2019), no decurso da história brasileira após o fim do sistema escravista e início do desenvolvimento capitalista, foi apregoada uma democracia racial e, ao mesmo tempo, propagado que a situação de inferiorização da população trabalhadora não branca devia-se às suas próprias limitações ou ao desacordo dessas com os padrões do processo civilizatório em curso. Pelo mito da democracia racial estava formalmente assumido que a todas as pessoas estavam dados direitos e deveres e que as oportunidades de trabalho assalariado estavam ao alcance, bastava identificá-las. Nesse entendimento, a igualdade formal necessária ao capital estava garantida, mas essa franja marginal da população não desejava ou não estava apta a integrar-se à nova realidade.

Conforme recuperou Moura (2019, p.98):

Surge, concomitantemente, o mito da incapacidade do negro para o trabalho (...) O preconceito de cor é assim dinamizado no contexto capitalista, os elementos não brancos passam a ser estereotipados como indolentes, cachaceiros, não persistentes no trabalho e, em contrapartida, por extensão, apresenta-se o trabalhador branco como o modelo do perseverante, honesto, de hábitos morigerados e tendências à poupança e à estabilidade no emprego.

Esse trecho nos ajuda a entender como o projeto de dinamização da produção industrial no país elegeu o trabalhador branco europeu como o seu ideal e fomentou, por meio de uma forte política imigratória continuada e subvencionada, a vinda desses que eram considerados como superiores racial e culturalmente e aptos a suprir a força de trabalho da qual necessitava a sociedade brasileira (Moura, 2019).

Como parte desse intento, predominaram com grande ênfase entre os anos de 1900 e 1940 do movimento eugeníco brasileiro, produções científicas da época que buscavam atestar cientificamente a dita inferioridade da população negra, africana e mestiça, e indígena,

colocando-se como tarefa de uma fração da intelectualidade oferecer medidas para o melhoramento da raça por meio da hereditariedade (Carlos et al., 2020), fortemente ressonantes nas políticas de estado implementadas no pós-regime escravista. Um exemplo emblemático é o conjunto das obras de Raimundo Nina Rodrigues, médico, professor, antropólogo e etnólogo brasileiro. Em um de seus livros, *Os africanos no Brasil*, escrito no início dos anos de 1900, mas organizado e publicado postumamente no ano de 1932, Rodrigues (2021, p.20) afirma que:

A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo (...) as vastas proporções do mestiçamento que, entregando o país aos mestiços, acabará privando-o, por largo prazo pelo menos, da direção suprema da raça branca (...) Abstraindo, pois, da condição de escravos em que os negros foram introduzidos no Brasil, e apreciando as suas qualidades de colonos como faríamos com os de qualquer outra procedência; extremando as especulações teóricas sobre o futuro e o destino das raças humanas, do exame concreto das consequências imediatas das suas desigualdades atuais para o desenvolvimento do nosso país, consideraremos a supremacia imediata ou mediata da raça negra nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em todo o caso a sua influência não sofreada aos progressos e à cultura do nosso povo.

Na tese longamente defendida por Rodrigues (2021), ele atestara que era inconteste inferioridade da população negra, mas essa não estava vinculada à anatomia ou aspectos exclusivamente biológicos, mas sim ao “produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões e seções” (p.17). Diferente de outros contemporâneos, Nina Rodrigues não buscava atestar uma impossibilidade de civilizar homens e mulheres negros/as, mas, a partir do que entendia como fato notório de que não

haviam se civilizado e que poderia ser demasiadamente longo e limitado este processo, apontava para a inviabilidade de realizá-lo no ritmo necessário à nação de recente conformação capitalista.

Outra observação pertinente que contribui para a pensar a generificação e racialização que repousa em nossa história é a realização do Congresso Brasileiro de Eugenia realizado no ano de 1929 no Rio de Janeiro. Ao examinar as atas e trabalhos desse congresso Carlos et al. (2020) localizaram como a genericidade fomentou as discussões em torno da hereditariedade e reprodução, tendo o conjunto de participantes se ocupado do lugar da mulher no projeto eugênico brasileiro, no controle reprodutivo e na relação entre sexo biológico e melhoramento da raça. O encontro liderado pela Academia Nacional de Medicina foi divulgado como parte das festividades em comemoração do centenário da entidade, onde entre os tópicos debatidos foi propagado o ideal de mulher eugênica e que deveria colocar o útero à serviço da nação: aquelas brancas com cabelos louros e longos, que atendiam aos padrões de educação e cuidados em saúde, ao passo que as mulheres negras se recomendaram o processo de esterilização (Carlos et al., 2020).

Nesse evento, as mulheres da classe trabalhadora — as quais lidavam com a inserção no mercado de trabalho assalariado sob uma profunda desigualdade social e que enfrentavam a alta taxa de mortalidade de suas crianças — eram culpabilizadas por essas perdas, pois ao olhar dos/as especialistas presentes no congresso, elas não se dedicavam ao cuidado da prole e eram também responsáveis pelas “desordens sociais” (Carlos et al., 2020, p.787) por abandonarem as crianças em situações consideradas nocivas (Carlos et al., 2020).

Portanto, o racismo não aparece como uma mácula ou resquício da ordem escravista, assim como o sexism e generificação aparecem como organizadores fundamentais da sociedade capitalista brasileira. O capitalismo dependente aqui empreendido teve no racismo científico o aliado que tornou possível operar a divisão de trabalho em âmbito nacional. Esse processo distribuiu a força de trabalho em desiguais posições e aprofundou as nuances da

superexploração. Como então pensar a dinâmica do reconhecimento sem considerar tudo isso?

Em acordo com Faustino (2019), a defesa aqui é de que o racismo não é um simples ato de inferiorização e estigmatização dos povos não brancos no seio da sociabilidade capitalista, mas sim uma dimensão do estranhamento que interdita as possibilidades da identificação das pessoas negras como seres humanos tanto em sua dimensão singular quanto ao gênero humano. Isto significa que a interdição que o estranhamento/alienação provoca na identificação com o gênero humano ganha nuances particulares no caso da população negra, que, ao longo da história, não apenas sofreu o estranhamento em relação à humanidade como as outras parcelas da população, mas também enfrentou uma negação dessa condição. Isso tem profundas consequências na composição da classe trabalhadora, na forma como se organiza e se realiza o trabalho, e necessariamente entra em questão quando falamos do reconhecimento enquanto retribuição.

6.2 “Eu amo minha profissão que eu tenho. Se bem que eu gostaria de estar num outro, no consultório, mas eu não cheguei nesse ponto, nesse patamar” - O trabalho e as invisibilidades.

Como vimos, a discussão do reconhecimento traz consigo a necessidade de notar e considerar a atividade produtiva. Na complexidade para a sua efetivação, outra questão se mostra intimamente relacionada a essa discussão: o que é visto e o que é invisibilizado quando consideramos o trabalho e as/os trabalhadoras/es. Por isso, a questão das invisibilidades está profundamente conectada à discussão do reconhecimento. Assim como o reconhecimento, o termo invisibilidade é bastante popular e presente em muitas das pesquisas com as trabalhadoras de limpeza (Berni et al., 2016; Dutra & Coelho, 2020; Gemma et al., 2017), especialmente considerando que a maioria dessas trabalhadoras são negras e são significativamente afetadas pelas invisibilidades. A escolha do uso do termo no plural se deve à apreciação de duas diferentes interpretações — ainda que elas possam se relacionar a partir de desdobramentos que trataremos mais tarde — para a invisibilidade: a primeira

delas relaciona-se a uma dimensão invisível ineliminável no desempenho do trabalho; a segunda, vincula-se à dimensão social, mais especificamente ao modo como as expressões da desigualdade social alcançam segmentos da classe trabalhadora (Albuquerque & Ribeiro, 2020; Nunes, 2020).

A primeira interpretação é abastecida pelo conteúdo analítico da Psicodinâmica do Trabalho. Conforme Dejours (2004b), o trabalhar envolve, inevitavelmente, uma dimensão invisível. Essa camada invisível pode ser localizada na mobilização da inteligência implicada pelo trabalhador ou trabalhadora diariamente em seu local de trabalho para que, de fato, o trabalho aconteça. É no preenchimento das lacunas dos procedimentos e prescrições e enfrentando a imprevisibilidade do real que a atividade acontece. Mas tudo isso não entra na conta, não se torna nítido na produção final. Muitas vezes ainda, o controle e a vigilância institucional não toleram essa parte inevitável, apesar de dela não dispensar para que a tarefa seja cumprida — fazendo com que trabalhadoras e trabalhadores se empenhem em não deixar ver os ajustes por elas/ es empreendidos.

Isto posto, nessa compreensão, a parte visível do trabalho está vinculada à produção objetivada, e a avaliação de seu desempenho está atrelada ao que é materializado, o que não corresponde ao que é verdadeiramente essencial na produção. Por isso, para Dejours (2006), a parte essencial do trabalho pertence ao invisível e fica aquém de qualquer tipo de avaliação. Esta é uma primeira advertência levantada pelo autor. Uma segunda reside na constatação de que os trabalhos imateriais, que não deixam registros em forma de produtos, terão a invisibilidade acentuada, o que afeta até mesmo os aspectos que poderiam ser vistos se o trabalho fosse considerado com maior atenção. Para Dejours (2006), o setor de serviços é um exemplo significativo desse aspecto.

Sob essa lente psicodinâmica, Molinier (2013b) também se dedica a compreender essa invisibilidade que incide sobre os trabalhos que não produzem objetos tangíveis e, por isso, não apresentam uma expressão objetiva. Entre esses trabalhos está o atendimento das necessidades do outro por meio do cuidado, especialmente porque a eficiência desse tipo de

trabalho reside em atender as necessidades antes mesmo de serem demandadas, de forma invisível. Molinier provoca aqui a reflexão a respeito das séries de tarefas que estão abarcadas na reprodução social.

Essa ênfase dada por Molinier (2013b) à invisibilidade relacionada com o trabalho reprodutivo e com quem o realiza, predominantemente mulheres, especialmente mulheres negras, aponta para a segunda interpretação do termo, a invisibilidade social. Nessa forma de análise, não é possível falar de invisibilidade sem falar de quem é invisibilizada/do e, especialmente, do modo como as diferentes expressões da desigualdade social contribuem para que isso ocorra. Os movimentos feministas têm uma notável contribuição para este debate ao questionar o lugar da mulher na sociedade e a invisibilidade que a circunda enquanto protagonista do trabalho reprodutivo (Arruzza & Cirillo, 2024). O movimento negro também, ao revelar as profundas e intensas marcas da desigualdade para acesso e permanência no mundo do trabalho que atingem a população negra (Gonzalez & Hasenbalg, 1982), expõe como essa população é invisibilizada. Por esse prisma, o que invisibiliza alguém tem a ver com a raça, a classe, o gênero e a sexualidade, necessariamente.

As palavras de Moura (2019, p.98) localizam mais uma vez a questão em termos sócio-históricos:

Toda essa força de trabalho escrava, relativamente diversificada, integrada e estruturada em um sistema de produção, desarticulou-se, portanto, com a decomposição do modo de produção escravista: ou se marginaliza, ou se deteriora de forma parcial ou absoluta com a morte de grande parte dos ex-escravos. Esses ourives, alfaiates, pedreiros, marceneiros, tanoeiros, metalúrgicos etc., ao tentarem se reordenar na sociedade capitalista emergente, são, por um processo de peneiramento constante e estrategicamente bem manipulado, considerados como mão de obra não aproveitável e marginalizados.

Nessa mesma direção, Lélia Gonzalez (2020) destaca dentro dessa nuance que invisibiliza: historicamente, o trabalho que supõe contato com o público exigiu educação e

boa aparência. Mas o que significa ter uma boa aparência e educação em uma sociedade que se organiza a partir do racismo e sexismo? As características da população negra, devido ao racismo, foram associadas à feiura, à sujidade, à periculosidade, e, na passagem do sistema escravista para o capitalismo, essa associação se disseminou para distribuir a força de trabalho. Somado a isso, o curso histórico limitou a formação acadêmica e profissional dessa mesma população, barrando a inserção dessa parcela majoritária da população em postos de trabalho (Gonzalez, 2020). Sendo aquelas que não devem ser notadas, as mulheres negras ocupam a maior parte das vagas em que ficam invisíveis, como os trabalhos terceirizados de limpeza e o posto de trabalhadora doméstica.

Como discutido no capítulo “Dá mais lucro, eu acho que mulher dá mais duro, até doente a gente vai”: porque somos nós, mulheres, que realizamos o trabalho de limpeza.” exatamente sobre esse tipo de trabalho explicitado por Gonzalez (2020), o trabalho doméstico continuado realizado para famílias, as participantes dos grupos Flores Belas e As Coleguinhas manifestaram sofrimento vivido e realizaram duras críticas a esse tipo de trabalho, como a proferida por Violeta: "Mas, o pior que eu detesto é casa de família, não me bote pra trabalhar que eu não vou, aí sim de casa é a mesma coisa né. Já (realizei), mas eu detesto, odeio". Quando questionada sobre o que considerava ruim desse trabalho, Conceição Evaristo completou — encontrando ressonância nas demais —: "A humilhação". Humilhação como parte de uma relação violenta histórica que acompanha a história brasileira. Nesse sentido, para Gonzalez (2020), essas mulheres, ao ocuparem o lugar da trabalhadora doméstica, sofrem um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da inferioridade que lhe seriam peculiares.

Outras auxiliares de limpeza trouxeram contribuições para esta discussão no estudo de Dutra e Queiroz (2020). Essa pesquisa sublinha que mulheres negras participantes relatam um forte sentimento de invisibilidade social, percebendo pouco apreço da comunidade pelo trabalho que realizam e a ausência de identidade com a comunidade acadêmica, o que gera sofrimento. Três aspectos se destacam: o desconhecimento de seus

nomes pelos professores, servidores e estudantes, apesar de muitas delas trabalharem no mesmo local há mais de 10 anos; o desfazimento imediato de seu trabalho, como quando estudantes derramam café ou água no chão recém-esfregado; e, mais doloroso, homens que adentram aos banheiros masculinos durante a limpeza, despindo-se e urinando perante elas, caso as trabalhadoras não saiam a tempo. Outra característica destacada por trabalhadoras da limpeza participantes no estudo de Gemma et al. (2017) e que pode ser específica do trabalho reprodutivo que é o trabalho ser notado pelo negativo, ou seja, se nota quando não é desempenhado ou não é realizado a contento.

Outros segmentos da classe trabalhadora vão experimentar essa perversa invisibilidade. A Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz), no ano de 2022 publicizou elementos de uma pesquisa com grande capilaridade nacional intitulada "Os trabalhadores invisíveis da Saúde: condições de trabalho e saúde mental no contexto da Covid-19 no Brasil" que oferece mais elementos a esse respeito. Esse estudo envolveu mais de 21.480 trabalhadores/as, sendo 72,5% mulheres e 59% pretos e pardos, provenientes de 2.395 municípios das diferentes regiões do Brasil. Entre as categorias profissionais estavam maqueiros, condutores de ambulância, manutenção, operacional, cozinha e limpeza. A invisibilidade estava associada ao adoecimento dos trabalhadores, ao desestímulo e à desesperança (Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca [ENSP/Fiocruz], 2022). De novo, são mulheres e pessoas negras no centro da questão, e seus trabalhos conectados a reprodução que se realiza por meio da saúde pública.

6.3 “Quem vai cuidar dela? Eu digo, ‘não, tenho que ser mais forte do que ela’” - Reprodução e Violências

A invisibilidade da reprodução social, especialmente para as mulheres, com ênfase nas mulheres negras, oculta o trabalho essencial que realizam e as marcas da opressão que nele estão imersas. Os sofrimentos e as violências que enfrentam, tanto dentro quanto fora do ambiente de trabalho, permanecem ocultos, incluindo incerteza sobre a continuidade do trabalho, agressões enquanto cuidam durante uma pandemia global, o controle sobre seus

corpos e vidas, ameaças, tentativas de feminicídio e a dor da perda de um filho. Esse sofrimento, intensificado pelas condições de classe, gênero e raça, exige uma reflexão profunda sobre a saúde mental e os determinantes sociais do sofrimento, afetando a subjetividade das mulheres, em particular as racializadas como negras no Brasil. No contexto de suas vidas, não há como separar o que ocorre no trabalho das experiências que vivenciam fora dele, como busco explicitar ao longo deste inteiro estudo.

6.3.1 “Vivia com a saúde mental doente né, porque a qualquer momento o contrato poderia acabar” – Violência intrínseca ao sistema capitalista

A referida pesquisa da Fiocruz (2022) revelou que a invisibilidade que recai sobre as/os profissionais de saúde, sendo as mulheres as maiores atingidas, é permeada pela violência. Esse estudo mostra o quanto a violência e a discriminação foram intensificadas na pandemia e desenroladas nos locais de trabalho, na vizinhança, no trajeto e dentro das próprias casas. Essas violências sofridas por trabalhadoras em um momento assolador da pandemia que registrou até janeiro de 2025, 714.535 vidas interrompidas (Ministério da Saúde, 2025), apesar da particularidades do contexto pandêmico, guarda conexão com um quadro anterior que é a da violência por meio da qual o sistema se mantém, que provocou profundas alterações produtivas e que, de modo indissociável colocou uma série de dificuldades para a manutenção da reprodução dentro das famílias e fora delas, precarizando os serviços públicos responsáveis por sua socialização. Isso quer dizer que, quando a COVID chega e avassala, as trabalhadoras de serviços de saúde têm um significativo aprofundamento das precárias condições a que já estavam expostas.

A frase de Violeta que nomeia esta seção é ilustrativa dessa questão. O sofrimento a que ela se refere corresponde ao período que antecede a processo de terceirização, nos quais eram vigentes os contratos por serviços excepcionais no órgão municipal, conforme detalhado no capítulo “Dá mais lucro, eu acho que mulher dá mais duro, até doente a gente vai”. Violeta é acompanhada por Flor que refere que o trabalho na unidade de saúde “Me tirou do fundo do poço no momento que eu mais precisava, por que não agradecer? Eu não tava

precisando demais? Todo mundo precisa. É um salariozinho certo e agora mais do que nunca, tem tudo, carteira assinada” (Flor). Essa instabilidade do vínculo que foi atenuada por uma medida fortemente precária que é o registro por uma empresa terceira, é indicativo da gravidade das condições em que se realiza a reprodução sob responsabilidade pública.

Colombi e Moraes (2023) defendem que é por meio da violência que valorização do valor ocorre. Essa violência ganha forma por meio das políticas de austeridade fiscal e as reformas trabalhistas. Para as autoras, isto significa que, as alterações produtivas e sociais das últimas décadas tem agudizado as desigualdades internas e intra-países, com o agravamento do desemprego e da pobreza de modo generalizado, contudo, esse processo vai aliar-se as conformações estruturais e nos casos de países de capitalismo dependente como o Brasil, vai ganhar contornos ainda mais exacerbados com a devastação dos mercados de trabalho, a pobreza, a informalidade do trabalho e o engrossamento do exército de reserva. Nessas condições, a barbárie se intensifica, acompanhada do apelo ao conservadorismo, na moral e nos costumes, aliando a precarização do trabalho e a reafirmação da opressão às mulheres.

Está cada vez mais difícil garantir a sobrevivência — o que na realidade brasileira é alarmante dadas a toda formação sócio-histórica com a qual nos defrontamos ao longo deste texto — e há nesse cenário um esvaziamento de direitos da classe trabalhadora, que ataca especialmente os trabalhos assalariados ocupados pelas mulheres e essas mesmas mulheres enfrentam dentro de suas residências as profundas dificuldades de manter a comida na mesa e o teto sob suas cabeças. Ou seja, a violação está colocada às mulheres no âmbito privado e é estrutural.

6.3.2 “Tentou me matar umas cinco vezes, não conseguiu, eu tô aqui contando a história”. Violência e reprodução social

Então, essa violência que é colonial, racializada e generificada continua e se intensifica nesse contexto neoliberal. As mulheres continuam a viver situações de violência de gênero, e as residências permanecem como palco de sua ocorrência. Além da violência

registrada que explicita a opressão vinda de homens da classe dominante, como no caso do senhor escravista, a realidade das mulheres é permeada pela violência em seu núcleo familiar, perpetrada por seus companheiros, membros da classe trabalhadora. Como compartilhou Celinha:

Eu não trabalhava porque ele não deixava eu trabalhar fora, nem deixou eu estudar.

Eu pensando que quando me casasse eu ia continuar o meu estudo, ele não deixou eu estudar e não deixava eu trabalhar (...) Quando eu olhei pra porta, meu marido estava na porta da escola: “Psim, volta pra casa”. Aí eu fiquei com vergonha dos meus colegas de escola, a professora perguntou: “Você quer que eu vá falar com ele?” ‘Não professora, porque ele é muito grosso, vá não’. Tentou me matar umas cinco vezes, não conseguiu, eu tô aqui contando a história.

Celinha teve sua juventude dolorosamente marcada pela violência. Ela se casou aos 15 anos, forçadamente interrompeu seus estudos, tornou-se mãe, vendia produtos feitos por ela em sua residência e sobreviveu — de forma literal — às diversas tentativas de feminicídio que viveu durante a fase adulta. Tudo isso enquanto mantinha o trabalho reprodutivo por meio do qual o seu companheiro se refazia.

É inconteste, de todas as formas, a brutalidade e perigos aos quais estão expostas parte das mulheres da classe trabalhadora, assim como Celinha. Diante de toda a ameaça a vida, ela relatou que:

Eu não procurei a justiça, a polícia, por motivo que eu pensei em duas pessoas, primeiro lugar minha filha e segundo lugar minha sogra que está em estado de cadeira de rodas. Ela estava em cima de uma cama, aí eu fiquei pensando, meu Deus, se eu for dar parte dele e ele for preso, ela vai saber, aí quando ela souber ela pode não resistir, morrer e eu ficar com esse sentimento de culpa” (Celinha).

Mesmo em uma situação limite, chama atenção como ainda se trata de mulheres. A violência praticada que marca profundamente, ameaça a continuidade da vida e ao mesmo

tempo coloca o peso sobre os ombros dessa mesma mulher por ser ela aquela responsável por manter a continuidade da família, por cuidar do bem-estar e evitar que os danos impingidos a ela, macule as outras mulheres desse núcleo.

As análises dos diferentes aspectos que envolvem a violência praticada por familiares contam com uma importante tradição de estudos e debates produzidos por muitas autoras, com uma densidade expressiva que extrapola os limites desta tese. Contudo, alguns elementos que podem contribuir para esta discussão foram colocados pela TRS e serão aqui acionados.

Para Bhattacharya (2019), dois subsídios podem auxiliar este debate: as dificuldades impostas à classe trabalhadora, que se materializam com as medidas de austeridade, e as tentativas de reorganização da reprodução que se apoiam no reforço das identidades de gênero e na reafirmação de ideologias sobre a família. No primeiro aspecto, a produção e a reprodução são permanentemente atacadas por medidas que visam garantir a acumulação capitalista e, em resposta às sucessivas crises sistêmicas, a reestruturação do trabalho com constantes medidas que precarizam a venda da força de trabalho, criando impasses inevitáveis à reprodução social. Há décadas, está em curso um processo de sucateamento das instituições públicas que possibilitam a reprodução social fora das residências, e cada vez mais as famílias são pressionadas a dar conta da reprodução, o que se realiza com restrições cada vez maiores.

De acordo com Bhattacharya (2019), as políticas neoliberais apelam retoricamente à responsabilidade individual para encobrir essa devastação dos serviços públicos e empurrar para dentro das casas ainda mais responsabilidades, explorando nichos de mercado e vendendo serviços para aqueles que possam pagar. Este ponto se relaciona ao próximo: nessa circunstância, as mulheres continuam a ser constrangidas a lidar com todas essas restrições e a manter o aprovisionamento necessário para a manutenção de seu grupo familiar, sob reforço da autoridade masculina. A reprodução, como escancara a realidade, não ocorre sempre em espaços seguros.

Ainda nos diálogos grupais, outra manifestação diversa de violência se manifestou no relato de Maria: “Ele dizia que ia se matar, entrou na minha mente. Eu tinha medo dele fazer e a família dele vir me culpar, entendeu?”. De novo a culpa, e ela que contribui para que Maria continue nessa relação, mesmo sem desejar. Ela expressou como o trabalho assalariado explicitou abusos na sua relação:

Foi quando eu me dei meu presente (trabalho), aí ele começou com ciúmes ainda.

Virei sapatão (...) eu digo que perdoei ele, mas não perdoei não, porque quem perdoa esquece, eu não esqueço isso. Ele disse “você trabalha ali perto de 4 motel, é tão fácil você entra no carro daqui como motel ninguém tá vendo (Maria).

O controle da sexualidade e o controle do trabalho emergem nesse cenário, afetando os mais vulneráveis, dos quais as mulheres são parte. Nas palavras de Bhattacharya (2019, p. 28): “Se é importante afirmar que os homens da classe trabalhadora têm algum controle sobre o tempo e a sexualidade das mulheres da classe trabalhadora, estes estão jogando de acordo com as regras edificadas pelo capitalismo”. Essas considerações são necessárias para não abordar a violência de forma abstrata e não retirar dela sua complexidade. Não atentar para as particularidades existentes na violência que acontece internamente às famílias trabalhadoras, retirando as dimensões de classe e raça, por exemplo, seria incorrer em uma compreensão prejudicada. Não se trata de relativizar, mas de buscar compreender as mediações postas.

Por exemplo, o ganho financeiro por meio do trabalho assalariado para mulheres brancas e a ameaça que representa ao poder do marido, sustentado também pela dependência financeira, são diferentes do que ocorre nas famílias trabalhadoras negras, onde as mulheres negras são historicamente participantes do trabalho assalariado fora de suas residências. A possibilidade de algum nível de independência financeira também diverge entre mulheres com trabalhos mais bem remunerados e aquelas cuja precarização não possibilita mais do que minimamente alguns alimentos à mesa. Assim, a expectativa relacionada ao masculino provedor e ao feminino atrelado ao lugar privado a ser ocupado

pela mulher, e o desejo de trabalhar relacionado a um rompimento com o padrão e ao levantamento de questões de respeito e honra, com o controle reprodutivo e a defesa da constituição da família heterossexual sustentados pelo novo patriarcado ou cisheteropatriarcado, como elabora Oliveira (2021), com a busca de manter o poder, privilégio e domínio masculino.

Diante disso, é possível pensar na forma como a violência de gênero se assenta em uma fusão entre as condições materiais postas na realidade e o que ideologicamente se espera com a generificação. De novo, a distribuição que coloca os homens como únicos mantenedores de suas famílias nunca predominou entre a classe trabalhadora, especialmente nas suas camadas mais empobrecidas, no entanto, é pego de empréstimo do capital como modo de vida a ser perseguido, mesmo sem encontrar ressonância na realidade (Bhattacharya, 2019).

6.3.3 “Mas todo dia eu lembro do meu filho, todo dia, todo dia. Todo santo dia e assim nous vai” - A maternidade e as mulheres negras

Essas dilacerantes palavras que compõem este subitem foram proferidas por Brenda. Essa trabalhadora, pouco após a sua apresentação ao grupo no primeiro encontro, passou alguns segundos concentrada em seu celular. Em seguida, ela mostrou uma foto a todas as participantes: nela estavam as duas filhas e o filho. A exposição veio acompanhada da informação do assassinato do filho, o mais novo dos três: “Mataram ele, ele tinha acabado de completar 14 anos, aí eu fiquei só com as meninas mesmo e tô aqui” (Brenda). A informação silenciou o grupo por alguns minutos. Brenda acrescentou: “Aceitar a gente não aceita mesmo, a gente finge que aceita”.

A informação do assassinato de adolescentes e jovens negros em nosso país, especialmente homens, faz parte do dia a dia de nossa sociedade. Eles estão nas estatísticas, nos noticiários, nas músicas. “Me ver pobre, preso ou morto já é cultural, histórias, registros e escritos, não é conto nem fábula, lenda ou mito” cantaram os Racionais MC's em Negro Drama (Racionais MC's, 2002); “Hashtags #PretoNoTopo, bravo! 80 tiros te

lemboram que existe pele alva e pele alvo” entoou Emicida (2019). A dor de quem fica, principalmente das mães, também recebe registros em vídeos, depoimentos e estudos. Eles não são novos, são historicamente colhidos no Brasil. Ao contrário das tentativas de Brenda de fingir que se acostuma, dos Racionais e de Emicida que as denunciam, está em curso socialmente — desde muitos séculos— um processo de naturalização frente às vidas aniquiladas e à dor dessas mulheres que testemunham que seu filho “morreu novo, novo, não viveu nada da vida” (Brenda).

Em seu recente livro “Na mira do fuzil”: a saúde mental das mulheres negras em questão, publicado no ano de 2023, Rachel Gouvea Passos traz imprescindíveis contribuições a essa discussão. É a partir dos relatos de mulheres mães negras que tiveram seu filho assassinato pelo aparato policial no estado do Rio de Janeiro que a autora faz suas análises e teces suas contribuições. Para Passos (2023), a animalização e coisificação está colocada a população negra desde o período escravista e recebe novos contornos na sociedade de classes capitalista. Nessas condições, a historicidade da questão aponta para a realidade que na medida em que a mulher negra foi coisificada e animalizada, consequentemente, sua maternidade foi mercantilizada e a ela negada a possibilidade de escolha. É importante destacar que o direito de escolher passa não só pela recusa de gerar, mas também— e em certa medida, principalmente— por desejar ter filhos e materná-los, ou seja, gerá-los e ter garantido o direito de parí-los em segurança e prove-los cuidados e afeto.

No período escravista, como delineado no capítulo “Dá mais lucro, eu acho que mulher dá mais duro, até doente a gente vai”: porque somos nós, mulheres, que realizamos o trabalho de limpeza”, as mulheres negras escravizadas conviviam com o trabalho intenso na lavoura durante a gestação, tendo ameaçada a própria vida e da criança gestada. Quando sobreviventes a gestação e parto, muitas crianças eram assassinadas pelo escravista para que àquela mulher escravizada pudesse nutrir com o leite produzido o bebê da casa grande, ao invés do seu. Em tantas outras situações, sua filha ou filho era comercializado, rompendo definitivamente aquela relação. E muitas situações ainda, a criança gerada era fruto de

estupro praticado por esse mesmo escravista (Giacomini, 1988). Sob a égide do capitalismo, esse direito continua a ser formal, porque como bem delinearam Carlos et al. (2020), o projeto eugenista presente na ciência e com reverberações nas políticas públicas, especialmente, nas políticas de segurança e saúde, tornaram a maternidade negra como um comprometimento negativo para o projeto de país em curso.

Nesse sentido, Passos (2023) afirma que nesse movimento de negação das relações entre mulheres e homens, mães e filhos, pais e filhos, também a subjetividades de mulheres e homens negras/os se constitui nesse processo de negação de sua humanidade. Subjetividades essas ignoradas, coisificadas e tornadas irrelevantes. Os seus sofrimentos também. A esse respeito, Passos traz uma notável tônica ao imaginário social em que reina o entendimento de que as mulheres negras são detentoras de uma particular capacidade de suportar a dor, diferentemente de outras mulheres.

Um significativo exemplo disso está presente no celebre discurso “E eu não sou uma mulher?” proferido Sourjouner Truth, ativista abolicionista norte-americana, em 1851, do qual destaco o seguinte fragmento: “Eu parí 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?”. Essa suposta tolerância a dor continuou a ser propagada, assim como Passos (2023) pôde explicitar em sua pesquisa. Diante disso, Passos (2023) assevera que à saúde mental nunca foi tão importante debater as determinações sociais por meio das quais se tecem os processos de subjetivação e nos modos de vida. Qual a concepção de saúde mental e projetos societários em disputa estão aqui em questão.

Nessa mesma direção, Faustino (2019) defende que o racismo deve ser identificado como um determinante social do sofrimento psíquico, destacando a importância desse debate para a compreensão da subjetividade no Brasil. Entretanto, essas considerações não estão no sentido de reafirmar que existe o problema do negro no Brasil, mas sim dar a devida importância ao modo como os efeitos subjetivos do racismo estão colocados a todas as pessoas e que a ausência da população branca nesta discussão limita a compreensão.

Por todos os elementos analisados até aqui, parece ser possível afirmar que não se abre mãe das mulheres negras na reprodução social. Nela, elas serão responsáveis pela criação de crianças, contudo, não serão necessariamente as suas. Seus filhos são mortos, retirados de seus lares, elas são forçosamente esterilizadas, têm suas vidas ameaçadas por falta de assistência no parto, mas não se dispensa sua força de trabalho para ser a babá, a cuidadora, a merendeira e a auxiliar de limpeza.

7 Considerações Finais

Foi um longo caminho até aqui, o que novamente dialoga com Jurema Werneck. Percorrendo trajetos iniciados em meio às incomensuráveis lutas de tantas mulheres negras que vieram antes de mim, continuei a trilhar o campo que propõe colocar no centro das análises como raça, classe, gênero e sexualidade estão presentes na relação entre saúde mental e trabalho. Esse percurso, outrossim, foi marcado por mais de 500 km pelo território, 56 visitas realizadas e pelo menos 9 horas de conversas em grupo. No entanto, todo esse longo caminho só poderia ser percorrido ao lado das mulheres que aceitaram caminhar comigo.

Durante nossos encontros, as trabalhadoras com as quais construí este estudo estavam sorridentes, agradecidas pelo trabalho e pelas novas condições possibilitadas pela mudança recente do tipo de contratação. Além disso, de modo unânime, expressaram o que sentiam pelo trabalho que realizam: o amor.

Diante desse contexto, aceitando a convocação de Himani Bannerji, que nos ensina que nas entradas no social possibilitadas pela pesquisa “é preciso ir acima e por detrás dela” (Bannerji, 2022, p. 2083), busquei, no decorrer deste estudo, compreender os elementos que sustentam os dizeres das participantes e o que mais havia em suas histórias. Isto é, como as particularidades das quais elas fazem parte são componentes das relações sociais tecidas no sociometabolismo capitalista.

Para isso, os questionamentos orientadores concentram-se em torno das desigualdades de raça, classe, gênero e sexualidade presentes na realidade e como elas repercutem na relação entre saúde mental e trabalho das participantes. O interesse, nesse caso, era saber se essas repercussões poderiam contribuir para prejuízos na dinâmica do reconhecimento e ampliar a invisibilidade, influenciando, assim, a saúde mental dessas trabalhadoras. Isso porque, entre as contribuições das Clínicas do Trabalho, com especial destaque para a PDT, a dinâmica do reconhecimento e a invisibilidade mostram-se de grande importância para compreender a relação entre saúde mental e trabalho.

O conjunto de argumentos apresentados neste texto buscaram sustentar a tese de que o trabalho das auxiliares gerais sofre com a desvalorização social e invisibilidade, por se constituir como um tipo de trabalho reprodutivo realizado por mulheres, principalmente por ser executado, de forma predominante, por mulheres negras. Nesse contexto, na sociedade em que vivemos, as dimensões de classe, racialização e generificação afetam negativamente a dinâmica do reconhecimento e podem prejudicar a saúde mental dessas trabalhadoras. Diante disso, a PDT oferece uma base importante para a análise da invisibilidade e do reconhecimento, mas carece de uma abordagem que leve em conta essas dimensões, que são elementos fundamentais para entender a realidade dessas trabalhadoras no Brasil.

Para defender essa proposição, cumpriram-se os objetivos de analisar como a raça, classe, gênero e sexualidade estão presentes na relação entre trabalho e saúde mental de mulheres que exercem o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais em Unidades de Saúde da Família da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB. Especificamente, discuti, a partir do diálogo com as trabalhadoras, como as relações de classe, raça, gênero e sexualidade estão relacionadas à inserção e manutenção dessas trabalhadoras nessa categoria profissional, refletindo com elas sobre o trabalho realizado, bem como os aspectos de visibilidade e invisibilidade presentes nele, e compreendendo como as dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade reverberam na saúde mental dessas trabalhadoras.

Desde o primeiro contato com todas as trabalhadoras do distrito, as expressões do trabalho reprodutivo estiveram presentes em seus relatos, permitindo localizar aspectos da reprodução social da classe trabalhadora e como a racialização e a generificação se manifestam. Todos os dias, essas mulheres preparam as crianças para ir à escola ou precisam criar estratégias para cuidar delas quando não estão estudando, cozinharam, limpam, cuidam de familiares doentes, providenciam alimentos para outros familiares e vizinhos, e oferecem suporte emocional a conhecidos e desconhecidos. Essas e outras atividades compõem o dia a dia dessas mulheres, demarcando como os espaços físicos distintos da casa e do trabalho se entrelaçam.

Falar de reprodução social é também falar de como as mulheres lidam cotidianamente com a vida marcada pela gestação na adolescência, pelas violências de gênero na relação conjugal, pela violência que atinge sua face mais brutal com o assassinato de um adolescente, onde o luto é vivido junto com a necessidade de continuar a prestar cuidados, pela migração em busca de sustento, e pelo modo como essa mesma necessidade de sobrevivência leva a deixar a sala de aula e alguns planos parecem impossíveis.

A casa e a unidade familiar eram lugar de produção e reprodução. Com o desenvolvimento capitalista a produção passa a ocorrer fora dos lares, em indústrias, escritórios e minas, por exemplo, lugares esses que são considerados econômicos e o trabalho neles localizados remunerado na forma salário. Nas famílias permaneceu a reprodução, sendo feminilizada e permeada por sentimentos, conhecida como cuidados, realizada como natural da maternagem e não por dinheiro. Acontece que, nessa configuração, a reprodução social nunca esteve circunscrita ao privado de cada moradia, expandindo-se pela vizinhança, pelas comunidades, instituições (Arruzza, et al., 2019).

Para a família trabalhadora isto está ainda mais nítido. Elas ajudam e precisam de ajuda para manter a reprodução em muitos momentos de suas vidas, no que diz respeito a vizinhança e comunidade. As filhas e os filhos das trabalhadoras não dependeram apenas de a mãe tê-los parido, alimentado e proporcionado uma casa em condições para que eles e elas dormissem, pudessem crescer e de força de trabalho potencial se constituírem em de fato trabalhadores e trabalhadoras a serviço da acumulação capitalista. Fez parte de todo esse processo, acolhimento emocional e inúmeros apoios que permitiram a esperançar um futuro promissor.

Acontece que o não pagamento desse trabalho é a tônica do capital. Não remunerar as mulheres pelo seu desempenho é parte de sua lógica. Por isso, a TRS procura identificar as diversas lutas que ocorrem em torno da garantia da reprodução, como a luta por alimentos, moradia, entre outras demandas imprescindíveis para uma vida verdadeiramente humana e

que não são compreendidas como dentro do escopo da luta da classe trabalhadora. Para essa perspectiva, as lutas estão para além das reivindicações salariais.

Essas mulheres não o fizeram de modo isolado, participam de uma comunidade que, em maior ou menor medida, conta com a sua participação para que re(existam) contra as incontáveis dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora para se reproduzir cotidianamente. As estratégias de sobrevivência trazidas pelas trabalhadoras não são individuais, mas expressões da luta de classes.

Por todos os elementos analisados ao longo desta tese parece ser possível afirmar que às mulheres negras são protagonistas na reprodução social. Sua força de trabalho é indispensável para o cuidado de crianças, mas não se garante o seu direito reprodutivo e a vida de suas filhas e filhos. Mulheres negras tem cotidianamente que lidar com a morte de seus filhos, com o impedimento de conviver com elas/es, são forçosamente esterilizadas, têm suas vidas ameaçadas por falta de assistência no parto, mas não se dispensa sua força de trabalho para ser a babá, a cuidadora, a merendeira e a auxiliar de limpeza de forma naturalizada, como já afirmara Lélia Gonzalez. Diante dessa realidade, a TRS direciona seus esforços para desocultar e visibilizar esse trabalho anteriormente invisível nas análises econômicas clássicas e negligenciado nas formulações de políticas públicas, buscando, assim, dar visibilidade a essa contribuição fundamental (Bhattacharya, 2023b).

Nessas instituições em que elas compõem de forma exorbitante a força de trabalho, dialogando com Bento (2002), o que faz com que as mulheres, especialmente as pretas e pardas, figurem como as melhores candidatas para a vaga de auxiliares de limpeza para as/os selecionadoras/es tem a ver com relações sociais nas quais as dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade. Essas dimensões estão presentes no trabalho das Auxiliares de Serviços Gerais desde a inserção até como esse trabalho se organiza como o tipo de contratação, a configuração dos serviços e a hierarquia que lá se estabelece.

Como uma outra face das nuances do trabalho reprodutivo, no diálogo com as participantes, houve unanimidade na identificação de que o trabalho realizado não estava

restrito à limpeza. Cotidianamente, essas mulheres são buscadas por pessoas usuárias da unidade de saúde onde estão para uma conversa, ainda que breve, para um abraço, para um suporte emocional. Esse acolhimento e apoio são extremamente significativos para aquelas e aqueles que o recebem e, como demarcamos até aqui, para a participação dessas pessoas na dinâmica da sociedade. Mas é preciso ir além da aparência desse trabalho para que isso se explique e para aproximar-se do que no trabalho dessas mulheres é marcadamente importante em sua atuação e para a manutenção dessas unidades enquanto espaços de reprodução social. É interessante se atentar para como esse suporte se espalha para além daqueles e daquelas que buscam atendimento dentro do funcionamento da unidade. Existem outras trabalhadoras e trabalhadores que se relacionam com a unidade por meio da limpeza urbana e que encontram nas participantes um ponto de apoio afetivo e material. Compreender, por meio deste estudo, como são tecidos esses elos entre a classe trabalho foi bastante significativo para aproximar-se da solidariedade que está sendo tecida, mas que não é vista. Permite ver os processos de luta e resistência coletiva que estão para além das reivindicações trabalhistas setorizadas nos postos de trabalho, como propõe a TRS.

Nesse sentido, incluir a luta de classes como um elemento central na análise da reprodução social das pessoas trabalhadoras permite compreender a verdadeira profundidade da noção marxista de diferença dentro da classe. Reconhecer que a classe trabalhadora pode se constituir de maneiras diversas, com salários diferentes e acesso desigual aos recursos necessários para a reprodução social, vai além de uma simples observação empírica. Ao destacar como as relações sociais concretas e as histórias de luta contribuem para a formação da força de trabalho, Bhattacharya (2023b) aponta os pontos de solidariedade de classe, que precisam ser fortalecidos para assegurar condições dignas de vida para todas as trabalhadoras e trabalhadores.

O trabalho das auxiliares de serviços gerais, assim como de outras trabalhadoras responsáveis por limpeza e manutenção de ambientes sob outras nomenclaturas, ocorre por meio da terceirização, sendo essa uma importante expressão da precarização do mundo do

trabalho, que atinge amplamente as mulheres. Entretanto, o diálogo com as trabalhadoras e os seus relatos contribuem para a reflexão da complexidade dessa discussão em uma realidade marcada por profundas dificuldades na busca pela garantia de meios de sobrevivência.

A situação prévia das trabalhadoras era permeada pela instabilidade e desproteção social, seja em trabalhos informais anteriores ao de auxiliar de serviços gerais, seja pelo tipo de contrato de caráter excepcional estabelecido pelo órgão municipal. Este contrato as expunha semestralmente à questão da renovação, e a cada quatro anos, a mudança de gestão poderia representar a demissão. Além disso, o recebimento de um baixo salário era a única provisão.

A terceirização é recente, e o funcionamento de uma empresa deste tipo parece ser uma realidade nova para elas. A rotatividade e a fragilidade dos vínculos e das garantias trabalhistas discutidas teoricamente não parecem estar como uma preocupação primeira associada à terceirização. O que é preponderante agora é a segurança de ter um trabalho formal. A segurança alimentar proporcionada pela cesta básica, que se estende a familiares e vizinhos, o que é bastante expressivo da condição (ou ausência dela) em que a maioria vive a classe trabalhadora em nosso país. É alarmante como essas mulheres, que tem atividades de trabalho remuneradas há anos, sentem que foi somente nos últimos dois que puderam ter a garantia de alimentos. É notável também como o apoio para o resguardo a delimitação de suas tarefas e o respaldo para estabelecer limites pareceu inexistentes ao longo dos anos de trabalho.

Por tudo isso, abordar a terceirização a partir do relato das participantes envolve evitar simplificações como aquela que diz que elas estão simplesmente satisfeitas, ou que elas não conhecem ou não lutam pelos seus direitos. Analisar o que elas dizem passa por conhecer como chegaram até aqui, o que esse trabalho representa e o que ele garante, o que não o faz menos precário, mas ainda assim, indispensável.

Cada uma das trabalhadoras, a seu modo, trouxe para os diálogos expressões do sofrimento gerado pela exploração e opressão, como analisado nos capítulos anteriores. No entanto, ao observar como lidam com esse sofrimento, identifiquei aspectos menos nítidos sobre como, para essas mulheres, até mesmo o direito de sofrer lhes é negado. Ser uma mulher da classe trabalhadora parece não permitir que elas possam parar para sentir, como nos disseram, se isso ocorrer, adoecem. A negação do sofrimento para mulheres, especialmente negras é histórica. Não foi permitido ou olhado suas dores quando trabalhavam nas lavouras durante a gestação, quando seus filhos eram retirados no passado, no presente, faz-se partos sem anestesia, tiram seus filhos e supostamente elas aguentam a dor. No caso das Flores Belas e das Coleguinhas, a perda do filho pela violência, a violência dirigida a elas próprias dentro de suas casas parece não poder ser de fato sentida.

As chaves de análise oferecidas pela PDT para pensar a subjetividade e como nos processos de trabalho ela é mobilizada, bem como como a invisibilidade e a dinâmica do reconhecimento, como ambos demandam a cooperação e deles não passa ilesa a saúde mental, são extremamente importantes. Contudo, alguns aspectos da realidade brasileira convocam a tensionar afirmações e propor um alargamento no seu conteúdo.

Esse processo de invisibilização que está diretamente relacionado às dimensões de racialização, generificação e classe parece adensar o que na PDT é a invisibilidade que todos os trabalhos possuem. Nem tudo, ou melhor, boa parte do que é necessário para realizar uma atividade permanece fora dos holofotes. As invenções, adaptações, criações que não foram anteriormente previstas e que cada trabalhadora/or adiciona fazendo com que uma demanda seja cumprida permanece desconhecido, parte das vezes porque não se reconhecem as falhas organizacionais e trabalhadoras/es sabem que as modificações, ainda que imprescindíveis, não são sempre bem-vindas. Mas, no caso do trabalho reprodutivo dentro das residências ele é permeado por invisibilidade. As inúmeras tarefas que os compõem não são notadas quando feitas antes de sua falta ser sentida e para que o capital continue a desfrutar dele, é conveniente que continue assim, invisibilizado. Mas quando ele ocorre de

modo mercantilizado externamente as famílias, as invisibilidades persistem. No caso das trabalhadoras de limpeza das diferentes instituições do país, a terceirização de seu trabalho complica a forma como o conhecimento sobre o trabalho é produzido e analisado. O processo de adaptação das trabalhadoras é dificultado pela rigidez das prescrições impostas pelas empresas terceirizadas, que não reconhecem as especificidades e necessidades reais do trabalho.

Quando se trata da dinâmica do reconhecimento, tece questionamentos, à luz da teoria marxista, não é a validade do reconhecimento, que é essencial para a saúde mental e bem-estar, mas sim os limites desse reconhecimento, que é profundamente restrinrido pelo estranhamento/alienação que estão no cerne do trabalho na sociedade capitalista.

Esse estranhamento/alienação, mediada pela propriedade privada e pelos mecanismos de mercado, revela como as dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade afetam a dinâmica do reconhecimento. Sem essas dimensões, a compreensão do trabalho dessas mulheres, especialmente no contexto brasileiro, seria incompleta. As dificuldades impostas por essas desigualdades criam barreiras para que uma verdadeira dinâmica de reconhecimento possa ocorrer.

A contribuição de Molinier (2013) ao debate sobre desigualdade no trabalho e reconhecimento aponta para as trabalhadoras e trabalhadores que protagonizam essa dinâmica, ressaltando as especificidades das relações de classe. Dejours (2004a) também sinaliza que as desigualdades socialmente construídas, mais do que as desigualdades psíquicas, influenciam profundamente o reconhecimento, especialmente entre homens e mulheres. No entanto, essas mediações ainda precisam ser aprofundadas para entender que tipo de reconhecimento é possível nas condições em que essas trabalhadoras se encontram.

Nessa direção, a análise de Bento (2002) sobre as subjetividades construídas a partir da racialização e do sexismo traz uma reflexão importante para a compreensão da dinâmica de reconhecimento. Seguindo essa linha, a expectativa de Dejours de que se pode cooperar mesmo com quem se despreza precisa ser contextualizada nas relações de trabalho, onde o

racismo e o sexismo agravam ainda mais as dificuldades enfrentadas pelas mulheres. Compreender essas dificuldades é essencial para reconhecer as especificidades da classe trabalhadora e, assim, fortalecer suas lutas.

As Flores Belas e As Coleguinhas resistem e querem continuar a resistir juntas. Antes elas já haviam se visto, em uma reunião, inauguração ou cobertura em alguma unidade, nos grupos elas se encontraram e desejam que eles continuem. Juntas elas contam e ouvem sobre a vida, trocam impressões e vivencias do trabalho, e se fortalecem. Que continuemos!

7 Referências

- Aguiar, W.M.J., & Ozella, S. (2006). Núcleos de Significação como Instrumentos para a Apreensão da Constituição dos Sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26(2), 222-245. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000200006>
- Aguiar, W.M.J., Soares, J.R., & Machado, V.C. (2015). Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. *Cadernos de pesquisa*, 45(155), 55-75. <https://doi.org/10.1590/198053142818>
- Alberto, M.F.P., Santos, D.P., Leite, F.M., Lima, J.W., & Wanderley, J.C.V. (2011). O trabalho infantil doméstico e o processo de escolarização. *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 293-302. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000200010>
- Albuquerque, M. V., & Ribeiro, L. H. L. (2020). Desigualdade, situação geográfica e sentidos da ação na pandemia da COVID-19 no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(12), 1-14. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00208720>
- Alves, T. M. (2023). Totalidade capitalista e saúde mental: experiências de mulheres com diagnóstico psiquiátrico. *Tramas y Redes*, (5), 249-264. <https://www.redalyc.org/journal/7223/722376132015/html/>
- Amarante, P. (2007). A saúde mental e atenção psicossocial. Edita Fiocruz.
- Andrade, C. B., & Monteiro, I. (2020). Desvelando o trabalho e a saúde de trabalhadores (as) de limpeza hospitalar. *Trabajo y Sociedad*, 21(34), 109-122.
- Antunes, R., & Druck, G. (2013). A terceirização como regra? *Rev. TST*, 79(4), 214-231. https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/55995/011_antunes_druck.pdf?sequence=1&isAllowed=
- Antunes, R. (Org.). (2014). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. Boitempo.

Arruzza, C. (2018). Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos Cemarx*, 10, 39-60.
<https://doi.org/10.20396/cemarx.v0i10.10920>

Arruzza, C., Bhattacharya, T., & Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: um manifesto* (H. R. Candiani, Trad.). Boitempo Editorial.

Arruzza, C. & Cirillo, L. (2024). *História das história do feminismo* (G. Ghetti, Trad.). Usina Editorial.

Bambirra, V. (2013). O capitalismo dependente latino-americano (F. C. Prado., & M. M. Gouvêa, Trads.; 2 ed). Editora Insular. (Trabalho original publicado em 1973).

Bannerji, H. (2022). Construindo a partir de Marx: reflexões sobre “raça”, gênero e classe. *Revista Direito e Práxis*, 13(3), 2079-2101. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/63501>

Basaglia, F. (2015). Saúde/doença. In P. Amarante (org.). *Saúde mental, formação e crítica* (pp. 17-36). Laps.

Bendassolli, P. F., & Soboll, L. A. P. (2011). Clínicas do trabalho: filiações, premissas e desafios. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 14(1), 59-72.
https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172011000100006

Bento, M. A. S. (2002). *Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público* [Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade]. Biblioteca Digital USP.
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php>

- Berni, L. B., Beck, C. L. C., Prestes, F. C., Silva, R. M. da, Bublitz, S., & Lamb, F. (2016). Indicators of pleasure/pain in hygiene and cleaning outsourced workers of a university hospital. *Revista Rene*, 17(2), 155-164.
- Biroli, F. (2016). Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. *Revista de Ciências Sociais*, 59(3), 719-754. <https://doi.org/10.1590/00115258201690>
- Bhattacharya, T. (2019). Explicando a violência de gênero no neoliberalismo (L. Viríssimo, Trad.). Marx e o Marxismo, 7(12), 13-37. <https://www.niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/319>
- Bhattacharya, T. (2023a). Mapeando a teoria da reprodução social (J. Penna, Trad.). In T. Bhattacharya. *Teoria da reprodução social: Remapeamento de classe, recentralização da opressão* (pp. 17-42). Editora Elefante.
- Bhattacharya, T. (2023b). Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global (J. Penna, Trad.). In T. Bhattacharya. *Teoria da reprodução social: Remapeamento de classe, recentralização da opressão* (pp. 119-153). Editora Elefante.
- Brenner, J., & Laslett, B. (1991). Gender, Social Reproduction, and Women's Self-Organization: Considering the U.S. Welfare State. *Gender and Society*, 5(3), 311-333. <https://www.jstor.org/stable/189843>
- Camargo, Z., & Luciano. (1996). Indiferença [Álbum]. Columbia.
- Campoli, L., & Perosa, G. S. (2022). É casa, é luta, é o dia de amanhã: as auxiliares de limpeza terceirizadas da Unicamp. *Cadernos Pagu*, (65)e226515, 1-17. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449202200650015>
- Carlos, A. R., Franzolin, F., & Alvim, M. H (2020). Problematizações das relações de gênero no primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: status da mulher, determinação de sexo

biológico e controle reprodutivo. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, 27(3), 781-801. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702020000400005>

Carlos, R. (1967). Como é grande meu amor por você. Ritmo de Aventura [Álbum]. CBS.

Carvalho, E. L., Castellanos, M. E. P., Teixeira, A. M. F., Lima, M. A. G. & Coulon, A. L. L. (2023) Trabalhadores de apoio de um hospital de referência na Bahia, Brasil, no enfrentamento da COVID-19: essenciais e invisíveis. *Ciência & Saúde Coletiva*, 28(5), 1355-1364. DOI: 10.1590/1413-81232023285.10972022

César, C. (1995). Mama África. Aos Vivos [Álbum]. Velas.

Cisne, M. (2014). Relações Sociais de Sexo, “Raça” / Etnia e Classe: uma análise feminista-materialista. *Temporalis*, 28, 133-149.
<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7886>

Cisne, M. & Santos, S.M.M dos. (2018). *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. Cortez Editora.

Cisne, M., & Ianael, F. (2022). Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. *Revista Katálysis*, 25(2), 191-201. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84661>

Collins, P.H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade* (R. Souza Trad.). Boitempo.

Collins, P. H. (2022). *Bem mais que ideias* (B. Barros Trad.). Boitempo.

Colombi, A. P., & Moraes, L. C. G. (2023). Financeirização, trabalho e gênero no Brasil contemporâneo: austeridade fiscal e flexibilização laboral. *Revista de Estudos do Sul Global*, 2(2), 78-105.
<https://resg.thetricontinental.org/index.php/resg/article/view/94/88>

Chillida, M. de S. P., & Cocco, M. I. M. (2004). Saúde do Trabalhador & Terceirização: Perfil de Trabalhadores de Serviço de Limpeza Hospitalar. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 12(2), 271-276.

Correio, C. B. M., Correio, K. D. N., Mamede, R. de M., & Correio, C. G. A. F. (2020). Violência de gênero e saúde da mulher negra: abordagens feministas-marxistas desde o Brasil. *Captura Críptica: direito, política, atualidade*, 9(1), 208-224.
<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/view/4874/3730>

Costa, C. L. (2015). A territorialização do trabalho de mulheres em empresas terceiras: vida cotidiana e patriarcado. *Revista Pegada*, 16(2), 275-292.

Costa, G. (1979). Força Estranha. Gal Tropical [Álbum]. Warner.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.
<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>

Damasceno, M. G., & Zanello, V. M. L. Saúde Mental e Racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 450-464. <https://doi.org/10.1590/1982-37030003262017>

Davis, Angela. (2016). *Mulheres, raça e classe* (H. R. Candiani, Trad.). Boitempo Editorial.

Decreto nº 171, de 20 de janeiro de 1890. (1890). Conserva o Hymno Nacional e adopta o da Proclamação da Republica. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d171.htm

Dejours, C. (2004a). Addendum: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In Lancman, S. & Sznelwar, L.I. (orgs.). (2004). Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Paralelo 15.

- Dejours, C. (2004b). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, 14(3), 27-34.
scielo.br/j/prod/a/V76xtc8NmkqdWHd6sh7Jsmq/?format=pdf
- Dejours, C. (2006). A banalização da injustiça social (L. A. Monjardim, Trad.). Editora FGV.
- Dejours, C., Barros, J. de O., & Lancman, S. (2016). A centralidade do trabalho para a construção da saúde. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 27(2), 228-235. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v27i2p228-235>
- Dejours, C. (2022). Trabalho vivo: trabalho e emancipação. Volume II. Editora Blucher.
- Dementshuk, M. (2023, 30 de agosto). Trabalhadores da cadeia da reciclagem seguem excluídos das políticas públicas em João Pessoa. Econordeste Agência de conteúdo. <https://agenciaeconordeste.com.br/trabalhadores-da-cadeia-da-reciclagem-seguem-excluidos-das-politicas-publicas-em-joao-pessoa/>
- Diogo, M. F., & Maheirie, K. (2007). De balde e vassoura na mão: os sentidos que mulheres serventes de limpeza atribuem aos seus trabalhos. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, VII(2), 557-579. <https://www.redalyc.org/pdf/271/27170216.pdf>
- Diogo, M. F., & Maheirie, K. (2008). Alguns sentidos atribuídos ao trabalho doméstico por serventes de limpeza. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 11(2), 257-272.
- Druck, G., Dutra, R., & Silva, S. C. (2019). A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. *Caderno CRH*, 32(86), 289-305. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30518>
- Dutra, R. Q. (2019). Sobre educar (e ser educada por) mulheres trabalhadoras terceirizadas nos serviços de limpeza da Universidade Federal da Bahia: uma experiência de Extensão. *Revista de Movimentos Sociais e Conflito*, 5(1), 42-58. https://www.researchgate.net/publication/336841477_SOBRE_EDUCAR_E_SER_E_DUCADA_POR_MULHERES_TRABALHADORAS_TERCEIRIZADAS_NOS_SERVI

COS_DE_LIMPEZA_DA_UNIVERSIDADE_FEDERAL_DA_BAHIA_UMA_EXPERIE
NCIA_DE_EXTENSAO

Dutra, R. Q., & Coelho, I. B. (2020). “Eles pensam que a gente é invisível”: gênero, trabalho terceirizado e educação jurídica popular. *Revista Direito e Práxis*, 11(4), 2359-2385.
<https://www.scielo.br/j/rdp/a/dyky4NFwDJgxBCtkkZvYzKC/abstract/?lang=pt>

Eagles. (1976). Hotel Califórnia. Hotel Califórnia [Álbum]. Asylum Records.

Emicida. (2019). Ismália. *Amarelo* [Álbum]. Laboratório Fantasma.

Eurico, M. C. (2022). Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito raça/cor/etnia. CFESS. <https://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>

Evaristo, C. (2016). *Olhos D'Água*. Pallas Editora.

Evaristo, C. (2020). A Escrevivência e seus subtextos. In C. L. Duarte & I. R. Nunes (Orgs.), *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* (pp. 27-46). Mina Comunicações e Arte.

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. (2022). Pesquisa Condições de trabalho dos profissionais de saúde no contexto da Covid-19 no Brasil.
<https://portal.fiocruz.br/noticia/pandemia-reafirma-invisibilidade-de-2-milhoes-de-trabalhadores-da-area-da-saude>

Faustino, D. (2019). O mal-estar colonial: racismo e o sofrimento psíquico no Brasil. *Clínica & Cultura*, 8(2), 82-94.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-25092019000200007

Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Trad. Coletivo Sycorax. Editora Elefante.

Federici, S. (2021). O patriarcado do salário: notas sobre Marx, Gênero e Feminismo (H.G Candiani, Trad.; vol.1) Boitempo Editorial.

Ferguson, S. & McNally, D. (2017). Capital, força de trabalho e relações de gênero. (M. Silva. Trad). *Revista Outubro*, 29, p. 23-59.

Fernandes, F. (2008). *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”* (5 ed.). Editora Globo. (Trabalho original publicado em 1964).

Fonseca, R.R. da (2019). *Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.
<http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/9416>

Freyre, G. (2003). *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (48 ed.). Global. (Trabalho original publicado em 1933).

Gemma, S. F. B, Fuentes-Rojas, M., & Soares, M. J. B. (2017). Agentes de limpeza terceirizados: entre o ressentimento e o reconhecimento. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 42, 1-10.

Giacomini, S. M. (1988). *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Gilligan, C. (2013). *La ética del cuidado*. Cadernos de la Fundació Victor Grifols i Lucas, n.30.
https://www.revistaseden.org/boletin/files/6964_etica_del_cuidado_2013.pdf

Giovanella, L., Franco, C. M., & Almeida, P. F. (2020). Política Nacional de Atenção Básica: para onde vamos? *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(4), 1475-1481.
<https://doi.org/10.1590/1413-81232020254.01842020>

- Gonzalez, L., & Hasenbalg, C. A. (1982). *Lugar de negro*. Editora Marco Zero Limitada.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 223-244.
- https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7395422/mod_resource/content/1/GONZALES%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Zahar Editores.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho (F. Murad Trad.). *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609
- <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2021). A atualidade da Divisão Sexual do Trabalho das mulheres. *Revista de Ciências Sociais*, 1(53), 22-34. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n53.50869>
- Hopkins, C.T. (2023). Muito trabalho, pouco lazer: reprodução social, migração e trabalho doméstico remunerado em Montreal (J. Penna, Trad.). In T. Bhattacharya. *Teoria da reprodução social: Remapeamento de classe, recentralização da opressão* (pp. 209-233). Editora Elefante.
- Iamamoto, M. V. (2009). O Serviço Social na cena contemporânea. In Conselho Federal de Serviço Social- CFESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS (orgs.). *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais* (pp. 1-45). CFESS.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023a). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua- Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023b). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, principais resultados.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=39202&t=resultados>

Jesus, C. M. (2014). *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* (10 ed.). Ática. (Trabalho original publicado em 1960).

Kergoat, D. (2010). Dinâmica e Consustancialidade das Relações Sociais (A. M. Campos, Trad.). *Novos Estudos CEBRAP*, 86, 93-103. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>

Kergoat, D. (2019). Pensar a complexidade da relação social. *Lutas Sociais*, 23(43), 333-349. <https://doi.org/10.23925/ls.v23i43.52206>

Kosic, K. (2002). *Dialética do concreto*. (C. Neves., & A. Toríbio Trad.; 7 ed.). Editora Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1963).

Lei n.º 581, de 4 de setembro de 1850. (1850). Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lm/lim581.htm

Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850. (1850). Dispõe sobre as terras devolutas do Império. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm

Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. (2017). Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm

Lima, G. (2014). 60 segundos. Gusttavo Lima e você [Álbum]. Sony.

Liniker. (2024). Tudo. Caju [Álbum]. Estúdio Brocal.

- Lukács, G. (2013). Para uma ontologia do ser social (N. Schneider., I. Tonet., & R. V. Fortes, Trads.; 1ed.). Boitempo Editorial. (Trabalho original publicado em 1986).
- Marconato, C.S., Magnago, A. C. S., Magnano, T. S. B. S., Dalmolin, G. L., Andolhe, R. & Tavares, J. P. (2017). Prevalence and factors associated with minor psychiatric disorders in hospital housekeeping workers. *Rev. Esc Enferm USP*, 51. <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2016026303239>
- Marini, R. M. (2000). *Dialética da dependência*. Editora Vozes.
- Martins, C. B., Faria, C. G. A., & Mamede, R. M. (2021). Neoliberalismo e recrudescimento da violência doméstica e familiar contra mulher no Brasil: um estudo a partir da Teoria da Reprodução Social. *Anais Eletrônicos Seminário Internacional Fazendo Gênero* 12, 1-13.
- Marx, K. (2010) *Manuscritos econômico-filosóficos* (J. Ranieri, Trad., 4. reimpr.). Boitempo Editorial. (Trabalho original publicado em 1932).
- Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política*. Livro I- O processo de produção do capital (R. Enderle, Trad.; 1ed.). Boitempo Editorial. (Trabalho original publicado em 1867).
- Marx, K., & Engels, F. (2007). A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) (R. Enderle, N. Schneider & L. C. Martorano). Boitempo Editorial. (Trabalho original publicado em 1845-1846)
- Matos, C.C.S.A., Tavares, J.S.C., & Couto, M.T. (2024). “Eu vivo num mundo muito burguês, não moro na periferia”: não vacinação infantil e a intersecção entre raça, classe e gênero. *Interfaces*, 28, 1-17. <https://doi.org/10.1590/interface.230492>
- Memorial da Resistência de São Paulo. Margarida Maria Alves. <https://memoraldaresistenciasp.org.br/pessoas/margarida-maria-alves/>

Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem*, 17(4), 758-764.

<https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?format=pdf>

Mészáros, I. (2006). *A teoria da alienação em Marx*. (I. Tavares, Trad.). Boitempo Editorial. (Trabalho original publicado em 1981).

Ministério do Trabalho. (2002). Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2022. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações- CBO/2022, para uso em todo território nacional e autoriza sua publicação.

<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/legislacao.jsf>

Ministério do Trabalho. (2022). Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. Guia Brasileiro de Ocupações, painéis de pesquisa As Ocupações e o Mercado de Trabalho (Assalariado Formal).

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMzZkMzYzNmYtN2RhZC00OTJILTgwODYtMTY3ODczNmY2NWU4IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTvhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOTHmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionde650100b92052c99c5a>

Ministério da Saúde. (2025, 20 de janeiro). Coronavírus Brasil. <https://covid.saude.gov.br/>

Ministério Público do Estado da Paraíba. (2020). Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta. Ação Civil Pública n.º 0096974-05.2012.8.15.2001

<https://www.mppb.mp.br/index.php/pt/comunicacao/noticias/20-patrimonio-publico/22638-mppb-celebra-tac-pmj-p-deve-fazer-concurso-para-4-mil-vagas-e-licitacao-para-terceirizar-2-mil-postos-de-trabalho>

Molinier, P. (2013). *Le travail du care. La Dispute*.

Molinier, P. (2013b). *O trabalho e a psique- Uma introdução à psicodinâmica do trabalho* (F. Soudant, Trad.). Paralelo 15.

- Moura, A. F., & Lima, M. G. (2014). A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. *Temas em Educação*, 23(1), 98-106.
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/download/18338/11399/39759>
- Moura, C. (1983). *Brasil: Raízes do protesto negro*. Global Editora.
- Moura, C. (1992). História do negro brasileiro (2ed.). Editora Ática.
- Moura, C. (2019). Sociologia do negro brasileiro. Perspectiva.
- Nogueira, M.L.M.; Barros, V.A; Araújo, A.D.G., & Pimenta, D.A.O. (2017). O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2), 466-484. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v12n2/16.pdf>
- Nunes, E. D. (2020). Da invisibilidade social: breve reflexão. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(10), 3700. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.20922020>
- Oliveira, R. N. (2021). *Serviço Social, Classe, Gênero e Raça: Tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional UFRN.
<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/44654>
- Oliveira, R. N., & Martins, C. B. (2023). Diálogos feministas a partir da Teoria da Reprodução Social: Por uma concepção unitária de classe, gênero, raça e sexualidade. *Germinal*, 15(3), 50-74. <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.57580>
- Oliveira, S. S., Saraiva, C. S., Bartolomeu, T. A., Pereira, R. de C. B. R. (2021). Relação entre trabalho e vida familiar: um estudo de caso das mulheres terceirizadas do setor de limpeza da Universidade Federal de Viçosa/MG. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, 32(1), 165-190.
- Padilha, V. (2014). Nojo, humilhação e controle na limpeza de shopping centers no Brasil e no Canadá. *Caderno CRH*, Salvador, 27(71), 329-346. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200008>

Patriota, G.F.R., & Alberto, M.F.P. (2014). Trabalho infantil doméstico no interior dos lares: as faces da invisibilidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(3), 893-913.
https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000300011

Passos, R. G. (2017). “De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. *O Social em Questão*, 20(38), 77-94. http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_38_art_4_Passos.pdf

Passos, R. G., & Nogueira, C. M. (2018). O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho. *R. Katálysis*, 21(3).
<https://www.scielo.br/j/rk/a/FZZkz3L9K6YwyxW3jwMGRwr/?lang=pt>

Passos, R. G. (2023). *“Na mira do fuzil”: a saúde mental das mulheres negras em questão.* Hucitec.

Pereira, M. de O., & Amarante, P. (2017). Mulheres, Loucura e Patologização: desafios para a luta antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica Brasileira. In Passos, R. G., Costa, R. de A., & Silva, F. G da. *Saúde mental e os desafios atuais da atenção psicossocial* (pp. 135-157). Gramma.

Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. (2017). Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html

Prefeitura Municipal de João Pessoa. (2015). Anexo III Atribuições para cada cargo – área de saúde. <http://antigo.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2015/10/ANEXO-III-ATRIBUI%C3%87%C3%95ES-PARA-CADA-CARGO.pdf>

Prefeitura Municipal de João Pessoa. (2022). Pregão Eletrônico nº 04-071/2021. Ata de registro de preços nº 017/2022. Processo administrativo nº 2021/058540.

https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/contratos?cpf_cnpj_fornecedor=13531490000102&data_assinatura_periodo=2022-1-1&data_assinatura_periodo=2022-12-31

Racionais MC's. (2002). Negro Drama. *Nada como um Dia após o Outro Dia* [Álbum]. Cosa Nostra.

Ranieiri, J. (2005). Alienação e estranhamento: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital. *Ideias*, 12(2), 177-192.

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8677957/34649>

Rocha, M. R. A., Marin, M. J. S., & Macias-Seda, J. (2018). Condições de vida, trabalho e saúde mental: um estudo com trabalhadores brasileiros e espanhóis que atuam em serviço de limpeza hospitalar. *Ciência e Saúde Coletiva*, 25(10), 3821-3832. scielo.br/j/csc/a/8Jw8cShkJpr3mjL3TRRmpZM/?format=pdf

Ruas, Rhaysa. (2020). Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Revista Direiro e Práxis*, Rio de Janeiro, 12(1), 379-415. DOI: 10.1590/2179-8966/2020

Saffioti, H. I. B. (1976). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, Vozes.

Santos, T. (2011). *Imperialismo y Dependencia*. Fundación Biblioteca Ayacucho. (Trabalho original publicado em 1978).

Silva, C. C. da. (2021). Mulheres trabalhadoras terceirizadas do setor de limpeza na Universidade Federal de Pelotas. *Mosaico*, 13(21), 205-223.

Silva, H., & Hermida, J. F. (2021). Os métodos de investigação e exposição em Marx e a pesquisa no campo educacional. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 13(3), 177-195. <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i3.46781>

- Souza, C. L. S. (2023). A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. *Serviço Social & Sociedade*, 146(1), 16-35. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.301>
- Souza, E. S. (2010). A “Maquiagem” do trabalho formal: Um estudo do trabalho das mulheres terceirizadas no setor de limpeza na Universidade Federal da Bahia. *III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero: Associativismo, profissões e políticas públicas*. <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/245/o/ELAINE.pdf>
- Souza, F. A. S. de, & Lemos, A. H. da C. (2020). A origem como destino: trajetórias profissionais de faxineiras terceirizadas. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 14(4), 74-92.
- Sznelwar, L. I., Lancman, S., Wu, M. J., Alvarinho, E., & Santos, M. (2004). Análise do trabalho e serviço de limpeza hospitalar: contribuições da ergonomia e da psicodinâmica do trabalho. *Revista Produção*, 14(3), 45-57. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300006>
- Tronto, J. C. (2016). *Who cares?: How to reshape a democratic politics*. Cornell University Press.
- Veleda da Silva, S. M., & Tédde, R. M. (2019). As trabalhadoras negras em atividades de serviços de limpeza: um olhar que desvela. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, 10(1), 90-108.
- Vogel, L. (2022). *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária* (C.C. Rocha et al., Trad.). Expressão Popular. (Trabalho original publicado em 1983).
- Werneck, J. P. (2009). Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In C. Verschuur. *Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux*. (pp. 151-163). Institut de Hautes Études Internationales et du Développement.

Wood, E. M. (2006). *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico* (P. C. Castanheira, Trad.). Boitempo Editorial.

9 Apêndices

Apêndice 1



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: TRABALHO E SAÚDE MENTAL: RELAÇÕES DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DAS AUXILIARES GERAIS DE UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE JOÃO PESSOA/PB.

Número da aprovação do Parecer do Comitê de Ética: 68668923.6.0000.5188

Responsáveis: Alessandra Renata Geremias (Pesquisadora Discente), Professor Dr. Paulo César Zambroni de Souza (Pesquisador Docente)

Você está sendo convidada a participar como voluntária de um estudo. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com a pesquisadora. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se preferir, pode levar para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Se você não quiser participar ou retirar sua autorização, a qualquer momento, não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo. A participação na pesquisa é voluntária, ninguém será obrigado a responder. A participação não será remunerada, mas os custos para participação das atividades da pesquisa, como deslocamento e alimentação, serão garantidos pela pesquisadora.

Justificativa e objetivos: O trabalho de limpeza e conservação de ambientes, como o realizado por Auxiliares de Serviços Gerais, é indispensável para o funcionamento das Unidades de Saúde, mas estudos têm revelado que esse tipo de trabalho precisa ser melhor conhecido, assim como tem demonstrado que são as mulheres a maioria das trabalhadoras desse setor, muitas delas negras, e tem sofrido com a desvalorização de seus trabalhos e isso pode influenciar negativamente a saúde mental de quem exerce essas atividades. Diante disso, o objetivo desta pesquisa é analisar como a raça, classe e gênero estão presentes na relação entre trabalho e saúde mental de mulheres que exercem o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais em Unidades de Saúde da Família da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB.

Procedimentos: Ao participar do estudo você será convidada para dois encontros em grupo com outras trabalhadoras que exercem a mesma função que você e que serão agendados com antecedência e negociados com sua chefia. Depois será convidada a conceder uma entrevista individual para contar sua história de vida. Os encontros de grupo e a entrevista serão gravados e transcritos, mas esses materiais serão cuidadosamente mantidos pela pesquisadora.

af



Ressarcimento: Os custos que você terá para a participação da pesquisa (deslocamento e alimentação) serão devidamente resarcidos.

Desconfortos e riscos: Você poderá se sentir desconfortável ou constrangida com os assuntos discutidos e com recordações que poderá ter ao contar sua história, assim como poderá ter algum tipo de preocupação com o que foi declarado por você durante as atividades da pesquisa.

Benefícios: Ao participar desta pesquisa você terá espaços de escuta e diálogo sobre o seu trabalho e sua saúde mental. Participando dos encontros em grupo você poderá conversar com suas colegas de profissão e pensar juntas em assuntos importantes relacionados ao trabalho realizado por vocês. Ainda, ao participar deste estudo você contribuirá para dar visibilidade a sua categoria profissional, as contribuições dadas ao serviço e aos problemas enfrentados. Assistência em virtude de danos decorrentes da pesquisa- Você receberá a assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes da pesquisa.

Indenização: Você terá direito à indenização em caso de danos decorrentes do estudo. Interrupção do estudo: Em caso de interrupção deste estudo, como participante da pesquisa você receberá a assistência que for adequada, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário.

Sigilo e privacidade: Você tem liberdade para aceitar participar ou não participar deste estudo. Se você aceitar participar, será garantido: 1) que você possa pedir, a qualquer momento, maiores informações sobre esta pesquisa; 2) sigilo absoluto sobre seu nome, apelido, data de nascimento, local de trabalho, ou qualquer outra informação que possa levar a sua identificação pessoal; 3) Que você possa negar-se a responder qualquer questão ou mesmo dar qualquer informação que julgue prejudicial a você. 4) Que você possa pedir que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido pela pesquisadora; 5) Que você possa desistir, a qualquer momento, de participar da pesquisa. Caso você não queira participar deste estudo isso não acarretará nenhum prejuízo.

Contatos: Em caso de dúvidas sobre o estudo, você poderá entrar em contato com os pesquisadores:

Pesquisadora discente: Alessandra Renata Geremias. Endereço: Via Expressa Padre Zé - Conj. Pres. Castelo Branco III, João Pessoa - PB, 58033455. | Email: alegeremiasas@gmail.com. Tel.: (83)98202-4710

Pesquisador docente: Paulo César Zambroni de Souza.

Endereço: Via Expressa Padre Zé - Conj. Pres. Castelo Branco III, João Pessoa - PB, 58033455. | Email: paulozamsouza@yahoo.com.br.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você pode entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa- Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba-UFPB:

Centro de Ciências da Saúde- 1º andar Campus I- Cidade Universitária CEP: 58.051-900- João Pessoa-PB| Tel.: (83) 3216-7791| Email: comitedeetica@ccs.ufpb.br

CG



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social



Consentimento livre e esclarecido: Após ter sido esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome da participante: _____

Data: ____ / ____ / ____

Responsabilidade da/o Pesquisadora/or:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma cópia deste documento a participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado.

Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pela participante.

Rubrica da pesquisadora: _____ Rubrica da participante: _____

Data: ____ / ____ / ____.

Alessandra Renata Geremias
Alessandra Renata Geremias
Pesquisadora Discente

Paulo César Zambroni de Souza
Paulo César Zambroni de Souza
Pesquisador Docente

AG

Apêndice 2



**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social**



João Pessoa, 12 de Dezembro de 2023.

Ofício
Às Gerências das Unidades de Saúde [REDACTED]
Secretaria de Saúde- Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB

Assunto: Roda de Conversa com Auxiliares de Serviços Gerais

Prezada (o) Gerente,

1. Vimos solicitar a sua colaboração para realização de um encontro com Auxiliares de Serviços Gerais, que é parte da metodologia da pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, de responsabilidade da discente Alessandra Renata Geremias, matrícula nº 20211012651, orientada pelo Professor Doutor Paulo César Zambroni de Souza, SIAPE nº1543226 intitulada “Trabalho e Saúde Mental: relações de raça, classe e gênero a partir das experiências das Auxiliares Gerais de Unidades de Saúde da Família de João Pessoa/PB.”
2. A pesquisa tem como objetivo geral “Analizar como a raça, classe e gênero estão presentes na relação entre trabalho e saúde mental de mulheres que exercem o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais em Unidades de Saúde da Família da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB.” e por isso, o convite para esta roda de conversa restringe-se as mulheres que estão no cargo de auxiliares de serviços gerais.
3. Conforme acordado com a coordenação do Distrito [REDACTED], as trabalhadoras serão liberadas das atividades de trabalho e divididas em dois grupos, com o primeiro grupo programado para o dia 20/12 (quarta-feira) e o segundo, 21/12 (quinta-feira), conforme lista abaixo. O início do grupo está previsto para as 12:30 na Sede Social da ADUFPB localizada na rua Dr. Gilvan Marinho Muribeca, 88 - Cabo Branco;
4. O transporte de ida e volta para a ADUFPB será providenciado pela universidade. Ainda será garantida a alimentação às trabalhadoras durante a atividade;
5. Dúvidas e maiores informações a respeito da proposta de estudo podem ser dirimidas com a discente Alessandra Renata Geremias por meio dos seguintes contatos: alegeremiasas@gmail.com ou (83) 98202-4710.

Atenciosamente,

Alessandra Renata Geremias
 Discente

Paulo César Zambroni de Souza
 Professor Orientador

Apêndice 3



**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social**



Roteiro da primeira roda de conversa com trabalhadoras

1-Apresentação da pesquisa, leitura do termo de consentimento e consulta sobre autorização para a gravação;

2-Pedir para que elas escolham um nome para ser chamada na pesquisa e em conjunto escolher um nome para o grupo;

3-Apresentação de cada participante com o ponto de partida- "O que você quer que a gente saiba sobre você? E qual nome você quer ser chamada na pesquisa?";

4-Questões:

O que faz parte do trabalho de auxiliar de serviço gerais?

O que você faz todos os dias no seu trabalho que ninguém nota?

O que no seu trabalho chama mais atenção de sua/seus colegas de trabalho e das pessoas que são atendidas na unidade?

Apêndice 4

Proposta de roteiro segundo encontro

O encontro será dedicado a discussão das dimensões de raça classe e gênero, buscando conhecer como elas se autodeclaram e como a classe, gênero e raça são (ou não) percebidas pelas participantes na sua inserção profissional;

- **Questionamentos disparadores da discussão:** "Qual a sua cor?" e "Existem pesquisas que mostram que o trabalho de limpeza é exercido majoritariamente por mulheres e que muitas delas são negras. Vocês já ouviram falar a respeito? Por que acham que é assim?"
 - **Leitura de Olhos D'água de Conceição Evaristo**
 - **Discussão**
 - **Leitura de falas de trabalhadoras auxiliares de limpeza e análises** extraídas do artigo "É casa, é luta, é o dia de manhã: as auxiliares de limpeza terceirizadas da Unicamp" de Lara Campoli e Graziela Serroni Perosa.
- a- Eu luto da hora que eu levanto até a hora eu me deito, todo dia. É uma guerra. Então, eu sou lutadora. Eu e todas essas mulheres que trabalham aí, né? Cada uma com seus problemas, mas a gente é lutadora. Tem que ter força de vontade pra viver do jeito que a gente tá vivendo hoje. Com o salário que a gente ganha, com as dificuldades de casa, pra criar filho. É calçar, alimentar, com esse salário... E caçar bico e trabalhar sempre. Não é fácil não. Não dá nem pra viver a vida pessoal da pessoa. Não dá nem pra você ter uma vida pessoal, sua. Sua vida é casa, é luta, é o dia de amanhã (Teresa, auxiliar de limpeza terceirizada da UNICAMP, 49 anos, mãe de quatro filhos) (Campoli & Perosa, 2022, p.2).
- b- A condição de classe herdada pelas trabalhadoras influenciou consideravelmente seus destinos sociais, resultando quase sempre na saída precoce da escola, na responsabilização dos cuidados com a casa e com os irmãos(as) e no início prematuro da vida laboral. Apenas duas delas completaram a educação básica, e a grande maioria começou a trabalhar ainda na infância (7 delas entre sete e onze anos, e 9 entre doze e quinze anos). Se não na lavoura, o primeiro trabalho, em todos os demais casos, se deu pela via dos serviços domésticos: lavadeira, faxineira, doméstica, babá, costureira ou cozinheira (Campoli & Perosa, 2022, p.9).
- c- Roseli tentou voltar aos estudos, porém não conseguiu conciliar o aprendizado com o trabalho remunerado e os cuidados com a família (...) Não era fácil, não. [...] O dinheiro que ele [o marido] pegava e eu, não dava pra pagar a faculdade. Batalhei. Deu certo e se fosse pra fazer tudo de novo, eu fazia. Não queria que meus filhos ficassem limpando sala de aula, lavando banheiro. Minha mãe não teve como lutar pra estudar nós. Era muito diferente na roça. Agora o que eu lutei pra ver eles estudar e fazer faculdade... Eu quero que eles tenham um serviço bom (Campoli & Perosa, 2022, p.11).
- d- "Gostaria de ficar aqui, enquanto eu tiver tendo trabalho e gostando do meu serviço, eu vou ficando. A não ser que apareça alguma coisa melhor, que eu ganhe mais, aí eu mesmo procuro sair" [trabalhadora Maria] (Campoli & Perosa, 2022, p.12).
- **Discussão**

Apêndice 5

Relatório de devolutiva ao Distrito e proposta de continuidade dos encontros.

1 Introdução

O trabalho de limpeza e conservação de ambientes é realizado, em sua maioria, por mulheres, e entre essas trabalhadoras há uma importante participação de mulheres negras. Embora as atividades desempenhadas sejam indispensáveis, esse tipo de trabalho é historicamente desvalorizado, com baixas remunerações e reflexos significativos da precarização observada no mundo do trabalho, como a ampla terceirização das relações laborais.

Nesta pesquisa, analisamos o trabalho de limpeza como um tipo de trabalho reprodutivo. O trabalho reprodutivo a que nos referimos corresponde a processos diários que garantem a manutenção e renovação da força de trabalho indispensável para manter a produção e a continuidade do capitalismo (Bhattacharya, 2023). São essas atividades cotidianas de reprodução que garantem a gestação e a nutrição das crianças, a preparação da comida, a limpeza da casa, o suporte emocional e os cuidados necessários para pessoas idosas ou adoecidas. Embora grande parte dessas exigências seja realizada internamente nas famílias e assumida predominantemente por mulheres, existem outros espaços onde essas demandas são atendidas, como escolas, instituições de longa permanência, serviços de saúde e cozinhas coletivas. É especialmente nesses espaços que se localiza o trabalho de limpeza remunerado. Nesses contextos, embora o cuidado seja socializado pelo Estado ou explorado pelo mercado, ele continua sendo predominantemente realizado por trabalhadoras mulheres.

Diante desse cenário, dedicamos este estudo ao trabalho reprodutivo realizado fora das residências, especificamente nas atividades assalariadas de limpeza e cuidado em Unidades de Saúde da Família (USF). Como essas tarefas são, em sua maioria, realizadas por mulheres, referimo-nos a essas trabalhadoras, com as quais realizamos a pesquisa exclusivamente. Dentro desse contexto, a Prefeitura Municipal de João Pessoa emprega como Auxiliar de Serviços Gerais aquelas que exercem funções de manutenção de pisos, limpeza, lavagem, varrição e recolhimento de lixo, entre outras atividades (Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2015).

Assim, as participantes da presente pesquisa pertencem a essa categoria profissional, cuja contribuição é fundamental para a manutenção da saúde pública.

Cabe ressaltar que, na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho (CBO), as ocupações relacionadas à limpeza e conservação de ambientes são classificadas como Auxiliar de Limpeza, Chefe de Limpeza, Servente de Limpeza e Faxineiro(a) (CBO, Ministério do Trabalho, disponível online). Nesse âmbito, no caso das trabalhadoras e trabalhadores de limpeza, em 2022, o salário-mínimo nacional era de R\$ 1.212,00, e a remuneração média de faxineiras e faxineiros, uma das ocupações que os enquadra, era de R\$ 1.518,85 (Ministério do Trabalho, 2024). Os baixos salários recebidos por essa categoria são ainda mais agravados por gênero, raça e desigualdades regionais.

A situação nos estados do Nordeste ilustra bem esse cenário. Em 2022, havia nos estados nordestinos 319.672 pessoas registradas como faxineiras e faxineiros, com uma remuneração média de R\$ 1.441,48. Contudo, as mulheres recebiam, em média, R\$ 1.428,43, e as mulheres negras recebiam R\$ 1.377,05 (Ministério do Trabalho, 2024). Esse tipo de vínculo empregatício é frequentemente permeado pela terceirização, expondo essa categoria às expressões mais profundas da precarização (Campoli & Perosa, 2022).

Com relação à distribuição de gênero nessa atividade, em âmbito nacional, no ano de 2022, 1.913.547 pessoas estavam empregadas como faxineiras e faxineiros, sendo 1.381.170 mulheres, o que correspondia a aproximadamente 72% do contingente total de trabalhadores. Especificamente no caso das mulheres negras, elas representavam 54,37% dessa força de

trabalho (Ministério do Trabalho, 2024). Nos estados nordestinos, 184.411 eram mulheres, das quais 48,14% eram mulheres negras.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Primário (Geral)

Analisar como a raça, classe e gênero estão presentes na relação entre trabalho e saúde mental de mulheres que exercem o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais em Unidades de Saúde da Família da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB.

1.2.2 Objetivos Secundários

- Conhecer elementos das trajetórias de vida, o que inclui o trabalho das participantes da pesquisa;
- Discutir como as relações raciais, de gênero e de classe estão relacionadas com a inserção e manutenção dessas trabalhadoras nessa categoria profissional;
- Refletir junto com as trabalhadoras sobre o trabalho realizado por elas, bem como os aspectos de visibilidade e invisibilidade presentes nele.

2 Percurso metodológico

A pesquisa de campo foi conduzida por meio de um percurso metodológico que incluiu visitas à sede e às unidades de saúde, além de rodas de conversa com as trabalhadoras participantes. Participaram da pesquisa um docente de graduação e pós-graduação em Psicologia, uma discente de doutorado em Psicologia Social, uma bacharela em Psicologia e dois discentes da graduação em Psicologia. Essa equipe foi dividida para participar das visitas e dos encontros programados com as trabalhadoras.

2.1 Visitas a sede e as Unidades de Saúde do Distrito

Durante a pesquisa, foram realizadas três visitas à sede e às unidades de saúde do distrito. A ocorreu em dezembro de 2023, com a finalidade de estabelecer um primeiro contato com as trabalhadoras, apresentar a pesquisa, os seus objetivos e convidá-las para as rodas de conversa. Esse momento foi fundamental para abrir diálogos e neles emergiram elementos importantes para a temática estudada. Em fevereiro de 2024, uma nova visita foi realizada em todas as unidades. O foco foi dialogar com as trabalhadoras que participaram das primeiras rodas de conversa e oportunizar o contato com aquelas que não compareceram, convidando-as para um segundo encontro. No mês de agosto, as participantes dos dois primeiros encontros

foram novamente visitadas e convidadas para um encontro de fechamento da primeira etapa da pesquisa.

2.2 Rodas de Conversa com as trabalhadoras

A proposta metodológica de rodas de conversa incluiu três encontros, nos quais as trabalhadoras foram convidadas a dialogar sobre seu trabalho e as dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade nele envolvidas. Para a realização dessas rodas, as 26 trabalhadoras foram divididas em dois grupos, seguindo a sugestão da coordenação do distrito, com o intuito de garantir a liberação para a participação durante a jornada de trabalho e manter a rotina das unidades em que atuam.

Todos os encontros ocorreram na sede social da ADUFPB, no bairro de Cabo Branco, em um espaço reservado que preservava o sigilo das conversas. Em todos esses encontros, foi disponibilizado o transporte da UFPB, com saída e retorno da sede do distrito; além disso, o fornecimento de alimentação foi providenciado pela equipe de pesquisa.

2.3 Primeiras Rodas de Conversa



As primeiras rodas de conversa ocorreram nos dias 20 e 21 de dezembro de 2023. Para o dia 20 foram convidadas a participar 13 trabalhadoras, das quais 7 compareceram. No segundo dia, 21 de dezembro, das 12 convidadas, 4 estiveram presentes. O encontro teve duração de duas horas e iniciou com a apresentação da proposta da pesquisa, a leitura do termo de consentimento livre e esclarecido e depois da demonstração de compreensão dele por parte

das participantes, a assinatura dos termos. O roteiro do encontro iniciou com a apresentação das participantes e a escolha do nome fictício pelos quais elas desejam ser identificadas na pesquisa e da escolha coletiva de um nome para o grupo e questões disparadoras sobre o que faz parte do trabalho de auxiliares de serviços gerais e quais são as tarefas realizadas cotidianamente no local de trabalho, o que é visibilizado e o que não é visto no trabalho realizado. Com o consentimento de todas as participantes, houve a gravação de áudio do encontro.

Durante a discussão, as trabalhadoras enfatizaram a centralidade do trabalho, recuperando suas trajetórias de trabalho prévias ao emprego como auxiliar de serviços gerais, perpassando pelo início do vínculo de trabalho com a prefeitura até o processo de terceirização. Elas abordaram o papel que desempenham no funcionamento das unidades, a relação com colegas de trabalho de outras profissões e a interação com a comunidade que indica uma atuação que não se reduz a atividades mecânicas de limpeza e manutenção da higienização dos ambientes do espaço físico da USF.

Nesse sentido, destacou-se a importância que as trabalhadoras ocupam no trabalho reprodutivo, tanto dentro das unidades quanto em suas famílias e na comunidade. Essa dinâmica revela um nível de sofrimento psíquico relacionado ao fato de ser cuidadora. Ao mesmo tempo, sentir-se cuidada é algo quase inexistente. Essa é a realidade dessas mulheres.

Além disso, faz parte da experiência de algumas trabalhadoras a violência contra mulheres ocorrida internamente nas famílias, entrelaçada com violências urbanas, como assaltos durante o trajeto, abordagens violentas por homens em frente às unidades de trabalho e agressões extremas que atingiram seus familiares, afetando-as profundamente.

2.4 Segundas Rodas de conversa



As segundas rodas de conversa ocorreram nos dias 06 e 07 de março de 2024. Os grupos foram mantidos e o encontro teve a duração de duas horas, sendo dedicado à discussão das dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade, e como essas questões são percebidas pelas participantes em sua inserção profissional. No dia 06, o encontro contou com a participação de seis trabalhadoras. No dia 07, houve também a participação de outras seis trabalhadoras. Para fomentar o diálogo com os grupos, foi lido o conto “Olhos d’água”, de Conceição Evaristo, seguido das questões disparadoras: “Existem pesquisas que mostram que o trabalho de limpeza é exercido majoritariamente por mulheres e que muitas delas são negras. Vocês já ouviram falar a respeito? Por que acham que é assim?”. A intenção foi ouvi-las, compartilhar informações de órgãos oficiais e pesquisas científicas sobre o panorama do trabalho reprodutivo e iniciar uma nova rodada de diálogo.

A partir da autodeclaração de raça/cor, foi possível dialogar sobre o entendimento das relações raciais em nosso país e como elas estão relacionadas a gênero, sexualidade e classe social. O racismo e sua manifestação nas relações de trabalho também foram elementos de reflexão.

Nesse encontro, a violência contra mulheres emergiu novamente de relatos, e a partir deles refletimos coletivamente sobre como esse tipo de violência ocorre, quais os caminhos disponíveis para denúncia e algumas das dificuldades vivenciadas para realizá-las.

Outro aspecto relevante foi o impacto das dimensões de gênero e classe no processo de escolarização dessas trabalhadoras. Elas compartilharam suas experiências de interrupção da formação escolar, os desejos de retorno e os impedimentos enfrentados.

2.5 Terceira roda de conversa



O encontro realizado no dia 29 de agosto reuniu 8 trabalhadoras, unindo os dois grupos formados anteriormente. Esse momento teve a finalidade de compartilhar com as trabalhadoras elementos reunidos nas rodas de conversa e dialogar sobre como elas avaliaram as propostas de reflexão e os materiais utilizados para isso. Além disso, foi uma oportunidade de refletir sobre a participação das trabalhadoras em uma pesquisa acadêmica, uma participação inédita para todas as presentes.

Foi elaborado um vídeo com as falas das participantes, destacando elementos importantes para a análise das dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade, assim como a presença dessas dimensões na relação entre saúde mental e o trabalho de auxiliares de serviços gerais.

Houve a manifestação das participantes do desejo de continuar a reunir-se, diante do benefício visualizado por elas de ter um espaço de diálogo e encontro. Cabe ressaltar que esse desejo já havia sido manifestado nos dois encontros anteriores.

3 Proposta de continuidade das Rodas de Conversa no ano de 2025

Diante do interesse manifestado pelas trabalhadoras em manter os encontros iniciados na primeira etapa da pesquisa, propõe-se um novo ciclo de rodas de conversa para o ano de 2025. As temáticas a serem debatidas serão construídas com as trabalhadoras, mas três elementos levantados na primeira etapa mostram-se especialmente importantes: violência contra as mulheres, escolarização e as repercussões do trabalho reprodutivo dentro e fora das unidades. Compreende-se que se trata de aspectos que influem diretamente na relação entre saúde mental e trabalho, e que esses encontros representam um melhor conhecimento sobre essa categoria profissional e a construção de estratégias coletivas de cuidado.

3.1 Participantes

Serão mantidas a distribuição em dois grupos, sendo convidadas a participar as trabalhadoras que já estiveram nos três encontros iniciais. Também serão convidadas a participar aquelas que não estiveram presentes anteriormente. Para esse convite, serão realizadas novas visitas à sede e às unidades de saúde do distrito.

3.2 Local das rodas de conversa

A proposta é que as próximas rodas de conversa alternem entre a sede social da ADUFPB e o campus da UFPB.

3.3 Frequência dos encontros

Propõe-se encontros com frequência bimestral, tendo como referência os meses de fevereiro, abril, junho, setembro e novembro de 2025. Como dias da semana e horário, sugere-se às quartas e quintas-feiras, às 13 horas. Os encontros terão duração estimada de 2 horas.

3.4 Transporte e alimentação

O transporte para ida e retorno das reuniões será solicitado junto à UFPB, com saída e retorno a partir da sede do distrito. A alimentação para as participantes será garantida pela equipe de pesquisa.

4 Referências

- Bhattacharya, T. (2023). Mapeando a teoria da reprodução social. In: BHATTACHARYA, T. (org) (2023). *Teoria da reprodução social: Remapeamento de classe, recentralização da opressão*. São Paulo: Editora Elefante, p. 17-42.
- Campoli, L.& Perosa, G. S. (2022). É casa, é luta, é o dia de amanhã: as auxiliares de limpeza terceirizadas da Unicamp. *Cadernos Pagu*, 65, 1-17. <https://doi.org/10.1590/18094449202200650015>.
- Ministério do Trabalho. (2022). Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. Guia Brasileiro de Ocupações, painéis de pesquisa As Ocupações e o Mercado de Trabalho (Assalariado Formal). <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMzZkMzYzNmYtN2RhZC00OTJlLTgwODYtMTY3ODczNmY2NWU4IiwidCI6IjNIYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWMSLWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionde650100b92052c99c5a>
- Prefeitura Municipal de João Pessoa (2015). Anexo III Atribuições Para Cada Cargo – Área De Saúde. <http://antigo.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2015/10/ANEXO-III-ATRIBUI%C3%87%C3%95ES-PARA-CADA-CARGO.pdf>